UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DANIEL ALMEIDA DE MACEDO

MATO GROSSO: GOVERNO, POLÍTICA E SOCIEDADE
(1977-2010)

Versão corrigida

SÃO PAULO
2016

DANIEL ALMEIDA DE MACEDO

MATO GROSSO: GOVERNO, POLÍTICA E SOCIEDADE
(1977-2010)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Leonzo.

Versão corrigida

De acordo

SÃO PAULO

2016

Dedico esta tese de doutorado às
cidades de Cuiabá e Campo Grande.

AGRADECIMENTOS

O processo que culminou com a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo foi caracterizado pela ajuda de valiosos amigos e familiares, que me apoiaram em momentos decisivos desta jornada, contribuindo para tornar realidade um antigo sonho.

Agradeço à Universidade de São Paulo (USP), que foi fundamental para as pesquisas e aprendizado no campo das Ciências Humanas e Sociais, especialmente ao professor Eduardo Natalino, do Programa de Pós-Graduação em História Social.

Ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APEMT), ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e a Biblioteca da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Muito obrigado Professora Doutora Nanci Leonzo, por ter me acolhido como orientando, por suas inestimáveis contribuições e pela sua inquestionável paciência. Sinto-me muito honrado pela oportunidade de ter sido orientado por uma das maiores referências intelectuais da região Centro-Oeste do país, responsável pela formação de uma formidável geração de professores universitários e pesquisadores mato-grossenses e sul-mato-grossenses.

Obrigado professor Fernando Tadeu de Miranda Borges, da Universidade Federal de Mato Grosso, e Alexandre Macchione Saes, do Departamento de Economia da FEA – USP, pelas valiosas sugestões apontadas no exame de qualificação.

A minha família, meus irmãos Mariana e Rodrigo Almeida de Macedo, pela hospedagem em São Paulo durante o período de aulas regulares e pesquisas teóricas e principalmente a minha mãe: Maria Ângela Almeida Toffolo de Macedo. Agradeço minha estimada esposa Luciana Augusta Pacheco Silva de Macedo e meu filho Josué Augusto Silva de Macedo, por serem bênção em minha vida.

In memoriam, faço justa homenagem ao meu pai Rodrigo Toffolo de Macedo que me apoiou imensamente nas fases iniciais deste projeto de doutorado, e foi sempre um pai paciente e amoroso. Jamais te esqueceremos.

A Deus-Pai soberano, obrigado por ter me proporcionado mais esta oportunidade.

Meus agradecimentos.

RESUMO

MACEDO, D. A. de. **Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977 – 2010)**. 251 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente tese de doutorado tem por objetivo retratar em um plano paralelo e comparativo, as ações de governo, a atividade política e o perfil da sociedade das regiões Norte e Sul do estado de Mato Grosso uno ao longo dos anos que antecederam sua divisão, que ocorreu em 1977, e no período pós divisão, até 2010. O trabalho está organizado em duas partes. A primeira se inicia com a descrição das disputas intra-oligárquicas pelo poder de mando em Mato Grosso entre a Proclamação da República, em 1889, e a eclosão da Revolução de 1930. A narrativa enfoca os fatos históricos que marcaram o debate divisionista entre as elites dirigentes do Norte e Sul do estado e abalaram a estabilidade política de Cuiabá enquanto capital. Inicialmente, Corumbá surgiu como rival e como opção de capital para Mato Grosso; em um segundo momento Campo Grande passa a ocupar esta posição. A pesquisa estabelece uma relação entre acontecimentos emblemáticos como a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Revolução Constitucionalista de 1932 e a ulterior efetivação da divisão; demonstra que a partir da instauração do Estado Novo, o governo autoritário promoveu a ocupação de “espaços vazios” em prol da segurança nacional e aliou seu projeto de “Brasil Potência” aos interesses da elite agrária sul-mato-grossense, o que impulsionou decisivamente o desmembramento do estado. Em relação a esta hipótese a tese se debruça sobre os Manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), e, ancorada na historiografia especializada sobre o Governo Militar, sustenta a afirmação de que a divisão de Mato Grosso foi amplamente inspirada nos conceitos da geopolítica nacional vigentes naquele momento. Esta estrutura geopolítica, que conferiu “coerência doutrinária” às ações de reconfiguração territorial do país, foi erigida sobre os fundamentos da segurança nacional e do desenvolvimento, conceitos elaborados pelos militares e amplamente aplicados durante o governo autoritário. Acompanha esta análise o estudo da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ocorrida em 1975 através da Lei Complementar 20/75. A avaliação comparativa entre o desmembramento de Mato Grosso e a fusão dos estados litorâneos expôs os intrincados contornos políticos e interesses econômicos permeando a decisão governamental de se alterar a composição federativa do país. Na segunda parte da tese são analisadas a construção e manutenção da multifacetada identidade do povo mato-grossense contemporâneo, formada e transformada a partir das novas territorializações ocasionadas pelo intenso fluxo migratório destinado ao estado de Mato Grosso, especialmente durante os anos setenta. Em sua etapa final, a pesquisa examina informações, índices e vetores socioeconômicos coletados em diversos bancos de dados oficiais. A análise dos indicadores da atividade econômica revela que Mato Grosso cresceu economicamente após a divisão e atualmente a unidade federativa se apresenta como estado brasileiro líder na produção agropecuária. Não obstante, se verifica uma grande discrepância entre os elevados índices de crescimento econômico e as reduzidas taxas de desenvolvimento social. Esta conclusão sugere que entre o último quartel do século XX e os anos iniciais do século XXI, a evolução econômica regional em Mato Grosso decorreu de um modelo desenvolvimentista desequilibrado, e que se mantém heterogêneo e desigual no espaço intra-regional, com a coexistência de “ilhas” de crescimento e áreas com reduzidas perspectivas de desenvolvimento.

Palavras-chave: História de Mato Grosso. Movimento divisionista. Planejamento Governamental. Identidades.

ABSTRACT

MACEDO, D. A. **Mato Grosso: government, politics and society (1977 – 2010)**. 251 p. Thesis (PhD). Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

This doctoral thesis aims to portray in a parallel and comparative plan, government actions of the political activity and the profile of the society of the North and South of Mato Grosso one state over the years before his division, which occurred in 1977, and after division period until 2010. The work is organized in two parts. The first begins with the description of the intra-oligarchic power struggles of command in Mato Grosso between the Proclamation of the Republic in 1889 and the outbreak of the Revolution of 1930. The narrative focuses on the historical events that marked the divisive debate among elites North and South leaders of the state and rocked the Cuiabá political stability as capital. Initially, Corumbá emerged as a rival and as capital option for Mato Grosso; in a second moment, Campo Grande comes to occupy this position. The research establishes a relationship between iconic events as the installation of the railroad northwest of Brazil and the Constitutionalist Revolution of 1932 and the subsequent execution of the division. It shows that from the Estado Novo, the authoritarian government promoted the occupation of "empty spaces" for the sake of national security and allied his project "Brazil power" to the interests of South Mato Grosso landed elite, which decisively boosted the state of dismemberment. In relation to this hypothesis the thesis focuses on the manuals of the Superior School of War (ESG), and anchored in the historiography specialized on the Military Government, supports the contention that Mato Grosso division was largely inspired by the concepts of national geopolitics existing at that time. This geopolitical structure which gave "doctrinal coherence" to the territorial reconfiguration of country actions, was erected on the grounds of national security and development, concepts developed by the military and widely applied during the authoritarian government. Accompanies this analysis the study of fusion of the states of Rio de Janeiro and Guanabara, which occurred in 1975 by Supplementary Law 20/75. The comparative evaluation of the break up of Mato Grosso and the melting of coastal states exposed the intricate contours political and economic interests permeating the government's decision to change the federal composition of the country. In the second part of the thesis are analyzed the construction and maintenance of the multifaceted identity of contemporary Mato Grosso people, formed and transformed from the new territorializations caused by the intense migratory flow for the state of Mato Grosso, especially during the seventies. In its final stage, the research examines information, socioeconomic indices and vectors collected from several banks of official figures. The analysis of indicators of economic activity shows that Mato Grosso grew economically after the division and currently the federal unit is presented as Brazilian state leader in agricultural production. Nevertheless, there is a large discrepancy between the high levels of economic growth and reduced rates of social development. This finding suggests that between the last quarter of the twentieth century and the early years of the century, the regional economic development in Mato Grosso was due to an unbalanced development model, and it remains heterogeneous and unequal intra-regional space, with the coexistence of "islands" of growth and areas with low development prospects.

Keywords: History of Mato Grosso. Secessionist movement. Government planning. Identities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG - Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AGE/MAPA - Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ALMT - Assembleia Legislativa de Mato Grosso

AMPA - Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

APROLEITE - Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso

CEMAT - Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica

CER - Comissão Estadual de Estradas de Rodagem

CIBPU - Comissão Interestadual da bacia Paraná – Uruguai

CML - Centro Mato-Grossense de Letras

CMO - Comando Militar do Oeste

CNEN - Conselho Nacional de Energia Nuclear

COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CPA - Centro Político Administrativo

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESG - Escola Superior de Guerra

FACUAL - Fundo de Apoio à Cultura de Algodão

FIEGA - Federação das Indústrias do Estado da Guanabara

FUNAGRI - Fundo Nacional da Agricultura

FUNDECE - Fundo de Democratização do Capital das Empresas

IAS - Instituto Algodão Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IMAMT - Instituto Mato-Grossense do Algodão

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

Nuclebrás - Empresas Nucleares Brasileiras S/A

OAB/MT - Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PLADESCO - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste

PND - Política Nacional de Desenvolvimento

PNAD/IBGE - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

PNS - Política Nacional de Segurança

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PROALMAT - Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEGRAN - Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

PRODIAT - Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia e Tocantins

PROBOR - Programa de Incentivo à Borracha Vegetal

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo Agroindustrial

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PSD - Partido Social Democrático

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SNI - Serviço Nacional de Inteligência

SOBRAMIL - Sociedade Brasileira de Mineração

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCE/MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TCH - Teoria do Capital Humano

UEPAE - Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Dourados

UFMS - Universidade de Mato Grosso do Sul

UDN - União Democrática Nacional

VAB - Valor Agregado Bruto

VBP - Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Processo de urbanização em Mato Grosso - 2010 a 2015.....	170
Tabela 2. Crescimento da população em Mato Grosso.....	157
Tabela 3. Produção da cultura de soja em Mato Grosso de 1980 a 2015.....	166
Tabela 4. Evolução da população total por gênero em Mato Grosso (1872 – 2014)	167
Tabela 5. Representatividade das exportações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nas exportações do Centro-Oeste e do Brasil de 1998 a 2014.....	202
Tabela 6. Produto Interno Bruto a preços correntes (Bilhões de Reais)	205
Tabela 7. Leitos existentes privados e públicos p/1.000 habitante em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 2005 a 2012.....	213
Tabela 8. Evolução do número de estabelecimentos de saúde por esfera administrativa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 2005 a 2014.....	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual da população Urbana e Rural no Censo Demográfico por situação do domicílio em Mato Grosso (1960 e 2010)	168
Gráfico 2. Participação do Norte e Sul na arrecadação de Mato Grosso de 1970 a 1977 (%).....	197
Gráfico 3. Evolução da população de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 1940 a 2010 (mil habitantes).....	198
Gráfico 4. Evolução da taxa de crescimento anual de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Centro Oeste e Brasil de 1940 a 2010 (% ao ano).....	200
Gráfico 5. Evolução da balança comercial de Mato Grosso de 1998 a 2014.....	203
Gráfico 6. Evolução da área e produção de soja em Mato Grosso da safra 1976/1977 a 2014/2015.....	208
Gráfico 7. Evolução da participação dos setores de Mato Grosso no VAB de 1999 a 2012.....	208
Gráfico 8. Evolução da área e produção de algodão em caroço em Mato Grosso da safra 1976/1977 a 2014/2015.....	211
Gráfico 9. Evolução no número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil de 1990 a 2011.....	215
Gráfico 10. Taxa de analfabetismo por faixa etária em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 2010.....	219
Gráfico 11. Taxa de analfabetos da população com 10 anos ou mais de acordo com a situação do domicílio em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil em 2010.....	219

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
A DIVISÃO DE MATO GROSSO: O MOVIMENTO POLÍTICO QUE ATRAVESSOU UM SÉCULO DE HISTÓRIA.....	33
1.1 Os “vazios demográficos” remanescentes do império e os anseios de redivisão do território nacional.....	42
1.2 Instauração e queda do Estado Novo: a consolidação de Cuiabá como capital do estado de Mato Grosso.....	64
1.3 O triunfo eleitoral dos divisionistas em Mato Grosso nas eleições de 1965.....	88
1.4 Eleições gerais de 1974: a tensão entre o fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a aplicação abrangente da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG).....	107
1.5 A união do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro: o importante precedente que contribuiu para divisão de Mato Grosso.....	138
CAPÍTULO II	
CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DE MATO GROSSO: MIGRAÇÕES E AGRONEGÓCIO	154
2.1 Migrações e colonização do Centro-Oeste: a nova fronteira agrícola do Brasil....	158
2.2 Identidades divididas em território mato-grossense.....	173
2.3 Subjetividades e etnocentrismo: novas representações da identidade mato-grossense.....	188
2.4 Crescimento econômico, desenvolvimento humano e os indicadores sociais na terra do agronegócio.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS.....	229

INTRODUÇÃO

Quando o presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol) Joseph Blatter anunciou em 31 de maio de 2009 as sedes oficiais da Copa do Mundo no Brasil, incluindo Cuiabá como uma das doze sedes, todo Mato Grosso entrou em festa, foi uma explosão de alegria. Em meio a foguetórios, autoridades públicas e pessoas comuns se reuniram na praça 8 de Abril, em frente ao tradicional restaurante Chopão para aguardar a tão esperada divulgação oficial da vitória que seria feita pelo governador de Mato Grosso.

A alegria eufórica era motivada por várias razões, a emoção de receber os jogos internacionais, a oportunidade de melhorar e expandir a infraestrutura da cidade de Cuiabá, de divulgar a cultura, a gastronomia, o potencial econômico e as belezas naturais do estado de Mato Grosso para todo o planeta. Mas uma razão, em especial, parecia embalar as comemorações do cuiabano: a vitória sobre Campo Grande/MS, cidade candidata a sede e adversária secular de Cuiabá.

Por toda parte se ouvia exclamações de júbilo em relação ao fato de Campo Grande, a capital de Mato Grosso do Sul, ter sido superada por Cuiabá, capital de Mato Grosso, como sede escolhida para o importante Campeonato Mundial de Futebol. Ademais, transparecia a sensação de que este não era apenas um episódio pontual na relação entre as duas cidades, mas sim um capítulo a mais na histórica disputa entre as duas capitais.

Como migrante paulista que sou, eu tomava parte nestes debates sobre o “triunfo de Mato Grosso sobre Mato Grosso do Sul” sem, contudo, compreender plenamente este elemento histórico que para mim era ao mesmo tempo misterioso e fascinante. Nas comemorativas rodas de prosa, entre um brinde e outro, o cuiabano sempre se referia a Campo Grande imaginando como estariam decepcionadas a população e as autoridades de Mato Grosso do Sul, mas que isso era de fato “bom para o sul-mato-grossense aprender a respeitar o cuiabano”. Este sentimento generalizado de redenção me pareceu muito curioso, e foi um dos fatores que me impulsionou a empreender esta pesquisa histórica que tem como ponto central o centenário processo de divisão de Mato Grosso.

É do presente que surge a inspiração para esta pesquisa. As vozes daqueles que foram “vencidos” na centenária contenda entre Norte e Sul e que resultou na divisão do estado, ainda ecoam na intensidade do momento atual, ressoam nas ruas, bares, oficinas, comércio, escolas e nas tradicionais “rodas de prosa” em Cuiabá. Recentemente estas vozes,

costumeiramente abafadas, reverberaram com força por ocasião da escolha da sede da Copa do Mundo.

Até a decisão final que chancelou Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, em julho de 2009, houve um cenário de fortes disputas políticas e publicitárias envolvendo as duas cidades coirmãs. Com a decisão, um clima de alegria e revigoramento instalou-se na capital de Mato Grosso, restaurando a confiança do cuiabano, um estado de espírito que foi amplamente registrado na imprensa local à época. José Antônio Lemos dos Santos, em artigo publicado no Jornal Diário de Cuiabá em 02.06.2009 refere-se à mudança de postura que a escolha de Cuiabá como sede da Copa proporcionou na vida dos habitantes da capital quase tricentenária.

Cuiabá ganhou a Copa de 2014, pois por ela recuperou a autoestima, a visão positiva e a unanimidade por um interesse comum, situação só vista quase meio século atrás na vitoriosa luta pela Universidade Federal, tão forte que dobrou as vontades dos governos estadual e federal, em pleno autoritarismo. Ganhando a sub-sede aprende que, como capital de um estado campeão nacional de produção, pode e deve ir em busca de tudo aquilo que interessa ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento do estado. Não apenas esperar (SANTOS, 2013, p. 25).

Partindo dessa perspectiva, glosamos algumas indagações: Qual seriam os fatos, eventos e acontecimentos pretéritos responsáveis por este sentimento de rivalidade? Por que razão o mato-grossense, que a princípio parece possuir tantas afinidades de natureza social e cultural em relação ao sul-mato-grossense, mostrava-se tão exultante com esta conquista sobre seu coirmão?

Foi através do Professor Fernando Tadeu de Miranda Borges, da UFMT que estas perguntas foram ganhando respostas. Fernando Tadeu não apenas me ajudou a dar forma e consistência e estas indagações no plano histórico, como também me auxiliou a compreender mais sobre a incrível e multifacetada cultura cuiabana e sobre a história mato-grossense. Fui apresentado à bibliografia especializada sobre o tema, que inclui autores clássicos como Virgílio Corrêa Filho, Alcir Lenharo, Alisolet Weingartner, Jovam Vilela da Silva, Marisa Bittar, Pedro Valle, Maria Manuela Renha de Novis Neves, Fernando Tadeu de Miranda Borges, Lourembergue Alves, e pesquisadores da nova geração, tais como Nathália da Costa Amedi, Osvaldo Zorzato, Lylia Galetti, José Carlos Ziliani, Carlos Magno Mieres Amarilha, Vinícius de Carvalho Araújo e Max Murtinho.

Passei a frequentar “espaços da memória”, arquivos, núcleos e institutos de pesquisa. Percorrer esses espaços privilegiados, conhecendo o que foi preservado e

procurando descobrir aquilo que foi descartado, foi uma incrível experiência. A certa altura cheguei a me indagar: qual é a razão de se reescrever constantemente a história? Qual contribuição eu poderia ainda fazer à historiografia regional? Afinal, os documentos são os mesmos e continuam guardados nos arquivos e lugares de pesquisa. Aos poucos, no entanto, compreendi que são as perguntas que o historiador faz aos documentos é que ensejam um novo modo de contar uma história já escrita e recontada por muitos, mas que no investigar daquele pesquisador específico ganha novos contornos e dá ensejo a novos questionamentos.

Assim, é o tempo presente que nos obriga a debruçar sobre velhos documentos, num movimento que aproxima passado e presente, numa interlocução prazerosa. Com efeito, a história diverte e boa parte desse prazer está ligada ao contato com as fontes. O universo que se abre ao investigador na aproximação dos registros do passado é sempre emocionante, especialmente quando se pesquisa sobre a cidade em que se vive: trata-se de uma instigante redescoberta.

A obra *A Escrita da história* de Michel de Certeau, sobre a operação historiográfica, adquiriu para mim sentido prático e concreto no momento em que aplicava, na investigação, os procedimentos teóricos e metodológicos (CERTEAU, 1982). Compreendi que minha capacidade de análise sobre a história de Mato Grosso encontrava limitações que eram impostas, justamente, pela própria percepção que eu tinha sobre o lugar e sobre as pessoas que escolhi para realizar a pesquisa. A ideia de que seria possível através do exame de fatos e acontecimentos “encontrar uma história verdadeira” de Mato Grosso tornou-se, enfim, absurda. Aliás, todos os conhecimentos pretensamente válidos que a cada momento da pesquisa eu produzia eram prontamente submetidos à crítica dos professores envolvidos no projeto. Desse modo, evitei empreender uma pesquisa “solitária” e me cerquei sempre da experiência e dos conhecimentos especializados da Professora Nanci Leonzo e do Professor Fernando Tadeu de Miranda Borges. Os eminentes mestres me conduziram nos caminhos desta exploração científica e apreciaram, *pari passu*, as “conclusões” que eu extraía após ter percorrido a vasta literatura e os vestígios históricos sobre Mato Grosso.

Em Cuiabá pesquisei no Arquivo Público de Mato Grosso, no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFMT e no Instituto Memória do Poder Legislativo. Esses conjuntos documentais ofereceram farta e variadas fontes, apoiando o trabalho de confecção do projeto de pesquisa e, posteriormente, da tese de doutorado. Em Brasília, realizei pesquisas na Biblioteca da Agência Brasileira de Inteligência, órgão do qual faço parte como servidor.

Aos poucos percebi que havia reunido um conjunto interessante de dados, informações, documentos e registros históricos. Sobretudo, eu logrei conquistar um significativo cabedal teórico-doutrinário que daria a necessária ancoragem metodológica ao desenvolvimento de uma tese de doutorado sobre o tema. Formulei o projeto de pesquisa e submeti, enfim, ao rigoroso crivo da Professora Livre Docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Dra. Nanci Leonzo. Após análise acurada a Professora Nanci decidiu albergar a pesquisa e orientar o trabalho. A partir deste momento a tese de doutorado em História Social foi ganhando progressiva acuidade técnica e robustez analítica. A trajetória investigativa e a estruturação narrativa deste trabalho sempre estiveram sob a firme regência da Professora Nanci Leonzo, que por meio de uma orientação cuidadosa e elucidativa, guiou-me através da vasta e diversificada bibliografia sobre o tema. A cada ciclo de diálogos que realizava com a Professora Nanci, me sentia mais seguro para continuar a caminhada, que culminou no produto que agora apresento à comunidade científica.

A presente tese de doutorado tem por objetivo investigar a trajetória da sociedade mato-grossense em direção à construção de sua identidade em meio ao centenário processo de divisão do estado de Mato Grosso. Em 11 de outubro de 1977 o Presidente da República do Brasil, General Ernesto Geisel, assinou a Lei Complementar nº 31 que criou o estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de parte da área do estado de Mato Grosso. Esta data se tornou um marco na história regional e colocou fim a uma luta travada de um lado, pelos “sulistas”, habitantes da região Sul do estado de Mato Grosso, favoráveis à causa divisionista, e pelos “nortistas”, moradores da porção Norte que se esforçavam em impedir a consumação desse ato.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte refere-se ao período histórico que se inicia nos primórdios da República e se estende até a década dos anos setenta. A razão de se optar por um recorte histórico tão abrangente é identificar, na farta historiografia sobre fatos e eventos políticos existentes, vestígios de manifestações divisionistas e expressões de rivalidade entre as regiões Norte e Sul, diluídos em diversas fontes documentais, jornalísticas, orais e bibliográficas, atos governamentais, pronunciamentos de autoridades, fotografias e correspondências. A proposta foi mapear, na história das relações políticas entre o Norte e o Sul de Mato Grosso, os traços e indícios exordiais do centenário processo de divisão. Os resultados desta sondagem indicam que a divisão do estado representou a culminância de um “processo imperfeito”; uma sequência desconexa e irregular de acontecimentos no tempo e no espaço que ocasionou o

desmembramento territorial e a separação política de uma unidade federativa brasileira em pleno regime militar.

Toda a história da Primeira República é formada por lutas, transformações políticas e incessantes conflitos armados entre as oligarquias locais. As desavenças decorriam, de uma parte, pela manutenção dos privilégios proporcionados pela administração pública, e, por outro, pelo descontentamento do grupo que não detinha o poder e sentia-se prejudicado e preterido com a situação. Cada um dos grupos envolvidos litigava por interesses particulares e opostos; este impasse estava no âmago da camada dominante e ocasionava intensas discórdias partidárias, com graves consequências para a sociedade e para o estado. Um exemplo emblemático deste período foi a Caetanada, um movimento político-armado ocorrido no mandato do governador do estado general Caetano de Albuquerque, na década de 1910, envolvendo questões jurídicas, como a cassação do governador, e até a interferência do presidente da República.

Em meio a este clima de discórdia, a ideia separatista sempre figurou entre os temas políticos mais recorrentes no estado de Mato Grosso. Em função das circunstâncias reinantes, o tema da divisão surgia - ou ressurgia - com força, alcançava um clímax nas discussões e arrefecia em seguida, mas sempre deixava um rastro de consequências políticas e sociais que foram se acumulando ao longo do tempo e contribuíram decisivamente para a sua derradeira divisão no final dos anos setenta.

Norte e Sul de Mato Grosso receberam influências distintas já em sua colonização, o que acabou por gerar conflitos de interesses entre as duas regiões desde os momentos iniciais da República. Os migrantes que chegaram ao Norte desde o período da descoberta do ouro em Cuiabá eram, em sua maioria, lavradores sem-terra ou sitiantes que vendiam suas possessões para tornarem-se “pequenos fazendeiros” no Mato Grosso. Já os responsáveis pela ocupação do Sul foram atraídos pelas terras férteis, baratas e pela quantidade de gado bravo dos campos de vacaria, aí encontrados abundantemente em detrimento da ausência do ouro.

Para Marisa Bittar, “o regionalismo dos sulistas consiste na causa mais remota da divisão, (...) os sulistas transformaram o seu regionalismo em divisionismo” (BITTAR, 2009, p. 24), ainda segundo a autora, as ideias separatistas surgiram em 1892 nos confrontos armados entre coronéis sulistas e nortistas. Mas mesmo antes, nos debates realizados no decurso da Assembleia Constituinte de 1823, alguns parlamentares se mostraram preocupados com os grandes vazios demográficos e as distâncias das Províncias do extremo Norte do

Império. Em 1889 alguns políticos corumbaenses propõem a transferência da capital de Cuiabá para Corumbá, sob a alegação de que a cidade localizada na região Sul do estado estava economicamente e estrategicamente em melhores condições de ser a capital do que Cuiabá, já que estava localizada mais próxima dos principais centros econômicos e políticos da América do Sul e da Corte brasileira (WEINGARTNER, 1995, p. 37).

A pesquisa indica que o fluxo de influências entre o sul do Mato Grosso e São Paulo acarretou, sobretudo nos anos de 1919-1925, prosperidade econômica para as cidades sul-mato-grossenses. Campo Grande, aos poucos, concentrou no sul de Mato Grosso as principais atividades políticas e econômicas e da condição de entreposto comercial passou à posição de centro irradiador de ideias. Já Cuiabá, sede do poder político, absorvia o excedente produzido apenas nas cidades circunvizinhas, onde se encontravam grandes fazendas de gado e engenhos de açúcar. Ademais, o intercâmbio com São Paulo proporcionava a propagação do movimento divisionista também nos centros urbanos.

A ideia divisionista esteve, portanto, amplamente relacionada às diversas correntes migratórias que compõem o Sul do estado, à expansão pecuarista gerada a partir destes habitantes, ao regionalismo que marcou estes movimentos - resultando na formação das oligarquias - ao desenvolvimento e profusão das cidades da região Sul do estado, à interação entre sul-mato-grossenses e militares constantemente remanejados, e a implantação da ferrovia (BITTAR, 2009).

Como contraponto a este movimento sulista, nas décadas iniciais do século XX, houve um grande esforço para se construir uma identidade mato-grossense, tão necessária para se manter a integridade do estado. Este tema é explorado na segunda parte da tese. Nesta linha argumentativa, a pesquisa narra as comemorações do bicentenário da cidade de Cuiabá, então capital do estado de Mato Grosso, por iniciativa do Governo de Dom Aquino Correia, que buscou através de alguns projetos, “dar os contornos” de uma identidade que remetesse a aspectos nobres e positivos do habitante local. Todo o período do governo D. Aquino foi marcado por “inúmeras manifestações culturais caracterizadas pela exaltação à terra e ao homem mato-grossense (...) sobretudo em torno das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá” (GALETTI, 2000, p. 285).

Um resultado promissor deste movimento foi a criação do Instituto Histórico Mato-Grossense e do Centro Mato-Grossense de Letras, entre os anos de 1919 e 1921, instâncias destinadas a construir os discursos encarregados de edificar uma memória capaz de definir e cristalizar valores, crenças e tradições do estado de Mato Grosso: “a preocupação em

associar o progresso (...) à preservação da memória histórica estava presente na proposta de criação de um instituto local” (Ibid., p. 285).

Com a fundação do IHMT, em oito de abril de 1919, ficaram mais evidentes os esforços materiais e intelectuais no sentido de realçar o valor histórico e político de Cuiabá, como cidade-mãe de Mato Grosso, e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense. Neste período, a mudança da capital de Cuiabá para Corumbá ou Campo Grande passara a ser uma ameaça real para muitos cuiabanos (AMEDI, 2014).

A partir dos anos 1920, com a pujança econômica trazida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e o aumento populacional no Sul de Mato Grosso, o movimento divisionista foi tomando forma (QUEIRÓZ, 2007, p. 143). A finalização da ligação ferroviária Noroeste do Brasil (NOB) ao unir o Sul de Mato Grosso a São Paulo e ao Rio de Janeiro, “desuniu” o estado de Mato Grosso. A ferrovia chegou a Campo Grande em 1914 e transformou o cenário econômico da região. Em 1921 a Região Militar de Corumbá foi transferida para Campo Grande, que estava localizada em uma posição estratégica mais adequada para os propósitos militares, considerando a questão fronteiriça, ademais, o deslocamento realizado pela ferrovia era mais desobstruído a partir de Campo Grande.

A ligação ferroviária Noroeste do Brasil (NOB) foi um fato histórico marcante na disputa Norte-Sul e deu azo a questionamentos acerca da sub-representação dos sulistas nos espaços de poder estaduais, a despeito de seu “poder econômico”. A ferrovia fez intensificar o discurso e a militância política pela mudança da capital para Campo Grande. Há que se considerar que o declínio econômico e demográfico de Cuiabá, naquele período, fortalecia o pleito sulista pela emancipação da região meridional de Mato Grosso em um novo estado da federação.

Em 1932, outro surpreendente acontecimento gravou de forma indelével a história das relações entre Cuiabá e Campo Grande. O prefeito desta cidade sul-mato-grossense, Vespasiano Barbosa Martins, decide apoiar a “Revolução de São Paulo”, e se posiciona em favor dos paulistas e contra o governo de Getúlio Vargas. O Norte de Mato Grosso, no entanto, permaneceu fiel a Getúlio Vargas e repudiou a “Revolução de São Paulo”. Neste momento é instituído um governo autônomo na região Sul do estado. Durante três meses, Vespasiano Barbosa Martins “governou paralelamente” o estado de Mato Grosso. Todavia o seu intento não prosperou e Cuiabá permaneceu sendo a capital e sede do governo do estado.

Neste mesmo ano de 1932 foi criada a “Liga Sul-Mato-Grossense” por universitários que residiam no Rio de Janeiro (SILVA, 1996, p. 148). Os acadêmicos manifestavam forte desejo de pleitear a divisão de Mato Grosso através de atos e publicações. Dois anos após a criação da “Liga Sul-Mato-Grossense”, em 1934, o general Cândido Mariano da Silva Rondon respondeu aos divisionistas do Sul, por meio de uma entrevista concedida ao jornal “Diário de São Paulo”, na qual contesta veementemente o divisionismo, e alegava que o movimento era fruto de interesses dos “filhos de outros estados” e que não possuíam “verdadeiro amor” por Mato Grosso. A tréplica da Liga Sul-Mato-Grossense veio no mesmo ano, por meio de um documento intitulado “A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon”. Neste arrazoadado, foram contestados de forma incisiva todos os argumentos elaborados por Rondon na entrevista ao jornal Diário de São Paulo (LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, 1934).

Em 1946, a proposta de transferência da capital do estado foi, mais uma vez, trazida à baila. Neste momento, no entanto, a alternativa à Cuiabá deixou de ser Corumbá e passou a ser Campo Grande, que se tornara o centro político-econômico mais importante do Sul de Mato Grosso e aspirava a posição de capital do estado (BITTAR, 1999). Com efeito, Campo Grande crescera de tal maneira que conseguiu chegar a ser a primeira cidade do estado, superando a própria cidade de Cuiabá. Este fenômeno fez revigorar no Sul do estado o chamado movimento separatista. A estratégia, na verdade, não era “apenas” mudar a capital, mas angariar forças para impulsionar a própria divisão do estado (BORGES, 2007).

Apesar da discussão sobre a mudança da capital do estado, na década de 40 não houve em relação à divisão de Mato Grosso “nenhum movimento de monta” (VALLE, 1996, p.178). A inquietação dividionista somente viria à tona com maior intensidade na década de 50, após o chamado “Estado Novo” (1937-1945). Com o fim da ditadura Vargas, a eleição de Vespasiano Martins ao senado pelo Sul e a instalação da nova Assembleia Constituinte em 1946, a causa divisionista ganhou novo ânimo.

A partir da década dos anos 50, os argumentos em favor da divisão de Mato Grosso ganharam vulto. Diversos manifestos de caráter divisionista foram apresentados à Câmara de Deputados e os discursos pela divisão, em certos casos, retomaram imagens negativas, relacionadas especialmente ao “estigma da barbárie”. A porção Norte de Mato Grosso, segundo a perspectiva separatista, estaria longe daquilo que seria o ideal de progresso e civilização associados ao litoral do Brasil, remetendo àquilo que Bourdieu (1989) entende como “espaço estigmatizado”, ou seja, um lugar marcado pela distância econômica e social (e

não geográfica) em relação ao centro. Assim, a tarefa empreendida pelos mato-grossenses estava impregnada do desejo de se livrar de adjetivos indecorosos, tais como, “gente sanguinária, incivilizada, vingativa, preguiçosa e ignorante” (GALETTI, 2000, p. 58).

A partir de 1952, na Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas, o ideal divisionista obteve importantes adesões como as dos generais Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva. No final da década de cinquenta, o movimento voltou a se intensificar como nunca antes. Tomou novo fôlego com a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, mas arrefeceu logo em seguida, após Jânio declarar que “(...) depois de seu Governo ninguém mais iria pensar em dividir o estado” (VALLE, 1996, p. 36).

Em 1959 surge o movimento “Dividir para Multiplicar”, também iniciado pelos sulistas e que provocou, ironicamente, o movimento nortista divisionista, cujo slogan era “Dividir para Sobreviver”. Justamente neste período, entre os anos de 1959 e 1963 a Revista Brasil-Oeste participou deste debate, especialmente como voz consoante às ideias do movimento divisionista sulista. O posicionamento do periódico frente ao projeto de divisão de Mato Grosso recebe especial atenção neste trabalho de pesquisa, uma vez que possibilita observar a relação deste veículo de comunicação com os interesses políticos e econômicos vigentes, em todos os âmbitos.

O material jornalístico analisado neste levantamento revela a ação da imprensa na construção de representações sobre fatos relacionados à divisão do estado de Mato Grosso (BOURDIEU, 1989). A análise leva a refletir sobre a relação entre o fato publicado pelos meios de comunicação, reputados como “voz imparcial”, e os interesses políticos e econômicos. Como referencial para esta investigação foram utilizadas as análises de Eduardo de Melo Salgueiro sobre a Revista Brasil-Oeste (SALGUEIRO, 2010) e dados coletados no “Acervo Folha”, do jornal Folha de São Paulo.

O grande marco da década de 60, porém, foi o Golpe Militar de 31 de março de 1964. Com o Golpe os separatistas novamente se recolheram, porém, o divisionismo renasce com a chegada dos militares Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva a Cuiabá, comissionados para tratar de temas referentes à reconfiguração territorial do país.

No contexto do regime autoritário o governo promovia a ocupação de “espaços vazios” em prol da segurança nacional, aliando seu projeto de “Brasil Potência” aos interesses da elite agrária sul-mato-grossense. Em relação a esta hipótese a tese busca demonstrar, através da análise dos Manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) e da historiografia

especializada sobre o Governo Militar, que a divisão de Mato Grosso foi amplamente inspirada nos conceitos da geopolítica nacional vigentes naquele momento.

Outrossim, esta estrutura geopolítica que conferiu “coerência doutrinária” às ações de reconfiguração territorial do país foi erigida sob os fundamentos da segurança nacional e do desenvolvimento, conceitos elaborados pelos militares. Acompanha esta análise o estudo da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, que ocorreu em 1975 através da Lei Complementar 20/75. O que se extrai da avaliação conjunta sobre o desmembramento de Mato Grosso e a fusão entre os estados da Guanabara e o Rio de Janeiro é que em ambos os casos permearam vultosos interesses políticos.

Em relação ao estado da Guanabara, os relatórios do SNI projetavam a necessidade do governo militar de diminuir o peso político da Guanabara, reduto oposicionista e “domestica” o MDB. Quanto ao Mato Grosso, uma convergência de indicações sugere que o desmembramento do estado de Mato Grosso efetivou-se como estratégia para, primeiramente, assegurar a eleição do general João Batista Figueiredo e, ato contínuo, obter uma representação mais expressiva no Congresso Nacional.

Com base nos estudos realizados nesta pesquisa, verifica-se que desde a década de 60 os militares já planejavam a divisão do estado. Em razão das eleições ocorridas em 1974, planos foram mudados e o ministro Rangel Reis, em pronunciamento realizado no mês de outubro, transferiu a divisão para o ano subsequente. Em 1975 surgem as primeiras manifestações oficiais das elites sobre a divisão, “(...) as Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra - que desde 1952 já vinham debatendo o problema - resolveram publicar dois relatórios e divulgá-los simultaneamente em Cuiabá e Campo Grande” (VALLE, 1996, p.183).

A marcha pela separação das regiões Norte e Sul do estado de Mato Grosso, que nas décadas iniciais do século XX, entoava o refrão pela transferência da capital de Cuiabá para Corumbá, com o tempo, passou a insistir na mudança da capital para Campo Grande. No entanto, o que estava em discussão era mais do que isso, era a própria divisão territorial de Mato Grosso associada aos inúmeros interesses atrelados a este acontecimento.

Ao longo de décadas, o movimento pela divisão de Mato Grosso em alguns momentos reduziu seu compasso a ponto de ficar inerte, mas ressurgia por vias transversas, seguindo um percurso que não era linear, ordenado ou continuísta. Trilhou, portanto, caminhos inesperados, sofreu retrocessos, e, sobretudo, não teve desde o seu início o objetivo

único de “chegar” ao acontecimento histórico da divisão do estado. A divisão poderia, dentro desta perspectiva crítica, ser considerada um “pseudo-objetivo”, que por contar com a simpatia de muitas pessoas, foi apropriada em diferentes momentos por interesses políticos enquanto justificativa legítima para a conquista de outros objetivos não declarados. A divisão representou, em última instância, uma das inúmeras consequências de um processo social e político mais abrangente, que encontrou no regime militar um “ambiente” favorável à sua efetivação.

A pesquisa, que desde o seu início objetivou um contato direto com o seu objeto de estudo, desconstrói a narrativa segundo a qual a história de Mato Grosso, e o fato histórico da divisão, estariam ligados a uma “escala evolutiva” ou vinculados a uma “linha do tempo”. A suposta linearidade histórica é refutada a partir de análises que indicam resultados circulares, isto é, a dicotomia Norte e Sul que resultou na divisão de Mato Grosso é compreendida e reconstruída como um evento recorrente, que se reinicia e se reinventa constantemente sem chegar a um resultado objetivo.

Neste sentido, os papéis históricos se invertem: a bipartição Norte-Sul representa o gênero do qual o evento “divisão”, não obstante sua importância histórica, é apenas a espécie. Em outras palavras, a dicotomia das regiões Norte e Sul é muito mais ampla que o evento histórico da divisão. Não é a divisão de Mato Grosso que influencia e define sua cultura e suas relações políticas a posteriori, mas sim o contrário, a divisão foi fruto da cultura e da atividade política que ao longo de décadas foram lançando as bases para o processo de divisão. A divisão de Mato Grosso representa o singular resultado da captura dos interesses públicos pelos interesses político-partidários; é consequência, ainda, da incapacidade de se lidar com a alteridade, isto é, apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença. Quanto menos alteridade existe nas relações pessoais, sociais e institucionais, mais conflitos ocorrem. A nossa tendência é colonizar o outro, ou partir do princípio de que eu sei e ensino para ele (BETTO, 2002).

Confere ancoragem teórica para as abordagens sobre a sinuosa trajetória da política mato-grossense a concepção de história, ou de teoria da história, elaborada por Walter Benjamin por meio de dois de seus principais escritos sobre tal temática, a saber: “História e Coletivismo: Eduard Fuchs (1935-1937)” e “As Teses sobre o Conceito de História (1940)”. W. Benjamin, ao buscar um materialismo histórico que considera o passado como uma matéria viva e inacabada, formula instrumentos heurísticos com grande aplicabilidade à

análise da história de Mato Grosso, uma vez que propõe a atenção concentrada no presente. É da atualidade que surge a inspiração para esta pesquisa.

O historiador materialista, para W. Benjamin, deve estar atento a essas vozes do passado, não para recuperá-lo exatamente como ele foi, mas para fixá-lo numa imagem - rápida e inconclusiva - que dialetiza com o presente, construindo novas possibilidades de leituras tanto do passado quanto do presente. “Articular historicamente o passado não é conhecê-lo como de fato foi, significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1985, p. 224).

W. Benjamin demonstra muito cuidado pelos detalhes e resquícios; sua preocupação, porém, não visa a uma descrição exaustiva, mas uma história “a contrapelo”: não aquela dos vencedores, mas outra, aquela que poderia ter sido e que deixou interrogações, hiatos históricos que são sinais de alteridade e de resistência. A presente tese buscou, justamente, reconhecer estes sinais e empreender uma narrativa buscando uma outra história de Mato Grosso. As abordagens de W. Benjamin incentivaram, inclusive, o emprego de paradigmas teóricos não muito comuns, que foram empregados na segunda parte da tese, que se debruça sobre o interessante tema das identidades. O paradigma psicanalítico de Freud e Lacan, associados a excertos bíblicos, são utilizados para demonstrar os intensos conflitos de linguagem que acompanharam os debates acerca da divisão do estado.

Quando se fala das “épocas” da história, subentende-se que tais períodos têm um ciclo finito e delimitado no tempo, geralmente estruturado a partir de um fato aglutinador ou desencadeador. Esta concepção envolve a crença de que a “História” é uma sucessão de eventos, porém suscetível à descontinuidade. À luz deste enfoque teórico-analítico, o desmembramento de Mato Grosso seria uma ruptura não apenas política e administrativa, mas também uma “desunião” que impõe um vazio desconcertante à esta defluência de acontecimentos na história de Mato Grosso, que até então era única, mas se bifurca e passa a trilhar caminhos distintos. Uma descontinuidade, enfim. Mas qual caminho seguir após esta quebra de continuidade? Como efetuar a inexorável trajetória histórica na ausência de uma parte tão importante de si? Qual seria a identidade deste novel estado, desta sociedade cindida?

Como fronteira de época, a divisão fez pensar que o estado antes “acontecia” dessa ou daquela maneira e passa a não mais sê-lo, uma vez ultrapassada esta baliza histórica simbolizada pela sua cisão. O que a presente tese sugere é que a real mudança se dá na forma

como se passou a perceber o estado, as pessoas, a política e a economia; foi a consciência e o olhar sobre estes elementos que efetivamente alterou-se e não os elementos em si.

O fato desencadeador da divisão é o signo por excelência de uma nova época. Em razão da descontinuidade que assinala, após 38 anos, entendemos que a divisão foi de fato um evento demarcador de época que alterou a percepção sobre os elementos constitutivos do Estado. Povo, território e governo se transformaram para albergar uma nova realidade administrativa; mas esta reorganização deu-se, sobretudo, na maneira como passaram a ser considerados tais fatores diante da subtração de uma porção de sua unidade.

No que tange aos governos e à política, objetos de pesquisa da primeira parte desta tese, os primórdios da República, o Golpe de 1964 e a instauração do Estado Novo, a Ditadura Militar e a redemocratização do país são “historicizadas” e colocados em perspectiva em relação ao evento da divisão. Ao se fazer este exercício narrativo, a constatação que emerge dos documentos investigados é que a forma política é essencialmente uma expressão de cada época.

O modelo político não existe “desde sempre”, mas eclode no tempo por meio de um salto, de uma ruptura. H. Arendt emprega o termo “nascimento” para falar dessa eclosão, mas há entre nascimento e morte uma assimetria, cheia de consequências, já que a morte é inevitável e não se sabe quando virá ou por quanto tempo pode ser postergada, enquanto o nascimento é um fato conhecido (ARENDT, 2003).

[...] se o nascimento é conhecido, tem data e local fixados, o mesmo não se dá com a morte. Isso faz uma grande diferença – uma diferença “existencial”, se quiserem – e com um dado a acrescentar, se considerarmos a analogia entre a vida individual e a vida de uma república. É que o tempo médio da primeira é mais ou menos conhecido – mesmo que não saibamos a hora exata de cada um (o que em si já é muito importante) – enquanto o da segunda é uma grande incógnita. Sabe-se da morte, que ela é inevitável, mas não quando ela virá e nem por quanto tempo pode ser postergada: sobre isso recai uma questão de responsabilidade humana. Essa angústia, que se pode dizer universal, ganha um efeito ainda mais agudo quando se vincula a forma política à ideia de época: se uma época “adveio”, até quando ela persistirá? (ARAÚJO, 2014, p. 12).

A angústia em relação às consequências da divisão do estado é abordada na segunda parte da tese, e recai - inevitavelmente - sobre a instigante questão das identidades. A pesquisa neste ponto avalia a carga de subjetividade que implica a passagem de uma época para outra. A ansiedade que concerne à vida dos habitantes das cidades de Cuiabá e Campo

Grande, “oficialmente divididos”, é pensada como parte de uma época de transição e do próprio esvaimento dessa época.

Essa especulação remete à discussão do declínio de um longo período histórico, caracterizado pela forte polarização política e social entre duas regiões que pertenciam a um mesmo estado. A divisão surge como uma “sentença” a selar este declínio, e põe fim ao processo pela perda de seu objeto.

Em relação às sociedades divididas neste litígio, durante a pesquisa se observou um quadro muito ambíguo e difuso quanto aos sentimentos e ressentimentos que esta “sentença de divórcio causou”. A própria nomenclatura empregada para definir este conturbado momento sucedâneo à divisão revela esta ambiguidade. O termo cunhado e comumente utilizado para denominar o período posterior à divisão, a chamada “pós-divisão”, representa uma conjuntura que, na falta de um sentido mais positivo, simplesmente se define pelo acréscimo de um “pós” à palavra “divisão”.

Esse prefixo “pós” expressa, outrossim, perplexidade e indeterminação. É uma perturbação que se anuncia nessa denominação carregada de sentido enigmático. As duas palavras, quando conjugadas, inspiram hesitação e cautela; constitui um vocábulo conturbador a definir o momento posterior ao desmembramento de Mato Grosso. Com a divisão surge a necessidade de se administrar um novo território, novas instituições públicas e reconfigurar a economia. Embora esta não tenha sido tarefa simples, a mais tormentosa missão no pós divisão foi reorganizar o inconsciente coletivo das populações separadas.

Com a divisão, as sociedades aglutinadas nas cidades de Cuiabá e Campo Grande tiveram que percorrer o nebuloso caminho da reconstrução de suas identidades, sendo que para o campo-grandense esta foi uma tarefa particularmente árdua. Ambas populações, no entanto, tiveram que criar (ou ao menos reformular) suas respectivas identidades culturais, caracterizando-as por uma certa diferença e distanciamento uma em relação a outra, para marcar a diversidade, que assinala a separação.

A divisão precisou ser criada, composta, instituída, e o fator cultural foi decisivo neste processo. Se as sociedades e os governos não pontuassem a diferença através de uma distinção em suas identidades correspondentes, como poderiam proporcionar às pessoas a ideia de partição, a imagem e a noção de “outro”?

Com a divisão o futuro tornara-se incerto. Assim, para superar a ansiedade que causava, a estratégia foi reforçar o conceito segundo o qual o desmembramento representava

uma fronteira de época que, uma vez ultrapassada, anunciaria um futuro que embora fosse desconhecido, também poderia ser promissor. Para compensar a perda de horizonte ocasionada pela separação, o mato-grossense faz uso de reminiscências do passado, daquilo que já viveu para criar o presente, e “o passado torna-se contemporâneo”.

A história dos habitantes de Mato Grosso, que apesar dos percalços se desdobrava com alguma coerência, avançando continuamente, de repente encontrou uma “parede”, obrigando-a a “frenar”. Ao ser contida bruscamente em sua dinâmica inercial, a história de Mato Grosso remonta sobre si própria: passado e presente se embaralham. É interessante notar nesta alegoria que o passado, por excelência um lugar dos problemas não resolvidos à espera dos tempos vindouros, com o futuro bloqueado, se avoluma sem solução. O resultado é uma sensação social de “urgência” para a resolução dos problemas acumulados e diante de um futuro indisponível como um recurso para resolvê-los em um curso natural.

É interessante notar que a realização da Copa do Mundo pareceu desbloquear, parcialmente, este futuro obstruído. Restaurou, sobretudo no plano imaginário, a esperança cuiabana por tempos melhores, aplacando a sensação disseminada de “urgência”. Os problemas não resolvidos, seriam, enfim, solucionados. Diante das diversas ações preparatórias e das obras públicas destinadas a recepcionar o grande evento desportivo, a população imaginava o futuro sendo liberado pelos vultosos investimentos públicos destinados a equipar Cuiabá com uma infraestrutura “padrão FIFA”. “Há um conjunto de obras que são importantes para a realização da Copa do Mundo em 2014, mas também são indispensáveis para a Cuiabá de hoje” (SANTOS, 2013, p. 43).

A divisão de Mato Grosso suscitou o entrelaçamento entre passado e presente. Este fenômeno histórico encontra explicação nas elaborações teóricas formuladas por R. Koselleck, (2006, especialmente cap. 14). O autor discorre sobre a ultrapassagem dos tempos modernos e suas implicações sociais, culturais e políticas. Koselleck trabalha com uma dupla conceitual que opõe, de um lado, o “espaço de experiência” e, de outro, o “horizonte de expectativa”. Formula um conceito de época cujo sentido se volta para um futuro ascendente, isto é, sempre esperado como melhor do que o passado e o presente.

O mato-grossense ainda experimenta essa distância: um horizonte de expectativa que é sempre fugidio, sempre deslocado do presente. Sua superação viria através do colapso dessa distância, que se traduz na ideia da fusão do horizonte de expectativa com o próprio espaço de experiência. Essa leitura da história moderna de Mato Grosso à luz do esquema koselleckiano, explica um certo sentimento (nada incomum em nossos dias) de “expectativas

decrecentes”. Se o futuro será mais e mais negativo, o presente é melhor por comparação, e o passado melhor do que presente, e assim por diante. Inverte-se o juízo de valor sobre a sucessão do tempo e as próprias expectativas: em vez de idealizar o futuro, idealiza-se o passado. É o que alguns historiadores chamam de “passadismo”, o exato oposto do “futurismo” ou “progressismo”. Neste ponto, recordamos Octávio Ianni (1979), que reflete sobre como a ocorrência de rupturas estruturais na sociedade brasileira, como a Guerra do Paraguai ou a Proclamação da República em 1888/1889, levou a nação brasileira à indagação do presente, ao mesmo tempo em que o próprio passado seria repensado na busca por inovações e descontinuidades. Desse modo, o Ianni considera que, até mesmo quando se deseja o futuro, a nação é posta novamente a contemplar o passado, seja no sentido de convocá-lo ao presente, seja no de transformá-lo em possibilidade de um outro porvir.

A marcha divisionista atravessou décadas e somente se consumou quase um século após o primeiro clamor pela separação, o que a torna, por si só, uma formidável e emocionante trajetória histórica, digna de ser contada muitas vezes. A Lei Complementar nº 31, promulgada em 11 de outubro de 1977, em Brasília, finalmente constituiu o estado de Mato Grosso do Sul, integrado por 55 municípios agrupados em 07 microrregiões homogêneas. As populações envolvidas, contudo, não foram consultadas sobre este ato - que foi abrupto e impositivo - e somente tomaram parte dos planos do Governo Federal para a região depois de feita a exposição de motivos e publicada a lei complementar. “(...) não houve manifestações populares que antecedessem e apoiassem a sua criação, também não houve manifestações que a ela se opusessem. (...) Em síntese: as duas regiões aceitaram o ato consumado” (BITTAR, 2009. p. 432).

Alguns interpretam a separação como uma decorrência lógica da configuração geográfica do estado do Mato Grosso, outros a classificam como “uma decisão pessoal, um ato de arbítrio do presidente Geisel” (VALLE, 1996. p. 56). Para Jovam Vilela da Silva “(...) nas bases, o que realmente motivou essa decisão, assim como motivará outras, “é que esta foi a que melhor serviu, no caso, aos mais altos interesses nacionais! ” (SILVA, 1996, p.194). Quanto a isso não há dúvidas, mas quais são estes interesses nacionais e a quem tais interesses beneficiou? Esta tese busca fornecer alguns elementos para responder a estas questões.

Ao longo deste trabalho de pesquisa de doutorado, que sempre privilegiou a proximidade com as fontes históricas, alguns aspectos vieram à baila de forma bastante destacada, o que suscitou uma abordagem mais detalhada sobre tais elementos. O universo de sentimentos do cuiabano relacionados à região Sul de Mato Grosso e aos migrantes de forma

ampla, emergiu no trabalho de pesquisa de forma muito saliente, isto é, surgia a todo momento. Mesmo quando se buscava compreender melhor outros elementos históricos, como a política ou a economia do estado, o tema das identidades e da cultura mato-grossense afluía com forte intensidade. Neste sentido foi identificado na pesquisa um numeroso conjunto de vestígios de ressentimentos e rancores, até mesmo desejos de vingança e morte permeando os intensos debates para se manter o estado uno ou separá-lo definitivamente. Este parece ter sido foi um dos legados do abrupto e impositivo ato que resultou na divisão do estado.

A gênese da divisão de Mato Grosso causou grande inquietação emocional nos habitantes da região Norte do estado, especialmente os cuiabanos, que se viram impelidos a realizar um extenuante trabalho de autoafirmação de sua cultura e tradições, que ainda hoje se encontra em curso. Para a compreensão da questão do (res)sentimento, foram importantes para esta tese as precisas reflexões realizadas pela Nathália da Costa Amedi sobre os discursos sensíveis acerca da modernização da cidade de Cuiabá, no período pós-divisão do estado. As elucidações constantes na dissertação “A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)” contribuíram muito para a compreensão do processo de modernização de Cuiabá e o seu significado para a afirmação do papel de capital do estado (AMEDI, 2014).

A divisão de Mato Grosso marca, assim, um longo processo de consolidação cultural do povo mato-grossense que lutou muito para manter-se unido perante a ameaça divisionista. Ao longo das décadas que antecederam a divisão, a população da região Norte do estado se encarregou de buscar a integração da unidade federativa através da afirmação de seus valores, crenças e tradições (CLARO, 2005). Desta forma, a identidade cultural do mato-grossense foi sendo construída, remodelada e revigorada a partir de um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados com os habitantes locais e migrantes de todo Brasil que desde os primórdios da República aportam Mato Grosso.

Esta dinâmica foi cristalizando a comunhão de determinados valores entre os membros da sociedade, que podem ser percebidas em manifestações que envolvem um amplo número de situações que vão desde a fala até a participação em certas práticas e tradições. Não obstante, os resultados desta pesquisa assinalam que a identidade cultural do mato-grossense não pode ser vista como sendo um conjunto de valores fixos e imutáveis, que define o indivíduo e a coletividade da qual ele faz parte, enfim, não pode ser pensada como um

patrimônio a ser preservado inalterado. São o intercâmbio e a modificação os caminhos que orientam a formulação e a construção de novas identidades em um incessante processo de aculturação.

Neste diapasão, as formulações de Flávio Roberto Gomes Benites (2013), na tese doutoral “Territórios de si e do outro: língua, discurso e identidade em contexto migratório”, desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, também foram valiosas para a compreensão dos discursos identitários produzidos na região da Baixada Cuiabana (MT), decorrentes do contato entre mato-grossenses e migrantes gaúchos e as interessantes representações/imagens de si e do outro (BENITES, 2013).

Finalmente, no bojo do processo de luta pela separação das regiões do estado de Mato Grosso, esteve presente o debate acerca da arrecadação e distribuição de recursos provenientes da tributação. Um dos argumentos explorados pelos sequazes do divisionismo era a afirmação de que o estado de Mato Grosso uno se beneficiava quase que exclusivamente da arrecadação tributária obtida na região Sul.

A divisão, por esta perspectiva, passou a ser justificada sob o falacioso argumento de que o Sul do estado de Mato Grosso, além de sustentar economicamente toda a unidade federativa, era, por outro lado, desprezado politicamente pelos administradores do governo que residiam em Cuiabá (LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, 1934). Desta forma, os divisionistas afirmavam que o estado dividido teria melhores condições para se desenvolver regionalmente.

A análise dos aspectos econômicos relativos a fatos e argumentos levantados no decurso do processo de divisão do estado é feita na última parte da tese. A situação da economia das regiões Norte e Sul do estado, nos anos que antecederam a divisão de Mato Grosso e no período posterior à divisão, indica que na primeira metade do século XX, a região Sul, além de arrecadar mais que o Norte, também era mais populosa e apresentava uma economia bastante dinâmica. Este quadro socioeconômico sofre intensa alteração após a efetivação da divisão do estado, em 1977.

Sobre este tema, a dissertação “Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 - 2000)”, defendida na Faculdade de Economia da UFMT por Max Nunes Murtinho propõe uma provocativa e interessante indagação acerca da relação entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso no pós-divisão. No período de 1970 a 2000 os indicadores econômicos e sociais corresponderam às argumentações divisionistas? As indagações de Murtinho sobre o

contexto econômico das duas regiões são investigadas na presente tese de doutorado, que explora analiticamente dados e informações relativos à situação econômica de ambas as regiões, antes e depois da divisão.

Os resultados desta pesquisa indicam que, atualmente, Mato Grosso se destaca em diversos indicadores econômicos, e, inclusive, supera o estado vizinho de Mato Grosso do Sul em alguns casos. A produção agrícola é pujante, sendo que Mato Grosso é o maior produtor de soja do país e possui o maior rebanho bovino. O PIB do estado cresce consistentemente e dois fatores podem ser apontados como iniciativas propulsoras deste quadro econômico: as ondas migratórias e a colonização que se efetivou nos anos 70 em Mato Grosso. Em grande parte dos casos as ondas migratórias foram financiadas pelo estado ou por empresas privadas; através de políticas federais como o PODREGRAN, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONOROESTE. Por fim, é importante notar que ainda que tenha havido forte crescimento econômico no estado no período pós divisão, os indicadores de desenvolvimento regional como IDH, educação e saúde não têm uma evolução proporcional.

Eu me orgulho de ser um migrante que aportou solo mato-grossense no ano de 2001 para trabalhar para o estado de Mato Grosso após obter aprovação no concurso para provimento ao cargo de Gestor Governamental. Sinto-me parte da história deste lugar incrível. Considero-me mato-grossense e amo Mato Grosso. Nesta terra maravilhosa tenho dedicado os anos mais vigorosos da minha vida, trabalhando em diversos órgãos e instâncias. Atuei profissionalmente na Secretaria de Fazenda de Mato Grosso e lecionei Direito Internacional Público na Universidade de Cuiabá. Atualmente sou Oficial do Governo Federal em exercício na cidade de Cuiabá. Posso optar por uma lotação em outra capital do país, mas decido permanecer por aqui e aqui permanecerei enquanto Deus permitir.

No ano de 2007 casei-me com uma linda cuiabana, Luciana Augusta. Em 2011 veio ao mundo o nosso filhinho, Josué Augusto. No momento em que esta tese estiver sendo defendida, mais um “cuiabaninho”, nosso segundo filho, estará iniciando uma sua trajetória nesta terra abençoada. “Terra do berço! Terra evocativa e linda! Em ti o coração, como fruto dourado, Remoça-nos também de esperança e de amor” (Poema Laranjeira Cuiabana, de Dom Francisco de Aquino Corrêa. Obra Terra Natal, 3º edição, 1985).

CAPÍTULO I

A DIVISÃO DE MATO GROSSO: O MOVIMENTO POLÍTICO QUE ATRAVESSOU UM SÉCULO DE HISTÓRIA

A divisão do estado de Mato Grosso foi o resultado de um longo processo que durou cerca de um século de História. A região Sul e a região Norte do estado sempre estiveram em posições políticas opostas. Em alguns momentos esta polaridade era explícita e deflagrada, em outros, era velada e obsequiosa, mas a tensão divergente sempre foi observada ao longo das décadas que antecederam a divisão do estado que se efetivou em 1977.

Diluída em discursos, pronunciamentos, mensagens, atos governamentais, ou mesmo identificada nas realizações de obras públicas favorecendo uma região em detrimento de outra, a ideia separatista sempre figurou entre os temas políticos mais recorrentes no estado de Mato Grosso. Em função das circunstâncias reinantes, o tema da divisão surgia - ou ressurgia - com força, alcançava um ápice nas discussões e esvaecia em seguida, mas sempre deixava um rastilho de consequências políticas e sociais que foram se acumulando ao longo do tempo e contribuíram decisivamente para a divisão no final dos anos setenta.

“Desde a independência do Brasil, houve (...) a preocupação da Assembleia Constituinte com os vazios demográficos do Império, principalmente nas regiões do Pará, Amazonas e Mato Grosso” (SILVA, 1996, p. 170). A redivisão do território nacional é uma ideia secular, que tem sua origem nos primórdios do Brasil independente. Nos debates realizados no decurso da Assembleia Constituinte de 1823, alguns parlamentares se mostraram preocupados com os grandes vazios demográficos e as distâncias das Províncias do extremo norte do Império, como Pará, o Amazonas e Mato Grosso. Mesmo um pouco antes da proclamação da República, vários projetos com argumentos geopolíticos foram apresentados defendendo um novo desenho do mapa brasileiro.

Nos primórdios da República em Mato Grosso, a análise da sequência histórica de disputas e revoluções é bastante significativa para a compreensão do processo de divisão do estado, que se efetivaria algumas décadas depois. Neste período, o tema da divisão do estado se inseria no contexto das definições sobre os contornos políticos da incipiente República que surgia no Brasil. Isto porque as ideias e valores republicanos já se faziam presentes desde as primeiras décadas do século XIX.

Na segunda década do século XIX Dom Pedro I estava como imperador no Brasil e no continente Europeu prevalecia um tumultuado cenário político. Com a morte de Dom João VI em Portugal, de quem Dom Pedro I era sucessor imediato em 1826, este decide voltar a Portugal deixando o seu filho e sucessor ao trono, o príncipe Dom Pedro de Alcântara. O jovem príncipe tinha apenas sete anos de idade, e, portanto, incapaz de governar o Brasil sozinho. Aqui se inicia o período regencial que vai de 1831 a 1840, no qual o Brasil passa a ser governado realmente por brasileiros.

Dois blocos políticos se formaram, os Liberais e os Conservadores. Os Liberais, por sua vez, eram divididos em dois blocos, Exaltados e Moderados. Os Moderados desejavam a preservação da ordem pública através do sistema monárquico e propugnavam o zelo pela Constituição Imperial. Os Exaltados queriam que todos os estrangeiros, em especial os portugueses chamados de adotivos, fossem mandados para fora do país com a consequente proclamação da República.

Em oposição a esta agenda política surge um partido chamado de Caramuru, em um primeiro momento, e que mais tarde ficaria conhecido como: Conservador. Esse partido almejava a volta de Dom Pedro I ao Brasil, assim como o retorno à condição de colônia. A historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (2002), afirma que foi a partir do embate entre esses dois grupos que eclodem as rebeliões no período regencial (SIQUEIRA, 2002).

Na noite do dia 30 de maio de 1834, chefiada pela ala dos liberais radicais reunidos no Campo do Ourique (hoje Praça Moreira Cabral), eclode um movimento de hostilidade aos portugueses que ficaria conhecido como a Rusga Cuiabana ou a Revolta Nativista de 1834. Os rusguentos, como eram chamadas as pessoas que faziam parte da rusga, tomam o Quartel dos Guardas Municipais. Na primeira noite os insurgentes invadiram várias casas comerciais, saqueando-as e matando vários “Bicudos”, termo pejorativo atribuído aos portugueses adotivos e a vários estrangeiros ou até mesmo a alguns brasileiros. Trazemos à baila um excerto de A Cidade do Ouro e das Ruínas, de Visconde de Taunay, no qual o escritor trata da Rusga:

Com effeito, em Cuyabá, nas trevas da noute e á primeira badalada das doze horas dada pelos sinos ao findar o dia 30 de maio de 1834, levantou-se possessa de inexplicavel furia parte da população e, aos brados de mata bicudo, começou a trucidar sem dó nem piedade infelizes e imbelles portuguezes, excitada pelos boatos de que por elles fora chamado D. Pedro I e de que em todos os pontos do Imperio se procedia a igual morticínio! (TAUNAY, 1901, p. 102-103).

A Rusga foi um movimento de revolta popular que propunha uma mudança nas estruturas econômicas e políticas, e terminou saindo do controle das lideranças liberais. Raymundo Faoro (1994) propõe que o desligamento com Portugal foi uma estratégia para que as relações comerciais do Brasil pudessem ser difundidas rumo aos países iniciados no Capitalismo. Isso não se realizaria se o país ficasse adstrito ao mercado português. Para Ernesto Cerveira de Sena (2006), Mato Grosso aderiu com facilidade ao rompimento em relação a Portugal, o que fomentou, no seio da Província, a disputa política entre dois partidos pela posse do governo, o que desencadeou a Rusga. Os embates políticos ocorreram entre o partido da Sociedade dos Zelosos da Independência, que aderiu à separação de Portugal, e o da Sociedade Filantrópica de Mato Grosso, o qual era composto em sua maioria por portugueses integrantes da antiga elite conservadora de Mato Grosso.

Apesar de muitos historiadores pensarem o contrário, é possível vislumbrar na Rusga elementos xenófobos e nacionalistas. Ainda hoje este episódio histórico é lembrado de forma recorrente por cuiabanos, em artigos jornalísticos e depoimentos, como uma expressão de sua coragem. Wilson Fuá, em artigo publicado no sítio da Secretaria de Infraestrutura de Mato Grosso colocou em termos claros esta percepção sobre o sentido e significado da Rusga, que teria sido um ato de defesa da “terra amada” pelos antepassados. É interessante notar, através do sentimento regionalista que a Rusga evoca ainda hoje, as reminiscências históricas deste forte sentimento cuiabano de “proteção de sua terra”, o que sugere que o regionalismo não era um sentimento exclusivo dos nortistas. Diante desta premissa, há que se concordar com Marisa Bittar ao afirmar que o regionalismo bilateral, isto é, aquele proveniente não apenas do Sul, mas também do Norte de Mato Grosso, consiste na causa mais remota da divisão de Mato Grosso, no entanto, os sulistas transformaram o seu regionalismo em divisionismo (BITTAR, 2009).

Nós como cuiabanos temos que ser os porta-vozes da história, são fatos políticos, apesar da violência do movimento, tudo isso aconteceu aqui, e não tem como esconder ou julgar como algo que dever ser esquecido ou jogado na lata do lixo, é um relato com a sensibilidade de um cuiabano que ama esta terra, e sempre estará do outro lado, em posição diferente daqueles que tentam diminuir os acontecimentos e fatos ocorridos neste lugar abençoado e reverenciado por todos aqueles que são verdadeiramente cuiabanos. Que os outros fiquem sabendo que os nossos antepassados lutaram por um ideal, que os nossos líderes lutaram para mudança de regime político e econômico exatamente no dia 30 de maio de 1834, e que Cuiabá não começou agora, aqui existe uma história muito linda e que deve sempre ser relembrada e comemorada (FUÁ, 2015).

Do ponto de vista geográfico, com uma extensão acentuadamente latitudinal, as regiões Norte e Sul de Mato Grosso, apartadas por centenas de quilômetros de distância uma da outra, criaram os seus próprios polos comerciais ao longo das décadas. Se formaram, assim, duas grandes oligarquias: a do Norte, simbolizada pelos usineiros de açúcar, e a do Sul, pelos grandes pecuaristas e ervateiros (SILVA, 2006).

A consolidação do modelo republicano federalista e a ascendência das oligarquias agrárias ao poder fez ainda surgir um dos mais característicos fenômenos sociais e políticos do período: o coronelismo (CORRÊA, 1995).

O fenômeno do coronelismo expressou as particularidades do desenvolvimento social e político do Brasil, e teve grandes repercussões na dinâmica política de Mato Grosso até a sua divisão. Ele foi resultado da coexistência das formas modernas de representação política (o sufrágio universal) e de uma estrutura fundiária arcaica baseada na grande propriedade rural (CAMPESTRINI, 2009).

Segundo Corrêa (1995, p. 18-19), a formação dos coronéis no Sul do estado de Mato Grosso ocorreu no período de 1889 a 1943, quando uma elite regional se fortaleceu com a conivência de um estado débil a serviço das oligarquias regionais. Os coronéis eram homens de poder econômico que se dedicavam a causas políticas com o uso de armas, submetendo ao seu jugo toda a sociedade regional: posseiros, camponeses, sem-terra, assalariados, etc., que não dispunham de condições financeiras ou políticas para enfrentar os homens armados que trabalhavam para os coronéis.

Ainda no século XIX, especialmente após o fim da Guerra contra o Paraguai em 1870, as elites cuiabanas se viram ameaçadas pela crescente importância econômica de Corumbá. Com o fim da guerra, o fluxo fluvial no estuário do Prata foi normalizado, e assim impulsionou o comércio regional que tinha a cidade de Corumbá como epicentro.

O término da Guerra do Paraguai, que reativou o fluxo fluvial-comercial, associado ao decréscimo da atividade mineradora centrada em Cuiabá, ocasionou uma nova etapa na reestruturação do poder político e econômico na região, evidenciado pela perda do prestígio de Cuiabá como capital da Província e ascensão de uma nova elite na região de domínio da erva-mate.

É muito interessante analisar a evolução dos fatos e acontecimentos que levaram à ascensão política e econômica da região Sul de Mato Grosso. A partir de uma confluência de

eventos e atores, esta região evoluiu para se tornar um polo comercial incontestado do estado, ofuscando a região Norte e a cidade-capital Cuiabá.

Após a Guerra, muitos índios Guarani que lutaram no conflito decidiram permanecer na região de domínio da erva-mate, uma vez que sua terra de origem havia sido devastada. Nesta região acreditaram que encontrariam melhores condições de vida do que no Paraguai destruído. Esses trabalhadores eram habilidosos, e possuíam grande destreza para a lida com a erva-mate, já que os índios Guarani foram os precursores do cultivo da erva na região. Ao lado do trabalho desempenhado com a erva-mate, os índios também eram empregados em funções braçais, como derrubada de matas e construção de estruturas para dar suporte às atividades de campo: agricultura e pecuária.

Guedes da Silva (2011) explica que além dos trabalhadores que se estabeleceram na região de domínio da erva-mate naquele momento, servindo como mão de obra para os fazendeiros, houve o retorno dos fazendeiros de gado que haviam se refugiado em Cuiabá fugindo da guerra. Esses fazendeiros aos poucos promoveram a recomposição seu rebanho bovino e das propriedades rurais, destruídas durante a conflagração (SILVA, 2011).

Este retorno dos fazendeiros, combinado com o enfraquecimento do estado paraguaio, impulsionou o investimento de empresas estrangeiras nas fazendas de gado na região, que já contava com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural em razão do legado deixado pelas sesmarias. Ademais, era abundante a oferta de terras baratas e de matéria-prima na região; e de outra parte, a demanda do mercado nacional e internacional por carne bovina estava em franca ascensão.

Um conjunto de fatores, portanto, convergiu para que na região centro-sul do estado de Mato Grosso se formasse uma estrutura territorial assentada na grande propriedade rural (SILVA, 2011).

Esta estrutura foi paulatinamente, ao longo dos anos, ganhando proeminência econômica e política, superando em importância a região de Cuiabá. Com efeito, formou-se na região sul de Mato Grosso um polo econômico robusto, caracterizado por uma miscelânea de atores oriundos de diversas localidades, muitos imbuídos do propósito de trabalhar e prosperar.

A cidade sul-mato-grossense de Corumbá, desta forma, converteu-se em um importante eixo comercial e atraía pessoas de todas as regiões. A pecuária e a indústria ervateira, sob o monopólio da Companhia Matte Laranjeira, eram atividades econômicas

poderosas no Sul do estado de Mato Grosso. Ademais, o Sul do estado se beneficiava com o influxo de migrantes paranaenses, mineiros e paulistas, e também de imigrantes estrangeiros, principalmente paraguaios, mas também argentinos, bolivianos, portugueses e italianos.

Desde o final da Guerra do Paraguai até o final dos anos 30 do século 20, as tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate foram os principais eixos econômicos que estruturaram a região, e que tinha em Corumbá o seu principal entreposto de comercialização e exportação. Esta é uma das mais emblemáticas reminiscências históricas do processo de divisão do estado de Mato Grosso, já a partir deste momento a região Sul reivindica formalmente o reconhecimento de sua ascendência política e econômica frente o Norte. Não há dúvida quanto a relevância que esta conjuntura político-econômica teve ao inspirar os anseios divisionistas primordiais na aurora da República no Brasil.

No final do século XIX, no ano de 1888, pessoas destacadas na sociedade e na política de Mato Grosso lançaram um convite à população para integrar e apoiar o Partido Republicano, que foi fundado oficialmente em 12 de agosto de 1888.

Os mato-grossenses, a exemplo do que ocorreu em quase todo o Brasil, acolheram com surpresa a notícia da proclamação da República, que não passou de um golpe militar no qual foi deposto o imperador, D. Pedro II, e aclamado presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, como primeiro governante da República Brasileira. Logo de início, Deodoro tratou de estabelecer um governo provisório, tanto no Rio de Janeiro quanto nos demais estados (SIQUEIRA, 2002, p. 152).

O advento da República, como “fronteira de época”, não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações socioeconômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação à violência e ao coronelismo. A baixa densidade demográfica e as precárias condições de transporte e comunicação dificultaram a ação do estado contra a violência e o crime. A presença da pecuária bovina em todo o Sul do estado de Mato Grosso, caracterizada pela grande extensão territorial, não estimulou o desenvolvimento de uma malha de cidades (MAMIGONIAN, 1986, p. 39-58).

O modelo político republicano eclode em uma ruptura - que Hannah Arendt denomina de “nascimento” - mas enquanto este “nascimento” teve data e local fixados, o mesmo não ocorreu com a “morte” do antigo regime. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do coronelismo (CORRÊA, 1995, p. 36-37).

Com a República, proclamada em 1889, o general Antônio Maria Coelho, primeiro governador do estado de Mato Grosso no período republicano, prorrogou, por meio da Lei nº 520 de 1890, a concessão de exploração dos ervais da Cia Matte Laranjeira por mais 10 anos. A área arrendada, aglutinada na parte sudoeste do estado, é estendida para boa parte da porção meridional do estado de Mato Grosso. Através do Decreto nº. 1.149, de 26 de dezembro de 1890, os irmãos Francisco Murtinho, Manoel José Murtinho e Joaquim Duarte Murtinho, experimentados políticos de Mato Grosso e nacionalmente prestigiados, fundaram o Banco do Rio e Mato Grosso, que financiava empréstimos à Cia Matte Laranjeira. Para poder continuar explorando os ervais nativos, a empresa não teve outra opção a não ser vincular-se ao Banco do Rio e Mato Grosso, em 1892, quando a Cia tornou-se uma subsidiária do Banco (SILVA, op. cit.).

Este quadro reforça a ideia de que as fronteiras de época, tal como a proclamação da República, alteram a percepção da realidade, e não a realidade em si. O poder que era mantido por um grupo oligárquico e outros grupos afins, unidos por interesses comuns, com a República, passa a ser compartilhado com os coronéis que passam a ter influência no comércio, nos empregos públicos e em quase toda a vida social dos vilarejos e cidades. Os coronéis também tinham grande capacidade de mobilizar forças locais sob seu comando, pois contavam com prestígio junto às autoridades estaduais. Em razão desta “onipresença”, a inclinação dos coronéis à atividade política pode ser considerada uma decorrência lógica neste fluxo histórico.

Uma vez extinta a monarquia e consolidada a República no Brasil, com a consequente desarticulação da ordem escravocrata, surgiram, portanto, novos atores políticos ávidos em ampliar a sua participação. Posteriormente no Estado Novo, os debates divisionistas não perderam qualquer intensidade, mas aqui o que se observa é que as discussões se revestem de uma disputa pela “proeminência econômica”, como se os imperativos comerciais e financeiros tivessem se apropriado do debate divisionista.

A polarização do poder econômico no estado ocasionou a inevitável separação das elites políticas, que passaram a se concentrar em regiões distintas. A região Norte, defendia os seus interesses locais, que em muitos casos eram conflitantes com as demandas e aspirações dos grupos políticos do Sul. Esta dinâmica de distanciamento político foi “pavimentado” o caminho para a posterior divisão territorial do estado, que seria efetivada quase um século depois.

A importância econômica das regiões neste período estava muito atrelada aos ditames políticos, de forma que a discussão pela divisão do estado era utilizada como estratégia para se obter concessões e vantagens. Estes benefícios se materializavam na forma de obras públicas a serem realizadas na região Norte ou na região Sul do estado, a depender da intensidade da argumentação política. Isto porque com o fim das velhas oligarquias e a partir do Governo Constitucional (1934 a 1937), o debate divisionista passa a influenciar fortemente as decisões governamentais em Mato Grosso, pautando a agenda administrativa e burocrática.

Ao passo que o debate divisionista ganha força, observa-se a priorização das obras na região Sul. Esta dinâmica representava uma estratégia para se arrefecer o discurso pela divisão. Por meio da execução de obras que “atendiam” aos defensores do divisionismo, o ímpeto pela separação do estado de Mato Grosso que parecia crescer a cada governo era parcialmente contido. É dentro desta perspectiva que este trabalho de pesquisa descreve as obras e realizações ocorridas nas sucessivas administrações do estado.

Com efeito, as obras públicas e realizações governamentais realizadas pelos governos que se alternaram na condução administrativa de Mato Grosso são elementos muito representativos e reveladores da tensão política divisionista, em cada momento histórico. Desta forma, a região do estado em que as obras eram executadas, bem como a destinação social das mesmas (obras na área de infraestrutura, educação, etc.), diziam muito sobre o estágio da disputa, e também sobre as intenções políticas prevalecentes naquele momento. As realizações de cada governo são elucidativas para se demonstrar a “habilidade ou imperícia” do governo eleito em contrabalançar a satisfação dos anseios dos grupos sulistas e nortistas. Na realidade, esta habilidade para equilibrar os anseios divergentes da região Norte e Sul passou a ser considerada um parâmetro para se mensurar a própria aceitação e popularidade do governante em seu mandato, e também como forma de se aferir o seu desempenho político-profissional.

Outro fator muito relevante, e que definiu o debate político nas décadas subsequentes ao fim do Estado Novo, influenciando também o movimento divisionista e os seus desdobramentos, foi a política governamental de ocupação e colonização dos grandes espaços vazios do Centro-Oeste. Neste sentido, o povo mato-grossense ainda hoje testemunha as profundas consequências socioeconômicas e culturais trazidas pelas grandes leva migratórias que tiveram início na década de quarenta no Brasil, com a chamada “Marcha para o Oeste”, que visava integrar economicamente a Amazônia ao resto do país. Esta política de

integração foi posteriormente retomada pelos governos de Médici e Geisel, através da construção de estradas e a transferência de trabalhadores do Sul do país para as novas frentes de expansão da fronteira agrícola nacional.

A Amazônia mato-grossense constituiu-se em um lugar de “alívio provisório das correntes migratórias vindas do Sul do país, influenciadas pelo modelo político-econômico adotado pelos governos militares pós-1964, que pretendiam neutralizar os movimentos sociais reivindicatórios e principalmente a questão agrária do Sul e Nordeste do Brasil” (SOUZA, 2001, p. 240). Esta proposta (ou modelo) de ocupação e desenvolvimento, que possuía um lastro ideológico e era justificado oficialmente pela Doutrina de Segurança Nacional, gerou uma expressiva concentração fundiária, pressionando o colono pobre a deixar o campo em direção às cidades maiores como Cuiabá.

Em 11 de outubro de 1977 o Presidente da República do Brasil, General Ernesto Geisel, assinou a Lei Complementar nº 31 que criou o estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de parte da área do estado de Mato Grosso. A divisão foi concretizada por decreto, pelo governo militar de então, subtraindo do povo o poder de se manifestar sobre a cisão de seu território, o que desencadeou uma multiplicidade de visões e sentimentos em relação ao episódio.

Com a divisão, em Mato Grosso um esboço de renovação política surgia na militância estudantil liderada por Dante de Oliveira (MDB), um quadro fora da política tradicional do estado. Na sociedade, a construção da identidade mato-grossense, após décadas de “árduos” embates com os divisionistas do Sul do estado, parece alcançar certa maturidade e quietação. No âmbito econômico, por sua vez, a produção agrícola e pecuária de Mato Grosso eleva-se paulatinamente, o PIB do estado cresce e a população aumenta, impulsionada pelo processo de colonização que se efetivou nos anos setenta.

Seria prudente considerar, tomando como base estas variáveis socioeconômicas e o quadro político instalado, que o estado de Mato Grosso se desenvolveu após a divisão? Como se deu a articulação de interesses entre as elites dirigentes sul-mato-grossenses e o governo militar para a efetivação da divisão? O longo período de disputas, embates e conflitos com os divisionistas do Sul deixou marcas, ainda hoje visíveis, no imaginário coletivo do cuiabano? Como o processo de divisão interferiu na reconstrução da identidade do mato-grossense? Estas são algumas perguntas propostas para a primeira parte da tese.

Mesmo decorridos trinta e oito anos de sua efetivação, a divisão de Mato Grosso ainda hoje suscita interpretações variadas que merecem ser contadas e ouvidas. Com efeito, ainda há muitos aspectos políticos, histórico-sociais e econômicos a serem analisados em relação à eclosão do processo de divisão do estado. Conhecer estes aspectos é de suma importância para o entendimento do presente, como ensina Marc Bloch “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65).

1.1 Os vazios demográficos remanescentes do Império e os anseios de redivisão do território nacional

Os primeiros registros de movimentações destinadas a provocar uma divisão do estado, segundo Alisolet A. S. Weingartner (1995), ocorreram em 1889, por meio da proposta de políticos de Corumbá em transferir a capital do estado para aquela cidade. As razões para esta mudança eram de natureza econômica. Corumbá estaria mais bem posicionada do ponto de vista estratégico/comercial do que Cuiabá, e, assim, poderia representar melhor o estado do que sua congênere. Corumbá dispunha de um porto fluvial importante na província, e localizava-se mais próxima dos centros econômicos e políticos do país do que Cuiabá, e estas vantagens competitivas eram enfatizadas pelos políticos corumbaenses. Os cuiabanos, por sua vez, contestavam argumentando que Corumbá estava muito próxima da linha de fronteira, isto é, uma posição vulnerável para eventuais ações adversas de inimigos estrangeiros. Já a cidade de Cuiabá, comparativamente, estava localizada na porção central de onde se poderia exercer satisfatoriamente o comando e o controle da Província.

O Norte do estado, através de suas lideranças políticas, sempre rejeitou a tese da mudança da capital; aliás, pontua Nathália da Costa Amedi “(...) a perda da condição de capital sempre foi algo que os cuiabanos tiveram que lidar ao longo da sua história” (AMEDI, 2014, p. 71). Neste sentido, é possível afirmar que a divisão do estado teve início com as discussões sobre a capital do estado, isto é, muito antes do debate sobre a separação das regiões, a peleja se dava em torno da cidade que ostentaria a condição de capital de Mato Grosso.

Ao longo de décadas as sociedades das regiões Norte e Sul mantiveram um distanciamento equidistante e divergiram quanto a sua união política. Somente em 1963, isto é, quatorze anos antes da divisão, os argumentos sulistas em favor do desmembramento de Mato Grosso encontram eco na sociedade cuiabana que passou a aceitar este fato, já que tudo indicava que nada mais poderia ser feito para impedi-lo e em breve seria efetivado. Neste ano foi lançado em Cuiabá um extenso manifesto apoiando a divisão, assinado por um grupo de profissionais liberais, médicos em sua maioria, que defendia a divisão como sendo uma mudança benéfica também para o Norte. Mas até então, os cuiabanos não cederam diante das investidas dos divisionistas e mantiveram-se persistentes na luta contra a separação do estado.

Em 1892, ainda no calor das discussões sobre a possibilidade de transferência da capital do estado de Cuiabá para Corumbá, observa Jovam Vilela da Silva (1996), o coronel João da Silva Barbosa pretendeu instituir o “Estado Livre de Mato Grosso ou República Transatlântica, com a proposta de hipotecar o estado à Inglaterra”. Já em 1900 surge uma nova frente pela divisão do estado. O coronel João Ferreira Mascarenhas e o advogado José de Barros Cassal, ambos gaúchos, associados ao capitão mineiro João Caetano Teixeira Muzzi, empreenderam uma campanha pela divisão de Mato Grosso. Os insurgentes, no entanto, foram perseguidos, Mascarenhas e Muzzi fugiram para o Paraguai e Barros Cassal foi assassinado.

Durante a Primeira República, ou seja, entre a Proclamação da República, em 1889, e a eclosão da Revolução de 1930, o sistema Presidencialista, a independência dos Poderes, e o Federalismo foram implantados no Brasil. No bojo deste processo, a estabilidade política de Cuiabá enquanto capital do estado de Mato Grosso oscilou em várias ocasiões. Neste período, Corumbá ressurgia como rival e como opção de capital para o estado. Portanto, seria correto afirmar que a questão da divisão do estado de Mato Grosso deriva, em grande medida, da discussão sobre a viabilidade de Cuiabá como capital na Primeira República, isto porque a comparação entre as cidades Cuiabá e Corumbá remetia a uma comparação entre as regiões Norte e Sul.

Corumbá foi fundada em 1778, e por quase um século permaneceu sem maiores mudanças. Posicionada à margem direita do rio Paraguai, a cidade tinha o propósito de servir de ponto de apoio ao forte Coimbra e assegurar territórios a Portugal, então disputados com a Espanha. Seu porto fluvial passou a ser o ponto terminal daquela navegação, o que contribuiu para que em 1878 fosse elevada à condição de cidade. Em 1864 Corumbá possuía aproximadamente mil e quinhentos habitantes. Até o início dos anos 1880 teve a sua

população triplicada com o influxo de grande número de imigrantes paraguaios, bolivianos, italianos, portugueses e posteriormente sírio-libaneses, que tiveram participação direta na formação de sua vida urbana.

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), que marcou a efetiva liberação da navegação internacional pelo rio Paraguai, Corumbá floresceu impulsionada pelo vibrante comércio que se estabeleceu na região. A liberação da navegação possibilitou a aquisição e instalação de máquinas a vapor no eixo Cuiabá-Corumbá, um trajeto que antes era possível ser realizado, apenas, através do caminho terrestre por Goiás que requeria três meses de viagem em lombo de muars. O sistema de propulsão mecânica a vapor, utilizado nas embarcações que faziam o transporte fluvial, passou a ser utilizado também em empresas como marcenarias, lavanderias e cervejarias, trazendo a modernidade para Corumbá (SOUZA, 2001).

As atividades econômicas repousavam sobre o setor comercial, primordialmente no comércio de importação e exportação, mas também no comércio interno, que se desenvolvia através de uma extensa rede de interligação fluvial a partir de Corumbá que tomava toda a bacia do rio Paraguai, a região Oeste de Mato Grosso, especialmente com as cidades de Cuiabá e Cáceres, mais ao Norte, como também na região Sul, com Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana e Coxim. João Carlos de Souza pontua que em razão desse papel de empório comercial, o setor de serviços da cidade foi também se formando: além do comércio a retalho havia despachantes, escritórios de advocacia, gráficas, hotéis, teatro etc. (SOUZA, 2001).

Em janeiro de 1877, começou a circular “O Iniciador”, o primeiro jornal editado em Corumbá, vinculado a comerciantes portugueses. Em 1904 foi instalado o telégrafo, solucionando o problema da demora na veiculação das notícias sobre acontecimentos nacionais e internacionais que eram noticiados em Corumbá, após muitos dias do ocorrido. O Telégrafo ofereceu novas e alvissareiras possibilidades. A tão aguardada inauguração da linha telegráfica em janeiro de 1904, foi anunciada de forma portentosa pelo jornal O Brasil: “A laboriosa cidade de Corumbá acordou hoje, pela primeira vez, sacudida violentamente pelo calafrio de uma emoção estranha, e ainda estremunhada, sentiu-se estreitar pelo poderoso vínculo da eletricidade, na extrema aproximação de um frenético abraço ao mundo civilizado...” (SOUZA, 2005).

A instalação do telégrafo marca um sentimento de pertencimento à civilização, “um abraço ao mundo civilizado”. Era esta a perspectiva expressa pelo Correio do Estado, que imaginava Corumbá sendo inserida na civilização e compartilhando o progresso dos centros urbanos mais adiantados que se localizavam na porção sul do Brasil. Cumpre destacar que essa perspectiva caracterizava a forma de pensar de grande parte dos intelectuais brasileiros das últimas décadas do século XIX. O Brasil deveria repetir a experiência de desenvolvimento do Ocidente, porém, acelerando o processo. Enfim, o projeto era posicionar o país ao nível do século, superando o seu atraso cultural e impulsionando a sua marcha evolutiva para que a nação pudesse atingir a parcela mais avançada da humanidade (OLIVEIRA, 1990).

Se através das vias fluviais Corumbá encontrava o caminho para o desenvolvimento social e crescimento econômico, por meio das linhas férreas, a cidade seria mais uma vez beneficiada. A construção da Ferrovia Noroeste representou um evento histórico que alterou positivamente o curso do desenvolvimento na região Sul de Mato Grosso, e foi também o estopim para a formação do movimento divisionista. Jovam Vilela da Silva reconhece a importância que a rede logística tem para o Sul de Mato Grosso: “O sistema misto de comunicação foi e é um fator importante no desenvolvimento da região sul-mato-grossense” (SILVA, 1996, p. 126). Tal qual o fim da Guerra do Paraguai, que reativou o comércio regional pela rede fluvial, a construção da Ferrovia Noroeste inicia na região um auspicioso momento de prosperidade comercial, que tinha em Corumbá o seu epicentro mercantil.

No anúncio da inauguração oficial das obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Porto Esperança, em 03 de maio de 1908, o editorial do jornal Autonomista de 2 de maio 1908, conferiu ao evento status extraordinário - um “Acontecimento Notável” - a primeira estrada de ferro de Mato Grosso: “Inicia-se, por tanto (sic!), amanhã [...] o mais seguro caminho da prosperidade e engrandecimento deste feracíssimo território da comunhão brasileira” (Jornal Autonomista, 02 de maio 1908).

Ao “vencer” a vastidão imposta pelos obstáculos da natureza, Corumbá demonstrava ser uma cidade mais aderente aos ideais de progresso e civilização, representações muito fortes que naquele momento vicejavam no país. O paradigma da civilidade tinha como escopo assegurar o primado da razão e do progresso, bem como o espírito de associação e expansão do domínio sobre o país na tentativa de integrá-lo sob o estabelecimento da ordem (SOUZA, 2001).

Com a Independência do Brasil, explica Adalmir Leonídio (2001), a “questão nacional” entrou em pauta como forma do Estado Imperial garantir a unidade territorial. A procura por esta unidade fez do século XIX no Brasil um período marcado por conflitos de toda ordem, os quais demandavam a imposição de um novo conjunto de ideias capazes de nortear os requisitos de um país moderno. Dentro desta pauta se inseria o tema da ocupação dos grandes vazios demográficos remanescentes do Império e os anseios de redivisão do território nacional, que trazia à baila a proposta de mudança da capital de Mato Grosso para Corumbá (LEONÍDIO, 2001).

O próprio sentido da expressão “nacionalidade” foi sendo deslocado como importante fator político e cultural. Nesse momento a busca pela nacionalidade torna-se o paradigma seguido à risca pelo programa político em voga no Brasil, e Corumbá, neste contexto, parecia se coadunar melhor com esta perspectiva fortemente influenciada pela cultura europeia.

No plano ideológico as ideias estéticas e filosóficas vindas da Europa eram recepcionadas e, por fim, incorporadas ao pensamento brasileiro com o objetivo de informar e atualizar a elite dirigente do país sobre aqueles que seriam “os mais modernos conceitos de progresso”. Na realidade, a referência eurocêntrica de progresso significava, em última análise, a “versão prática do conceito homólogo de civilização e que se transformara na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 2003, p. 41-42).

Tendo como referência os conceitos eurocêntricos de progresso, onde estaria melhor posicionada a capital de Mato Grosso, na região Norte ou no Sul? Este questionamento era motivado pelo desejo e necessidade de se “definir” uma identidade para o povo mato-grossense naquele momento, de se representar a identidade do próprio povo brasileiro perante o mundo.

Não obstante as enérgicas discussões, a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá não se efetivou. Nem o rápido e intenso crescimento que a cidade sul-mato-grossense experimentou com o fim da Guerra do Paraguai, associado ao início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foram suficientes para que Corumbá fosse alçada à condição de capital do estado.

No início da década de trinta o movimento divisionista volta a surgir com ímpeto. Após a Revolução de 1930 os grupos políticos se rearticulam e dividem-se em dois grandes blocos. A coalizão dos governistas e dos oposicionistas. Os primeiros desejavam manter o

poder, enquanto o outro segmento não se contentava com os resultados da Revolução que pôs fim à Primeira República Brasileira, e desejavam mudanças.

Ambos os grupos eram divididos internamente. O grupo dos governistas (ou situacionistas) dividia-se entre aqueles que defendiam o pensamento liberal, e que tinham nos tenentes os seus porta vozes, e aqueles que aceitavam a entrega de poder político a Getúlio mas discordavam de sua política econômica. Este segmento era representado por oficiais militares graduados, empresários e fazendeiros de café de São Paulo.

O grupo dos oposicionistas, que considerava que a revolução brasileira ainda seria realizada, era dividido entre a corrente comunista e o grupo integralista, opostos entre si. Foi o grupo integralista, de molde fascista, um dos responsáveis pela Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo.

O movimento integralista possuía uma concepção elitista da sociedade e apresentava uma ideologia para sensibilizar a classe média sobre a origem dos problemas políticos, na tentativa de convencê-la de que estes somente teriam solução por meio das propostas extremistas formuladas pela direita.

O movimento emergiu em 9 de julho de 1932 e foi apoiado pelo Sul de Mato Grosso, onde, inclusive, foi instituído o insólito estado de Maracajú que durou cerca de três meses. O chefe militar da Revolução Constitucionalista, o general Bertoldo Klinger, comandante da 9ª Região Militar, nomeou o médico Vespasiano Barbosa Martins governador do estado de Maracajú. Como Mato Grosso estava sob a direção do Interventor Júlio Müller, um aliado do governo de Getúlio Vargas, com esta ação o general obtém a simpatia e atenção dos sul-mato-grossenses - já que estes se opunham ao governo central de Vargas - e coloca em lados opostos a porção Sul e Norte do Mato Grosso (SIQUEIRA, 2002).

Elisabeth Madureira descreve o envolvimento do estado de Mato Grosso na Revolução Constitucionalista da seguinte forma.

[...] foi desencadeado, em âmbito nacional, um forte movimento de oposição a Getúlio Vargas, a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, encabeçada por São Paulo. A parte Sul do então estado de Mato Grosso aderiu a essa revolução, tendo como principal representante o General Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Campo Grande. Sabedores do engajamento desse militar na revolução paulista, foi ele exonerado a mando de Vargas. Mesmo assim, liderou a movimentação em Mato Grosso, arregimentando tropas e enviando-as a São Paulo, onde passou a residir e a comandar importantes operações de guerra. Os habitantes dessa parte Sul do estado de Mato Grosso, frente aos desmandos getulistas, formaram um governo independente de Cuiabá (SIQUEIRA, 2002, p. 1999).

A Revolução de 32 representa um marco importante, fundamental para a compreensão sobre o processo divisório do estado, pois definiu de forma inequívoca as diferenças entre as regiões. “A Revolução de 1932 serviu também para mostrar - se ainda houvesse alguma dúvida - as diferenciações entre os habitantes do Norte e Sul de Mato Grosso” (SILVA, 1996, p. 149). Enquanto o Norte permanecia legalista, apoiando o governo de Vargas, o Sul aliou-se a São Paulo: uma separação política manifesta. No momento em que o general Bertoldo Klinger declara sua simpatia às articulações militares que se desenrolavam em São Paulo, o governo federal decide exonerá-lo do comando e transferi-lo para a reserva remunerada. Klinger, por meio de nota, se manifesta de forma indignada diante da atitude do governo central, o que impulsiona o movimento em São Paulo que emerge dois dias após a publicação de seu manifesto. Foi então que o general Klinger designou o cirurgião Dr. Vespaziano Barbosa Martins para o governo deste “novo” estado de Maracajú.

Assim, em 11 de julho de 1932, se instalou em Campo Grande o governo civil constitucionalista de Mato Grosso. O ato foi presidido pelo Coronel Oscar Saturnino de Paiva e compareceram à solenidade as “mais altas patentes militares da guarnição militar, e cidadãos e autoridades da cidade” (MARTINS, 1975, p. 108).

Pela tradição histórica São Paulo e Mato Grosso sempre possuíram vínculos mais acentuados na região Sul, que remete ao tempo dos bandeirantes que estabeleceram um estreito intercâmbio cultural e social entre as regiões.¹ “A adesão automática de Mato Grosso do Sul à Revolução Constitucionalista serviu, também, para realçar os contrastes entre as duas regiões. Os mato-grossenses do Sul mantinham um contato permanente com o noroeste e o norte do Paraná” (SILVA, 1996, p. 151).

No editorial “Mato-Grossense”, publicado no Diário Oficial de número 01 do Governo do estado de Maracajú, no dia 28 de julho de 1932, observa-se que, ao assumir o Governo de Mato Grosso, o Dr. Vespaziano Martins declarou que “havia sido trazido de São Paulo para a administração de Campo Grande”. Em outro trecho do Diário refere-se a Campo Grande como sendo “ponto fácil de acesso e comunicação”. O teor deste pronunciamento, que situa Campo Grande como sendo o “local” da administração e “ponto de comunicação”, alça a cidade a um patamar de pretensa capital administrativa do estado de Mato Grosso.

¹A estrada de ferro Noroeste do Brasil, como agente articulador das ligações d’outrora, da era das Bandeiras, que tinham esmorecido, intensificou progressivamente o intercâmbio de mercadorias, de ideias e de sentimentos. (CORRÊA FILHO, 1969). In: CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Nacional do Livro, 1969.

Vespasiano transparece em suas declarações o apoio que São Paulo conferia aos anseios separatistas do Sul de Mato Grosso. Este aspecto fica ainda mais saliente ao se analisar o Decreto nº 03 publicado no Diário Oficial do dia 28 de julho de 1932, em que a sede do Governo do estado de Mato Grosso surge como sendo a cidade de Campo Grande.² Como o governo de Vespasiano apoiava a Revolução Constitucionalista, as menções sobre a divisão de Mato Grosso eram fartas em variadas manifestações públicas, inclusive quando informava que a divisão seria um dos primeiros atos administrativos caso a Revolução fosse vitoriosa.³

Este intercâmbio sociocultural entre o Sul de Mato Grosso e São Paulo, que teve origem com os bandeirantes, os “desbravadores paulistas nos quais está a ascendência dos mato-grossenses” (ZORZATO, 1998, p. 34), foi aprimorado na década dos anos trinta a partir da intensificação do comércio bilateral proporcionado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

Rubens Mendonça observa que a estrada de ferro Noroeste do Brasil servia como como agente estruturante das ligações que existiram de forma pujante entre as regiões Sul de Mato Grosso e o estado de São Paulo na era das Bandeiras, e que depois enfraqueceu e foi retomada pela comunicação que a estrada de ferro passou a proporcionar (MENDONÇA, 1970) Virgílio Correa Filho observa que eram tão fortes a identidade e afinidades, o intercâmbio de mercadorias, de ideias e de sentimentos entre as regiões Sul de Mato Grosso e o estado paulista que a revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, foi deflagrada a partir de Campo Grande (CORREA FILHO, 1969).

Implantada nas primeiras décadas do século 20, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil interligou Bauru (SP) a Corumbá (MT), elevando esta cidade à condição de importante entreposto comercial por estar margeada pelo rio Paraguai, principal conexão de escoamento da produção para os países platinos. Ao interligar São Paulo - Corumbá, a Estrada de Ferro NOB também aproximou Campo Grande e Três Lagoas às cidades paulistas, transformando-as nas décadas subsequentes, nos principais centros de convergência do gado comercializado com o mercado paulista, especialmente com os frigoríficos localizados em Andradina e Araçatuba. As transformações econômicas induzidas pela NOB, no trecho sul-mato-

² Diário Oficial – República dos Estados Unidos do Brasil – Ano I – Estado de Mato Grosso – Campo Grande, 28 de julho de 1932. Nº 01 – Governo do Estado de Mato Grosso, Decreto Estadual nº 03. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 2014.

³ A Divisão de Mato Grosso. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Outubro de 1977. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 2014.

grossense, amplificaram exponencialmente o caráter estratégico da ferrovia, pois estava dirigida às fronteiras e poderia ser tomada como parte de uma possível via transcontinental, atraindo os vizinhos sem saída para o mar (QUEIROZ, 2004).

Inicialmente, o traçado original da ferrovia estava projetado para interligar São Paulo a Cuiabá, centro administrativo do estado. Em razão dos interesses de grupos estrangeiros que financiaram parcialmente a construção da Estrada de Ferro NOB, o traçado foi alterado em 1908. O ponto final antes previsto para ser em Cuiabá, foi deslocado para Corumbá. O primeiro trecho da construção da ferrovia foi concluído em 1914, ligando Bauru a Porto Esperança. Em 1938, durante o governo Vargas, teve início a construção do traçado de Campo Grande a Ponta Porã, que teve o primeiro trecho finalizado em 1944 e o último, em 1953.

Para Paulo Roberto Cimó Queiróz (2004, p. 394-421), a Estrada de Ferro NOB impactou de forma diferenciada o sul do estado de Mato Grosso, isto é, para cada uma das principais atividades econômicas - pecuária bovina, indústria do charque e erva-mate - as consequências da construção da ferrovia foi distinta. Para os criadores de boi, Queiroz considera que a Estrada de Ferro não apresentou significativas mudanças no seu transporte: “(...) grande parte do gado exportado por Mato Grosso, mesmo depois da construção da Noroeste, continuou a deixar o estado a pé, no velho sistema das morosas boiadas” (QUEIROZ, Ibid., p. 404). Aliás, era comum para os criadores vender o gado magro para os invernistas paulistas fazerem a engorda, como ainda hoje acontece na região.

No trecho da ferrovia que se encontrava no estado de São Paulo, onde se concentravam os frigoríficos paulistas, deu-se um aumento mais expressivo no transporte do gado. Já em relação ao transporte do charque, a ferrovia imprimiu mudanças muito mais significativas. A própria presença da ferrovia contribuiu para o desenvolvimento da criação das charqueadas, que se concentraram ou às margens dos rios ou próxima à Estrada de Ferro NOB, principalmente no trecho que ligava Três Lagoas a Miranda; o crescimento das charqueadas foi grandemente impulsionado pela facilidade do transporte realizado pela ferrovia.

A erva-mate, por sua vez, desde o final do século 19 até as primeiras décadas do século 20, foi o segmento produtivo que mais recolheu receita aos cofres públicos do estado de Mato Grosso. Também foi a atividade econômica que mais utilizou o transporte ferroviário. Para se ter uma ideia da importância que este comércio passou a ter, a própria Cia Matte Laranjeira tinha sua linha férrea e suas composições ferroviárias. Uma parte

considerável da erva-mate produzida na região era transportada de caminhão para a cidade de Campo Grande e, em seguida, pela Estrada de Ferro NOB, rumo a Porto Murtinho. No início do século 20, a Cia Matte Laranjeira alterou a rota de exportação da erva-mate, que parou de ser transportada pelo rio Paraguai e passou a ser levada pelo rio Paraná. Esta mudança logística só ocorreu após a Cia construir mais 65 km de ferrovia em Guaíra, na fronteira com o estado do Paraná.

A ampliação da Estrada de Ferro NOB é comumente associada não apenas a propósitos econômicos, mas também a objetivos políticos e de segurança nacional. Pelo rio Paraguai forças estrangeiras poderiam adentrar o estado de Mato Grosso; ademais, já havia muitos proprietários rurais estrangeiros nas terras localizadas em zonas fronteiriças. Neste contexto, a NOB representava um ativo de defesa naquela região de fronteira, pois ao se articular com as regiões Sul e Sudeste proporcionava um canal rápido e seguro para uma eventual arregimentação militar destinada a proteger a região contra ameaças internacionais. Do ponto de vista geopolítico, por sua vez, a interligação São Paulo - Corumbá significava que o Brasil poderia negociar diretamente com o mercado externo por meio deste importante entreposto comercial, e exercer não apenas um controle fronteiriço mais efetivo nesta região do país, mas, sobretudo, projetar poder e influência política nos países vizinhos, Paraguai e Bolívia, demovendo na origem quaisquer anseios beligerantes (QUEIROZ, 2004).

A Revolução de 30 e a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), eventos históricos quase contemporâneos, são marcos decisivos para a divisão de Mato Grosso. Enquanto a Revolução de 30 teve fortes impactos políticos, a estrada de ferro Noroeste do Brasil transformou a importância econômica da região Sul do estado.

Demosthenes Martins (1975), menciona que os resultados da Revolução de 3 de outubro de 1930 contribuíram para polarizar definitivamente as duas regiões, isto porque com a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, os estados da federação passaram a ser governados por interventores nomeados por Vargas. Tais interventores, no entanto, não eram vistos como “líderes” legítimos pela população. Isto porque permeava a percepção de que os Interventores de Vargas eram administradores carecedores de capacidade técnica, de legitimidade e, ainda, ausentes de mérito político, elementos considerados componentes da figura de um líder (MARTINS, 1975).

Mesmo em uma sociedade que iniciava sua estruturação como República Federativa, as noções de legitimidade e de mérito já estavam socialmente construídas e articulavam-se à ação do líder. Por outro lado, os valores vigentes cobravam que o poder fosse

exercido por autoridades legitimamente constituídas, o que não era o caso dos interventores de Vargas. Neste sentido, explica Demosthenes.

O Dr. Getúlio Vargas nomeou o Coronel Antônio Mena Gonçalves como Interventor Federal. (...) Era, porém, destituído dos atributos que formam a personalidade de governante, ausente, ademais, que sempre fora, da atividade administrativa, desconhecendo os problemas do estado. Os elementos que infra estruturavam a Revolução entraram em cheque com ele, representando ao Chefe do Governo (Getúlio Vargas) a necessidade de sua substituição. (...) O Presidente Getúlio Vargas quedou-se surdo aos reclamos arguidos (MARTINS, 1975, p. 106).

O substituto de Mena Gonçalves, Arthur Antunes Maciel, também foi logo substituído por outro interventor, Leônidas Antero de Matos “que teve a sua ação administrativa tolhida pelos efeitos da Revolução Constitucionalista” (MARTINS, 1975, p. 107).

Para o historiador Carlos Gomes de Carvalho as Revoluções do início da década de 30 em Mato Grosso foram precedidas por uma fermentação política que vinha, todavia, desde a década anterior (CARVALHO, 2007). Conflitos armados entre tropas que lutavam em meio a uma desenfreada disputa político-partidária ocorreram de forma dramática em meados de 1916, explica Lourembergue Alves, “(...) neste período, cada um dos grupos envolvidos, o Republicano Conservador e o Republicano Mato-Grossense, pleiteava interesses particulares e estas pretensões se entrechocavam” (ALVES, 2002, p. 116).

O general Caetano de Albuquerque, chefe da administração regional, ao distanciar-se de seu grupo político e buscar guarida entre aqueles que antes eram os seus oponentes, despertou a fúria de seus antigos correligionários, e fez eclodir uma violenta luta armada, gerando instabilidade econômica e grande insegurança para a população. Este episódio ficou conhecido como Caetanada. “A instabilidade econômica agravou a questão social no estado, particularmente os conflitos gerados no campo entre posseiros e latifundiários. (...) Os poderes constituídos, no entanto, estavam às voltas com o movimento político armado” (ALVES, op. cit., p. 116).

As consequências sociais da Caetanada foram dramáticas para a população. Entre outros problemas, a sociedade passou a conviver com os altos preços dos gêneros alimentícios. O norte de Mato Grosso, caracterizado pela baixa densidade demográfica, grande distância entre as localidades (municípios) e pelos precários sistemas de comunicação, viu-se extremamente vulnerável ao terror e à desordem que a Caetanada acarretou. Na

verdade, explica Alves, o desenvolvimento rudimentar das cidades, a ausência de infraestrutura e a falta de comunicação entre os municípios, contribuiu para um estado financeiro marcadamente deficitário em Mato Grosso, que, por sua vez favoreceu a violência a partir dos movimentos sociais. A Intervenção, terminada em 22 de janeiro de 1918, foi seguida de um acordo político, em virtude do qual assumiu as responsabilidades do poder Dom Francisco de Aquino Corrêa, cujo nome foi definido após demoradas negociações. Carvalho retrata desta forma a Caetanada:

Lembre-mos que antes do interregno pacificador de Bispo D. Aquino Corrêa (1918 – 1922) já uma intervenção federal havia posto fim a situação anárquica conhecida como a “Caetanada”, surgida no governo do presidente do estado, general Caetano de Albuquerque. Em 1922 ocorreu na capital da República o movimento militar que entrou para a história como a primeira manifestação do tenentismo e se tornou célebre pelo episódio conhecido como dos 18 heróis do Forte de Copacabana. Em Mato Grosso ocorriam rumores de apoio ao movimento, o que fez o presidente coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa adotar enérgicas providências de segurança pública. Tais medidas, contudo, não impediram que surgissem nesse mesmo ano, embora com objetivos muito diferentes, as duas refregas travadas no leste do estado entre as forças do engenheiro José Morbeck, os “Morcegos”, e os oficiais comandados por Manoel Balbino de Carvalho, o Carvalhinho, chamados pejorativamente os “Cai n’água”. Esses embates, que perdurariam até fins de 1924, causaram grandes preocupações ao governo, temeroso do alastramento dessas inquietações e muito cioso de sua autoridade (CARVALHO, 2007, p. 31).

Demosthenes Martins concatena e coloca em perspectiva os acontecimentos históricos que convulsionaram as primeiras décadas da República.

[...] A revolução de 3 de outubro de 1930 foi o desabrochar das sementeiras das revoluções de 22 e 24 (tenentismo), e que se iniciou a reação patriótica popular, conduzida pelas suas elites democráticas, despertadas pela pregação cívica de Rui Barbosa e regada pelo generoso sangue da mocidade militar. Era uma luta contra a deturpação do regime e com tal teve o aplauso de Mato Grosso, particularmente da região do Sul, onde, também, as suas guarnições militares deram-lhe total adesão (MARTINS, 1975, p. 104).

Os embates do período interventorial resultaram em grandes agitações que se estenderam a todo o estado de Mato Grosso e a violência é registrada em cidades como Diamantino, Rosário Oeste, Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães e outras localidades. “A classe política manteve-se pela força dos leões” (NEVES, 2001a). Getúlio Vargas, alçado à condição de Chefe do Governo Provisório, prolongou essa “provisoriedade” causando insatisfação com o governo revolucionário. A exigência de uma Constituição legítima e democrática passou a ser a principal reivindicação.

Os Interventores Federais, investidos no cargo a partir de 1930 - Antônio Mena Gonçalves, nomeado em 20 de novembro de 1930, Dr. Artur Antunes Maciel, nomeado em 24 de abril de 1931 e Leônidas Antero de Matos, empossado no cargo em 15 de junho de 1932 - foram “recrutados entre estranhos aos múltiplos e ásperos problemas que (malignavam) a vida administrativa e política do estado, (e) afastou a Revolução das simpatias, a colaboração e a confiança dos entusiastas do seu destino” observa com precisão Demosthenes Martins (MARTINS, 1975, p. 107).

O sentimento da população, especialmente os habitantes do Sul do estado em relação aos Interventores nomeados por Vargas em Mato Grosso, era extremamente desfavorável, o que impulsionou os ímpetus divisionistas no estado. Paralelamente às convulsões sociais que ocorriam na região Sul do Mato Grosso, na região Norte, em 15 de junho de 1932 tomou posse na Interventoria Federal Leônidas Antero de Mattos. Estava estabelecida a dualidade de poder entre Cuiabá e Campo Grande. Frente aos desmandos getulistas, e em razão de um distanciamento com o governo central que vinha desde os primórdios da República, os habitantes da porção Sul de Mato Grosso formaram um governo independente de Cuiabá, tendo como “governante” Vespaziano Barbosa Martins em oposição ao Interventor Leônidas Antero de Matos.

É interessante registrar que atos administrativos formais foram exarados na administração deste “governo” que se estabelecia no Sul do estado. Os cargos de Secretário Geral do Estado, de Chefe e de Delegado de Polícia e Prefeito da Cidade foram providos com nomeações de seus titulares nesta “singular unidade federativa” que surgia a partir da insurgência dos grupos revoltosos.

A partir de 21 de julho foram publicadas nomeação de autoridades para o Sul do estado no “Diário Oficial do Estado” em que eram divulgados os atos oficiais. Eis um emblemático extrato de publicação assinada pelo Dr. Vespaziano Barbosa em que “esclarece a contrapropaganda” feita pelo governo de Vargas a respeito das intenções do movimento do general Bertoldo Klinger, especialmente quanto a polarização entre a região Sul e Norte.

Proclamação ao Povo do Norte do Estado.

Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar-lhe não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas pela volta do País ao regime da Lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso

lado, e caminharíamos pela larga estrada da Liberdade. Dr. Vespaziano Martins – Interventor Federal de Mato Grosso (MARTINS, 1975, p. 108).

O general Klinger teria, inclusive, despachado tropas com instruções do governo rebelde para “preparar a tomada do poder em Cuiabá” (CARVALHO, 2007, p. 32). A retaliação veio na forma de um duro combate travado na cidade de Coxim em 29 de agosto, entre tropas da polícia militar enviadas para conter os rebeldes em Campo Grande e as milícias insurgentes.

Enfim, em outubro de 1932 o governo central obtém a rendição de São Paulo. Em 2 de outubro o general Bertoldo Klinger assina em nome dos insurgentes o ato de rendição. Os líderes do governo rebelde, entre estes o Dr. Vespasiano Martins, se exilam no Paraguai. Com a decretação da anistia em 1933 os exilados sul-mato-grossenses retornam, e é convocada uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 16 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição.

Este ciclo histórico que tem seu início com as movimentações republicanas que irromperam em Mato Grosso no início das primeiras décadas do século XX, e perpassa o período dos Interventores Federais em Mato Grosso, foi caracterizado por uma intensa oposição entre o Sul e o Norte do estado. É interessante notar, a propósito do que pontua Demosthenes Martins, que “a Revolução de 1932, teve, no Sul de Mato Grosso, fora das raias de São Paulo, a sua única e positiva adesão” (MARTINS, 1975, p. 108). Isto demonstra que eram de fato robustos os vínculos e a identificação política entre os sul-mato-grossenses e o estado de São Paulo.

A polarização alcançou o ápice quando estoura a Revolução Constitucionalista e o general Bertoldo Klinger designa o ex-senador e médico Vespaziano Barbosa Martins como governador do “novo estado de Maracajú”, criando uma dicotomia geográfica e política que, desde então, jamais fora completamente superada. Assim que a situação política e social se estabiliza com a decretação da anistia e com a campanha Constituinte em 1934, outro fator muito importante surge na esteira da dicotomia Norte-Sul: a criação da Liga Sul-Mato-Grossense, que apresenta à Assembleia Constituinte o Memorial “Pela Divisão de Mato Grosso”.

No início do ano de 1933 a elite sulista se fazia representada por jovens universitários residentes na cidade do Rio de Janeiro. Estes estudantes decidem fundar a Liga Sul Mato-grossense, a partir da qual iniciam uma campanha aberta pela separação entre as

regiões Sul e Norte de Mato Grosso. Para veicular suas ideias lançam três documentos. Em outubro de 1931 é publicado o Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso. Em janeiro de 1934 é lançado o Manifesto da Mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte. Logo em seguida, no mês de março de 1934, é lançada a Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte, acompanhada de um abaixo-assinado contendo milhares de assinaturas.

Os documentos, em seu conjunto, argumentavam que a região Norte do estado era economicamente menos dinâmica que o Sul, que se caracterizava por apresentar um comércio vigoroso e próspero. As diferenças demográficas também foram apontadas nos documentos, assim como as supostas assimetrias na distribuição da arrecadação do estado entre as duas regiões.⁴

O general Cândido Mariano da Silva Rondon reage aos manifestos da Liga Sul Mato-grossense por meio de uma entrevista concedida ao periódico Diário de São Paulo, em que contesta o divisionismo de forma veemente. Rondon pontua que o movimento era fruto do interesse de “filhos de outros estados” sem “verdadeiro amor” pelo estado de Mato Grosso. Para o general Rondon, ao contrário do que preconizavam os detratores, a região norte “era mais próspera e não tinha intenção de retardar o progresso do Sul,” e também que o “Sul não tinha recursos econômicos suficientes para se tornar um estado”.

A tréplica dos nortistas foi publicada em Campo Grande em 1934 sob o título A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon (A DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1934). As críticas de Rondon aos argumentos dos sul-mato-grossenses foram todas refutadas e o libelo foi assinado por algumas das mais importantes personalidades da região.

A partir de 1934 o calor das discussões que impulsionava a tese pela divisão de Mato Grosso perde intensidade em razão de um cenário de disputas políticas que se caracterizou pela constante agressividade e também por lamentáveis episódios de violência. O debate sobre a divisão não encontrou espaço entre os tradicionais atores envolvidos na discussão sobre os “grandes temas políticos do Estado”. A classe política, em especial, se viu imersa em uma espiral de desavenças que desorientou a atividade administrativa do Estado.

⁴ Para uma compreensão ampla sobre a suposta assimetria na arrecadação tributária e distribuição de recursos entre as regiões Norte e Sul de Mato Grosso antes da divisão do estado em 1977, ver: MURTINHO, M. N. **Análise econômica da divisão de Mato Grosso (1970-2000)**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

Talvez por falta de maturidade democrática, a eleição do primeiro governador constitucional em Mato Grosso não trouxe um período de paz como se esperava. Em 12 de outubro de 1934, assume o quarto interventor, César de Mesquita Serva, um funcionário do Ministério das Relações Exteriores que tinha como principal objetivo conduzir as eleições para a Assembleia Estadual Constituinte, que se realizaria em 14 de outubro de 1934. Durante o brevíssimo mandato de Serva, apenas quatro meses, foi sancionada a lei que cria a Faculdade de Direito de Mato Grosso.⁵

Em 8 de março de 1935 o ex-prefeito de Cuiabá Fenelon Müller (1926-1929) toma posse como quinto Interventor Federal e permaneceria no cargo também por breve período, pouco mais de cinco meses. Neste período a situação política começava a adquirir contornos de disputa eleitoral, pois a eleição indireta para governador e senadores estava marcada para 8 de setembro, logo após a instalação da Assembleia Constituinte. Na data de 20 de agosto de 1935 assume por 10 dias a Interventoria, o coronel do Exército Newton de Andrade Cavalcanti, encarregado de dar posse ao novo governador que seria eleito pela constituinte estadual.

No dia 8 de setembro a Assembleia Constituinte é reunida para eleger governador e senadores. Mário Corrêa obtém 15 votos contra 9 votos de Fenelon Müller e é eleito; toma posse imediatamente na própria sessão plenária. Logo no dia seguinte a Assembleia Constituinte volta a se reunir para a eleição de senadores. João Vilasboas é eleito para o mandato de oito anos, enquanto Barbosa Martins é eleito para o período de quatro anos.

Após um período turbulento em que Mato Grosso foi governado por seis interventores em um prazo de menos de cinco anos - interventores estes que, na percepção da sociedade mato-grossense da época, careciam de legitimidade ou mérito para exercer suas funções - o Estado elegia o seu primeiro governador constitucionalmente eleito, o Dr. Mário Corrêa.

Com a promulgação da Constituição do Estado em 25 de dezembro de 1935, a segunda da história de Mato Grosso, o cenário político parecia sugerir que o momento vindouro seria de desenvolvimento e progresso, aspirações sociais que no período interventorial eram obliterados pela instabilidade e incerteza.

⁵Através do Decreto nº 394 o Interventor Mesquita Serva reconhece Faculdade de Direito de Cuiabá, a primeira instituição de ensino superior de Mato Grosso, que teve como primeiro Diretor o desembargador Palmiro Pinenta (SIQUEIRA, 2002, p. 199). In: SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 34, nota 33.

Porém, contrariando diametralmente as expectativas alvissareiras que reinavam ao fim de 1935, já em meados do ano seguinte, a situação política, a partir da Assembleia, começava a ficar adversa ao governador Mário Corrêa e passou a comprometer a sua sustentação política.

Houve um realinhamento político no Estado: o governador e seus aliados fundam o Partido Republicano Mato-Grossense e os opositores estruturam a Aliança Mato-Grossense, liderada pelo senador João Vilasboas. Carlos Gomes de Carvalho refere-se a este momento histórico em Mato Grosso como “o cenário de um dos períodos do mais áspero combate político da história mato-grossense” (CARVALHO, 2007, p. 37).

As investidas políticas do Senador João Vilasboas contra o governador Dr. Mário Corrêa passaram a ser incessantes e muito bem articuladas. “De sua parte, Mário Corrêa era uma personalidade forte, corajosa, determinada, ciosa de suas prerrogativas e possuía um viés autoritário” (Ibid., p. 37).

Lenine Póvoas, na obra História Geral de Mato Grosso, menciona que o temperamento de Mário Corrêa gerou “divergência com as forças políticas que apoiaram a sua investidura. Temperamento violento, arbitrário e voluntarioso, enveredou pela prática de atos de agressão aos seus opositores” (PÓVOAS, 1985, p. 115).

Ao final de 1936 a tensão política em Mato Grosso transborda a esfera regional e alcança o governo central. Mário Corrêa se comunica formalmente com Getúlio Vargas e denuncia a situação que se tornara insustentável. Como estratégia de ataque, o governo do Estado passa a promover a publicação de uma série de duros artigos e editoriais atacando os deputados estaduais, federais e senadores da Aliança. Como resposta, uma passeata é realizada pelos opositores do governo em 16 de dezembro de 1936.

“A situação vai tomando um crescendo incontrolável, acelerado pelas eleições municipais já marcadas para 20 de janeiro. As provocações são de parte a parte” (CARVALHO, 2007, p. 37). Causa, de fato, perplexidade constatar a ferocidade contida nos discursos e pronunciamentos feitos pelos políticos envolvidos nesta disputa. O jornal O Matto-Grosso, alinhado aos interesses do governo e de seu grupo político publicou em 5 de dezembro uma frase atribuída ao governador: “Arregimentem-se os canalhas e traidores que saberei me defender, expulsando-os do panorama político do Estado a chicote e a couces (*sic!*) de armas”, e ainda “(...) lembremos ao pitoresco senador que sangue ... cheira a sangue” (Ibid., p. 39). Por outro lado, Vilasboas, a propósito da intimidação que sofria, declarara, por

ocasião da passeata de 19 de dezembro de 1936, “(...) malta de facínoras espalhada por toda a cidade (...) em confabulações constantes com o Governador, os seus Secretários (...) e o chefe de Polícia” (Ibid., loc. cit.).

Para conter o quadro francamente beligerante que ganhara a disputa política entre o governo e a oposição, o coronel Mário Magalhães Barata, comandante do 16º BC, colocou-se como intermediador entre os homens da Aliança Mato-Grossense e o governador Mário Corrêa. A iniciativa pacificadora do coronel não teve resultados, uma vez que a Aliança pleiteava a própria renúncia do governador.

Mário Corrêa, ultrajado com a proposta de renúncia formulada pelos oposicionistas, decide escrever para o presidente da República e expor os termos ultrajantes da deliberação feita pela Aliança. Na carta ao presidente o governador afirma que estaria disposto a renunciar ao cargo, desde que os demais deputados e senadores fizessem o mesmo, findo o que seria nomeado um novo Interventor em Mato Grosso.

A partir deste último fato o estado de espírito dos contendores torna-se definitivamente sombrio. Na noite de 22 de dezembro de 1922, a casa onde estavam hospedados os senadores Vespaziano e Vilasboas é atacada fortuitamente por matadores de aluguel. Os sicários, no início da noite, abordaram a residência e efetuaram vários disparos em direção ao interior da casa através da janela que estava entreaberta. Os dois senadores foram surpreendidos no ataque dos pistoleiros. Vilasboas é atingido no ombro direito e mesmo perdendo muito sangue consegue sobreviver. Vespaziano também é alvejado, várias vezes, mas consegue se defender e revidar o ataque com uma arma que possuía, afugentando os matadores.

O atentado causou grande repercussão no país. As suspeitas sobre quem teria arquitetado tal ato, caracterizado por tamanha insanidade, recaíram sobre o governador Mário Correa. Nas primeiras horas do dia 23 de dezembro os senadores vitimados pelo covarde ataque refugiaram-se no 16º BC. Uma Junta Especial de Investigações para apurar o caso e solicitar intervenção federal foi constituída em sessão extraordinária ocorrida no próprio quartel.

O senador Vilasboas, dias após o atentado, apresenta à Corte de Apelação do Estado denúncia, por ele mesmo elaborada, contra Mário Correa por crime de responsabilidade cumulada com pedido de *impeachment* do governador. Os deputados da Assembleia também recorrem à Corte do Estado pedindo *habeas corpus* em razão de

cerceamento de liberdade por parte do governo. O governador, por sua vez, impetra mandado de segurança, em sede de liminar, argumentando que também estava sofrendo constrangimento por parte da Assembleia Legislativa.

O Tribunal de Justiça soluciona a situação de forma inusitada, não recebe a denúncia de Vilasboas, concede o *habeas corpus* aos deputados, por estarem sendo coagidos pelo governador e aprova o mandado de segurança ao governador em razão do constrangimento que lhe estariam causando os deputados da Assembleia Legislativa.

Alguns dias após os últimos atos formais desta fase nebulosa de disputas pelo poder em Mato Grosso, Mário Corrêa deixa melancolicamente Cuiabá e se estabelece no Rio de Janeiro, onde vem a falecer seis meses depois. Pouco depois, em 6 de março de 1937, o presidente da República decreta intervenção federal no Estado, nomeando interventor o capitão do exército Manoel Ari da Silva Pires.

O período de governo constitucional terminava, assim, de forma amarga em Mato Grosso. Com efeito, a eleição do primeiro governador constitucional em Mato Grosso não trouxe um período de paz como se esperava. Alguns poderiam concluir que os Poderes Públicos, as instituições ou tampouco seus representantes estavam preparados para atuar e conviver em um regime democrático, em cujo equilíbrio está o inafastável princípio do respeito mútuo. Certamente, os limites de atuação que são necessários à preservação da democracia haviam sido amplamente ignorados pelos gestores públicos de Mato Grosso à época.

Aqui está uma clara ilustração da importância de se insistir na preservação do regime democrático. A democracia é resultado de aprendizado e vivência, portanto, como regime político, se aperfeiçoa incessantemente até poder ser considerado como tal. Assim como uma grande engrenagem, os componentes do regime democrático, ao serem colocados em movimento e interação, sofrem os desgastes próprios de mecanismos submetidos à pressão e ao atrito, especialmente quando a máquina é nova e não está “amaciada”, por assim dizer.

Ao serem colocados em teste real, muitos elementos que compõem a “Máquina da Democracia” se rompem ou são distorcidos pela força, outras peças, no entanto, resistem mais, enfim, somente o movimento e a interação indicarão o que precisa ser ajustado, trocado, melhorado, reforçado. Segundo esta analogia, no momento em que é instalada uma Assembleia Constituinte ou por ocasião das Eleições Gerais, são realizados os ajustes deste

incrível mecanismo denominado *democracia*. São nestas ocasiões que os reparos, ajustes e reposições são feitas com o objetivo de melhorar o desempenho e os resultados almejados pelo conjunto da sociedade.

Disfunções e abalos no curso do constante processo de aperfeiçoamento democrático não significam sua falência, ou que este modelo de exercício do poder deva ser reconsiderado; é importante que a nação democrática se mostre determinada a prosseguir partindo do estágio em que se encontra sua evolução política, por mais difícil que seja este caminho. Os verdadeiros democratas são os que vivem e deixam viver. São os que respeitam as opiniões, as excentricidades e as manias dos outros, sem ceder à tentação de os desconvencer à força (CARDOSO, 2006).

Optar por rupturas autoritárias, não obstante parecer um atalho mais rápido e objetivo, somente atrasa a trajetória de um país rumo ao desenvolvimento com participação e consciência social. Ademais, é preciso encontrar o paradigma democrático mais adequado, pois há diversos modelos de democracia que variam conforme a especificidade dos sistemas de governo - presidencialista, parlamentarista ou misto -, da cultura política, do momento histórico pelo qual passa uma nação, de suas instituições públicas e, especialmente, do controle exercido pela sociedade civil. Como observa Jefferson O. Goulart, “(...) A despeito das diferenças e variáveis, seja qual for o critério a que se recorra para apurar intensidades ou particularidades, a democracia designa um conjunto de procedimentos políticos consubstanciados em processos decisórios” (GOULART, 2002, p. 28).

As disputas assimétricas e violentas pelo poder em Mato Grosso durante o governo de Mário Corrêa revelam, ainda, que naquele momento era ausente a “transferência de autoridade”, um elemento essencial ao regime democrático (genericamente associado como governo do povo). Em democracias funcionais o poder exercido se manifesta por meio da transferência de autoridade, ou seja, por uma delegação de prerrogativas. Este poder é exercido em nome do e para o *demos* (povo). O poder não é uma coisa nem algo de que se apropria, antes, é o exercício de uma relação, de modo que não pertença a ninguém e esteja relacionado a uma determinada concessão.

A democracia, enfim, afirma-se na transferência de prerrogativas do *demos* (soberano) para o governante (príncipe). Para o cientista político italiano Giovanni Sartori, o “axioma democrático é que o poder do homem sobre o homem só pode ser concedido por outros”, de forma que se estabeleça, definitivamente, “numa base revogável (de outra forma,

as pessoas que concedem o poder renunciaram, ao mesmo tempo, ao seu poder) ” (SARTORI, 1994, p. 277).

Tomada em perspectiva oposta – no sentido do que não é –, a democracia se antagoniza tipologicamente com a autocracia, porque esta representa um sistema que prescinde da legitimidade no sentido de os governantes representarem a si próprios. Na democracia a legitimidade reside na transferência de poder, enquanto na autocracia, inversamente, o poder é exercido de forma incondicional e ilimitada. Em outros termos, enquanto na democracia prevalecem a condicionalidade, a limitação e o controle – as regras que determinam quem e como se governa –, na autocracia vigora o oposto: concentração de um poder ilimitado (GOULART, 2002, p. 31).

A democracia é um projeto que inclui a todos, enquanto os regimes autoritários são excludentes, e acabam por afundar, cedo ou tarde, com o seu próprio peso. Interrupções e retrocessos nas democracias retardam a sua tão desejada consolidação e impedem o seu “amadurecimento”, não apenas como regime político de um Estado, mas sobretudo como vetor que proporciona à sociedade a convivência em ambiente cívico caracterizado pelo império da lei e não do arbítrio (Estado de Direito).⁶ Ao se abortar a trajetória de fortalecimento de uma democracia é inevitável que se tenha que reiniciar o seu processo de edificação a partir das fundações, privando a população dos inegáveis benefícios de se viver em um ambiente de igualdade e liberdade.

Não obstante, lamentavelmente em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fecha o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas são dissolvidas e os governantes destituídos de seus cargos. Getúlio derriba a incipiente democracia que surgia no Brasil. Começava o chamado Estado Novo, um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares.

Ao decretar o Estado Novo, no entanto, Vargas acreditava que a decisão de se instalar o regime autoritário era uma incumbência da qual ele próprio não poderia se eximir,

⁶ O Estado de direito considera que o governo da lei compreende duas situações com significados diferentes, embora implicadas reciprocamente, cada uma com seus defensores. O primado da lei como instrumento principal de dominação, prerrogativa máxima do poder soberano opõe Hobbes, Rousseau e Hegel aos “fatores do governo da lei. Um governo poderá exercer o poder “segundo leis reestabelecidas” (governo sub lege) e/ou o governo poderá exercê-lo “mediante leis, ou melhor, através da emanção (se não exclusiva, ao menos predominante) de normas gerais e abstratas” (*governo per leges*) (BOBBIO, 1986, p. 156-7). In: BOBBIO, N. A. **Governo dos homens ou governo das leis**. In: BOBBIO, N. A. **O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de M. A. Nogueira. Título original: **Il futuro della democrazia. Una difesa delle regole del gioco**. p.151-171. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ou seja, ele estaria simplesmente fazendo o papel que lhe correspondia. Pedraça (2007), aponta que no Discurso proferido por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 ele tenta justificar a instalação do Estado Novo:

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional (PEDRAÇA, 2007, p. 102).

Em Mato Grosso, após a eclosão da ditadura de Vargas, o governador Júlio Strubing Muller, que havia sido eleito em 04 de outubro de 1937 pela Assembleia Legislativa, permaneceu no cargo de governador do Estado na condição de interventor, mantendo essa posição por um período de oito anos.

Durante a Primeira República, ou seja, entre a Proclamação da República, em 1889, e a eclosão da Revolução de 1930, Mato Grosso vivenciou um período de lutas, transformações políticas e incessantes conflitos armados entre oligarquias locais. Os conflitos surgiram, de uma parte, pela intransigência dos grupos encastelados no poder, interessados em manter os privilégios e os benefícios que o Poder Público proporcionava frente às investidas de grupos que, se sentindo preteridos por este arranjo, investiam contra o poder constituído no sentido de conquistá-lo, fosse por vias legítimas ou através de métodos violentos.

A Rusga Cuiabana de 1834, eivada de elementos xenófobos e nacionalistas, já prenunciava o início de um longo ciclo de embates entre adversários políticos, econômicos, culturais, que se estenderia por toda a Primeira República. Trata-se de um sentimento regionalista que pareceu acompanhar a história de Mato Grosso por todo este período.

O fato histórico amplo mais relevante para fins do estudo sobre a divisão de Mato Grosso foi, sem dúvida, a formação de duas grandes oligarquias no estado: a do Norte, simbolizada pelos usineiros de açúcar, e a do Sul, pelos grandes pecuaristas e ervateiros, ao que foi acompanhada pelo surgimento do fenômeno do coronelismo entre 1889 a 1943. Este parece ter sido o embrião do movimento divisionista.

Com o fim da Guerra contra o Paraguai em 1870, as elites cuiabanas se viram ameaçadas pela crescente importância econômica de Corumbá, que aspirava a condição de capital do estado. Este propósito foi consolidado pela inauguração oficial das obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Porto Esperança, em 03 de maio de 1908. Em realidade, a estrada de ferro Noroeste do Brasil reestruturou as ligações que existiram de forma pujante

entre as regiões Sul de Mato Grosso e o estado de São Paulo na era das Bandeiras, e que depois enfraqueceu. Esta fortíssima ligação entre o Sul de Mato Grosso e o estado de São Paulo pode ser constatada pela Revolução Constitucionalista de São Paulo, de 1932, que fora praticamente desfechada a partir de Campo Grande” (CORRÊA FILHO, 1969).

A tensão política e a instabilidade governamental verificada em Mato Grosso, ao final de 1936, que transbordou a esfera regional e alcançou o governo central é emblemática deste período em que a democracia não se assentou enquanto sistema político, isto é, não atingiu o estágio de amadurecimento necessário para representar um firme fundamento de estabilidade para a sociedade e para o Estado.

1.2 Instauração e queda do estado novo: a consolidação de Cuiabá como capital do estado de Mato Grosso

Durante o Estado Novo o assunto da divisão do Estado foi momentaneamente arquivado. O Deputado Júlio Strübing Müller, com a morte de Mário Corrêa, foi eleito pela Assembleia Legislativa governador do Estado. No dia 4 de outubro, o Interventor federal Manoel Ari, que ficara no cargo por 6 meses e 24 dias, transmite o cargo a Júlio Strübing Müller. O governo constitucional de Müller dura apenas 37 dias, pois no dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas instaura o Estado Novo, depondo todos os governadores eleitos. Müller, porém, é mantido na função, que passa a ser denominada de Interventor federal.

Os desafios de natureza político-partidária, ínsitos a uma democracia, eram, naturalmente, ausentes no Estado Novo. As garantias e liberdades individuais foram estranguladas neste período; a atividade política e os partidos foram banidos da vida pública do país. A violenta ditadura imposta por Vargas tornava o exercício da administração pública “desobstruído”, pois não havia campo para debates ou negociações em torno dos projetos e das possibilidades para a ação governamental. Ademais, conforme Ferreira (2001), a gestão de Júlio Müller, em decorrência de sua forte influência perante o Governo Federal, foi marcada pelo êxito administrativo. Não apenas logrou reequilibrar as finanças do Estado, mas também:

[...] fundou os abrigos Bom Jesus e Darci Vargas; organizou os serviços de saúde do Estado; reformulou completamente a Imprensa Oficial; construiu os prédios do Liceu Cuiabano, a secretaria Geral; o Grande Hotel, e a ponte sobre o Rio Cuiabá, denominada ponte Júlio Muller (FERREIRA, 2001, p. 75).

Realmente, muitas obras foram executadas em Cuiabá durante este governo, indicando que a capital do Estado teria sido não somente beneficiada, mas colocada em posição privilegiada durante o período do Estado Novo. Esta constatação sugere que as intenções divisionistas não pareceram encontrar guarida no governo de Júlio Müller. Parte da literatura especializada converge para a conclusão de que o conjunto de obras realizadas durante a administração de Müller compunha a estratégia do governo varguista. Esta estratégia tinha por objetivo ampliar o desenvolvimento das regiões periféricas do Brasil, e não retirar a importância destas regiões, fato que ocorreria se o estado de Mato Grosso fosse dividido ou se sua capital fosse transferida para outra cidade.

Desta forma, conforme Pedraça (2007), o Interventor Júlio Müller, sem os entraves de ordem político-partidária, inicia uma fase de obras e estruturação da infraestrutura de alguns setores do Estado. Tais realizações marcariam a sua gestão, amainando as pressões sobre a divisão do Estado. Ao constituir por meio de importantes obras, grande parte da infraestrutura de Cuiabá, Müller reforçou a sua condição de capital do estado. Com efeito, todo o estado de Mato Grosso passou por transformações durante o Estado Novo, porém Cuiabá foi uma das cidades mato-grossenses mais privilegiadas nesse processo.

Nesta perspectiva, apesar de termos destacado que Cuiabá foi uma das cidades mato-grossenses privilegiadas nesse processo, não devemos deixar de dizer, que durante o Estado Novo não apenas Cuiabá teve o seu cotidiano alterado em decorrência de políticas promovidas pela ditadura de Vargas, mas todo o Estado (PEDRAÇA, 2007, p. 104).

Júlio Strübing Müller tinha como proposta “criar meios para consolidar a capital do Estado e dar-lhe condições de se transformar num centro propulsor do progresso” (CARVALHO, 2007, p. 44). Dentro desta perspectiva, o debate sobre a possibilidade de divisão do estado de Mato Grosso não encontrava acolhida por parte do governo, que definitivamente não demonstrava interesse nesta discussão.

Já no primeiro ano como interventor, em 1938, Júlio Müller transmite à população a intenção de executar grandes projetos de obras de infraestrutura em Cuiabá, que seriam realizadas sem comprometimento do equilíbrio das contas públicas e em estrita observância às

leis. Este projeto de modernização de Cuiabá teve o importante apoio de Getúlio Vargas, e ao final do ano de 1938 foi assinado o contrato com a construtora Coimbra Bueno e Cia. Ltda.

Como as tentativas de divisão do Estado não haviam surtido efeitos concretos até então, os argumentos se voltaram para a proposta de mudança da capital do Estado de Mato Grosso, mas agora não mais para Corumbá, e sim para Campo Grande. Isto porque a ligação ferroviária entre o interior paulista e as margens do Rio Paraguai, através da estrada de ferro de Bauru a Porto Esperança, a denominada Ferrovia Noroeste do Brasil, havia permitido a conexão do sul de Mato Grosso com o sudeste brasileiro e estava potencializando o comércio. Assim, as distâncias entre Campo Grande e grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro foram abreviadas com a ferrovia, ampliando exponencialmente o crescimento da cidade sul-mato-grossense de Campo Grande. Este crescimento econômico suscitava um forte deslocamento migratório, que foi se tornado mais intenso, o que contribuíu significativamente para o desenvolvimento da região. Cuiabá, por sua vez, passava por um momento distinto:

[...] Cuiabá era uma cidade “ilhada”, só podendo se valer da navegação fluvial e de um pequeno hidroavião de quatro lugares que periodicamente passava aqui e pousava. Júlio Müller teve o descortino de entender que o objetivo primacial de seu governo deveria ser necessariamente a consolidação de Cuiabá como capital do Estado, tendo por meta que ela se tornasse o centro propulsor do progresso regional (CARVALHO, 2007, p. 44).

Nathália da Costa observa que Corumbá, histórica rival de Cuiabá, neste contexto, perde espaço para Campo Grande na condição de “candidata” a principal eixo comercial e político do Estado. “A ferrovia intensificou o crescimento de outro potencial concorrente de Cuiabá: Campo Grande, que logo deixaria Corumbá para trás na condição de principal polo comercial do Estado” (AMEDI, 2014, p. 72).

A figura do engenheiro Cássio Veiga de Sá está associada às Obras de Infraestrutura Oficiais desta fase da história de Mato Grosso. Sobre as Obras Oficiais desta fase, observa o ex-governador de Mato Grosso Garcia Neto:

Sem dúvida, as Obras Oficiais de Cuiabá não só foram a alavanca de desenvolvimento da Engenharia em Mato Grosso, mas, principalmente, vieram amortecer os movimentos originários de políticos de Campo Grande, que desejava a mudança da capital para aquela cidade (NETO, 2014, p. 26).

O engenheiro Cássio Veiga de Sá é autor de algumas das mais importantes obras realizadas em Cuiabá. Neste período, foram edificados o Palácio da Instrução, o Palácio da Justiça, a Residência dos Governadores, o Palácio Arquiepiscopal e o Grande Hotel de Mato Grosso. A principal avenida da capital, a avenida Getúlio Vargas foi estendida e pavimentado trechos de seu percurso. Uma das mais importantes obras desta fase foi a construção do Colégio Estadual de Mato Grosso, o Liceu Cuiabano, cuja inauguração se deu no dia 04 de outubro de 1944 (MARCÍLIO, 1963).

O Colégio Estadual de Mato Grosso estava entre as 100 escolas de instrução primária criadas por meio do Decreto nº53, de 18 de abril de 1941⁷ e disseminadas em regiões rurais e cidades do estado.⁸ Em virtude das determinações do art. 2º do Decreto nº53, a cada uma das escolas distribuídas nos municípios deveria ser dado o nome de “Presidente Vargas”. Mais tarde estas escolas ficariam conhecidas pelo nome de “as Presidente Vargas”.

O governo de Vargas intervém fortemente na reestruturação do ensino fundamental e médio, melhorando as escolas, inclusive materialmente, tal qual como fez em Cuiabá onde brindou com a construção do suntuoso edifício do Colégio Estadual, na época, um dos mais imponentes do país.

O apoio de Getúlio Vargas para os projetos educacionais tinha uma razão objetiva. Para o presidente do Estado Novo, o volume de iletrados constituía verdadeiro óbice ao desenvolvimento das atividades produtivas nacionais. Era necessário alfabetizar para "libertar" o país dos males causados pelo analfabetismo. Uma campanha contra o analfabetismo foi lançada na imprensa e no rádio com a veiculação de cartazes, folhetos e até mesmo por meio da distribuição da novela "*Quero aprender a ler*", difundida “aos milhares” a toda população.⁹

Em 13 de maio de 1937 foi realizada a Campanha da "*Segunda Abolição*", na qual em apenas um dia, 1.248 educandários foram criados em todo Brasil.¹⁰ As campanhas foram bem recebidas pela sociedade, não obstante veicularem um discurso subliminar.

⁷ Gazeta Oficial. Decreto nº 35 de 18 de abril de 1941, p. 01. In: Arquivo Público de Mato Grosso.

⁸ MÜLLER, Júlio. **Relatório** 1941-1942, p. 17-19. In: Arquivo Público de Mato Grosso.

⁹ AMBRUST, Dr. Gustavo. Comunicado do Serviço de Imprensa da Cruzada Nacional de Educação, **Gazeta Oficial**, 22/12/1937, p. 1. In: Arquivo Público de Mato Grosso.

¹⁰ Secretaria da C.N.E. - **Escolas Creadas e inauguradas no dia 13 de maio de 1937**. In: Arquivo Público de Mato Grosso.

[...] Importa ressaltar que essa segunda "abolição" e "liberdade" através da educação eram bem aceitas pela população que se via oprimida de várias formas. Assim, aceitava-se a proposta da Campanha pela alfabetização como melhor caminho, sem se questionar as condições nas quais esse discurso era produzido (ALVES, 2011, p. 22).

Nesse período os discursos do governo eram permeados pela ideia de um só pensamento e uma só realidade, isto é, de uma sociedade horizontalizada, livre das lutas de classes, enfim, de unidade nacional. A educação, o saneamento e os transportes, neste contexto do Estado Novo, eram fatores de primordial importância no processo de ocupação dos espaços despovoados e na manutenção do sentimento de unidade e de integridade do país¹¹.

Como parte do projeto de alfabetização do governo Vargas, foram ainda instaladas várias escolas noturnas em todo o país, inclusive em Mato Grosso. O objetivo fundamental, ao implantar a educação de adultos, era ampliar o número de eleitores e fortalecer os novos grupos no poder.

No campo da saúde pública, para conter o foco incessante de doenças e epidemias de disenteria causadas pela distribuição de água *in natura* em Cuiabá, foi construída a estação de tratamento de água. Localizada na parte elevada da cidade, na rua Presidente Marques, o reservatório de água foi dimensionado para ter capacidade de distribuir, por dia, aproximadamente três milhões de litros de água tratada a base de cloro e sulfato de alumínio.

Ainda na área da saúde, foram construídos o Hospital Geral, o Centro de Saúde do Estado e o Abrigo Bom Jesus de Cuiabá, para crianças e anciãos. O Hotel Águas Quentes, instalação adequada para o lazer e para o tratamento de enfermidades reumáticas e dermatológicas, também foi construído na esteira das obras destinadas a proporcionar bem-estar e qualidade de vida à população. Enfim, a edificação de vultosas obras públicas em Cuiabá reforçou sua condição de capital do Estado, tal qual havia imaginado o governador Júlio Strübing Müller.

A ponte de 234 metros sobre o Rio Cuiabá, que “aposentou” a velha balsa encarregada de efetuar o transporte entre margens no Rio Cuiabá; o Horto Florestal da Cidade e a Colônia Correccional de Palmeiras, também são obras entregues nesta fase. Algumas destas

¹¹ Getúlio Vargas foi deputado estadual (1909-1913 e 1917-1922), deputado federal (1923-1926) e senador (1946-1947). Na Câmara dos Deputados, a partir de 1923, passou de político regional a personagem nacionalmente articulado, que assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em 1927 e, em 1930, liderou o processo revolucionário que derrubou a chamada “República Velha”. Para acessar os pronunciamentos completos de Vargas ver: VARGAS, Getúlio, 1883-1954. Org. Maria Celina D’Araujo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

obras ainda atendem à população de Cuiabá, como é o caso do Horto Florestal e do Hotel Águas Quentes. Eduardo Póvoas, colunista do Jornal Midianews e antigo morador de Cuiabá, descreve de forma sensível os momentos vivenciados na infância no Hotel Águas Quentes:

Passei nesse hotel os momentos mais felizes da minha infância. Aprendi com o meu pai a gostar do local, do clima, da água e do tratamento que até hoje me é dispensado pelos seus diretores e funcionários. (...) Quando comecei a frequentar essas termas, os quinze quilômetros entre a BR e o hotel eram de terra com enormes pedras pelo seu leito e ali só ia quem amava o local ou era muito louco. Se chovesse para sair de lá era uma epopeia. A subida da serra com lama e muita pedra solta e com as “fubicas” da época, requeria muita criatividade do motorista e dos ocupantes da “engenhoca”. Um ia ao volante e dois no estribo com um pedaço de pau para calçar as rodas, pois caso contrário voltaríamos de ré para a piscina. Luz elétrica só de motor que era desligado às dez horas para economizar combustível (EDUARDO PÓVOAS, 2015).

O ano em que termina a Segunda Guerra Mundial também prenuncia o fim do regime varguista. Em 1945 as Forças do Eixo capitulam. Com a rendição dos países na Europa os pracinhas iniciam o seu regresso ao país exercendo grande pressão sobre o governo autoritário de Vargas. Carlos Gomes de Carvalho explica claramente o paradoxo que o fim da Segunda Guerra Mundial e o retorno dos pracinhas causavam para o Governo de Vargas.

A presença brasileira nos campos conflagrados da Europa criou um enorme contraste na consciência política nacional, pois se constituía um evidente paradoxo a luta contra os totalitarismos nazi-fascistas quando o país vivia sob um regime ditatorial para-fascista. Entre os intelectuais, estudantes, profissionais liberais, empresários, setores da Igreja e do sindicalismo crescia o sentimento de oposição ao Estado Novo (CARVALHO, 2007, p. 50).

Havia uma distorção, um descompasso histórico entre a situação do presidente brasileiro e as recentes conquistas políticas que o fim da Grande Guerra suscitou. Vargas, ao passo que perdia poder e domínio da situação, a despeito das medidas liberalizantes adotadas para amenizar a situação, encontrava-se cada vez mais acuado.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial daria início às primeiras fissuras do Estado Novo. As vozes que clamavam pela democracia ecoavam cada vez mais altas em vários setores da sociedade civil, militares e, até mesmo, dentro do próprio governo. Percebendo que o regime democrático viria mais cedo ou mais tarde, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político visando conquistar uma nova base de apoio: os trabalhadores. Dessa forma, o governo varguista disseminou uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do governo. Fundamentada na “ideologia da outorga” e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à

condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos. (BATISTELLA, 2007, p. 101).

Dessa forma, surgiu o pacto entre o Estado, personificado por Vargas, e os trabalhadores. O êxito deste pacto pode ser mensurado pela dimensão que alcançou o movimento queremista em 1945¹², um grande movimento de massa que expressava a vontade política de boa parte da população brasileira. Em outras palavras, no processo de (re)democratização de 1945, ao lado das forças que propugnavam mudança política, havia outra corrente favorável ao continuísmo (BATISTELLA, 2007, p. 116).

Nessa corrente, o movimento queremista, que tinha como lema “*Queremos Getúlio*”, foi o que ganhou maior visibilidade. Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que caía o Estado Novo, aumentava a popularidade de Getúlio Vargas.

Associado ao movimento *Queremista*, a edição de um decreto presidencial determinando a antecipação do pleito estadual, causou preocupação e temor nos militares de que o que ocorrera em 1937 se repetisse. A justificativa dada pelo presidente à época foi a necessidade de impedir um "complô comunista", que ameaçava tomar conta do país, o chamado *Plano Cohen*. Pura invenção que foi depois desmascarado como uma fraude. Os comunistas estavam presos e os soltos encontravam-se na mais dura clandestinidade, sem nenhuma possibilidade de ação concreta.

O integralismo ao adotar esta radical postura contra o comunismo, reportava para a realidade brasileira um confronto ideológico presente em todos os Estados totalitários europeus. Mas esse enfoque, não interessava somente a Ação Integralista Brasileira (AIB) mas principalmente ao presidente Vargas e a Igreja Católica. Ao cumprir esse papel, o Integralismo colocou em evidência uma tendência mundial, que era a divisão do planeta em dois sistemas sócio-político-econômico distintos, ou seja, capitalismo versus socialismo. Por outro lado, também contribuiu para que no Brasil, Vargas conseguisse se manter no poder através de uma ditadura, fundamentado essencialmente numa forte política anticomunista, e que tinha no catolicismo, fiel parceiro (PEDRAÇA, 2007, p. 104).

Por fim, em 29 de outubro de 1945 Vargas é deposto por um movimento militar liderado por generais, na maioria ex-tenentes da Revolução de 1930, como Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Newton de Andrade Cavalcanti e Ernesto Geisel, entre outros.

¹² Sem dúvida, o “*queremismo*” foi um dos maiores movimentos de massas da história do Brasil, talvez apenas comparado às “*Diretas Já!*” Resultou na participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, nos rumos do processo político nacional. O movimento queremista, ao se institucionalizar, daria origem a um partido político: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Com o retorno do país à regularidade democrática, as discussões e confrontos políticos retornaram à agenda nacional. O período em que Júlio Müller esteve adiante da administração pública do Estado de Mato Grosso foi objeto de investigação por parte de uma Comissão de Inquérito instalada pela Assembleia Constituinte.

É o deputado Luís Philippe que informa que, passados aqueles momentos iniciais do calor político, a Comissão caiu no esquecimento, pois era evidente para todos, indiferentemente das correntes partidárias, que não só o dinamismo administrativo como a probidade pessoal do ex-governante não poderia (*sic!*) ser posta sob suspeição. Deixando o governo, Júlio Müller retorna às suas atividades como produtor rural. Passa a viver a maior parte do tempo na sua Fazenda Abolição, no município de Santo Antônio do Leverger. Muitos cuiabanos ainda se lembram de terem visto o ex-Interventor vender seus produtos nos dias de feira. Estacionava seu pequeno caminhão e ele mesmo oferecia o que havia produzido em sua terra (CARVALHO, 2007, p. 56).

A modernização de Cuiabá e a construção de obras públicas oficiais marcaram o governo de Júlio Müller. O seu mandato certamente contribuiu para consolidar de forma definitiva a cidade de Cuiabá como capital de Mato Grosso.

Com a queda do Estado Novo em 1945, o Desembargador Olegário Moreira de Barros deixa provisoriamente o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça e assume o governo de Mato Grosso. No plano nacional, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal assume temporariamente a Presidência da República. Com a Revolução de 1930 as atividades políticas eleitorais foram interrompidas e colocadas sob recesso até 1945. “A redemocratização ocorreria 15 anos depois após uma década e meia de incontestável domínio do poder central” (CARVALHO, 2007, p. 65).

O tema da divisão do estado de Mato Grosso, que havia ficado “dormente”, em “obsequioso silêncio” durante os anos do Estado Novo, retorna de forma abrupta à pauta de discussões políticas ainda em 1947, durante os trabalhos de elaboração da futura Constituição do Estado. Neste momento debateu-se a questão da divisão do estado e também a mudança da capital. Na data de 17 de junho de 1947 foi colocado em votação na Assembleia Legislativa um dispositivo constitucional que previa a “possibilidade de mudança” (CARVALHO, 2007, p. 149). Apurados os votos, a Assembleia Constituinte se mostra dividida ao meio: 14 votos a favor, 14 contra. Afortunadamente, coube ao presidente da Assembleia Constituinte, o médico cuiabano Virgílio Corrêa Neto, o voto de Minerva. Assim, mais uma vez o Sul não conseguiu o seu intento.

Foi escolhido para relator da Constituição de 1947 o deputado José Manuel Fontanillas Fragelli (UDN).¹³ Fragelli era corumbaense e exercia o ofício de promotor e advogado em Aquidauana e Campo Grande. No curso da elaboração do texto constitucional, cogitou-se a proposta de não se fazer menção sobre qual seria a capital do Estado, isto é, deixar aberta a questão para que fosse definida em lei ordinária, cuja aprovação é conseguida por maioria simples de votantes. Vinícius Araújo, em entrevista pessoal a José Manuel Fontanillas Fragelli, registrou a versão oferecida pelo deputado sobre o tema da divisão do estado, no contexto da formulação da Carta Constitucional Estadual em 1947:

[...] Antes de votar a nova Constituição, eu pus lá que a capital do Estado podia ser mudada por simples maioria. E os cuiabanos, muito mais inteligentes do que a gente, ficaram quietos, prepararam uma sessão e nos derrotaram. Nós fomos derrotados. Felizmente, aliás. Eles ganharam por um voto. (...) Luiz Alexandre veio aqui para Aquidauana, ele veio ele veio defender um sujeito, um sargento parece, que matou a mãe. Aproveitaram a saída do Luiz Alexandre, mais não sei o quê, e os cuiabanos fizeram a maioria no dia. E nos derrotaram. O quê, no final de contas, foi muito bom. Mas só isso. Eu, por exemplo, nenhum de nós votaria a mudança da capital. Ninguém queria. Cuiabá naquele tempo se mantinha pelo fato de ser capital do Estado. Cuiabá cairia muito. E não tinha ninguém que quisesse isto. Agora, nós queríamos criar o sul. (...) Mas não foi, absolutamente, querer mudar a capital. Nós não queríamos mudar a capital (ARAÚJO, 2007, p. 23).

Este não foi um episódio trivial, e chegou de fato a abalar as relações entre representantes políticos de ambas as regiões, trazendo à baila de forma áspera a discussão sobre a divisão de Mato Grosso. Teria havido, inclusive, uma suposta “ameaça” feita pelos deputados “nortistas” em relação aos deputados “sulistas” segundo a qual estes seriam conduzidos (coercitivamente, acredita-se) a tomar um banho no chafariz de uma praça em Cuiabá, se a emenda fosse aprovada, já que esta era uma possibilidade que não seria admitida de forma alguma em Mato Grosso (NEVES, 2001a).

Efetivamente, no país em que o debate político havia sido represado, com a redemocratização é reiniciado o processo de discussão de temas de interesse partidário, e as disputas eleitorais passam a ocupar a vida nacional. Os partidos políticos são reorganizados para as eleições que se avizinhavam.

No plano nacional os partidos se estruturaram em uma base tripartite. O Partido Social Democrático PSD, que arregimentava quadros simpatizantes a Getúlio. O Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas, que congregava a “classe e os anseios dos

¹³ Em Cuiabá, José Fragelli foi deputado constituinte, em 1947, em companhia de Gervásio Leite, Luís-Philippe Pereira Leite, Lenine Póvoas, dentre outros.

trabalhadores” e era apoiado de forma velada por cidadãos engajados no PCB, o Partido Comunista Brasileiro; e a União Democrática Nacional, UDN, partido francamente opositor a Getúlio.

Em Mato Grosso, esses três partidos políticos se faziam representar, porém a UDN e o PSD mantiveram sempre a liderança, revezando-se no poder, organizados da seguinte forma: o PSD tinha à frente os Müller, cujo representante mais proeminente foi Filinto Müller, que reuniu partidários ligados à facção urbana liberal e às atividades burocráticas. A UDN era representada através da classe média urbana e de duas oligarquias: a do Sul (hoje Mato Grosso do Sul), pelos pecuaristas, e a do Norte, pelos usineiros e comerciantes (SIQUEIRA, 2002, p. 202).

É possível perceber nesta composição política que as regiões se organizavam segundo as estruturas de poder existentes. Os tradicionais aliados do varguismo, ou seja, os proprietários rurais e coronéis do interior, cujo poder havia sido construído e fortalecido durante o Estado Novo, se concentravam em regiões menos desenvolvidas, especialmente em regiões agrárias, e se agrupavam no Partido Social Democrático - PSD. As classes trabalhadoras, cada vez mais numerosas em um país que se industrializava rapidamente, estavam vinculadas ao Partido Trabalhista Brasileiro - o PTB, que reconhecia na figura de Vargas, um grande aliado em sua histórica luta contra o capital.

No campo oposto neste arranjo político estava a pequena e média burguesia, isto é, o “meio urbano” representado por jovens intelectuais, comerciantes, profissionais liberais. Este conjunto da sociedade fundou a União Democrática Nacional, a UDN. As forças políticas em Mato Grosso se distribuíram nestes três grandes partidos políticos nacionais, tendo ainda o Partido Comunista Brasileiro o PCB, que ainda era pouco expressivo, mas sinalizava um viés de crescimento.

Após ser lançado candidato ao Governo pela coligação PSD - PTB, enfrentando o advogado sulista Dolor Ferreira Andrade, em 19 de janeiro de 1947 o engenheiro Arnaldo Estêvão de Figueiredo vence as eleições com uma apertada margem de votos.

Numa eleição na qual compareceram 45.281 eleitores, Arnaldo sagra-se vitorioso por uma diferença de 1.689 votos, obtendo 21.253 votos contra 19.564 dados ao adversário. Igualmente o PSD faz maioria na Assembleia Legislativa elegendo 16 deputados, contra 11 da UDN, tendo outras bancadas, constituídas pelo PCB, dois deputados, e pelo PTB, um parlamentar (CARVALHO, 2007, p. 66).

O reestabelecimento do princípio democrático foi a principal tarefa do governador do Estado eleito, o Dr. Arnaldo Estêvão de Figueiredo, candidato do Partido Social Democrático - PSD - contra o candidato da União Democrática Nacional - UDN - Dr. Dolor Ferreira de Andrade.

O arranjo de poder em torno dos partidos com o fim do Estado Novo criou para as elites sul-mato-grossenses a necessidade de se reposicionar neste novo contexto nacional, redefinindo sua plataforma política e os seus pleitos, dentre estes a divisão do estado. As características políticas e econômicas da região Sul de Mato Grosso, associadas a uma tradição mais liberal de não alinhamento com o governo central, que remonta os primórdios da República - fato que pode ser comprovado com as Revoluções de 30 e 32 - influenciou para que parcela expressiva da região apoiasse União Democrática Nacional, a UDN.

Da mesma forma, a candidatura de um representante da região Sul nas eleições para governador em 1947 também demonstra que o estado de “dormência” em que se encontravam as discussões que polarizavam Norte e Sul de Mato Grosso, enfim, terminara.

Ainda que não se possa fazer um recorte linear das inclinações políticas das regiões Norte e Sul de Mato Grosso no pós-Estado Novo, há que se constatar que os aliados do varguismo, os fazendeiros e oligarcas latifundiários com grande domínio eleitoral no meio agrário, estavam fortemente concentrados na região Norte, e aglutinados no Partido Social Democrático.

Para Vinícius de Carvalho Araújo, em Mato Grosso, a construção do PSD seguiu o padrão nacional. A própria família Müller, cujos expoentes eram os irmãos Júlio e Filinto, foi o principal vetor para a formação dos partidos políticos no estado, conforme o critério situação-oposição. “O ex-deputado estadual e federal Milton Figueiredo afirmou que os partidos em Mato Grosso foram fundados contra ou a favor de Filinto Müller. Quer dizer, o grupo do PSD procurou manter o situacionismo anterior” (ARAÚJO, 2007, p. 23).

Na região Sul a situação política não era muito diferente, no entanto, esta porção do estado era fortemente influenciada pela doutrina liberal emanada da urbe paulista, contrabalançando a inclinação varguista e ampliando as possibilidades da União Democrática Nacional em Mato Grosso. No estado, a UDN surgiu a partir de um grupo que se considerava alijado dos benefícios outorgados àqueles que mantinham um “bom relacionamento com o estado”.

(...) a União Democrática Nacional (UDN) se formou como uma imensa frente de oposição a Getúlio Vargas e aglutinada pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, tenente participante da revolta do Forte de Copacabana em 1922. Reuniu, portanto: 1 – As antigas oligarquias estaduais desalojadas do aparelho do Estado em 1930, cujos líderes eram Otávio Mangabeira, Júlio Prestes e o ex-Presidente Artur Bernardes; 2 - Outros setores oligárquicos que só romperam com Vargas durante a década de 1930, como os tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães e o candidato a Presidente na abortada eleição de 1938, José Américo de Almeida; 4 - Os signatários do “Manifesto dos Mineiros” de 1943, que representava o velho constitucionalismo liberal órfão de 1930 e da candidatura de Armando Sales a Presidente em 1937, como Afonso Arinos, Odilon Braga, Milton Campos e Pedro Aleixo; 5 - A denominada “Esquerda Democrática”, composta por setores do Partido Comunista descontentes com o movimento queremista e a aproximação com Vargas. Eles consideravam possível uma “união nacional” substanciada numa organização de massa que pudesse representar o anti-getulismo. Com a ampliação da UDN, acabaram saindo desta proposta e fundaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB) (ARAÚJO, 2007, p. 23).

O governo do Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo durou três anos e meio e foi politicamente tumultuado pelos reflexos das práticas legadas da ditadura varguista, cuja influência ainda era muito marcante. Em 2 de julho Arnaldo Figueiredo transmitiu o cargo ao deputado do PSD Jary Gomes, que completaria o restante do mandato em 31 de janeiro de 1952.

O governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo esteve muito associado a um momento histórico de Mato Grosso em que as terras da região Centro Oeste haviam se tornado muito atrativas para as populações da região Sul do país. O crescente fluxo migratório que a região passou a receber foi, no entanto, decorrência de um conjunto de medidas adotadas anteriormente e que culminaram na migração de muitas famílias sulistas no período em que Arnaldo Estevão foi governador do Estado de Mato Grosso.

Getúlio Vargas havia lançado em 1940 o programa conhecido como A Marcha para o Oeste e também estruturado a Expedição Roncador – Xingu, uma sensacional epopeia que adentrou o Brasil-Central, desvendou o Sul da Amazônia e travou contato com diversas etnias indígenas ainda desconhecidas. A expedição, liderada pelos três irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Bôas marcou este período da história nacional, teve início em 1943 e entrou para a história como uma das maiores aventuras do século 20 em todo o mundo. A Marcha para o Oeste retomou as antigas tradições coloniais valorizando, especialmente, a figura do bandeirante considerado o grande herói nacional, já que fora ele o responsável pela conquista do território nacional (PEDRAÇA, 2007).

No discurso de Vargas estas iniciativas recuperam a campanha dos “construtores da nacionalidade”, isto é, os antigos sertanistas. São perceptíveis no discurso de Vargas

elementos como o progresso industrial, a riqueza, a cultura, enfim, brasilidades; e ainda faz uma inequívoca alusão aos bandeirantes, que a partir do início do século XVIII, foram fundamentais para o começo do processo de colonização das áreas mais interioranas do Brasil, como foi o caso do estado de Mato Grosso.

Para Célio Marcos Pedraça, a construção da Marcha para o Oeste, como ponto de relevância para a sociedade brasileira, não ficou restrita aos esforços retóricos de Vargas, e “encontrou em personalidades como (o arcebispo de Cuiabá) Dom Aquino, um porto seguro, que em meio a esse processo, também muito pode oferecer para que essa construção fosse bem-sucedida”. Para Pedraça, por trás do discurso pela “colonização” proferido pelo presidente Vargas, havia a ideologia que falava em nome da necessidade da construção de uma nova nação.

É neste contexto que se dá o início da Marcha para o Oeste, fundamentada na elaboração de uma doutrina (ou uma política) que pregava a integração das massas. As políticas de colonização (aglutinadas na Marcha para o Oeste) eram apenas “parte de um projeto” que deve ser entendido dentro de um contexto em que o liberalismo estava em crise e a Europa vivenciava a ascensão do totalitarismo europeu.

Após o decreto dessa ditadura, não “houve” mais espaços para outras forças no Brasil, a não ser aquelas diretamente controladas por Vargas. A partir disso, teve início um programa de propaganda política e de festas cívicas de modo a engrandecer o nome de Getúlio e fortalecer o espírito da nacionalidade (PEDRAÇA, 2007, p. 106).

O conceito de "vazio" territorial atualizava o conceito de "sertão", compreendido como um espaço devoluto que vinha preocupando as elites brasileiras interessadas em construir uma nação. Assim, as áreas ocupadas do Brasil eram vistas como um arquipélago, onde cidades ou regiões pouco tinham a ver entre si. A criação em 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indica, sem dúvida, a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades.

É importante pontuar, no entanto, que “vazio demográfico” é um discurso que remete ao período colonial e é atualizado pela ideia contemporânea de que a Amazônia deve ser objeto de um debate voltado para a sua internacionalização. Essa representação que se tem sobre a Amazônia é uma visão imposta e manipulada pelo colonizador, isto é, uma visão de quem não vive na região; além de fortalecer a ideia de que a Amazônia é uma região

periférica, que está à margem do contexto nacional. Diante desses fatos, Gonçalves (2010, p.35), defende a concepção de que “as pessoas que se propuseram a dominar o espaço amazônico tenham acentuado a mão de obra, a ideia de vazio demográfico”.

Pinto (2008, p.232) enfatiza que “a construção da nação brasileira tomava a Amazônia como um vazio demográfico complicado de ser incorporado ao todo nacional, que na realidade não chegou a existir”. Essa ideia de Amazônia como “vazio” sugere que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente, sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo, mas a ideia de “vazio demográfico” era, constantemente, reiterada. Mas na formulação do vazio, esses autóctones não representavam uma existência histórica apta a integrar a ideia de nação. De acordo com Cruz (2011) a Amazônia tem sido interpretada como “região natural”, “inferno verde”, “vazio demográfico”, “vazio cultural”, “fonte incomensurável de riquezas e região do futuro”. Apesar das características preponderantemente associadas à região terem se transformado bastante no decorrer dos séculos, alguns elementos permanecem em torno dessas representações.

Arnaldo Estevão era agrônomo, agrimensor e experiente demarcador de terras; soube aproveitar a conjuntura política e institucional legada do governo de Vargas, e os amplos conhecimentos técnicos que possuía quanto à questão fundiária no estado para fazer um governo marcado por ações em transporte e colonização. Arnaldo Estevão foi perspicaz ao perceber que no plano nacional o país vivia um momento de expansão e ocupação territorial, e que instituições estavam sendo criadas para dar execução a estes projetos; assim criou no âmbito estadual instituições congêneres que pudessem ser “atreladas” aos órgãos e programas federais. No país foram fundados o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este de 1938, instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo. Em 1937 foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) (CARVALHO, 2007).

Em seu conjunto estes órgãos públicos federais ajudariam o Brasil a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana. Arnaldo Estevão criou a Comissão Estadual de Estradas de Rodagem – CER e foi elaborado o Plano Rodoviário Estadual, que foi posteriormente aprovado pelo Departamento Nacional de estradas de Rodagem. Com esta estratégia logrou vincular a CER ao DNER, de forma que as obras seriam executadas pela CER mas com os aportes financeiros

e supervisão do DNER, já que havia convergência entre os objetivos da União e do Estado. Foi uma estratégia inteligente, com isso viabilizou obras federais no estado de Mato Grosso criando um órgão capaz de executar as obras. Isto porque as empreiteiras na época não tinham como mobilizar de forma simples e rápida os recursos técnicos e humanos para regiões remotas com Mato Grosso, e a CER representava a possibilidade de se realizar ações avançadas no interior do país.

Outras importantes ações infra estruturais foram empreendidas pelo governo de Arnaldo Estevão, contribuindo para a disseminação de uma percepção de unidade do estado de Mato Grosso. Este programa político difuso esfriou os ânimos e as aspirações divisionistas naquele momento. Ademais, este governo contemplou, sabiamente, a região Sul do estado de Mato Grosso.

(...) em julho de 1947 foi criado o Distrito Rodoviário Sul, com sede em Campo Grande. Assim, um dos primeiros projetos a ser executado foi a da recuperação da rodovia Cuiabá – Rondonópolis. A partir desse município polo, se dirigiu ao sul, para Campo Grande, e a oeste, para Alto Araguaia. Tais providências tiveram importância decisiva para a modernização de Mato Grosso. Se em direção ao sul, ligou o Norte a uma região já bafejada pelo progresso, vindo de São Paulo e do Paraná; para o oeste, Cuiabá passou a ter ligação direta com São Paulo, através de Goiás e do Triângulo Mineiro (CARVALHO, 2007, p. 68).

Logo no início de sua administração o governador Arnaldo Estevão enviou mensagem à Assembleia Legislativa contendo projeto de lei do Código de Terras do Estado – Lei nº 336, de 6 de dezembro de 1949. Outra medida de grande monta foi o cancelamento do contrato que o estado mantinha com a Companhia Mate Laranjeira, que por mais de cinquenta anos ocupava aproximadamente dois milhões de hectares de terras de grande produtividade no Sul do estado de Mato Grosso.

As ações de governo do Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, sejam no campo dos transportes ou incentivando a colonização no estado, tiveram consequências apaziguadoras no discurso de separação de Mato Grosso. Ao executar políticas que incluíam a reversão e legalização de terras de grandes proprietários rurais na região Sul de Mato Grosso e criação de colônias agrícolas em Rondonópolis, Jaciara, Bodoquema e Marechal Dutra, o governador contemplou alguns anseios das elites dirigentes sulistas. Arnaldo Estevão conhecia bem as correntes migratórias e era sensível ao elemento gaúcho cujo povoamento havia presenciado em terras da fronteira com o Paraguai, desde Ponta Porá, Dourados e Amambaí (MENDONÇA, 1982).

Pode-se inferir, também, que a acirrada disputa eleitoral contra o candidato sulista para o governo do estado em 1947, vencida com margem apertada de votos, o teria colocado em uma situação política de “ter que dispensar maior atenção aos anseios da porção Sul do estado”. Esta atitude política fez com que refluíssem os discursos separatistas neste período.

O governador Arnaldo Estevão obteve, enfim, aprovação de grande parte da população e conquistou a união de seu partido em torno de sua figura, sendo que até mesmo tradicionais divisionistas terminaram reconhecendo os méritos de sua administração, tal qual pontuou o udenista Demosthenes Martins:

O Dr. Arnaldo de Figueiredo, sem amparo de uma equipe política administrativa à altura de um programa adequado às realidades do Estado e às voltas com o radicalismo de correligionários avezados às práticas herdadas da ditadura, não pode fazer obra de relevo a que se propunha no governo. [...] seu governo deu início à criação de colônias agrícolas, mas a carência de recursos financeiros e técnicos frustrou o desenvolvimento desse magnífico programa. Houve, ademais, uma busca de terras devolutas do Estado, com a valorização que estavam conquistando (MARTINS, 1975, p. 119-120).

Em 03 de outubro de 1950 foi realizado pleito eleitoral e o médico Fernando Corrêa da Costa vence o sufrágio contra o seu oponente Filinto Müller. A vitória foi apertada uma vez mais, tendo Fernando Corrêa obtido 42.286 votos contra 38.801 votos de Filinto Müller.

Fernando Corrêa foi um dos fundadores da União Democrática Nacional, a UDN. Em 1947 é lançado candidato a Prefeito de Campo Grande e vence as eleições para administrar o importante município do sul do Estado de Mato Grosso entre 1948 e 1951; em 1950 se desincompatibiliza para ter a sua candidatura homologada para concorrer ao governo do estado e mais uma vez triunfa assumindo o cargo em 31 de janeiro de 1951.

Corrêa da Costa possuía uma característica que passara a ser quase imprescindível aos postulantes do poder em Mato Grosso a partir de então: a capacidade de transitar com fluidez entre os polos políticos da região Sul e Norte de Mato Grosso. Tal qual ocorrera nas eleições anteriores em que Arnaldo Estevão de Figueiredo fora vitorioso, Corrêa da Costa era visto como um político “intermediário entre o Sul e o Norte de Mato Grosso”.

Nesse ponto da história política de Mato Grosso já não seria plausível a eleição de um governante que prescindisse do respeito e aprovação de ambas as regiões do estado. Há que se notar, inclusive, que o vice candidato na chapa triunfante de Corrêa da Costa era o

corumbaense João Leite de Barros, o que tornava a composição “tripartite” e contemplava, assim, as regiões políticas mais importantes do estado de Mato Grosso (ARAÚJO, 2007, p. 36).¹⁴ Maria Manuela Renha de Novis Neves explica aquele momento político da seguinte forma:

[...] a composição das chapas majoritárias deveria atender ao critério regional - isto é o que a UDN faz nas eleições de 50. (...) além dessa composição regional do candidato, a UDN compõe-se, ainda, com um vice de Corumbá - João Leite de Barros -, o que, obviamente, visou acomodar os polos regionais mais importantes. (...), portanto, o critério da escolha e da composição regional passa a ser uma constante nas eleições majoritárias, sobretudo para o governo - o que não foi observado pelo PSD em 50, na busca da maximização dos resultados eleitorais (NEVES, 2001a, p. 188).

A vitória de Corrêa da Costa sobre Filinto Müller, analisada pelo prisma dos embates políticos que distanciavam o Sul e o Norte do estado de Mato Grosso é emblemática ao demonstrar que, a despeito dos esforços empreendidos para se promover uma “certa unidade” no estado, de fato não havia qualquer coesão política entre as regiões.

No Sul do estado, pontua Maria Manuela, “praticamente a totalidade dos diretórios do PSD fechou acordo com o candidato da UDN, Fernando Corrêa da Costa” (NEVES, 2001a, p. 189). Este posicionamento político se deve em razão dos altos níveis de rejeição que Filinto Müller tinha na sociedade sul-mato-grossense. Müller depois da vitória da Aliança Liberal, em 1930, passou a ter ativa e destacada atuação na administração do País. Serviu no Gabinete do general Leite de Castro, Ministro da Guerra, depois, sob a administração do tenente João Alberto Lins de Barros, foi Secretário Geral da Interventoria federal em São Paulo em 1931. Retornando ao Rio de Janeiro, em 1932, foi sucessivamente Diretor da Guarda Civil, Delegado Especial da Segurança Política e Social e, posteriormente, de 1933 e 1942, Chefe de Polícia do Distrito Federal. Com a redemocratização retornou ao seu estado natal e comandou a organização do Partido Social Democrático – PSD.

Müller, mesmo sendo uma figura proeminente do PSD não obteve o apoio de diretórios de seu partido no Sul do estado, pois sua pessoa estava muito associada à repressão política que conduzira de forma violenta contra os partidários do PCB durante o Estado Novo. Como no Sul do estado o arranjo político era influenciado por jovens profissionais liberais,

¹⁴ Nestas eleições os udenistas passaram a compreender a dinâmica do equilíbrio regional entre norte e sul que marcaria todo este período em Mato Grosso e tiveram a preocupação de formar um quadro com perfil bi-regional (Fernando Corrêa da Costa). Eles compuseram também a chapa majoritária com integrantes das duas regiões do estado, com atenção especial ao município de Corumbá, que sempre teve comportamento de “fiel da balança” entre sul e norte.

muito dos quais ligados ao PCB, nesta “praça política” Müller não conseguia superar a imagem de “instrumento da repressão” que evocava entre a os comunistas, imagem esta que que lhe acompanharia por toda a vida. Este grupo político, mesmo tendo uma presença inexpressiva no restante do estado, era forte em Corumbá e também numeroso na cidade de Campo Grande.

Com efeito, a atuação de Filinto Müller como Delegado Especial de Segurança Política e Social e, posteriormente, de 1933 a 1942, como Chefe de Polícia do Distrito Federal, onde agiu com extremo vigor no combate aos militantes do Partido Comunista deixaria resquícios e seria questionada por toda a sua vida (CARVALHO, 2007, p. 79).

A administração de Corrêa da Costa assume o comando do estado em um momento de grande influxo de migrantes de outras regiões do país. A política de incentivo à colonização que ganhara fôlego no Estado Novo, quando o discurso de “ocupação dos espaços vazios” veio acompanhado da convocação para a Marcha para Oeste, foi potencializada por Corrêa da Costa.

Em 10 de dezembro de 1951 foi aprovada a Lei nº 461 que dispunha sobre a ocupação de terras e sua regularização no estado de Mato Grosso. Para Demostenes Martins, a administração de Corrêa da Costa “(...) foi, inegavelmente, um governo de povoamento das terras do estado” (MARTINS, 1975, p. 123).

Paralelamente às ações de ocupação de terras, o governador remodelou a máquina administrativa e a criou o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT). A distribuição de energia elétrica e o suprimento de água em Cuiabá foram ampliados, e a construção de uma rede de esgotos sanitários, ainda inexistente na cidade, foi executada neste período.

No plano nacional, os anos iniciais da década de 1950 foram marcados pelo debate político sobre a modernização da agricultura. Como Mato Grosso possuía, já no início da década de 50, um considerável polo produtor de comódites agropecuárias, esta discussão era muito pertinente ao estado.

Neste momento nascia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O arcabouço analítico da CEPAL se sustentava no conceito de “desenvolvimento desigual das economias mundiais”, traduzido na lógica estrutural das relações *Centro-Periferia*: o *Centro* abrangia as economias de países industrializados e a *Periferia* se referia

aos países exportadores de matéria prima. Segundo esta linha analítica, as economias periféricas não controlavam o seu próprio crescimento já que dependiam da demanda efetiva do *Centro*. Assim, a dinâmica da economia mundial era resultante de um desenvolvimento desigual porque o *Centro* era capaz de conservar seus incrementos de produtividade e ainda se apropriar de parte do progresso técnico da *Periferia*, ocasionando, desta maneira, uma deterioração dos termos de troca.

A ideia de atraso da *Periferia* em relação ao *Centro* consolidou também no imaginário nacional uma relação dicotômica entre o atraso do campo em relação à modernidade das cidades. E aqui, mais uma vez, a discussão interessou não apenas Mato Grosso, mas, sobretudo a sua capital, Cuiabá, que estava distante da região Centro-Sul do país e era comumente associada ao atraso em razão desta distância. A reação a esta ideia foi a reformulação da política de ocupação e colonização da região Oeste do Brasil visando a incorporação da fronteira amazônica à economia nacional, a fim de absorver excedentes populacionais de outras regiões e privilegiar a colonização dirigida. (SAES, Flávio; SAES, Alexandre, 2013).

Uma das ações objetivas nesta direção foi a criação e regulamentação, pelo governo central, da Amazônia Legal, uma área que representa mais da metade do território nacional. Também objetivou incorporar a fronteira amazônica por meio da instituição, em 06 de janeiro de 1953, através da lei nº 1.806, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), unidade administrativa responsável por promover o incremento da produção agrícola e a integração econômica da região amazônica.¹⁵

Para fins de planejamento econômico, o artigo 2º da lei nº 1.806 criou o conceito de um “território político e não geográfico” que foi denominado Amazônia Legal. A definição deste território passou por várias alterações ao longo do tempo até chegar à configuração de sua atual área de abrangência que corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e a porção oeste do Maranhão resultando numa superfície aproximada de 5.217.423 km² relativa a 61% do território brasileiro.

Ao passo que se buscava a valorização econômica da Amazônia brasileira, foi criado em 1954 o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) com a função

¹⁵ Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26.10.2015.

principal de orientar, organizar e promover a fixação de migrantes em núcleos coloniais. O governo central tinha definido como um de seus objetivos a contenção dos movimentos sociais no campo através da intervenção direta do INIC no controle social e político dos núcleos coloniais. Esta política resultou em uma enérgica resistência por parte dos trabalhadores. Muitas lutas agrárias passaram a eclodir na região Sul e no Nordeste do país, “com bases sociais distintas e formas de organização variadas marcou o final dos anos 1950” (ROCHA, 2010, p. 36).

Três iniciativas do governador Fernando Corrêa da Costa durante sua administração são importantes para a contextualização deste período à luz do debate divisionista. Iniciativas que tiveram impacto positivo na avaliação de sua gestão pelo eleitorado sul-mato-grossense. A primeira foi a revisão do contrato das minas de Urucum, localizadas no município de Corumbá. O contrato, firmado durante o período ditatorial entre o estado de Mato Grosso e a Sociedade Brasileira de Mineração – SOBRAMIL era considerado extremamente prejudicial aos interesses públicos. Pelo minério extraído, o estado recebia um valor sessenta vezes menor do que o seu real preço de venda, o que causava verdadeira indignação na sociedade corumbaense.

Outra iniciativa relevante para se aferir o grau de aderência e aprovação que a sociedade sul-mato-grossense manifestava em relação ao governo eleito diz respeito a criação Comissão Interestadual da bacia Paraná - Uruguai, CIBPU. A razão para a criação desta instância governamental era desenvolver estudos de aproveitamento do potencial de eletrificação rural do vale, além de promover o desenvolvimento da navegação fluvial no alto e baixo Paraná, conectando este modal de transporte com as rodovias federais. Uma última finalidade do órgão era estabelecer novas colônias objetivando o povoamento e a ocupação da região que compreendia a bacia Paraná.

A par destas ações que atenderam aos anseios da população do Sul de Mato Grosso, está o incentivo às atividades agrícolas nas zonas Leste e Norte do estado. Nestas localidades Corrêa da Costa instalou máquinas de beneficiar algodão da produção da zonal Sul, em Campo Grande, objetivando a industrialização do caroço para a produção de óleo e aproveitamento do seu resíduo na alimentação e confinamento do gado leiteiro.

O governo de Fernando Corrêa da Costa, exercido até o término do mandato, obteve aprovação de parcelas significativas da população, inclusive entre os habitantes da região Sul do estado. O discurso pela divisão do estado que havia caído em estado “dormência” durante o Estado Novo, e que aos poucos foi sendo “despertado” durante a

administração de Arnaldo Estevão de Figueiredo, adquiriu forte clamor na gestão de Fernando Corrêa da Costa, que, não obstante, soube contemporizar os ânimos políticos implementando diversas ações de governo que contemplavam interesses da população da região Sul de Mato Grosso. No plano nacional, o debate político sobre a modernização da agricultura, o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a criação da Amazônia Legal pelo governo central diluíram e debate sobre a divisão do Estado colocando-o em segundo plano.

A avaliação de Demosthenes Martins sobre o governo de Corrêa da Costa foi mais uma vez positiva: “O governo de Fernando Corrêa da Costa apresenta-se no registro histórico, inegavelmente, como um governo probo, diligente (sic.), empreendedor e dinâmico” (MARTINS, 1975, p. 125).

Este posicionamento, no entanto, estaria longe de ser um consenso entre integrantes da classe política. O médico Dr. Fernando Corrêa da Costa que se tornara governador e tinha uma “dupla cidadania”, pertencia ao mesmo tempo às duas grandes regiões do estado, o que resfriou o movimento divisionista que pulsava na região Sul de Mato Grosso. A própria candidatura de Fernando Corrêa para prefeito de Campo Grande em 1947 teria o objetivo não declarado de viabilizá-lo politicamente para a sucessão do Governo estadual, que ocorreria em 1950.

Ao ser lançado candidato a prefeito de Campo Grande e vencer a eleição em 1947, ganhou grande notoriedade em toda a região Sul do estado, ademais, possuía forte identificação com a região Norte, afinal era filho de ex-governador e oriundo de uma tradicional família mato-grossense. Em depoimento a Maria Manuela Renha de Novis Neves, o ex-governador Garcia Neto atestou que “quando a UDN lançou o Fernando para prefeito de Campo Grande, já se dizia assim: ‘ele vai ganhar e, em seguida vai ser o Governador, porque ele é cuiabano, mas reside em Campo Grande’” (NEVES, 1988, p. 187).

O contexto nacional fortemente influenciado pela política de ocupação e colonização da região Oeste do Brasil, marcado ainda pelo influxo de migrantes e pelo advento de novas abordagens geopolíticas, como o novel conceito da Amazônia Legal, ofuscou, pelo menos momentaneamente, o debate sobre os temas regionais neste período. A incorporação da fronteira amazônica à economia nacional, a fim de absorver excedentes populacionais de outras regiões, representava uma aspiração política de primeira ordem para o país. Esta estratégia poderia representar uma “solução” para a ameaça do atraso da *Periferia* em relação ao *Centro*, para o atraso do campo em relação à modernidade das cidades ou,

possivelmente, para o “atraso de Mato Grosso em relação aos centros desenvolvidos da região sudeste”.

Fernando Correa da Costa deixa o poder em 31 de janeiro de 1956, quando então assume as rédeas do Poder Executivo do Estado o engenheiro João Ponce de Arruda, que se mantém no cargo até 1961.

O tema da colonização nos anos da década de 1950 foi muito debatido e representava uma possibilidade de desenvolvimento, especialmente, para o estado de Mato Grosso. Conforme ressaltam alguns autores, essa década foi um período de capital importância para intensificar a colonização no estado. Durante o período de 1956-1961, mais do que a discussão sobre o desenvolvimento econômico do estado, incluindo aí a colonização, também havia um ferrenho debate político sendo entabulado entre dois dos principais personagens políticos mato-grossenses daquele momento: Fernando Corrêa da Costa, da União Democrática Nacional e João Ponce de Arruda, do Partido Social Democrático.

No que se refere ao pensamento político predominante da década de 1950, havia no Brasil uma corrente, cujos maiores ícones eram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que acreditava na necessidade de uma ocupação efetiva e imediata do Extremo-Oeste do país, pois o Oeste seria “a terra da Promissão, com grandes reservas de terras férteis”, que substituiriam as “esgotadas e devastadas do Leste” do país.

Os primeiros migrantes a aderir ao projeto anunciado pelo governo federal chegaram à região em 1948. Segundo seus depoimentos, eles receberam além dos lotes de 30 hectares legalmente demarcados, uma casa em sua propriedade, ferramentas e demais benfeitorias. À medida que os primeiros colonos tomavam posse de suas terras e benfeitorias, as notícias se espalhavam e atraíam mais colonos que nos anos seguintes não paravam de chegar (SANTOS, 1994, p. 27).

As Colônias Agrícolas foram pensadas e colocadas em prática como expressão da política de colonização dirigida pelo estado, a fim de fazer com que trabalhadores de outras regiões pudessem se estabelecer em áreas ainda pouco habitadas. Para isso, Ponce de Arruda, durante o seu governo, deu continuidade, em certa medida, ao processo de venda de terras devolutas do estado, como forma de promover a ocupação das áreas remotas do território mato-grossense. O Governo distribuía terras gratuitamente para quem quisesse nelas se estabelecer. Tal estratégia revelara-se, todavia, infrutífera, pois muitas vezes a ocupação não se efetivava, sendo as operações de compra e venda destinadas, exclusivamente, à especulação imobiliária.

O projeto estatal de colonização lançado pelo Estado Novo foi reformulado pela associação entre o poder público e as companhias privadas e, tal como afirma Alcir Lenharo, “após a queda de Vargas, quando o intervencionismo estatal foi afastado (...) o tratamento da terra como mercadoria implementou a expansão especulativa da colonização do país” (LENHARO, 1986, p. 46).

Quando Ponce de Arruda assume o Poder, aproveita-se do ambiente conturbado e marcado por suspeitas referentes às vendas e contratos com as colonizadoras de terras em Mato Grosso, e faz duras críticas ao seu predecessor, Fernando Corrêa da Costa e à atuação questionável do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso.

Durante o governo de Corrêa da Costa, apesar do sucesso no aumento da arrecadação por meio das vendas de terras, há indicações consistentes de práticas especulativas, sobretudo no ano pré-eleitoral. A atividade de aquisição de terras públicas por particulares se transformara numa desenfreada e inescrupulosa atividade de lucros fáceis, fazendo surgir conflitos de interesses os mais variados

Diante desta situação, o governo de Ponce de Arruda mostrou-se cuidadoso em seu mandato, e não confirmou as concessões expedidas pelo governo anterior e sobrestou novas concessões e alienações até o ano de 1957, como forma de regularizar os problemas existentes. O número de vendas de títulos diminuiu consideravelmente durante os anos do governo de Ponce de Arruda, o que ocasionou, também, no decréscimo das transações efetuadas pelo Estado de Mato Grosso. A arrecadação, não obstante, aumentou, tendo em vista a valorização do preço das terras.

O governo de Ponce de Arruda foi muito criticado, especialmente pela imprensa, de pôr fim a um grande chamariz de investimentos e de progresso que havia impulsionado grandemente Mato Grosso rumo ao desenvolvimento. Ao retirar a função do estado como agente associado e também fiscalizador das empresas colonizadoras, João Ponce tornou menos controlada a ocupação das áreas compradas, gerando insegurança também para as empresas que ali se instalavam.

Os partidos políticos, PSD e UDN, já disputavam uma intensa uma batalha pelo poder no estado de Mato Grosso. As críticas à gestão de Ponce de Arruda culminaram no fortalecimento da candidatura de Fernando Corrêa da Costa que volta ao poder para exercer a condução administrativa de Mato Grosso para o quinquênio de 1961 a 1966.

A par de impulsionar cautelosamente o processo de colonização, a administração de Ponce de Arruda também foi dedicada à construção de rodovias e à expansão da malha elétrica no Estado, o que implicou na melhoria da rede de distribuição e das unidades de geração de energia. Neste período foi fundada a empresa de economia mista CEMAT - Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A -, que se tronou concessionária desse serviço nos municípios de Cuiabá, Rosário Oeste, Ladário, Corumbá Aquidauana e Campo Grande.

A CEMAT foi criada em outubro de 1958 pela Lei Estadual n.º 832 de 04 de agosto de 1956, e autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica através do Decreto Federal n.º 44.647, de 17 de outubro de 1958, colocando fim ao risco de colapso do suprimento no Estado.¹⁶ A maior obra de Ponce de Arruda foi a construção do Palácio Alencastro, que foi erguido no mesmo local onde se localizava o “velho Palácio”, um importante edifício histórico que, lamentavelmente, foi derrubado para dar lugar ao mais alto edifício de Mato Grosso à época.

Ao retornar ao comando da administração estadual, Fernando Corrêa da Costa empenhou-se em resolver o dilema do segmento energético. A questão energética representava um gargalo no desenvolvimento econômico do estado. As realizações de Corrêa da Costa neste mandato referem-se à estruturação do setor elétrico, como explica Carlos Gomes de Carvalho:

(...) inaugurou a terceira máquina da Usina 2 no rio da Casca, com 3.000 kVA, reforçando o fornecimento à capital, como determinou a abertura de concorrência para a construção da terceira etapa (a Usina 3). Ao mesmo tempo, adquiriu três grupos geradores para reforço do fornecimento de energia elétrica para Campo Grande, e outros três geradores para alimentar os sistemas de Corumbá, de Aquidauana e de Dourados. Coroando esses esforços, já no final de seu governo, Fernando Corrêa teve a rara satisfação de colher um fruto cuja semente fora plantada em sua primeira gestão. Pode ele inaugurar a linha de transmissão de energia elétrica que liga a Usina de Jupia, no Paraná, a Campo Grande, numa extensão de 320 quilômetros. Nos anos seguintes essa ligação seria estendida para outras localidades sulistas (CARVALHO, 207, p. 86).

Uma vez mais os anseios sulistas foram contemplados por Corrêa da Costa, um governante que sempre obteve apoio e consideração perante o eleitorado sul-mato-grossense. Dentre as obras que beneficiaram a região sul de Mato Grosso, também está incluída a

¹⁶ Diário Oficial da União. Seção 1. 27/10/1958, p. 23. Decreto n.º 44.647, de 17 de outubro de 1958. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a centrais elétricas mato-grossenses S.A. - CEMAT. In: Arquivo Público de Mato Grosso.

construção da Faculdade de Odontologia e Farmácia, em Campo Grande, que se constituiu no núcleo inicial da futura Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Fernando Corrêa da Costa foi um governante bastante popular e conceituado. Ao lado do ex-governador Blairo Maggi, foi o único governador que conseguiu ser eleito senador na primeira eleição após deixar o governo, e o fez em duas ocasiões.

Em 31 de janeiro de 1966, Fernando Corrêa da Costa foi sucedido por um candidato das forças de oposição ao seu governo. Assumia a condução do governo de Mato Grosso o engenheiro civil formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pedro Pedrossian. Neste momento o país vivia uma situação política e social totalmente diferente. O movimento militar havia ocorrido, e com ele, o ímpeto de se destruir politicamente o que a era Vargas havia deixado, especialmente o que representava o Partido Trabalhista. Vários líderes, sindicalistas, militantes e políticos relevantes do partido foram perseguidos e tiveram os seus mandatos ou direitos políticos cassados.

Com a edição do Ato Institucional Nº 2, foram extintos os partidos políticos vigentes e instituídos apenas dois (Arena e MDB). No estado de Mato Grosso os petebistas tiveram que refluir, especialmente a parcela mais abrangente que vivia na região Sul do estado, em Corumbá e Campo Grande. Com as eleições de 1965 se consolida um ciclo de hegemonia sulista na representação política de Mato Grosso, a escolha de candidatos passara a ser uma “prerrogativa” dos sul-mato-grossenses: o divisionismo triunfava nas urnas.

1.3 O triunfo eleitoral dos divisionistas em Mato Grosso nas eleições de 1965

As eleições de 1965 representam para Maria Manuela R. de Novis Neves (1988), o “fechamento de um ciclo no Estado”. Para a autora, o fato dos dois candidatos serem típicos sulistas demonstraria a hegemonia da representação política da região Sul nas decisões partidárias. Com efeito, a escolha de candidatos passara a ser uma “exclusividade” dos sul-mato-grossenses e o divisionismo estaria triunfando do ponto de vista eleitoral. As elites dirigentes do norte do Estado foram impulsionadas, diante deste contexto de “encolhimento do espaço político”, a elaborar estratégias eleitorais mais efetivas. Maria Manuela também considera que o crescimento do PTB, que era mais forte na região Sul, também desequilibrava o sistema partidário e ajuda a compreender o desfecho das eleições de 1965.

Pedro Pedrossian elegeu-se prometendo reformar a administração pública e “quebrar as velhas estruturas”, como ele próprio dizia em seus discursos (CARVALHO, 2007, p. 109). Para tanto, compôs uma equipe de profissionais oriundos de fora da máquina administrativa e política, ou seja, sem antecedentes partidários e compromissos ideológicos. Esta postura que rompeu com as estruturas clientelistas acarretou grandes dificuldades para o governante que pagou futuramente um alto preço pelo arrojo administrativo. “Pedro Pedrossian faz uma administração desenvolvimentista. (...) Programou obras em todo o Mato Grosso e a esse programa de trabalho denominou: Novo Mato Grosso” (MENDONÇA, 1982, p. 110).

Em seu livro de memórias, Pedrossian apontou as três prioridades de seu governo, um trinômio, segundo ele mesmo: 1) distribuição espacial equilibrada da infraestrutura; 2) transposição da receita do campo administrativo para o da política de cidadania e do saneamento operacional dos processos de arrecadação; e 3) construção das bases do desenvolvimento humano, pela formação de quadros qualificados (PEDROSSIAN, 2006, p. 44).

Para Bittar, Pedrossian foi um “(...) personagem polêmico, é tido como “dinâmico” e “arrojado” por uns, “aético” por outros”. Envolvido em denúncias de corrupção por ter-se tornado um novo rico, foi visto como arrivista, uma espécie de estranho no ninho das “oligarquias” (BITTAR, 1997, p. 324 e 325).

O início de seu governo foi dedicado ao planejamento da reforma administrativa, que preconizava uma mudança no sentido, forma e método de se exercer a administração pública. Como forma de impulsionar a “revolução administrativa”, estimulou a instalação de cursos superiores que iriam se converter nos esteios que dariam coerência e a ancoragem teórica de suas propostas. Neste sentido, lançou os fundamentos para a fundação de uma instituição de ensino superior que ainda não existia em Mato Grosso. “(...) Passo decisivo nessa direção foi dado em julho quando sancionou a lei criando o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá – ICLC, que, juntamente com a Faculdade de Direito, já federalizada, iria se constituir no núcleo formador da futura Universidade Federal de Mato Grosso” (CARVALHO, 2007, p. 110). Rubens de Mendonça registra este episódio de forma bastante minuciosa:

Havendo os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, enviado Mensagens elaboradas pelo Ministro da Educação e Cultura, Dr. Tarso Dutra, criando a Universidade Federal de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor General Emílio Garrastazu Médici assinou no dia 12 de dezembro de 1969, na cidade de Campo Grande, neste Estado, a Mensagem ao Congresso Nacional, instituindo a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na capital do Estado. Imediatamente o governador Pedro Pedrossian e o seu dinâmico Secretário de Educação e Cultura Dr. Gabriel Novis Neves, deram início à construção da cidade Universitária de Cuiabá, à margem da estrada asfaltada que vai para o distrito de Coxipó da Ponte, onde os trabalhos foram executados em ritmo acelerado, 24 horas por dia (MENDONÇA, 1982, p. 113).

Suas ações políticas inusitadas enfim incomodaram altos escalões do governo em Brasília e conforme explica Demosthenes Martins, Pedrossian ousou enfrentar a ordem constituída por meio de atitudes discretas de inconformismo:

(...) ora condescendia com atitudes e propósitos condenados pela Revolução, ora enfatizava uma necessidade de renovação cujos objetivos eram, pura e simplesmente, alijar da política mato-grossense os seus líderes tradicionais, inclusive Filinto Müller, o homem a cujo apoio devia seu governo. Não participou da Revolução. Não comungou de seus princípios, diretrizes e ideias. Seu governo quase sempre desajustado às modificações do governo central (...) (MARTINS, 1975, p. 135).

Em 28 de fevereiro de 1967 um decreto assinado por Castelo Branco e pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Juarez Távora, faz referência a um processo secreto instaurado contra Pedro Pedrossian. O crime imputado era de improbidade administrativa e a penalização era a demissão da função de engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, isto porque em 1965 Pedrossian era o diretor-superintendente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, quando foi convidado pelo PSD para ser o candidato a governador, numa coligação com o PTB.

A reação foi veemente por parte da oposição. Em 1976 os deputados da ARENA divulgaram nota rompendo com o governo, e em seguida um processo crime foi instaurado no Tribunal de Justiça, tendo como fundamento a demissão do órgão federal. O desembargador Willian Drosghic, mediante notificação do Procurador-Geral do Estado Benjamin Duarte Monteiro, decide pelo arquivamento da ação pela ausência de indícios ou provas de ilícito administrativo. A discussão não se encerrou por aí. Em 10 de julho de 1967 um longo arrazoado é elaborado pelos advogados da oposição, dentre estes Demosthenes Martins, e

apresentado perante o Supremo Tribunal Federal postulando a nulidade dos atos do governador.

Os embates seguiram intensos e agudos a ponto de, em 18 de agosto, ser apresentado pelo Deputado Casto Pinto um anteprojeto de Resolução requerendo o impeachment do governador. “Tratava-se claramente de um golpe, com toda vestimenta de legalidade. (...), mas a pendenga local estava inflamada por antigos rancores, era alimentada pelos desejos de revanche e vinha sendo fortemente estimulada pelo clima reinante na política nacional” (CARVALHO, 2007, p. 112).

Do ponto de vista jurídico é interessante observar que o argumento principal para o pedido de impeachment se baseava em um ato cometido antes de sua eleição, quando era servidor público. Este “detalhe” tornaria impossível a pretensão de punir, já que o pedido de impeachment deve se referir a fato ocorrido no exercício do mandato. “Essa atitude só era entendível à luz da influência do rancor tão presente naqueles anos sombrios” (CARVALHO, 2007, p. 113). Em entrevista a Vinícius Araújo, Júlio José de Campos, que se tornou governador em 1983 e participou do Governo Pedrossian na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), relatou as dificuldades do arrojado governo de Pedrossian:

(...) (Considero que) a história recente de Mato Grosso se divide em antes e depois de Pedrossian, pelo legado político e administrativo deixado por ele. (Avalio que) Pedrossian fez um governo revolucionário para a época, marginalizando um pouco os políticos, porque não teria muita habilidade para negociar com a Assembleia Legislativa. Esta dificuldade de relacionamento, além da oposição cerrada da ex-UDN (derrotada na eleição), estariam na raiz de um processo de cassação de seu mandato articulado pelo Parlamento (ARAÚJO, 2007, p. 71).

Para Júlio Campos, a manobra de impeachment teve matiz político-partidário, sem qualquer vinculação com eventuais pressões pela divisão do Estado. Júlio Campos considerou que Pedrossian fez uma gestão acentuadamente “cuiabanizada e obteve boa aprovação na região norte”, assim, a ex-UDN teve medo do seu crescimento político e articulou a demissão na NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) com base em denúncias de corrupção. O fato do então Vice-governador ser de origem udenista (Lenine Póvoas), pode ter colaborado para esta manobra, já que caso Pedrossian fosse cassado ele seria o próximo na linha sucessória e assumiria o Poder Executivo.

Pela perspectiva do debate divisionista, o jornalista Onofre Ribeiro enxergou conteúdo separatista na tentativa de cassação do mandato de Pedrossian. Para ele, “o processo de impeachment foi mais um exemplo da sabedoria política cuiabana, porque eles queriam enfraquecer Pedrossian para evitar o divisionismo e impedi-lo de indicar um sucessor com o mesmo perfil (sulista típico)”. (...) “Fragelli, que veio depois, se identificou muito mais com o Norte do que com o Sul. Como as lideranças do Sul eram muito divididas, Fragelli nunca se integrou no Sul” (ARAÚJO, 2006, p. 88).¹⁷

Tal qual Júlio Campos, Gabriel Novis Neves (2001), considera que “a eleição de Pedrossian despertou um sentimento de esperança muito grande na população do Estado”. “Caso ele continuasse, poderia ser difícil a reorganização política da ex-UDN e haveria um desequilíbrio grande” (NEVES, 2001a). Gabriel Novis Neves afirmara que havia rumores de que a demissão de Pedrossian na NOB teria sido arquitetada por Filinto Müller, e que se permitissem Pedrossian atuar livremente ele poderia dominar a política de Mato Grosso por muito tempo. A tentativa de impeachment, teria sido um ato puramente político.

Quase um ano se passou com o governo de Pedro Pederossian totalmente absorvido para viabilizar a sua continuação. Durante este período a máquina administrativa permaneceu absolutamente inerte. No entanto, as obras do campus da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Estadual, em Campo Grande deslancharam, e foram acompanhadas da construção do estádio de futebol, o “Moreirão” e do prédio onde funcionava, até recentemente, a Assembleia Legislativa, localizado na Praça Moreira Cabral.¹⁸

Embora se possa reconhecer que o governo Pedrossian tenha sido marcado pelo desejo da modernização da coisa pública, a opinião quase unânime daqueles que escreveram sobre o período é a de que ele foi igualmente marcado por completa desorganização na área financeira. Como apontam os relatos mais detalhados que se tem sobre sua gestão, esse descontrole iria afetar os primeiros anos da gestão que o sucederia (CARVALHO, 2007, p. 117).

¹⁷Entrevista com Onofre Ribeiro. Cuiabá, 09/08/2006. In: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado (1945-2002)**. Cuiabá: UFMT/ICHS, 2007.

¹⁸Pedro Pedrossian denomina a tentativa de sua cassação como um “exemplo de impertinência”. O decreto determinando sua demissão foi editado no dia 28/02/1967, nas semanas derradeira de mandato do Presidente Castelo Branco e do ministro Juarez Távora. Com base neste ato, o ex-senador João Villasboas formulou pedido ao STF solicitando a nulidade do mandato de Pedro Pedrossian. Júlio de Castro Pinto, deputado estadual do MDB oficializou o pedido de cassação do mandato do Governador na Assembleia Legislativa. Quem teria preservado o mandato de Pedrossian, em suas palavras, fora a população cuiabana, que cercou o prédio da Assembleia Legislativa e ameaçou invadir e “atentar contra a integridade física de deputados”. Pedrossian destaca o papel de Gilson de Barros, então líder estudantil, na condução destes protestos (PEDROSSIAN, Pedro. **O Pescador de Sonhos**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006).

O orçamento estadual foi exigido ao extremo, e levou o Estado a uma situação de quase insolvência. Servidores públicos com vencimentos atrasados e elevadas dívidas a saldar foram alguns dos legados encontrados ao cabo da administração de Pedrossian. Carlos Gomes de Carvalho cita, ainda, o caso emblemático dos 380 tratores agrícolas importados da República da Romênia para serem revendidos aos agricultores, mas que, logo no início apresentaram “sérios defeitos de fabricação e foram rejeitados pelos futuros compradores, resultado em enormes prejuízos” (CARVALHO, 2007, p. 117). Surpreendentemente, Pedro Pedrossian ainda seria eleito senador em 1978 e governador de Mato Grosso do Sul em 1980, quando fora nomeado pelo presidente João Figueiredo.

Sob o regime militar, José Manoel Fontanillas Frageli tornou-se o primeiro governador eleito indiretamente. Fragelli foi eleito na convenção em Cuiabá, isto é, os votos que o elegeram vieram da região Norte e Leste do Estado. Como os votos da região Sul foram divididos em vários candidatos (alguns politicamente bastante fortes, como Rachid Saldanha Derzi e Lúdio Coelho) e não havia segundo turno, Fragelli acabou sendo eleito, sem precisar de votação expressiva.

Ao analisar o perfil de José Fragelli, Vinícius Araújo considera que o governador eleito em 1970 também tinha o perfil bi-regional, ou seja, “com um pé em cada região”.

Ele poderia ser considerado também como um quadro “anfíbio” ou bi-regional. Nasceu em Corumbá, que fica no meio do caminho entre sul e norte, pela proximidade com Campo Grande em função da NOB e com Cáceres, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger e Cuiabá, pelo Pantanal e seus rios (Paraguai, São Lourenço e Cuiabá). Seu pai, Nicolau Fragelli, fora deputado estadual em Cuiabá de 1918 a 1922 e tinha bons relacionamentos na capital do Estado. Pelo fato de ser casado com a sobrinha de Fernando Corrêa (nascida em Cuiabá, filha e neta de cuiabanos), além da sua proximidade com o ex-governador pela UDN, Fragelli acabou herdando também a sua característica bi-regional de cuiabano morando em Campo Grande (ARAÚJO, 2007, p. 93).

Observa Vinícius Araújo (2007), que para o ex-governador Pedro Pedrossian, antecessor de José Fragelli, não era interessante que alguém do Sul do Estado vencesse a eleição da Arena e se fortalecesse para lhe suceder, porque ele estaria fabricando um adversário na sua área de origem. A eleição de José Fragelli para o governo do Estado de Mato Grosso seria, assim, a continuação de uma estratégia, até então adotada com certo êxito, de se alternar no poder um quadro político (oriundo da ex-UDN) mais vinculado a região Norte e um “representante” sulista (associado ao ex-PSD), como era o caso de Pedrossian.

O debate sobre a divisão do Estado, neste momento, já havia percorrido um longo caminho. Era um assunto político consolidado em bases estáveis e já não havia qualquer espaço para subterfúgios. José Fragelli era um divisionista histórico e considerava que o Estado dividido deveria ocorrer em federações: Campo Grande e Mato Grosso, assim como a criação de três territórios federais: Aripuanã, Xingu e Araguaia.

Se Fragelli, que representava o Sul do Estado, propunha formas de divisão que retalhariam Mato Grosso como um todo, no Norte encontrou resposta, algum tempo depois, no deputado arenista Vicente Vuolo que, ao manifestar-se sobre a divisão, afirmaria ser a mesma ‘viável em outros tempos, não agora que já estava havendo a integração de todo o país (SILVA, 1996, p. 181).

Este posicionamento político de Fragelli quanto à divisão do Estado de Mato Grosso, inclusive, teria contribuído para a seleção de sua candidatura ao governo. Em entrevista a Vinícius Araújo, Fragelli revelou que a própria sucessão de Pedrossian havia sido arquitetada em Brasília e não em Mato Grosso um ano antes das eleições.

(...) porque, na época, o Governo da Revolução entendeu que o processo divisionista do Estado era uma realidade, e uma realidade irreversível. E que o Governador, o futuro Governador, que deveria suceder Pedrossian, deveria ser uma pessoa ligada intimamente com os ideais divisionistas. E a pessoa que melhor se enquadrava neste perfil, era Jose Fragelli. (...) como fazer Fragelli, político de renome então no Estado, o sucessor incontestável de Pedrossian? (...) Então, Pedrossian foi chamado e orientado para que desse a Fragelli, um ano antes, a Presidência da Arena. (...) Como Presidente da Arena ele passou a articular a sua própria candidatura, a sua própria eleição a Governador. Porque ele era o nome que melhor se colocava dentro daquele espírito já preconizado pela Revolução, de que Estado teria que ser dividido. Então, Fragelli foi eleito Governador com esta missão de preparar o Estado para ser dividido (...) (ARAÚJO, 2007, p. 93).

A situação financeira do Estado com a qual se deparou José Fragelli foi de extrema fragilidade. Iniciou o mandato realizando o saneamento das finanças públicas, e obteve junto ao Banco Central um empréstimo que lhe possibilitou equilibrar as contas e colocar a folha de pagamento do funcionalismo público em dia. A recuperação do equilíbrio fiscal foi uma das grandes realizações de Fragelli na condução do governo de Mato Grosso entre 1971 a 1974. Em mensagem lida na sessão de abertura do ano legislativo de 1975, Fragelli pontua que a recuperação econômica do Estado foi gradual, e só foi possível começar a “reerguer” o Estado após um ano de sua posse. Nas palavras de Fagelli, “(...) Só pudemos

começar a sua recuperação quase um ano depois, vencidas muitas resistências e prevenções”.¹⁹

No campo das obras públicas, de Norte a Sul do Estado de Mato Grosso, o governador investiu em educação. Fragelli construiu inúmeras escolas e salas de aula para a educação primária. A Escola Ginásial Presidente Médici, ainda hoje uma das mais importantes escolas públicas de Cuiabá, foi inaugurada durante o mandato de Fragelli.

O antigo estádio o Estádio Governador José Fragelli, mais conhecido como “Verdão”, também foi construído durante o governo de Fragelli. As obras do estádio começaram em 1973 e foram concluídas em 1976, quando Fragelli já havia deixado o governo, mas mesmo assim ele acabou sendo homenageado e deu nome ao templo do futebol em Mato Grosso. A inauguração oficial foi no dia 8 de abril de 1976, mas um ano antes o gramado já estava pronto e recebeu o time Fluminense para um amistoso contra a seleção de Cuiabá no “Verdão” ainda em obras. O “Verdão” foi erguido na região central da capital, atraiu milhares de torcedores nos clássicos locais e recebeu a seleção brasileira em alguns amistosos. E em abril do ano de 2016, exatos 40 anos depois de sua inauguração, o estádio José Fragelli começou a ser demolido para dar lugar à nova Arena Multiuso.

Para enfrentar o déficit de energia elétrica em cidades do sudeste do Estado, foram estruturadas linhas de transmissão beneficiando as cidades de Barra do Garças, Alto Araguaia e Rondonópolis. O Sul de Mato Grosso, especialmente as cidades de Dourados, Rio Brillante, Fátima do Sul, Corumbá, Maracajú e Aquidauana receberam a expansão da energia produzida pelo complexo Urubupungá, no rio Paraná.

O segmento rodoviário também recebeu incrementos significativos de sua malha viária. Cerca de 5.000 mil quilômetros de rodovias foram construídos, porém apenas uma parte muito pequena recebeu pavimentação asfáltica, ínfimos 300 quilômetros. As obras de infraestrutura logística realizadas por Fragelli foram responsáveis por aumentar a produção agrícola, uma vez que possibilitaram o escoamento das safras.

“No conjunto, o plano viário de Fragelli (...) facilitou o escoamento da safra e possibilitou a introdução de novas tecnologias agrícolas e a expansão da mecanização”. [...] “A isto se juntou a construção, pela CASEMAT e CIBRAZEM, de vários silos e armazéns, ao financiamento de moinhos de calcários, a instalação de laboratórios agrícolas e,

¹⁹Informações sobre Deputados Estaduais. Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso. Banco de Dados, 2007.

particularmente, à ampliação dos serviços de extensão rural” (CARVALHO, 2007, p. 127). Conforme Lenine Póvoas (1995), na obra *História Geral de Mato Grosso*, a pecuária foi também muito incentivada, “o rebanho bovino que era constituído de 12.840.000, chegou a 15.000.000 em 1973”.

José Fragelli, assim como seu antecessor Pedro Pedrossian, tiveram papel decisivo no desenvolvimento político administrativo da região Sul do Estado de Mato Grosso. “Durante os seus governos, o Sul do Estado recebeu importantes incrementos de desenvolvimento, onde se fundamentavam as bases para a autonomia do Sul e, para isso, bastava ler suas biografias e consultar os empreendimentos desenvolvidos em suas gestões” (SILVA, 1996, p. 182).

Na capital Cuiabá, contudo, a construção do Centro Político Administrativo o CPA²⁰, foi certamente a mais importante obra legada pelo governo de Fragelli. O perfil demográfico de Cuiabá alterou-se muito a partir dos anos sessenta. A cidade de Cuiabá transformou-se em um polo de destino de migrantes de todo o Brasil e o centro da capital já não comportava as sedes dos órgãos públicos. Diante deste quadro, em uma área de cerca de 700 hectares foram sendo construídos os prédios onde seriam instaladas as sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (PÓVOAS, 1985).

As Secretarias de Estado, órgãos públicos estaduais e as principais autarquias foram construídas nesta área denominada Centro Político Administrativo. O CPA passaria a abrigar, ainda, sede de órgãos federais e de representações da sociedade civil organizada, tais como os Conselhos Profissionais Estaduais (Conselho Estadual de Economia, por exemplo) e a sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB/MT).

O governo de Fragelli esteve sempre muito associado ao governo federal. Este foi um dos mais auspiciosos períodos da história econômica do Brasil, durante o qual houve um crescimento acentuado no país. Entre 1969 e 1973 a economia brasileira assinalou taxas de crescimento que variavam entre 7% a 13% ao ano. O setor industrial se ampliou e com isso “puxou” a economia agrícola, expandindo as exportações.

²⁰A “cidade administrativa” adjacente à capital foi pensada por Fragelli para “desafogar” os órgãos públicos instalados na região central de Cuiabá. Segundo Póvoas (1977), a finalidade não seria apenas fundar um centro para posicionar as instâncias federais e estaduais, mas sobretudo “orientar a expansão urbana de Cuiabá no sentido norte”. O projeto inicial era ainda mais suntuoso e moderno, previa bairros funcionais, residenciais, praças, parques, estacionamentos, lagunas, avenidas e outros espaços públicos que se destacavam pelo arrojo e arquitetura.

A fim de sustentar e ampliar o crescimento da economia, o governo investiu grandes somas de recursos financeiros em infra-estrutura, como hidrelétricas e rodovias. A Amazônia e a região Centro-Oeste se beneficiaram neste contexto, e receberam vultosos subsídios do governo federal, viabilizando economicamente a sua produção agropecuária. Grandes projetos foram executados neste período áureo do governo militar. A construção da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu são empreendimentos emblemáticos deste período (CARVALHO, 2007).²¹

No Estado de Mato Grosso operaram os seguintes programas governamentais de fomento: PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo Agroindustrial; PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste; POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia; PIN - Programa de Integração Nacional; POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil; PROBOR - Programa de Incentivo à Borracha Vegetal; PRODEGRAN - Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados; PRODIAT - Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia e Tocantins e o PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal. Na esteira deste processo de estímulo à produção foram criadas linhas de financiamento do Banco do Brasil e fundada a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

José Manoel Fontanillas Frageli deixou o governo do Estado de Mato Grosso em 15 de março de 1975, transmitindo o cargo ao governador eleito José Garcia Neto que administrou até 14 de agosto de 1978. Garcia Neto tornou-se, assim, o “governador da divisão de Mato Grosso”. Coube a ele estar no centro deste episódio que se tornaria um dos momentos mais importantes e decisivos para a história moderna do Estado de Mato Grosso.

Há um amplo debate historiográfico acerca do papel que Garcia Neto teria tido na divisão do Estado, especialmente quanto a sua suposta “conivência”. Alguns elementos históricos são valiosos para a análise dos acontecimentos que marcaram a segunda metade da

²¹ Neste período o governo se divulga com a denominação de “Brasil Grande” e a época passou a ser conhecida como a do “milagre brasileiro”. Frases como “Ninguém segura este país”, “Prá frente Brasil”, ou ainda, “Brasil, ame-o ou deixe-o” eram amplamente veiculadas. O Governo Médici vangloriava-se do “milagre econômico” apontando-o como uma conquista do regime militar. Mas esta fase de prosperidade da economia brasileira era muito mais resultante de fatores internacionais do que de razões internas. A maior parte destes recursos financeiros era proveniente de empréstimos externos, então muito abundantes no mercado internacional. Outro fator que contribuiu grandemente para impulsionar a economia foi o baixo preço que tinha o petróleo, que era diretamente adquirido nos países exportadores.

década de setenta, período da história regional em que a divisão de Mato Grosso se consolida definitivamente. Vamos a eles.

Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, em 14 de setembro de 1973, são indicados pela Convenção Nacional da ARENA para presidente e vice-presidente da República. Pelo MDB os candidatos são o deputado Ulysses Guimarães e o jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho. Como a eleição foi indireta, a maioria governista no colégio eleitoral era esmagadora. Ulysses se declara, no histórico discurso inaugural de campanha, o “anticandidato para protestar contra a farsa do Colégio Eleitoral”, e promete percorrer o país divulgando o retorno ao regime democrático, o fim da ditadura, eleições diretas e a adoção de uma abrangente anistia.

Ulysses clamava pelas liberdades individuais e pela volta do Estado de Direito. Estes eram alguns sinais de que se aproximava o momento de abertura política no país. Garcia Neto, líder arenista na Câmara e uma das vice-lideranças do Partido, foi indicado pelo presidente Geisel para o governo do Estado de Mato Grosso. Essa indicação foi feita por intermédio de uma figura política que, naquele momento, assumira grande importância para o presidente Ernesto Geisel e para o seu principal assessor, o general Golbery do Couto e Silva. O “habilidoso piauiense”, o Senador Petrônio Portela foi incumbido da missão presidencial de empreender diálogos com as diversas lideranças arenistas do país, e também com quadros emedebistas mais moderados, objetivando o “adensamento do processo de abertura”. Os entendimentos levariam à escolha, nos Estados, dos governadores que seriam eleitos pelas respectivas Assembleias Legislativas em 3 de outubro de 1974. Mesmo com o propósito de realizar a “lenta, gradual e segura distensão política”, Geisel incidia em autoritarismos e exercia forte controle sobre o processo político.

Petrônio tinha um método bastante peculiar para determinar a escolha dos nomes dos candidatos ao governo nos Estados: visitava as capitais do país e convocava uma reunião com as principais lideranças do Partido para debater as opiniões existentes. Após se reunir individualmente com cada político, solicitava que este indicasse três nomes que considerasse ter condições de “comandar” o Estado e manter a unidade da ARENA. Os nomes indicados eram cuidadosamente registrados em uma “lista” que o senador Portela levava pessoalmente consigo. Todo este ritual era revestido de total sigilo e somente Geisel tinha acesso a estes nomes. Ao cabo do processo, o nome único do Colégio Eleitoral do Estado era anunciado pelo presidente sem nenhuma possibilidade de contestação. Este método possibilitava que o

senador Petrônio Portela conduzisse a escolha dos governadores, já que sua opinião era muito considerada por Geisel.

Assim, com exceção dos principais Estados, como São Paulo [com Paulo Egídio Martins], Minas Gerais [com Aureliano Chaves] e Rio de Janeiro [com o almirante Faria Lima], para os quais Geisel indicou nomes de sua estrita confiança, em todos os demais praticamente prevaleceu a escolha pessoal de Petrônio Portela (CARVALHO, 2007, p. 145).

Em Mato Grosso, o processo de escolha do governador ocorreu desta forma. A indicação de Garcia Neto estava estritamente atrelada aos interesses militares e geopolíticos na região Centro-Oeste. A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ocorrera em 1975, através da Lei Complementar 20/75, e havia indicações diversas de que o Presidente Geisel tinha grande interesse na divisão de Mato Grosso. Em realidade, o governo militar instaurado em 64, desde o início demonstrou preocupação com o vazio demográfico, com as comunicações e com a integração nacional. Esta análise permite inferir que o governador a ser eleito em Mato Grosso deveria, naquelas circunstâncias, estar alinhado com os objetivos estratégicos dos militares, isto é, estar disposto a não obstar eventuais iniciativas federais de remodelar as fronteiras entre os Estados em nome da política de segurança nacional.

Garcia Neto, em depoimento a Carlos Gomes de Carvalho, relatou o procedimento adotado para a sua indicação e posterior escolha como governador.

Por solicitação do presidente nacional da ARENA, Senador Petrônio Portela, o Governador José Fragelli organizou uma lista com onze nomes de políticos mato-grossenses, com a possibilidade de um ser escolhido. O Governador Fragelli perguntou-me se desejava figurar nessa relação, ao que respondi que meu candidato era o Dr. Enio Vieira, Presidente da Arena de Mato Grosso, que estava fazendo um belo trabalho pela união das legendas antigamente adversárias. Cerca de uma semana antes da vinda do Senador Petrônio Portela a Cuiabá, recebi em Brasília a visita do Dr. Enio Vieira comunicando-me que mandara retirar seu nome da lista elaborada pelo Dr. Fragelli e colocar o meu nome, pois essa era a sua vontade e das demais lideranças da antiga UDN. Diante de tal fato, resolvi aceitar a indicação. O Senador Petrônio Portela, em Cuiabá, ouviu todas as lideranças da ARENA, cerca de quarenta correligionários. Cada membro do Partido escolhia três nomes que eram anotados pelo Presidente nacional. Poucos dias após, foi entregue ao Presidente Geisel pelo Senador Petrônio Portela a relação dos “votos” que ele recolhera em Cuiabá. Precisamente no dia 31 de maio de 1974 fui comunicado que, dentre os onze correligionários que foram “votados”, o meu nome foi indicado à Convenção Estadual da ARENA como candidato a Governador do Estado (CARVALHO, 2007, p. 146).

Em 3 de outubro de 1974, sem a presença da bancada do MDB, José Garcia Neto tem o nome homologado e se torna o sétimo governador de Mato Grosso após a era Vargas. Para Marisa Bittar, a indicação de Garcia Neto por Geisel para o governo do estado de Mato Grosso estava lastreada no fato de que ele havia sido previamente informado, quando da fusão Guanabara-Rio de Janeiro, que a redefinição seguinte dos contornos políticos do país seria a divisão de Mato Grosso e que, sendo da base governista e tendo concordado com o processo semelhante (a fusão) e sem consulta popular, não se oporia à divisão (BITTAR, 2009).

Há que se notar que caso Garcia Neto não tivesse o seu nome chancelado e o governo de Geisel escolhesse um quadro da região Sul para assumir o governo de Mato Grosso, as consequências desta decisão poderiam ser adversas. Isto porque após um período de grande predominância sulista nas eleições majoritárias, a escolha de mais um “representante” do Sul poderia suscitar forte reação contrária do Norte. “A melhor opção seria, portanto, um quadro aceito no Norte, para amortecer o impacto da divisão na região que a sentiria como “perda” de uma faixa territorial (porque ao sul, o sentimento majoritário seria de vitória pela concretização da causa histórica) (ARAÚJO, 2007, p. 109).

Em entrevista a Vinícius Araújo, Ruben Figueiró enfatizou que a eleição de Garcia Neto fora uma decisão estratégica, tomada “para não traumatizar o Norte com a divisão do Estado” e que “José Garcia Neto era equidistante da luta Norte-Sul”. A visita a Cuiabá, em 1976, dos ministros do Planejamento (Reis Velloso) e Interior (Rangel Reis), seria parte do planejamento, já em curso, para a divisão que ocorreria no ano seguinte (ARAÚJO, 2007, p. 110).

Para Nathália da Costa Amedi a historiografia da divisão de Mato Grosso, apesar do governador Garcia Neto se declarar “antidivisionista”, ficou profundamente marcada por relatos de que “seria quase impossível o governador não ter conhecimento da decisão do presidente Geisel de dividir o estado de Mato Grosso” (AMEDI, 2014, p. 102).

A postura política ambígua de Garcia Neto quanto à divisão do Estado de Mato Grosso pode ser constatada pela análise feita pelo jornalista Pedro Valle. Em visita a Campo Grande, Garcia Neto, depois de ser informado do envio do projeto de lei da divisão ao Congresso Nacional, afirmou que: “(...) há minutos eu era contra, mas agora vesti a camisa do presidente e já sou a favor”. O comentário feito por Garcia Neto na ocasião ficou cravado na memória política do Estado, e também em sua trajetória como governador, como um exemplo da “dubiedade e hesitação de posicionamentos” que lhe eram característicos (AMEDI, 2014, p.105).

O Professor da rede pública de educação Oscar Ribeiro, que exerceu três mandatos consecutivos como Deputado Estadual entre os anos de 1974 e 1982, tendo sido, inclusive, presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, afirmou que “(...) o governador de Mato Grosso, à época, sabia da divisão e foi escolhido por causa dos preparativos dela pela União”. Ainda que Garcia Neto fosse ostensivamente contrário à divisão, “(...) chegando até a participar de passeatas em Cuiabá” (AMEDI, 2014, p.103), esta imagem pública não se coadunava com a postura que assumia perante os militares.

Todavia, é interessante notar que a oposição que porventura viesse a exercer o “antidivisionista” Garcia Neto, àquela altura dos acontecimentos, não representaria obstáculo qualquer para a divisão. Esta medida ocorreria de qualquer forma, era “uma fatura a ser liquidada”, sendo assim, melhor seria que houvesse algum obstáculo político, mesmo que de natureza ilusória, que conferisse alguma “legitimidade ao processo”.

A postura contrária de Garcia Neto em relação à divisão atenuaria maiores sobressaltos da região Norte. Ademais, era necessário evitar que restasse configurado, de forma evidente, que a divisão era de fato “uma imposição autoritária cuidadosamente arquitetada pelo governo militar”, ou seja, a participação no processo de um representante norte-mato-grossense “antidivisionista” esvaziaria, pelo menos um pouco, os argumentos da parcela populacional contrária à divisão.

Analisando por outro ângulo, tampouco era interessante para o governo militar que a região Norte fosse silenciada com a divisão do Estado; se o governador empossado em 1975 fosse oriundo da região Sul, daria azo para a formulação de conjecturas conspiratórias contra o povo norte-mato-grossense, e o objetivo divisionista seria vislumbrado em todas as ações pretéritas do governo militar. Isto elevaria o risco de se criar no meio da classe política daquela região um sentimento de amargura e traição, que uma vez instalados, poderiam dar ensejo a fortes movimentos revanchistas no futuro.

Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva eram grandes estrategistas e sabiam que os posicionamentos de Garcia Neto não teriam o condão de obstar os planos formulados pelo governo federal, que incluíam aprofundar a ocupação de Mato Grosso e dividir o estado. Era necessário, assim, dar voz à região Norte; mas esta voz não poderia ser estridente, a ponto de ser ouvida, deveria ser “clamada em baixo volume” para ser notada o menos possível. Neste sentido, Garcia Neto foi incumbido pelos militares da missão de “representar” Mato Grosso, sem obstruir os Planos de Governo de Geisel.

Esta linha interpretativa sugere, portanto, que a estratégia concebida foi justamente guindar Garcia Neto para o mais alto cargo estadual para, em seguida, impulsionar o processo de divisão. Os habitantes da região Norte, tradicionais defensores do estado de Mato Grosso uno, estariam devidamente representados pelo seu governador “antidivisionista”. Se por outro lado o governador indicado pelos militares fosse um legítimo representante do Sul de Mato Grosso, seriam maiores as chances de revolta no momento da divisão. Assim, a atuação “contrária” de Garcia Neto em relação à divisão já teria sido minuciosamente calculada e esquadrihada pelos militares, que consideraram que Garcia Neto seria o “homem certo no lugar certo”.

A construção de um governador ressentido em busca da justiça do tempo e o seu papel no processo de divisão ficam claros em sua autobiografia conforme Garcia Neto (2014), publicada após a sua morte e confeccionada por anotações pessoais, cartas, fotografias, documentos e recortes jornalísticos. Para Nathalia da Costa Amedi a autobiografia de Garcia Neto é uma fonte valiosa para se entender a memória que ele deseja contar, defendendo publicamente a sua atuação política e buscando “convencer” sobre os resultados de seu governo, cujo slogan era “Estado Solução”. Nos meandros dessa escrita sobre si próprio é possível perceber as sutilezas dos discursos sensíveis sobre a divisão. José Garcia Neto é, de fato, um personagem marcante da história que culminou com a divisão do Estado.

(...) Em seu livro, *Mato Grosso: Estado Solução*, que não deixa de ser uma autobiografia, ele relatou passagens da sua vida pública para “deixar registrado, aos mato-grossenses natos e aos mato-grossenses por adoção, um período político dos mais conturbados do estado de Mato Grosso: a sua divisão”. Não há dúvidas que a divisão marcou a carreira política de Garcia Neto. Não é à toa que depois da divisão, ao deixar o cargo para disputar as eleições como senador, ainda por duas vezes, ele não foi eleito, abandonando, assim, a carreira política. O livro não deixa também de ser uma resposta à acusação de que ele tinha conhecimento da decisão de Geisel, ao tomar posse como governador em 15 de março de 1975, indicado pelo seu partido ARENA (AMEDI, 2014, p. 107).

No dia 11 de outubro de 1977 foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel, em Brasília, com a presença do governador de Mato Grosso à época, José Garcia Neto, a Lei Complementar nº 31, que desmembra o Estado de Mato Grosso e cria o Estado do Mato Grosso do Sul. A capital do Mato Grosso do Sul passa a ser Campo Grande, e Cuiabá permanece sendo capital de Mato Grosso. A divisão ocorreu à revelia da vontade popular, pois a sociedade não foi consultada por plebiscito ou referendo.

O ato de desmembramento, “abrupto e violento”, teve grande impacto sobre o imaginário dos habitantes do Norte de Mato Grosso e causou grande angústia coletiva. Nathália da Costa Amedi, citando os apontamentos teóricos de Pierre Ansart, considera que o episódio histórico da divisão do estado feriu os sentimentos do mato-grossense, causando humilhação e ressentimento.

(...) quais seriam, então, as emoções criadoras dos ressentimentos? (...) tendo como inspiração Max Scheler, a inveja, o ciúme, o rancor, a maldade e o desejo de vingança, mas acrescentou a essa lista as experiências da humilhação e medo. Segundo o autor, a humilhação não provém apenas da inferioridade. Ela é a experiência do amor próprio ferido, da negação de si e da autoestima, suscitando o desejo de vingança (AMEDI, 2014, p. 76).

A humilhação e o rancor que fizera emergir a divisão do estado de Mato Grosso causaram de fato um grande trauma na sociedade. Os pesquisadores sul-mato-grossenses Marcos Antônio Bessa-Oliveira e Edgar César Nolasco (2011), analisam este trauma à luz da obra do renomado artista plástico Humberto Espíndola. Do ponto de vista dos pesquisadores, Espíndola se valeu da atividade da bovinocultura para relatar os seus traumas atinentes à divisão do estado.

A bovinocultura de Humberto Espíndola decorre do olhar atento do artista às configurações ambientais de um Estado em que o eixo econômico gira em torno da Pecuária, geradora de fartura e de desigualdade social. Primeiro artista a projetar nacionalmente o Estado, sua obra é a mais perfeita metáfora de MS, pela abordagem lírica de uma iconografia rica de sentidos. A pintura assume estatuto de objeto material num trabalho em três dimensões, que condensa o volume, as cores os cheiros, as impressões tácteis do universo do boi (ROSA, 2009, p. 113-114).

Lastreados em textos do professor e crítico de arte norte-americano Hal Foster, Bessa-Oliveira e Nolasco argumentam que a divisão do estado de Mato Grosso (1977) desencadeou vários traumas que perduram pela obra e pela vida de artistas plásticos sul-mato-grossenses, premissa que é sustentada pela análise da série “Divisão de Mato Grosso”, do artista plástico Humberto Espíndola.

Na série “Divisão de Mato Grosso”, Espíndola emprega o artifício da repetição de determinada cena ou objeto no trabalho. Esta iconografia, marcada pela imagem marcada do boi, pode ser compreendida como o retorno a uma cena traumática vivificada pelo artista, isto

é, um retorno ao real tal qual reconhece o crítico Hal Foster na obra do artista norte-americano Andy Warhol (BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO, 2011).²²

Espíndola (2004), se vale da divisão de Mato Grosso, como também se utiliza do boi e cria um diálogo que perdura até hoje na produção artística da região, relatando os seus “traumas” atinentes à divisão do Estado para constituir o então Mato Grosso do Sul.

O momento culminante dessa fase [da bovinocultura] foi, sem dúvida, minha participação nas Bienais de São Paulo e de Veneza, em 1971 e 1972, respectivamente. Eu já vinha fazendo um tipo de arte objetual, que estava acontecendo no Brasil como um movimento, visto por alguns críticos como novo-realismo brasileiro, ou como implicações da influência da pop-arte sobre a geração de artistas dos anos 60 (ESPÍNDOLA, 2004, p. 253).

Os autores sul-mato-grossenses propõem, assim, que a repetição da imagem do boi desde a divisão de Mato Grosso do Sul do estado de Mato Grosso se dá pela incansável necessidade de retorno a um real destituído em 1977. O instante “histórico-traumático” vivido por Espíndola encena-se na sua produção artístico-plástica como reflexos fotográficos que emergem da memória. A realidade da divisão do estado, trazida à tona na contemporaneidade pelas obras da série “Divisão de Mato Grosso” (pintadas nos anos de 1978/1979), reforça o fato histórico da separação como um real que perfura a representação do fato em si.

Ou seja, a divisão política de Mato Grosso cicatriza o corpo do sujeito tornado sul-mato-grossense – artista e sociedade –, traumatizando para a eternidade o inconsciente cultural desses sujeitos, a exemplo da relação estabelecida, pelas obras de Espíndola, entre a figura do boi e a divisão (BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO, 2011, p. 174).

Tal qual as várias facetas das “Marilyns warholianas”, com a imagem do pop-americano, os pesquisadores sugerem que as obras de Humberto Espíndola da “Série...” representam, “quase que na mesma medida das de Warhol, um trauma do artista e que, por conseguinte, não têm apenas referentes mercadológicos, como também instauram, pela

²²Para Hal Foster, a produção artística de Andy Warhol – considerado o maior representante da Pop Art – americana – é uma atividade artística que se volta, com suas feridas abertas, para as mazelas da sociedade americana, feitas pelo poder político daquele país. Tais obras ressaltam características traumáticas da sociedade americana que, na pessoa do artista, são refletidas por uma realidade não mostrada em outros meios culturais – o artista coloca em xeque questões relacionadas a direitos civis, políticos, sociais e culturais. Aqui no Brasil, no então estado de Mato Grosso do Sul, temos como representante da bovinocultura disseminada por toda a produção artística do estado, inclusive até à contemporânea – erroneamente ao que se pensava a crítica noutros momentos da história das artes do estado – o artista plástico Humberto Espíndola que não se apegava diretamente, através de suas obras da “Série ...”, em questões com os mesmos propósitos que ressaltam as obras do artista americano.

imagem do boi, o compromisso firmado entre o artista, a crítica e o Estado” (BESSA-OLIVEIRA e NOLASCO, 2011, p. 176).

Quando esse fato histórico político-cultural é parte de sua própria experiência pessoal, como a divisão do Estado de Mato Grosso o é para Espíndola, a totalidade de sua intenção está nitidamente em mostrar essa lembrança – traumática, pode-se assim dizer – que a cultura sul-mato-grossense sofreu com essa passagem real da vida cotidiana (BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO, 2011, p. 177).

A divisão de Mato Grosso foi um tema regular no âmbito político, econômico e cultural ao longo de cerca de cem anos de sua história. Em distintos momentos, o tema da divisão emerge com força, alcançando um ápice flamejante nas discussões e depois resfriava em brasas, deixando um rastro de consequências políticas e sociais que formaram um amplo lastro de “argumentos divisionistas” que acabou se tornando pesado e difícil para os norte-mato-grossenses contra equilibrar. Aos antigos anseios sulistas por separação, acrescentou-se inúmeros estudos geopolíticos em que a redivisão territorial do país era tratada de forma prioritária pelo governo militar.

A decisão de reunir os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 15 de março de 1975 certamente impulsionou o conjunto de estudos destinados à divisão de Mato Grosso que aconteceria apenas alguns anos depois, e colocou em estado de apreensão as elites norte-mato-grossenses. Já havia, portanto, desde o começo do governo de Ernesto Geisel, um planejamento estruturado para concretizar o desmembramento de Mato Grosso. Defender a causa de um estado de Mato Grosso unificado tronou-se uma missão inglória para aqueles que ainda acreditavam que poderiam conter o movimento divisionista. Elisabeth Madureira é categórica ao afirmar que a divisão do Estado ocorrera em virtude da conjuntura política imperante nos anos setenta. “A divisão do Estado de Mato Grosso, mesmo tendo sido fruto de contendas que remontam a quase um século, somente se concretizou no ano de 1977, fruto de uma decisão do Presidente Ernesto, imposta ao conjunto da população” (SIQUEIRA, 2002, p. 208).

A linha argumentativa elaborada por Garcia Neto nos momentos que antecederam a divisão - motivada pela expectativa de que pudesse instilar receio e, assim, produzir alguma mudança no quadro francamente desfavorável aos norte-mato-grossenses - enfatizava aspectos financeiros e econômicos que supostamente surgiriam com o estado de Mato Grosso

dividido. Em entrevista a Carlos Gomes de Carvalho, Garcia Neto asseverou que com a divisão “as duas unidades federativas se tornariam inviáveis economicamente (...)” (CARVALHO, 2007, p. 153). A estratégia, evidentemente, não surtiu efeito.

Afirmar que Garcia Neto foi responsável pelo desmembramento do Estado de Mato Grosso seria exagerado. Mas alguns aliados do governador à época consideram que a renúncia lhe caberia melhor naquela situação do que permanecer como governador. Uma vez que Garcia Neto se desincompatibilizaria do cargo para concorrer ao Senado Federal dez meses após a divisão, poderia ter antecipado e tomado esta decisão de deixar o cargo de governador logo após a divisão concluída; com isso marcaria de forma mais cristalina a sua posição contrária em relação à divisão.

A divisão de Mato Grosso definiu um novo momento histórico para o Estado. Muito embora tenha sido um acontecimento com amplas repercussões regionais, seja na economia, na política ou na sociedade local, a divisão do estado do Centro-Oeste se insere no âmbito das amplas transformações políticas pelas quais o Brasil atravessava ao final da década de setenta. O reordenamento territorial, os diversos projetos de incentivos fiscais e de estímulos à ocupação da Amazônia (POLOCENTRO, POLOAMAZÔNIA, POLONOROESTE, etc.), assim como a abertura de estradas como a Transamazônica e outras são, sem dúvida, fruto dessas transformações, ao passo que são também expressões concretas da aplicação da doutrina de segurança nacional elaborada na ESG – Escola Superior de Guerra. Em entrevista concedida à historiadora Maria Manuela Renha de Novis Neves (2001), Bezerra Neto, político ligado ao PMDB confirma esta linha interpretativa, segundo a qual os imperativos estratégicos de segurança nacional foram determinantes para a decisão de dividir o Estado:

(Dividir o Estado)... foi necessário. Ele (Garcia Neto) foi apenas executante de uma coisa que veio de cima. Eu me lembro que o Gen. Dilermando Gomes Monteiro, muito esclarecido, achou que a divisão ia ser um grande bem para o Norte...e ele era cuiabano. Foi benéfico para o Sul e para o Norte. E pelo imperativo histórico, o que estava acontecendo no país – socialmente, economicamente, o desenvolvimento nacional – foi melhor para o Estado de Mato Grosso. O desenvolvimento, o dinamismo, as atividades econômicas, as importações, são muito mais acentuadas em nosso Estado do que no Sul (NEVES, 2001a).

De forma paralela a todo este processo de execução de uma “política de integração e ocupação nacional”, que visava proporcionar um “melhor equilíbrio econômico e político entre as diferentes regiões”, o processo de descompressão do regime militar ganha

força com a ascensão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao final da década de setenta. A partir de 1974 a ditadura militar iniciou agenda de “auto-reforma”, com concessões políticas às oposições liberais, em meio à crescente crise econômica e descontentamento social.

Enfraquecido o regime político ditatorial na década de 1980, ainda assim os militares tiveram força para condicionar a transição política, mesmo quando já se encontravam divididos, enfraquecidos e desmoralizados em decorrência da retomada das mobilizações sociais, da multiplicação das oposições, além da divisão interburguesa por causa da crise econômica e da retirada do apoio imperialista aos regimes militares latino-americanos. Exemplo mais ilustrativo foi a ditadura manter o colégio eleitoral para a eleição presidencial indireta. Os militares viveram na sombra da Nova República (1985) e do processo constitucional aberto em 1986, inclusive cerceando as representações políticas e o caráter da Assembleia Nacional Constituinte. Dessa maneira, preservaram os interesses econômicos e políticos de seus pares e aliados do grande capital nacional e internacional (SILVA, 1996, p. 87).

Neste momento o governo autoritário de Geisel conclui grandes projetos nacionais e alcança o seu ápice administrativo, ao passo que promove a abertura política do país; concomitantemente a estes acontecimentos, verifica-se um acentuado revigoramento do regime democrático no Brasil impulsionado pelo MDB. A democracia enfim triunfa e em 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

1.4 Eleições gerais de 1974: a tensão entre o fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a aplicação abrangente da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG).

Os imperativos de segurança nacional foram decisivos para a divisão do Estado de Mato Grosso que somente “se concretizou no ano de 1977, fruto de uma decisão do Presidente Ernesto Geisel, imposta ao conjunto da população” (SIQUEIRA, 2002, p. 2008). A efetivação do estado de Mato Grosso do Sul deu-se em acertos de gabinetes, concretizado nos subterrâneos da ditadura militar, ou seja, “a instituição de Mato Grosso do Sul foi algo autoritário, imposto, uma decisão de cima para baixo” (AMARILHA, 2006).

Esta constatação é intrigante na medida em que revela a força do arbítrio governamental, capaz de concretizar um projeto que, mesmo tendo sido debatido politicamente por décadas entre as elites políticas da região Sul e Norte de Mato Grosso, não

se realizou pelas vias democráticas. Foi através de um ato de império que o governo militar colocou fim a uma contenda centenária, marcada por memoráveis disputas e por intensos debates que envolveu desde personagens históricos, como o Marechal Rondon e praticamente toda a classe política e elites dirigentes da época, a cidadãos comuns, leitores de jornais e de periódicos que em “rodas de prosa” tomavam partido em favor ou contra a divisão.

Os governos militares pós-64 tinham uma proposta geopolítica a ser implementada na região Centro-Oeste. Para executar esse projeto, os militares se valeram de um elaborado instrumento de planejamento estruturado nos conceitos de “progresso” e “desenvolvimento”, termos elaborados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), concebida e lapidada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A análise dos manuais da ESG, que conferiam coerência doutrinária às ações de governo, demonstra que a divisão de Mato Grosso foi amplamente inspirada nos conceitos da geopolítica nacional vigentes e estruturada a partir dos imperativos da segurança e do desenvolvimento.

A campanha Marcha para o Oeste concretizou uma estratégia geopolítica que enfocava os Estados-Nação como organismos em luta pelo “espaço vital” (MARTINS, 1993) e centrados na necessidade de expansão e ocupação territorial como forma de afirmação da soberania e projeção de poder. No Brasil, porém, a geopolítica não propôs a conquista de espaços fora de seu território, mas em seu próprio território, ou seja, o “espaço vital”²³ a ser conquistado estava dentro de nosso imenso território, ou dentro de nosso próprio espaço. Ao passo que a ascensão do MDB ao final da década de setenta indicava que se aproximava o fim do regime autoritário, eram intensificadas as ações dos militares para realizar o seu projeto geopolítico nacional. O desmembramento do Estado de Mato Grosso originando o estado de Mato Grosso do Sul é uma expressão deste insólito entrelaçamento histórico de fatos e acontecimentos envolvendo o governo e a oposição no término da década de setenta do século XX.

Enquanto a ascensão do MDB na segunda metade dos anos setenta indicava que se aproximava o fim do regime autoritário, o governo militar ainda precisava concluir o seu projeto geopolítico de conquista do “espaço vital” e colocar o país no rumo duradouro do desenvolvimento com segurança. Em razão da perspectiva do fim do regime e impulsionados

²³ Friedrich Ratzel cunhou a expressão “espaço vital”, que seriam as condições espaciais e naturais para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território. Seriam as condições naturais disponíveis para o fortalecimento de uma dada sociedade ou povo. Aquelas populações que dispusessem de melhor espaço vital estariam mais aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios. (MARTINS, 1993). In: MARTINS, L. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

pelo crescimento político do MDB, os militares passaram a intensificar a realização de seu projeto geopolítico. A divisão do estado de Mato Grosso ocorrida em 1977, e os grandes projetos de ocupação e desenvolvimento na região Centro-Oeste que acompanharam esta decisão governamental, representam uma expressão da determinação do regime em concluir os planos nacionais formulados para o país.

Efetivamente, grande parte da argumentação política do governo militar estava fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), concebida e lapidada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A DSN, guardadas as devidas proporções, se assemelha às atuais normas constitucionais programáticas, que, no entanto, são normas vagas e com baixa efetividade social e jurídica; não geram, em sentido estrito, direitos subjetivos públicos para a população (SANTOS, 2004).

Através das normas constitucionais programáticas o constituinte da Carta Magna Nacional de 1988, em vez de regular direta e imediatamente determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado (SILVA, 2007, p. 138). Estas normas de caráter vinculante (como as demais normas de Direito) impõem limites à autonomia de determinados sujeitos, tanto privados como públicos, e ditam comportamentos em razão dos interesses a serem regulados.

A DSN, assim como as normas de conteúdo programático, também possuía caráter vinculante e atava o programa governamental elaborado pelos militares ao princípio da legalidade; com isso abria campo à discricionariedade da legislação, da administração e da jurisdição. A DSN representava, assim, um documento de planejamento com caráter legal e revestido de coercitividade, que conduziria a sociedade a resultados reputados benéficos pelo governo. De forma paralela, a DSN também livraria a sociedade de eventuais “ameaças advindas do plano externo”, leia-se, o comunismo (ESG, 1975).

Já em meados dos anos setenta, tanto os emedebistas quanto os militares comungavam a percepção fina de que um novo período histórico-político se aproximava. A relação entre o MDB e os militares, portanto, foi marcante a partir da segunda metade da década de setenta. Os movimentos políticos do governo militar passaram a ser, em grande medida, pautados pelo MDB; isto porque os militares em suas manobras políticas já não poderiam mais desconsiderar as ações e reações do principal partido opositor do governo, que inclusive poderia estar prestes a se tornar o próximo governo.

As eleições de 1974 adquiriram características peculiares e marcaram um novo momento de luta política para o país. O MDB foi vitorioso na maior parte dos estados da região Sudeste e em todos os estados da região Sul. Ademais, os candidatos da oposição obtiveram votação superior à da Arena nos demais estados, com exceção do Piauí, Maranhão e Mato Grosso, este último um forte reduto eleitoral da Arena, o partido do governo. O balanço do pleito eleitoral foi revelador: até mesmo em regiões mais urbanizadas de unidades federativas menos desenvolvidas da região Norte e Nordeste (capitais e municípios polo), o MDB havia conquistado expressivo apoio eleitoral. Maria D’Alva Gil Kinzo considera que este resultado “(...) significava que o reduto eleitoral da Arena se havia reduzido às áreas de base rural, onde o clientelismo e todas as outras formas de controle do voto continuavam a exercer papel decisivo na definição das eleições” (KINZO, 1988, p. 202).

A ascensão da oposição tornou-se uma “pedra no caminho do regime militar” (ANDRADE, 2013).²⁴ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido contrário ao regime militar, ganha vulto e projeção, especialmente nas capitais e centros urbanos do Brasil, impulsionando o processo de democratização. Segundo o jus constitucionalista Luís Roberto Barroso:

Em convenção nacional realizada em 23 de setembro de 1973, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lançou como candidatos à presidência e à vice-presidência Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Como as eleições eram um jogo cujo resultado já se sabia de antemão, Ulysses se apresentou ao país como “anticandidato” e viajou pelo país denunciando a “anti-eleição”. Sem surpresa, venceu a chapa Ernesto Geisel-Adalberto Pereira dos Santos. Apesar da derrota previsível, o episódio deu ao presidente do MDB visibilidade e prestígio (BARROSO, 2008, p. 7).

O avanço do MDB, assim como as tendências eleitorais que se desenhavam no horizonte próximo já eram bastante conhecidos e estavam sendo cuidadosamente monitorados pelo governo militar através dos relatórios regulares do serviço de inteligência federal. Maria Helena Moreira Alves observa, neste sentido, que o governo decidiu produzir um conjunto de leis a partir do alerta que os mapas eleitorais elaborados pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, o SNI, revelaram ao governo (ALVES, 2005).

²⁴No meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho/tinha uma pedra/no meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei desse acontecimento/na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho/tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho/no meio do caminho tinha uma pedra (ANDRADE, 2013). In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Para refrear este avanço do MBD o governo militar elaborou medidas destinadas a assegurar vitória nas urnas. Desta forma, o governo Geisel em 1974 colocou em prática uma estratégia de liberalização controlada, caracterizada primordialmente pela suposta gradual e crescente valorização do processo político-eleitoral. Na data de 24 de junho de 1976 o governo promulga a Lei Falcão (Lei nº 6339/76), que entre outros aspectos, eliminava a possibilidade de debates e discussões, especialmente no rádio e televisão.

A Lei Falcão recebeu esse "apelido" por ter sido criada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, para evitar o debate político, garantir a vitória dos parlamentares do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava a ditadura militar comandada pelo presidente Ernesto Geisel, e tentar deter o crescimento da oposição aglutinada no partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que havia conseguido eleger 16 senadores para as 21 vagas disponíveis e um grande número de vereadores nas eleições municipais de 1974 (AGÊNCIA SENADO, 2014).

A Lei, esclarece Mário Schmidt “determinava que na propaganda eleitoral no rádio e na televisão só poderiam aparecer à foto 3X4 e o currículo do candidato. Nenhuma crítica nem propostas poderiam ser apresentadas”, esclarece (SCHMIDT, 2002, p. 284). Efetivamente:

A Lei Falcão deu nova redação ao artigo 250 do Código Eleitoral, determinando que, na propaganda eleitoral, os partidos estavam limitados a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral. Pela televisão também era permitido divulgar a fotografia do candidato e mencionar local e horário dos comícios. As limitações da Lei Falcão só foram revogadas em 1984, quando foi liberada a propaganda eleitoral na televisão. A partir de 1985, as disposições sobre propaganda gratuita no rádio e na televisão passaram a ser reguladas por legislação própria a cada eleição (AGÊNCIA SENADO, 2014).

No entanto, “apesar de a Lei Falcão objetivar limitar precisamente o uso do rádio e da televisão pela oposição, também acabou impactando o partido do governo” (SADDI, 2003, p. 32). Fabiana da Cunha Saddi avalia que o governo federal pretendia conter o avanço do MDB, especialmente nos centros urbanos, nas eleições a serem realizadas em 1978, quando ocorreria o sufrágio eleitoral para governador e senador; a implementação desta estratégia, todavia, acarretou outros desdobramentos e ocasionou forte abalo na coalizão que conferia sustentação ao governo militar. Com isso, “(...) a primeira metade de 1976 foi marcada (...) por crescente estremecimento das coalizões civil e militar que vinham dando suporte ao regime desde, pelo menos, 1968, e pela continuada incapacidade governamental de

criar as condições para a constituição de novas coalizões de apoio, senão ao governo, minimamente à sua estratégia de reconversão democrática gradual” (SANTOS apud SADDI, 2003, p. 135).

Já em abril de 1977, Ernesto Geisel aprova o “Pacote Abril”, e, para tanto, fechou o Congresso Nacional por meio do AI-5.²⁵ O “Pacote Abril” também incidiu sobre normas do direito eleitoral, impedindo que as bancadas estaduais tivessem mais do que 55 deputados ou menos de seis. Para Mário Schmidt o “pacotão” era um conjunto de leis eleitorais que beneficiavam a ARENA ampliando o número de cadeiras na Câmara dos Deputados. Tradicionalmente, havia mais deputados eleitos nos estados da região Nordeste e Norte, onde a ARENA vencia as eleições, isto é, a ARENA não precisou ter mais votos para conseguir mais deputados no Congresso Nacional (SCHMIDT, 2002, p. 284).

Com esta estratégia, estados menos populosos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste onde a oposição ao regime militar era mais branda, inclusive por estarem sob o controle da Aliança Renovadora Nacional (Arena), teriam força política e representatividade no parlamento federal que atenuaria a oposição do numeroso eleitorado das regiões Sul e Sudeste. Saddi explica que “[...] como consequência, o número de cadeiras de cada estado na Câmara não seria calculado em proporção ao número de eleitores registrados em cada estado, mas em proporção a sua população total” (SADDI, 2003, p. 33). A manobra político-institucional foi realizada em meio ao recesso parlamentar:

Como resultado, aproveitando o recesso parlamentar decretado pelo Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977, o governo federal resolveu criar mecanismos político-institucionais, mediante a Emenda Constitucional nº 8, que visavam a capacitar o governo a dar continuidade ao seu projeto de distensão via controle eleitoral. Conforme o chamado “Pacote de Abril de 1977”, mantinha-se a eleição indireta para governador em 1978 e adiavam-se as eleições diretas para 1982, alterava-se a regra para representação dos deputados na Câmara, instituíam-se que 1/3 dos senadores seria eleito de modo indireto — os chamados “senadores biônicos” — e regulamentava-se que bastava a maioria absoluta dos votos do Congresso para a aprovação das emendas constitucionais (SADDI, 2003, p. 32).

²⁵Luís Roberto Barroso esclarece que o AI-5 permitia ao Presidente da República: decretar o recesso do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, assumindo ele próprio poderes legislativos plenos; decretar a intervenção federal nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Suspendiam-se, ainda, as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, podendo o Presidente da República, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas, bem como reformar militares. Ficava igualmente suspensa a garantia do *habeas corpus*. Os atos praticados com base no AI-5 ficavam excluídos da apreciação judicial (BARROSO, 2008, p. 25-66). In: BARROSO, Luís Roberto. **Vinte anos da Constituição Brasileira de 1988: o Estado a que chegamos**. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 10, 2008.

O Pacote Abril mantém as eleições indiretas para governador e criou a figura do senador biônico: um em cada três senadores passaria a ser eleito indiretamente pelas Assembleias Legislativas de seus estados (AMARILHA, 2006). Com o Pacote Abril, ainda, “alterou-se a composição do Colégio Eleitoral destinado a escolher o Presidente da República em 1985, dando mais peso às maiorias políticas existentes nas assembleias estaduais, que se esperava continuassem vinculadas ao regime” (SALLUM Jr. apud SADDI 2003, p. 41- 42). Dessa forma, “a nova lei aumentava a representação dos estados pobres do Norte e Nordeste, onde (inclusive) os índices de analfabetismo eram muito altos e onde a Arena era mais forte” (ALVES, 2005, p. 194). O número de estados politicamente alinhados com o governo militar também foi ampliado com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 1975; e com o desmembramento de Mato Grosso em 03 de outubro de 1977.

Em um quadro de bipartidarismo, em que o MDB representava a única oposição possível no momento, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) espelhava o governo, o estado da Guanabara vinha assistindo à ascensão de Chagas Freitas e de seus seguidores emedebistas. Chagas Freitas controlava não só o Executivo estadual, já que em 1970 fôra eleito pelo voto indireto governador da Guanabara, mas também a bancada do MDB na Assembleia Legislativa e mais da metade dos representantes cariocas na Câmara dos Deputados. Com as eleições de novembro de 1974 se aproximando, e o governo federal antevendo a vitória nacional do MDB, decidiu diluir a força eleitoral do único estado da Federação governado pela oposição promovendo a fusão com o Estado do Rio, governado pela Arena. Por meio da união das bancadas carioca e fluminense, além de se dissolver o peso do MDB da Guanabara, se incitaria uma dissensão interna no partido, uma vez que dois importantes líderes emedebistas seriam forçados a dividir a liderança: Chagas Freitas, o dirigente do MDB carioca, e Amaral Peixoto, o chefe da política do estado do Rio (FERREIRA, 2005).

Em relação à instituição do estado de Mato Grosso do Sul há um conjunto amplo e variado de indicações que mostram tratar-se de uma estratégia da gestão do governo federal para assegurar a maioria dos votos no Colégio Eleitoral (eleição indireta que, na ocasião, garantiu a vitória do general João Baptista Figueiredo) para a sustentação do regime militar.

Nesse período, os governadores, os prefeitos das capitais e de algumas cidades fronteiriças, e parte dos senadores eram nomeados (os chamados “biônicos”). Em Mato Grosso do Sul, os municípios considerados de área de segurança nacional eram: Amambaí,

Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas e a capital Campo Grande, ou seja, era o governador que nomeava os prefeitos de todos estes municípios.

Os senadores do novo estado foram todos da Arena: Pedro Pedrossian (eleito em 1978), Antônio Mendes Canale (eleito em 1974, que, na divisão optou por MS) e Rachid Saldanha Derzi, indicado senador “biônico” em janeiro de 1979. A divisão de Mato Grosso foi, portanto, uma expressão da estratégia dos militares de primeiramente garantir a eleição do general João Baptista Figueiredo e, ato contínuo, obter igualmente uma maior bancada no Congresso Nacional e no Senado Federal (GUIMARÃES, 1999).

Em seu mandato entre 1974-1977, o presidente Ernesto Geisel engendrou a união do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro e criou o estado de Mato Grosso do Sul, dentro da estratégia de fortalecer a Arena. Logo após o Pacote Abril, e em nome da Segurança Nacional, o conjunto de estados politicamente engajados com o governo militar foi ampliado com a adesão do novo estado do Rio de Janeiro, em 1975; e com o também recente estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. O governo militar não hesitou em alterar a conformação político-territorial do país suscitando profundas desterritorializações a que todos os habitantes das localidades afetadas foram expostos, abalando profundamente o sentimento de pertencimento a um grupo fixo - como a identidade sul-mato-grossense - que ainda necessita de outros operadores conceituais para a compreensão do presente, para situá-los no mundo e, também, para reorganizar o próprio espaço interno, delimitando a constituição de novas subjetividades fugazes e mutantes (AMARILHA, 2006).

Nas eleições de 1978, portanto, se observa que as alterações políticas e institucionais conduzidas pelos militares contribuíram para significativos triunfos da Arena.

O general Euler Bentes, candidato apresentado ao colégio eleitoral pelo MDB em 15 de outubro de 1978, recebeu 266 votos contra 355 votos do candidato do governo, João Baptista Figueiredo. Nas eleições legislativas de 15 de novembro a Arena obteve, em todo o país 13,1 milhões de votos para o Senado e 15 milhões para a Câmara, o MDB conseguiu 17 milhões de votos para o Senado e 14,8 milhões para a Câmara. O Presidente militar Ernesto Geisel conseguiu que a distensão seguisse nos seus moldes, “lenta, gradual e segura”.

Deste modo, Ernesto Geisel garantiu a eleição de João Figueiredo, mas não impediu o avanço incontestado da oposição. (AMARILHA, 2006). Os resultados eleitorais mostraram, portanto, que a “Arena não foi indiscutivelmente, a (única) vitoriosa” (KINZO,

1988, p. 201). As manobras políticas dos militares não impediram o crescimento da oposição e, de forma paradoxal, a renovação que se percebeu na Arena se deu ainda de forma mais intensa no MDB (ARAÚJO, 2007, p. 140).

Saddi explica que, como consequência do Pacote Abril, o MDB, “tornou-se de fato um partido de oposição ao governo, uma vez que assinalava sempre as contradições entre as medidas de controle político e a intenção de liberalizar a política” (SADDI, 2003, p. 33).

Neste contexto o MDB, paulatinamente, passou a atrair parcelas da sociedade civil aos seus quadros de militância, ao passo que realizava intensa campanha de esclarecimento à população sobre a repressão e o desmando perpetrados pelos militares e pelos políticos ligados à ARENA.

Esse fato permitiu, na verdade, que os militantes do partido tivessem um bom destaque na chamada sociedade civil. Assim, aos poucos, o partido passou a receber filiação de estudantes, sindicalistas, líderes comunitários, de políticos que romperam com a ARENA e mesmo de militares patriotas.

A medida que declinava a euforia do período do “milagre econômico”, o MDB recebia mais votos a cada eleição para o legislativo. Para Mário Schmidt “[...] Geisel e Figueiredo perceberam que o governo militar estava esgotando os seus recursos. A imagem pública dos militares como honestos e competentes começou a ser questionada” (SCHMIDT, 2002, p. 282).

Mesmo fazendo uso de distintos expedientes e instrumentos autoritários, Geisel impôs sua autoridade e aplacou resistências diversas à liberalização do regime, oriundas dos porões da repressão e de frações de anticomunismo radical nas Forças Armadas. A posse do General João Baptista Figueiredo, em 15 de março de 1979, ocorreu após a revogação das ordens institucionais, que representavam a “legalidade paralela e supraconstitucional do regime militar: a Emenda Constitucional nº 11, de 13.10.1978, revogou todos os atos institucionais e os atos complementares que lhes davam execução” (BARROSO, 2008, p. 7).

Figueiredo então deu continuidade ao processo de descompressão política, promovendo a anistia e a liberdade partidária.²⁶ Sobre o episódio elucida Luís Roberto Barroso:

²⁶ O Ato Complementar nº 4, de 27.10.1965, estabeleceu as regras para a formação de novos partidos. A partir daí, produziu-se um sistema bipartidário artificial, composto de um partido de sustentação do governo militar – a Aliança Renovadora Nacional (Arena), fundado em 4.04.1966 – e outro de oposição: o Movimento

A anistia política foi concedida pela Lei nº 6.683, de 28.08.1979, que em seu art. 1º previa: “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (BARROSO, 2008, p. 7).

O Pacote Abril, portanto, revelou-se eficaz para garantir a Geisel maior controle sobre a dinâmica política, conferindo sobrevida ao regime e proporcionando espaço para implementar as incontornáveis reformas políticas que, em breve, alterariam o quadro político nacional. Ademais, cumpre assinalar que o Pacote Abril também foi “uma tentativa de realinhamento das forças políticas em função de um projeto de abertura acoplado à decisão de seguir adiante na substituição de importações” (DIAS e AGUIRRE, 1992, p. 89).

Retrocedendo para o início dos anos de 1930, é interessante pontuar que um dos aspectos marcantes da economia brasileira neste período é a significativa expansão do seu setor industrial. Em especial após 1933 o setor industrial começou a liderar as taxas de crescimento da renda e do emprego, enquanto as culturas de exportação sofriam os revezes da crise internacional. A crise da agro exportação criava condições para que a economia se direcionasse preponderantemente ao mercado interno, o que contou com a política econômica governamental a seu favor. Iniciou-se, assim, um período de aproximadamente cinco décadas que duraria até o final da década de 1970, com a conclusão dos investimentos do II PND do governo Geisel, que é conhecido como “processo de substituição de importações” (PSI). Com efeito, aponta Saddi, “ao tentar construir uma base política que pretendia controlar o desdobramento do processo de abertura e neutralizar, de certa forma, os conflitos de interesses existentes entre os grupos dominantes, o Estado central angariava força para prosseguir com o

Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 24.03.1966. Ambos existiram até 29 de novembro de 1979, quando se reestruturou o sistema partidário e deu-se a volta ao pluripartidarismo. A ARENA foi sucedida pelo Partido Democrático Social (PDS), fundado em janeiro de 1980, que teve como primeiro presidente o então Senador José Sarney. Uma dissidência do PDS, iniciada em 1984, veio a formar o Partido da Frente Liberal (PFL), oficialmente fundado em janeiro de 1985, mas que desde o ano anterior oficializara seu apoio à candidatura de oposição, de Tancredo Neves. Formada a Aliança Democrática entre o PFL e o PMDB, José Sarney foi indicado como candidato a vice-presidente. O PMDB, por sua vez, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), fundado em janeiro de 1980, foi o herdeiro do MDB, tendo como principal liderança Ulysses Guimarães. Formaram-se, no entanto, outros partidos de oposição ao regime militar: o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em fevereiro de 1980, liderado por Luís Inácio da Silva, o Lula; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em setembro de 1980, sob a liderança de Leonel Brizola, que voltou do exílio; e, mais à frente, em junho de 1988, foi criado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tendo à frente nomes como Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio de Niemeyer Lamarão, **Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro**, v. IV, 2001.

seu projeto político” (SADDI, 2003, p. 34). Este esquema político incluía a proposta de alterar a política de comércio exterior e implementar um novo plano geopolítico para o Brasil.

Os governos militares pós-64 tinham uma proposta geopolítica estruturada para o país, e esta concepção contemplava de forma direta a região Centro-Oeste, sendo que os conceitos de “progresso”, e, em especial, de “desenvolvimento” seriam muito utilizados para dar suporte a uma outra formulação que ocupou lugar central nas ações do governo militar: a ideia de segurança nacional. Marisa Bittar, em relação ao pensamento geopolítico brasileiro da época, observa que é importante considerá-lo para a compreensão daquele período, uma vez que esta ideia pautou uma série de medidas do governo, inclusive, o processo de divisão do estado de Mato Grosso (BITTAR, 1997).

A campanha Marcha para o Oeste, fundamentada nas teorias da geopolítica, concepção que nasceu às vésperas da Primeira Guerra Mundial, foi uma expressão da geopolítica de segurança adotada pelo governo autoritário no Brasil. Enfocando os Estados como organismos em luta pelo “espaço vital” - conceito cunhado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel -, a geopolítica centrava-se na necessidade de alargamento e dominância territorial como estratégia de desenvolvimento, proteção e afirmação da soberania.

Segundo Ratzel, a sociedade cria o Estado, e o Estado, por sua vez, é um organismo que se divide em sua dimensão humana e terrestre. O Estado é assim porque possui uma relação necessária com a natureza, ou seja, os Estados necessitam de espaço como as espécies, por isso lutam pelo seu domínio, ou seja, lutam pelo seu “espaço vital”. A subsistência, a energia, a vitalidade e o crescimento do Estado têm por motor a busca e a conquista de outros espaços, uma vez que a necessidade de expansão aumenta à medida em que o desenvolvimento interno se consolida.

A análise das relações entre o Estado - ente político -, e o espaço - elemento territorial -, é realizada por Ratzel no campo da Antropogeografia. Para o autor alemão, o território proporciona não apenas as condições de trabalho, mas significa a plataforma para a própria existência da sociedade. Por outro lado, a necessidade de aumentar as expansões territoriais são consequências do progresso, ou seja, Ratzel justifica suas colocações com o conceito de "espaço vital", em que este representa uma proporção de equilíbrio entre a população e os recursos oferecidos para que se possa suprir as suas necessidades. Dessa forma, é possível ver a vinculação entre o projeto nacional durante o regime autoritário e as formulações de Ratzel sobre a conquista do “espaço vital”, uma formulação que legitimou o

imperialismo da Alemanha unificada como Estado e liderada por Bismarck (MORAES, 1990).

No Brasil, a geopolítica inspirada no conceito de “espaço vital” foi adaptada de forma a projetar os ativos nacionais na conquista de espaços dentro de seu território, e não no plano internacional, isto é, o objetivo para o país não seria a conquista de territórios de outros países, mas a conquista dos vastíssimos espaços nacionais ainda não completamente dominados pelo Estado.

Marisa Bittar observa que a geopolítica se sustentava em três pilares: a) o pensamento de Mário Travassos, consubstanciado na obra *Projeção Continental do Brasil* (1931), na qual manifestava preocupação pela interiorização do Brasil, em especial da ocupação do Oeste do Brasil; b) a obra *Marcha para Oeste* (1940) de Cassiano Ricardo, que exerceu forte influência sobre o regime do Estado Novo e que afirma a excelência da fronteira como elemento constitutivo da nacionalidade; e, c) a determinação do presidente Getúlio Vargas ao refutar a tese de que o governo tivesse pretensões imperialistas em relação aos vizinhos, já que “o imperialismo brasileiro consistia exclusivamente na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país”, por isso lançou a campanha *Marcha para o Oeste* (BITTAR, 2009a, p. 263-264).

A construção do “fabuloso mundo da *Marcha para o Oeste*”, segundo Célio Marcos Pedraça (2007), não teve início, no entanto, com o emblemático pronunciamento do discurso de Vargas no final do ano de 1937. O Grande Oeste e seus mistérios sempre povoaram o imaginário brasileiro, e na medida em que cada nova expedição buscava explorá-lo e desvendá-lo, ampliava ainda mais a sua mítica.

O desaparecimento do Coronel Fawcett, possivelmente em algum lugar do Vale do Xingu, as sucessivas expedições de Roosevelt-Rondon, ou ainda, a passagem da Coluna Prestes, trouxeram cada vez mais o Grande Oeste às manchetes dos jornais. O Grande Oeste aparecia cada vez mais em evidência. A Serra do Roncador brilhando miticamente inatingível, entre o Araguaia e o Xingu. É lembrado então, por alguns paulistas, que o Roncador podia ser atingido pela navegação do Rio das Mortes. Desarquivaram-se então os roteiros setecentistas. Com isso, inicia-se desta maneira o fluxo neobandeirismo paulista. Sendo que essas expedições tiveram grandes repercussões, principalmente em virtude da imprensa, que fazia questão de exaltar os perigos indígenas e os sertões supostamente cheios de feras (PEDRAÇA, 2007, p. 109).

A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial simbolizada pela união dos brasileiros. A ocupação dos espaços considerados vazios significava não apenas a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas.

A ocupação representava a etapa inicial que seria procedida pela fixação definitiva do homem na terra através de métodos cooperativos. Esta concepção denotava a intenção do regime de redimensionar as relações sociais, de acordo com a política vigente, e esta abordagem sobre as relações sociais incluía não apenas as comunidades de áreas rurais, mas contemplava também as populações que viviam na zona urbana.

A transformação do Oeste conquistado e controlado era também uma expressão “do futuro, do novo e do moderno”, isto é, a decorrência natural da extensão para o campo, que redundaria, enfim, em uma nova ordem estabelecida (LENHARO, 1986).

Estas metas fundamentais da retórica referente à conquista do Oeste, tais como a integração territorial e a ocupação dos espaços ditos vazios, transformariam a vida das populações dos estados, como foi o caso do estado de Mato Grosso, e, de maneira especial, dos cuiabanos. Com efeito, a cidade de Cuiabá, a partir do Estado Novo, passou a receber um número considerável de construções, uma política urbanística que se coadunava com a estratégia geopolítica adotada pelo regime autoritário.²⁷

Destacar o pensamento geopolítico da época é importante, portanto, porque permite vislumbrar um fator determinante para a efetivação da futura divisão de Mato Grosso. Ao espírito divisionista concebido nos violentos conflitos armados do início do século XIX, acrescenta-se um novo componente: a política nacional de interiorização do país e o controle do espaço territorial pelo Estado autoritário, que implicou uma nova maneira de se considerar o Centro-Oeste.

Da associação dessa concepção geopolítica com os anseios separatistas existentes no Sul de Mato Grosso é que surgirá a possibilidade de desmembrar o estado. “Contudo, a concretização dessa possibilidade, isto é, a transformação do ideal em realidade, não se fez durante essa ditadura” (BITTAR, 2009a, p. 263-264).

²⁷ Essa obsessão pelo novo e pelo moderno requeria a construção de novos signos de modernidade, que fossem compatíveis aos dos grandes centros brasileiros. Para caracterizar essa fase de modernização, Pedraça considera importante destacar as obras oficiais erigidas durante a administração do interventor Júlio Muller (PEDRAÇA, op. cit., p. 110).

A divisão de Mato Grosso e a apresentação oficial da nova unidade da federação, o “Estado de Campo Grande”²⁸, sendo a sua capital, a cidade de Campo Grande, ocorreu apenas em 03 de maio de 1977. O presidente Ernesto Geisel, logo após o “Pacote Abril”, em nome da Segurança Nacional desmembrou Mato Grosso criando uma unidade federativa constituída por 55 municípios, pertencente à porção meridional do então Estado de Mato Grosso. Segundo Segundo Campestrini, “no desmembramento, Mato Grosso ficava com trinta e oito municípios, com uma população estimada (1977) de 900.000 habitantes, distribuídos em 903.386,1 quilômetros quadrados, Mato Grosso do Sul, abrangia cinquenta e cinco municípios, com uma população estimada (1977) de 1.400.000 habitantes, em 357.139,9 quilômetros quadrados (CAMPESTRINI, 2002).

A principal fonte para análise da Doutrina de Segurança Nacional²⁹ daquele momento eram os Manuais da Escola Superior de Guerra.³⁰ A ESG foi fundada em 1949, com o objetivo de dirigir e planejar a “segurança nacional” associada ao “desenvolvimento” do país; segurança e desenvolvimento eram compreendidos como elementos interdependentes. Do ano de 1964 em diante, a ESG ganhou importância e passou a assumir um papel ainda mais estratégico no governo. Os atos governamentais e a própria política de Estado passaram a refletir uma identificação cada vez maior com a “doutrina esguiana”. Assim, a Política Nacional, na concepção “esguiana” se bifurca em duas vertentes:

[...] a Política Nacional se desdobra em Política de Desenvolvimento e em Política de Segurança, admitindo, respectivamente, os seguintes conceitos:

Política Nacional de Desenvolvimento, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional no sentido de seu fortalecimento global, visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais.

²⁸ Em Dourados, Wilson Valentim Biasotto, revela que nesse período de 1977, ocorreu uma reunião para a definição do nome do novo estado: “discutíamos o nome para o estado que nasceria em breve. Muita gente apostava as fichas em estado de Campo Grande, especialmente os habitantes da capital; no interior falava-se muito em estado de Maracaju e, com menor entusiasmo, Entre-Rios” (BIASOTTO, 1999, p. 02). In: BIASOTTO, Wilson Valentim. **Prá quem fica a seriema?** O progresso, Dourados: 10 de maio, de 1999.

²⁹ Segundo Joseph Comblin a Doutrina de Segurança Nacional apresenta como conceitos básicos a geopolítica, a bipolaridade e também a Guerra Total. A Doutrina fornece duas importantes contribuições fundamentadas em uma visão ideológica, ou pseudocientífica, ou seja, o conceito geopolítico de Nação e o de bipolaridade. Segundo a Geopolítica a nação se constitui em um único projeto e uma única vontade: o desejo de ocupação e domínio do espaço (COMBLIN, 1978). In: COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina**, 2ª edição, Ed Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

³⁰ A ESG foi instituída pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Entre seus fundadores estavam oficiais que haviam participado da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, sob o comando dos Estados Unidos. Esta ligação com os EUA caracterizará a ESG desde sua idealização. Seu objetivo, conforme a Lei acima mencionada era “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949). In: BRASIL, Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949.

Política Nacional de Segurança, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional, visando a garantir a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais (ESG, 1975, p. 83). Grifo acrescentado.

Dentro desta concepção, a diferença entre as políticas é sutil, porém significativa. A Política Nacional de Desenvolvimento (PND) e a Política Nacional de Segurança (PNS) integram a chamada Política Nacional e são ambas definidas como “arte” (na acepção de “ofício”).

A PND orienta o Poder Nacional no sentido de seu “fortalecimento global”, visando à conquista e à manutenção dos “Objetivos Nacionais”; a PNS também orienta o Poder Nacional, visando, no entanto, a garantir a conquista ou a manutenção dos “Objetivos Nacionais”, isto é, enquanto a PND orienta-se pelo alcance dos “Objetivos Nacionais”, a PNS é posterior e visa assegurá-los.

Os fins do Estado para a DSN são “a Segurança, visando a criar e a manter a ordem política, econômica e social, e o Desenvolvimento, visando a promover o Bem Comum”. O Bem Comum corresponde ao objetivo nacional, e se caracteriza por ser perene (inalterável) e universal (abrangente), composto pelos valores “segurança e desenvolvimento, interdependentes” (ESG, 1975, p. 35). Ao Estado compete: “cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo às necessidades gerais, função executiva ou administrativa” (ESG, 1975, p. 27).

A Segurança Interna, no entanto, deve ter ação estratégica: mais preventiva que punitiva. Para este fim, são definidas medidas para neutralização de causas possíveis de fomentar antagonismos, em conformidade com a Política Nacional de Segurança. Nesta estruturação institucional caberia ao Estado a missão inalienável de “superar, neutralizar, reduzir ou diferir os efeitos internos dos antagonismos e pressões”.

Para isto, necessita ele aplicar um adequado “mecanismo repressivo” para que possa, prontamente, desencadear a “Ação-Resposta” e, assim, “garantir as instituições e manter o primado da lei e da ordem”, o que se faz através da Defesa Interna.

É interessante notar, a propósito das “estratégias formuladas”, que todas são articuladas e subordinadas à Política de Segurança Nacional, e que estão interrelacionadas à Política de Desenvolvimento, ou seja, convergem para esta. Em caso de serem concorrentes os preceitos sobre “segurança” e “desenvolvimento” (antinomia), em determinado momento,

o Manual prevê que “depende da conjuntura a prevalência, seja da Segurança, seja do Desenvolvimento, que, por acaso, possa existir num determinado instante da vida nacional” (ESG, 1975, p. 239).

As “Estratégias” articuladas na proposta da ESG são classificadas em Econômica, Política, Militar e Psicossocial, e cada qual tem finalidades específicas: nelas são indicados os elementos a serem observados (fatores) no instante em que se efetua a avaliação estratégica de conjuntura.

Assim, quando se fala em “Estratégia Política”, segmento em que se discutem eventuais alterações na configuração territorial do país, a finalidade é (...) criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa, em benefício da consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas considerados (ESG, 1975, p. 157).

A exegese deste dispositivo indica que a coesão interna para garantir a salvaguarda dos Objetivos Nacionais é fator que poderia ser invocado pelo governo para realizar mudanças na circunscrição política do Brasil.

Em relação aos fatores para análise da conjuntura, os Manuais definem taxativamente quais são estes elementos que serão considerados para a definição da “Estratégia Política”:

No âmbito nacional – cultura política do povo, organização administrativa, estrutura política, dinâmica partidária, grupos de pressão, etc.; no campo internacional – antagonismos e fricções, cooperação internacional, acordos e tratados, alianças e contra alianças, organismos supranacionais, etc. (ESG, 1975, p. 253).

A acepção de desenvolvimento concebida pela ESG, portanto, perpassa a dimensão econômica e alcança inúmeros outros aspectos. A DSN considera que reduzir o escopo do conceito de desenvolvimento significaria incorrer em uma visão distorcida da realidade social, já que todos os aspectos da Doutrina se comunicam mutuamente. Esta visão ampliada do desenvolvimento possibilita estender, também, o raio de abrangência das ações do governo na sociedade, sem sair do amparo legal conferido pela égide da DSN.

O desenvolvimento para a ESG, portanto, abrange o ser humano, mas também os espaços físicos - aqui incluído o meio ambiente - e ainda as instituições públicas. Maria Alves esclarece que em relação ao desenvolvimento econômico, a concepção “esguiana” indica um

capitalismo de Estado, centralizador, “baseado em forte interferência do Estado no planejamento econômico nacional, na produção direta e no investimento infraestrutural, com eventual apropriação direta dos recursos naturais por este mesmo Estado”³¹ (ALVES, 2005, p. 59).

A garantia da função do Poder Nacional, finalmente, é conseguida pela Lei de Segurança Nacional, à qual remete ao Manual da ESG, uma vez que: “arma o Estado de meios legais para se opor a todas as manifestações e suas ameaças que visem à conquista subversiva do Poder” (ESG, 1975, p. 254).

No Manual, na Seção “Expressão Psicossocial do Poder Nacional (Poder Psicossocial)”, a Educação e a Cultura são os primeiros fatores destacados como constituintes da Expressão Psicossocial, relacionados à formação humana de forma ampla, desde a socialização à aquisição de sentimentos, crenças e valores, sendo que a instituição “escola” representa a forma mais explícita do caráter institucional da educação (ESG, 1975, p. 170 e 171). Ao lado da Escola, o Manual elenca outros órgãos por meio dos quais a Expressão Psicossocial se constitui são: família, imprensa, escola, sindicato, igreja e empresa.

Nádia G. Gonçalves identifica as representações sobre Educação por parte da ESG na Lei 5.540/68, que “fixou normas de funcionamento e organização do ensino superior” e Lei 5.692/71, que “estabeleceu o 1º e 2º graus, e novas diretrizes para eles”. Ambas atendiam a elementos propostos pela Doutrina e traziam ínsitas estratégias previstas e utilizadas pelos governos militares, ou seja, contemplavam valores e aspirações da população, como forma de fortalecer sua legitimidade (GONÇALVES, 2011, p. 1).

A Educação está presente nas diretrizes Doutrinárias da ESG, mas não como a responsável principal pelo Desenvolvimento. A partir de uma representação mais sistêmica, a Educação e a escola eram reconhecidas como relevantes, tanto para o fortalecimento do Desenvolvimento e da Segurança Nacional desejadas, na medida em que contribuiriam para a preparação de mão de obra e para a difusão de valores e atitudes que auxiliassem na legitimação do governo (ESG, 1975, p.16).

³¹ Ainda que em sua imediatez o discurso fale em ‘Desenvolvimento da Nação’ e em ‘Segurança da Nação’, a desconstrução materialista e dialética desse discurso permite ao pesquisador ver como o ‘Desenvolvimento’ significa a reprodução e a prosperidade de um determinado sistema econômico-social, enquanto o termo ‘Segurança’ remete, mais do que à segurança do território nacional contra possíveis invasões, à preservação e reprodução do sistema econômico-social com o qual a elite militar e os intelectuais esguianos identificam-se historicamente: o capitalismo. (DUARTE, 2011, p. 01) In: DUARTE, Luiz Cláudio. **Os conceitos de segurança e desenvolvimento**: desvelando o discurso esguiano. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, julho, 2011.

As aspirações e necessidades essenciais de todas as instituições de ensino são estabelecidas na Seção “Expressão Econômica do Poder Nacional (Poder Econômico)”, no tópico Força de Trabalho. Conforme Schultz (1971), a Teoria do Capital Humano³² (TCH) parece efetivamente exercer forte influência sobre os formuladores desta seção. Três razões principais explicariam a relação entre a mão de obra, a capacidade técnica e o crescimento econômico do país; seriam estas a educação, as condições físicas e a socialização, sendo a que educação é abordada de forma mais detalhada:

Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como “investimento” mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida (ESG, 1975, p.153).

Sobre este aspecto, Nadia G. Gonçalves pontua que “[...] neste caso (da educação), verifica-se uma diretriz evidente quanto à formação necessária, que representa papel fundamental na conquista do Desenvolvimento. Na formulação teórico-metodológica da ESG, o Desenvolvimento contribuiria para se alcançar melhores condições econômicas e sociais da população, favorecendo assim, a Segurança Nacional” (GONÇALVES, 2011, p. 9).

O Planejamento Governamental não esteve ausente das formulações da ESG. É abordado na Seção “Teoria do Planejamento” e definido como “atividade permanente e continuada, que se desenvolve de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisões” (ESG, 1975, p. 537), que abrange ações técnicas e ações políticas. Quando implicar em “atividades de setores ou órgãos diversos, mas interdependentes, persiste não só a necessidade de coordenação, mas também a de integração das ações planejadas pelos diversos setores” (ESG, 1975, p. 538).

³² A partir da década de 60, a Teoria do Capital Humano formalizada por Schultz (1971), buscava mostrar que os países em desenvolvimento como o Japão, que foram destruídos na Segunda Guerra Mundial, conseguiram reconstruir suas economias em tão pouco tempo, em explicação desta teoria. A educação, nessa teoria, é fundamental para “criar e aumentar” o capital humano. É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho. Assim sendo, neste ponto de vista, a educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda. O autor cita alguns países que alcançaram um grande crescimento econômico devido a estes pressupostos. Desse período em diante passou a figurar a defesa de que o investimento na capacidade humana pode implicar no desenvolvimento na área econômica e no campo competitivo de diversos países. Schultz expressa que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ, 1971, p.33). In: SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

A Doutrina de Segurança Nacional vigente à época representava, assim, uma formulação abrangente, detalhada e interconectada. Desta forma, o presidente Ernesto Geisel tinha à sua disposição um vasto e minucioso arcabouço conceitual ao qual poderia recorrer no processo de tomada de decisões para a ação governamental, podendo, facilmente, fundamentar os atos e deliberações sob a égide dos imperativos de Segurança Nacional.

No que tange a eventuais alterações na circunscrição federativa do país, as decisões poderiam ser amparadas na necessidade de se reforçar laços de “coesão interna e reduzir antagonismos e pressões”, dentro de projetos de cunho desenvolvimentista (BITTAR, 2009a, p. 273).³³ A estrutura conceitual que amparava o governo militar tinha em seu vértice a Política Nacional, destinada a orientar o Poder Nacional no sentido de seu fortalecimento global, visando à conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais. Estes, por sua vez, se traduziam no bem comum, e era composto por dois valores interdependentes: a segurança e o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento inventado pelos militares era bastante amplo, justamente porque seus termos e conceitos eram “entrelaçados”. Preconizava um desenvolvimento econômico cuja conquista requeria a adoção de uma forma centralizadora de capitalismo, baseada em forte atuação estatal no planejamento econômico. A conquista deste desenvolvimento seria alcançada através de ações basilares, como investimentos infra estruturais, eventual apropriação direta dos recursos naturais e pelo próprio direcionamento da educação. Ao Estado competia o dever de cumprir essa “ordem”, administrando os interesses coletivos e gerindo os bens públicos.

A Lei de Segurança Nacional³⁴ pretendia garantir a função do Poder Nacional e proporcionava ao Estado meios legais para se opor a quaisquer “manifestações e suas ameaças que visem à conquista subversiva do Poder” (o que, aliás criava um conveniente e oportuno

³³ Quanto ao tipo de desenvolvimento idealizado pela revolução de 1964, tratava-se da consolidação do capitalismo como sistema capaz de barrar as ‘investidas comunistas’. Este objetivo era no Brasil incompatível com a existência de largas áreas vazias e despovoadas. A ocupação territorial era fundamental, tanto para atender objetivos de ordem interna quanto externa, uma vez que ambos os objetivos se conjugavam em prol da vitória capitalista (BITTAR, 2006, p.273). In: BITTAR, Marisa. **A construção de um estado**. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

³⁴ O jus administrativista Hely Lopes Meirelles acolhe o extenso e aberto conceito “esguiano” em conferência ministrada na ESG, denominada “Poder de polícia e segurança nacional”. Ao discorrer sobre o poder de polícia - elemento do Direito Administrativo e de fundamental importância para o uso e gozo dos direitos individuais - o autor refere-se a tal poder administrativo como um mecanismo de “frenagem para deter abusos do direito individual”, instrumento que procura limitar a “atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social e à segurança nacional”. Todavia, nem todos da classe jurídica se alinharam com esse conceito bastante “elástico” e fundamentado, muitas vezes, em uma aparente legalidade nos casos de combate ao “inimigo”. (MEIRELLES, 1972, p. 3). In: MEIRELLES, H. L. **Poder de polícia e segurança nacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 61, n. 445, 1972.

espaço para uma interpretação extensiva do que seriam as “manifestações e suas ameaças”) (MEIRELLES, 1972, p. 3).

Para o Poder Nacional alcançar os Objetivos Nacionais seriam articuladas Estratégias com escopo Econômico, Político, Militar e Psicossocial. A Estratégia Política, por exemplo, tinha como finalidade “criar e fortalecer laços de coesão interna” (ESG, 1975, p.157), e para tanto, seriam analisados aspectos da “cultura política do povo, organização administrativa, estrutura política, etc.” (ESG, 1975, p. 253).

A educação, a cultura e a força de trabalho eram contempladas como fatores fundamentais para a conquista do desenvolvimento. Finalmente, para executar as ações técnicas e políticas, e colocar em movimento todo este projeto governamental, a ESG formula uma “Teoria do Planejamento”, sistematizando o processo de tomada de decisão. Em síntese, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tinha uma compreensão “belicista do processo social, convertendo os cidadãos em possíveis inimigos, num conflito não declarado que entendia qualquer divergência política - os chamados antagonismos e pressões - como sinônimo de guerra interna” (ANGELO, 2012, p. 3).³⁵ De certa forma, a aplicação da DSN pelo regime ditatorial no Brasil fez com que a política deixasse de “ser uma arte civil para se transformar em arte militar”. A “Lei Falcão” e o “Pacote Abril” representam, apenas, a expressão legal da “arte militar”, concebida pelo regime político autoritário que prevaleceu neste momento histórico.

Pela perspectiva da execução das ações de governo, a Doutrina de Segurança Nacional, lastreada nos Manuais da ESG, esquadrinhou o tema “desenvolvimento” e relacionou-o a estratégias, que por sua vez, eram articuladas e subordinadas à Política de Segurança Nacional. A depender da conjuntura observada num determinado instante da vida nacional, prevaleceria a Política de Segurança ou a Política de Desenvolvimento. Por um lado, o conceito de desenvolvimento criado perpassava aspectos subjetivos e econômicos, e incluía o espaço físico, o meio ambiente, as instituições públicas, e, principalmente, a educação. Isto é, significava enxergar a sociedade e o Estado à luz do conceito criado de desenvolvimento, que, por sua vez, estava intrinsecamente condicionado ao conceito de segurança. Por outro ângulo, a Estratégia Política para garantir a Segurança Nacional exigia a análise de vários

³⁵ Segundo Golbery, a Doutrina de Segurança Nacional sopesava segurança e bem-estar social. Ou seja, se a “segurança nacional” está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação das liberdades civis (direitos e garantias constitucionais). Foram estes princípios de “segurança nacional” que nortearam a ideologia oficial em vigor à época: a caça ao “inimigo interno”. Para isto, foi amplamente modificado o sistema de segurança do Estado brasileiro. (COUTO e SILVA, 1967). In: SIILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1967.

fatores, entre eles a coesão interna, a cultura política do povo, a organização administrativa, a dinâmica partidária e a estrutura política da nação, o que na prática significava conceder a prerrogativa para o governo efetuar “ações de ingerência” em todos estes processos.

O conceito de Segurança Nacional, estruturado na ESG, foi muito além de um conceito apenas de defesa do território. Objetivou-se com o conceito incorporar diversos significados, muitos deles originariamente afetos à economia, à política e à gestão governamental. Com isso, foi construído um pensamento “apto” para justificar a classe militar como a elite dirigente, bem como de outorgar ao chefe do Poder Executivo a importante prerrogativa de expedir decretos-leis. Como exemplo, é possível citar o Decreto-lei n.º 200/67, que institui a Reforma Administrativa - diploma que até hoje é vigente, no qual constam importantes conceitos relativos ao Direito Administrativo -, editado com fundamento no artigo 9.º, § 2.º, do AI-4. Sobre o sentido axiológico do conceito “Segurança Nacional”, Miguel Seabra Fagundes, em plena ditadura militar, explicava que:

Acresce notar que a segurança nacional só tem sentido enquanto se reflete, nas suas consequências, como um fator de tranquilidade e paz para todos. Se ela existe como um aparato de medidas em múltiplos setores (econômico, social, policial, etc.), mas sem que daí resulte um clima de tranquilidade subjetiva para cada um na comunidade, então será algo de falso pelo desajuste entre o que os responsáveis imediatos por ela realizam e os reflexos desse trabalho sobre os que dela dependem, para a vida em condições satisfatórias, como integrantes da comunidade brasileira. A segurança não existe como uma abstração, isto é, por si e para si, porém, como instrumento para o bem coletivo. E este, na sua abrangência de toda a coletividade, diz não apenas com aqueles que governam e com os que os apoiam, senão também com os que contestam o Governo, mas nem por isso deixam de ser sujeitos ativos do direito à legalidade e, por conseguinte, destinatários do bem coletivo, em proporção e como próprio (SEABRA FAGUNDES, 1974, p. 97).

Na visão militar, desta forma, a possibilidade de intervenção na configuração geográfica de algumas partes do país, como foi o caso da divisão do estado de Mato Grosso, era uma iniciativa plenamente justificável sob vários aspectos, inseridos dentro de uma perspectiva totalitarista de governo, em que nada escapava à atuação do Estado.

Ainda que o desmembramento de Mato Grosso tivesse propósitos eleitorais subjacentes, dentro de um projeto amplo (e velado) de poder, que incluía assegurar a eleição do general João Batista Figueiredo e conquistar uma representação mais robusta no Congresso Nacional, em sua forma e conteúdo, este plano era completamente legítimo e coerente com as propostas formuladas pela ESG, pois encontrava guarida na abrangente Doutrina de Segurança Nacional.

Houve, de fato, um grande protagonismo da ESG durante o regime militar, especialmente no treinamento da burocracia estatal, bem como ao edificar conceitos basilares para o governo, nomeadamente a “guerra revolucionária comunista”.

No âmbito do Poder Judiciário e na comunidade jurídica do país o conceito de “Segurança Nacional” foi, em grande medida, assimilado pelos juristas e operadores do Direito da época. Foi um conceito formulado propositadamente de forma abrangente, o que lhe permitia absorver em seu interior elementos que transcendiam a esfera militar, alcançando a economia, a política e a administração do Estado. A abrangente concepção formulada sobre a segurança da nação teve dupla funcionalidade: serviu para justificar a classe militar como a mais apta ao governo, bem como para autorizar a perseguição àquele que se mostrasse uma ameaça à nação (“o agente subversivo”).

Diante do espaçoso conceito de segurança nacional, qualquer crítica à administração, ao governo e à economia poderia ser compreendida como uma ameaça; nesse caso, o cidadão passava a ser o inimigo absorvido por uma legalidade de exceção. As políticas de desenvolvimento estabelecidas sob a orientação dos governos militares criavam condições técnico-políticas para a execução - quase que imediata - de um amplo arco de possibilidades de ação governamental, sem a necessidade de submeter as matérias à discussão popular. Neste contexto de liberdades constitucionais cerceadas, já no início da década de 70, observa-se uma significativa movimentação divisionista oriunda de instâncias da Escola Superior de Guerra, inclusive no âmbito do estado de Mato Grosso.

De 1952 em diante, a ideia (divisionista) volta a ser abordada através da Escola Superior de Guerra e suas regionais das Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Campo Grande, Cuiabá e Corumbá, esta última na década de 70. O objetivo da ADESG de Campo Grande e Cuiabá se inseria aos estudos de redivisão territorial, assim como cristalizava-se, entre os chefes militares, a tendência pró-divisão do Estado de Mato Grosso. Assim é que, na Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas, a ideia divisionista teria obtido importantes adesões como a do General Golbery de Couto e Silva. (...) Em fins de 1975, surgiu a primeira manifestação pública e oficial das elites sobre a divisão de Mato Grosso. As ADESGs –que desde 1952 já vinham debatendo o problema, decidem publicar dois relatórios e divulgá-los simultaneamente em Cuiabá e Campo Grande, reacendendo as polêmicas entre o centro e sul do Estado (SILVA, 1996, p. 178 e 183).

Interessante notar a polarização subsequente entre as ADESGs do Sul do estado e de Cuiabá:

A polêmica se tornou mais acirrada, na medida em que a ADESG do sul ‘defendia a divisão político-administrativa de Mato Grosso com base nos poucos recursos financeiros gerados pela economia do Estado atual (75 pelo sul e 25 pelo norte), os quais somados são insignificantes para o todo. A ADESG de Cuiabá contra-atacou julgando inconveniente, inoportuno e artificial (...) o desmembramento do Estado, que iria causar um grande atraso em Mato Grosso, logo agora que se começava a contribuir para o desenvolvimento nacional’, assim como acusou os sulistas de traições separatistas, lembrando que Campo Grande esteve ao lado de São Paulo na Revolução Constitucionalista (SILVA, 1996, p. 183 – 184).

No início dos anos setenta, esta política de desenvolvimento estabelecida sob a orientação dos militares atingiu grande força, no entanto, as políticas de desenvolvimento que institucionalizaram o planejamento na estrutura do estado tiveram início já nos anos que seguiram ao Golpe de 1964.

No Governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) foi instituído o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, em que Roberto Campos assumiu como Ministro. Gouveia de Bulhões foi nomeado Ministro da Fazenda; ambos eram críticos e se opunham às políticas chamadas “populistas” do Governo anterior - João Goulart - destituído no Golpe.

A estratégia ortodoxa formulada pela equipe econômica do primeiro “Governo da Revolução” para obstar o crescimento da inflação compôs as bases do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG),³⁶ e converteu-se no principal objetivo desse governo. Contudo, as metas definidas eram claras quanto à manifestação de doses significativas de desenvolvimentismo na equipe.

Para Thomas Skidmore houve, desde o início dos governos militares, uma conjugação de políticas desenvolvimentistas e neoliberais. A sustentação do modelo apenas foi possível por tratar-se de um sistema político autoritário (SKIDMORE, 2001).

³⁶ O PAEG listava entre seus objetivos: (i) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962-63; (ii) conter o processo inflacionário; (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, corrigir a tendência de déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar. (BRASIL, 1964). In: BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, [s.n], 1964.

Dessa forma, a busca pelo desenvolvimento, leia-se industrialização, consolidou-se como adjetivo de “governar” (BUSCIOLI, 2010).³⁷

A política desenvolvimentista assumiu seu caráter mais preeminente a partir do segundo governo militar, em 1967, com sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva. Nomeado Ministro da Fazenda, Delfim Netto marcou esse e o próximo governo militar de Médici, que assumiu a presidência em 1969, após a morte de Costa e Silva. Primeiramente acompanhado por Antônio Beltrão como ministro do Planejamento, sendo sucedido por João Paulo Reis Velloso com o início do Governo Médici (BUSCIOLI, 2010, p. 52).

O projeto desenvolvimentista iniciado no Plano de Metas³⁸ e parcialmente abandonado nos anos 60, em razão da crise econômica e, sucessivamente, pela crise política que resultou no Golpe de 64, voltou a ter papel preponderante. Tanto Delfim Netto quanto Beltrão e Reis Velloso, os Ministros das duas principais pastas econômicas da administração federal, tinham posicionamentos convergentes quanto às ideias desenvolvimentistas, uma vez que buscaram no desenvolvimentismo as balizas teóricas para a estratégia econômica percorrida nesses sete anos, 1967 a 1973 (BITTAR, 2009).

Esse período de sete anos, coloquialmente conhecido como “a era Delfim Netto”, ou o “Período do Milagre Econômico Brasileiro”, é metodologicamente apresentado por Luís Antônio Corrêa Aranha do Lago, como uma etapa, do ponto de vista econômico, composta conjuntamente pelos Governos de Costa e Silva e Médici, assim “[...] pode ser compreendida como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos

³⁷ Roberson da R. Buscioli considera, contudo, que as políticas adotadas no primeiro governo militar trataram de preparar o terreno para a consolidação do projeto desenvolvimentista de longo prazo, traçado nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. A. L. Resende vai mais longe ao apontar que tal período proporcionou a recuperação da credibilidade do Brasil frente aos organismos internacionais, recuperando o crédito internacional, com o custo de uma queda do ritmo de crescimento, em todo o período (BUSCIOLI, 1990, p. 222). In: RESENDE apud BUSCIOLI, Roberson da Rocha. **O Processo de crescimento econômico e (re)produção do espaço sul-mato-grossense: A atuação do Estado no ajuste espaço-temporal**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados). Dourados: UFGD, 2010.

³⁸ Meira Matos efetua interessante análise sobre o papel da Doutrina de Segurança Nacional e sua aplicação após 64: “(...) Quando veio a Revolução de 1964 a doutrina da ESG já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o Presidente Castelo Branco e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares, participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental, a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João” (MATTOS apud BITTAR, 2009, p. 269).

do Brasil, e no qual o país alcançou taxas de crescimento econômico sem precedentes” (LAGO, 1990, p. 233).³⁹

Nesse contexto, o ímpeto pela modernização da economia brasileira exigiria uma estratégia de integração para “diferentes espaços, diferentes funções”. As estratégias, assim, deveriam voltar-se para promoção do necessário ajuste “espacial e temporal”, o que poderia significar na divisão de determinada unidade federativa. Ademais, o espaço mato-grossense entraria basicamente no impulso continuado à expansão e diversificação das exportações. Roberson Buscioli explica que a estratégia de desenvolvimento regional constitui-se no esforço de promover um ajuste espaço-temporal em áreas de “fronteiras de expansão”.

O espaço aparece, neste sentido, não apenas como algo a ser ‘superado’ do ponto de vista da circulação do capital. Mas aparece como *contiditio sini qua non* para o desenvolvimento nacional, (...) construído visando à integração nacional sob parâmetros que lhe confirmam a condição de exercer: ‘do ponto de vista da demanda, criar mercado interno, capaz de manter o crescimento acelerado e auto-sustentável, e do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica’. Estabelecendo, portanto, polos agrícola-industriais, para a região Sul e Nordeste, assim como agrícola-mineral para a Amazônia e Planalto Central, completando-se o grande polo do núcleo São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte. Enfim, trata-se da articulação dos diferentes espaços nacionais à economia mundial por meio do ordenamento de seus fluxos econômicos ao centro nevrálgico de da economia nacional, o polo SP-RJ-BH (BUSCIOLI, 2010, p. 52).

Sobre a previsão de expansão do emprego,⁴⁰ o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), orientava-se pela seguinte situação:

[...] menor ritmo de migrações para os grandes centros urbanos, com sua reorientação para as novas áreas, deverá resultar do estabelecimento dos polos agroindustrial do Sul, industrial-agrícola do Nordeste e agropecuário do Planalto Central e Centro-Oeste. Tal reorientação será implantada mediante instrumentos de política econômica, tendo em vista o melhor aproveitamento geoeconômico dos recursos humanos abundantes, principalmente, na zona semiárida do Nordeste (BRASIL, I PND-1972/1974, 1971, p. 66).

³⁹ O segundo “Governo da Revolução” (Costa e Silva – 1967/1969) objetivou, principalmente, a expansão econômica acelerada “[...] para alcançar aquele objetivo de expansão econômica acelerada, promoveu-se não só a efetivação de grande programa de Transportes e de Comunicações, mas também, a criação de mecanismos financeiros para setores como Educação, o Desenvolvimento de Tecnologia, e a Agricultura, bem como, ainda, a implantação do sistema de planejamento e com a primeira etapa da Reforma Administrativa. O terceiro ‘Governo da Revolução’ vem realizando o objetivo de elevar o Brasil à categoria dos países de mais alto nível de desempenho em todos os setores” (BRASIL, 1971, p. 13) In: BRASIL. Governo do. **I Plano Nacional de desenvolvimento** (I PND-1972/1974). [S.n], 1971.

⁴⁰ A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço (...) a organização espacial é necessária para a superação do espaço” (HARVEY apud BUSCIOLI, 2010, p. 145 a 149).

A estratégia de desenvolvimento regional constitui-se, assim, no empenho de promover um ajuste espaço-temporal, que permitisse, nos termos utilizados nos documentos oficiais, a “valorização” da força de trabalho, em especial da nordestina, caracterizada pela baixa instrução, em áreas de “fronteiras de expansão”, como Mato Grosso. Essas políticas ocorreram principalmente, mas não apenas, pela construção de eixos rodoviários como a Transamazônica, interligando a Amazônia com o Nordeste e Cuiabá - Santarém.

A construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), foi uma legítima expressão da estratégia desenvolvimentista propugnada pelo governo militar. Esta via se tornou um fator importante na história da colonização de Mato Grosso, facilitando o acesso ao Norte do Estado. Antes da construção dessa rodovia, a forma de acesso era através dos rios Arinos e Teles Pires ou de estradas (picadas) utilizadas por seringalistas e seringueiros.

A BR 163 começou a ser construída em 1971, no Governo Médici, e em 1976 foi entregue oficialmente ao tráfego, pelo Presidente Ernesto Geisel. Sua construção foi executada pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC). Na década de 1980, por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), foi reestruturada e pavimentada a BR 364, ligando Cuiabá (MT) ao município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. O espaço compreendido pela BR 364 era considerado um “deserto humano” e atualmente representa um dos mais importantes eixos de desenvolvimento de Mato Grosso.

Dependeria, portanto, segundo a ótica do planejamento governamental, para dar continuidade à industrialização nacional, que os espaços assumissem funções específicas, levando o planejamento regional a estabelecer políticas regionalmente diferenciadas para os principais setores da economia (BUSCIOLI, 2010, p. 57).

Assim, inicialmente no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (I PLADESCO), foram definidas áreas-programa para todo o Centro-Oeste. Nessas áreas seria implantada a infraestrutura necessária para proporcionar sua integração econômica. Das treze áreas selecionadas pela programação do Governo, duas encontravam-se no espaço sul-mato-grossense, Corumbá e Campo Grande/Dourados, que, por sua vez, foi apresentada como um espaço diferenciado do espaço mato-grossense como um todo, projetado como um corredor de exportação. Isso por conta de que já estava consolidado na parte meridional do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, a atividade agropecuária exportadora. Este recorte territorial efetivado no I PLADESCO

é significativo ao indicar que já havia uma diferenciação do espaço mato-grossense, segundo a vocação econômica das regiões.⁴¹

Esta estratégia de desenvolvimento regional por meio da “valorização” da força de trabalho, implantação de infraestrutura e integração, foi reforçada pelo discurso da preocupação com a manutenção e consolidação das fronteiras, “ocupação de vazios” e a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais, indicando para a ampliação do capital no contexto de uma nova divisão territorial do trabalho. As fronteiras criadas nesse movimento desempenhavam um papel essencial. “As frentes de expansão da fronteira agrícola já nos anos de 1950 inauguraram uma época de colonização, coerente com o processo de ocupação e com a política desenvolvimentista nacional e regional do período. Elas extrapolaram as questões geopolíticas e assumiram funções de mediadoras de conflitos sociais” (BUSCIOLI, 2010, p. 52).

Segundo o modelo de desenvolvimento definido neste período, fortemente influenciado pelos princípios dos “Polos de Crescimento de Perroux”, o crescimento não ocorre de forma simultânea em todos os lugares, mas de forma desequilibrada, e compete ao Estado, o papel de orientar esses fluxos de crescimento para alcançar um bem-estar da sociedade. “[...] o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164). A ação governamental objetivaria, enfim, definir potencialidades e estrangulamentos regionais e implantar a infraestrutura necessária para a realização dos objetivos nacionais.

O crescimento e desenvolvimento dum conjunto de territórios e de populações não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos de polo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento de uma indústria em ou duma atividade em crescimento geral de uma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado (PERROUX, 1967, p. 194).

⁴¹ As regiões Norte e Sul de Mato Grosso nunca chegaram a constituir exatamente a mesma história. (Representavam) um estado de configuração geográfica acentuadamente alongada no sentido longitudinal (que) gerou, na verdade, duas formações históricas distintas de modo a justificar o uso dos termos norte e sul, mais salientes do que em qualquer outra unidade federativa. Por isso, norte e sul cresceram separados (BITTAR, 1997, p. 2).

No último quinquênio da década de 1970, o Estado brasileiro dava continuidade ao projeto de industrialização nacional. O Governo de Ernesto Geisel (1974 a início de 1979) caracterizou-se por uma equipe econômica híbrida (MOTTA, 2001).⁴² A equipe Planejamento continuou a mesma, e Delfim Neto na Fazenda é substituído por Mário Henrique Simonsen. Essa alteração significou um viés monetarista no governo, todavia o grupo desenvolvimentista no governo teve maior apoio da Presidência. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) é evidente quanto a qual posicionamento teria mais aceitação. Em pronunciamento do Presidente Geisel, que revela aquele momento:

A tarefa de planejamento nos dias de hoje, tornou-se extremamente árdua e difícil, em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo quase que inopinadamente [...]. Cumpre, pois, aos responsáveis, em todos os escalões de chefia ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compensar os pecados iminentes a um planejamento tal, inserido como se vê num clima todo de incertezas, pela ação pronta e ágil, sábia no aproveitamento das oportunidades novas que se ofereçam, e capaz de atingir, a despeito de obstáculos imprevistos que não deixaram de ocorrer, os objetivos prefixados para a marcha ininterrupta do País aos destinos que lhe almejamos (BRASIL, II PND-1975/1979, 1974, p. 4).

Segundo o viés desenvolvimentista, que se manteve preponderante no governo, o Estado, através da formulação e execução de políticas regionais, caberia impor ao espaço um ajustamento que possibilitasse a continuidade do processo de modernização da economia. “Uma vez que, as políticas dos troncos viários de integração do Oeste brasileiro haviam dado conta de promover um ajuste espaço-temporal, agora se tratava de criar os demais mecanismos para consolidar a ocupação desses espaços nos moldes do capitalismo monopolista” (BUSCIOLI, 2010, p. 57).

Para alcançar este propósito, a ocupação e integração econômica das áreas periféricas do país deveriam atender a dois objetivos fundamentais: receber os excedentes populacionais e implementar a estratégia adotada para o setor agropecuário.

⁴² Apesar da posição defendida por alguns ministros, como Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, em favor de uma “política contracionista” – uma “pequena recessão”, diziam alguns – Geisel acabou optando pelo “crescimento”, como ele mesmo justificou posteriormente: “Porque os Estados Unidos e a Alemanha entraram em recessão, o Brasil também vai entrar? Não! (...). Entrar na recessão é fácil, sair dela é o problema”. Essa “opção pelo crescimento”, que ganhou forma através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), significava, antes de tudo, “aumentar a produção nacional”, o que implicava incentivo, por meio de diferentes formas – subsídios, renúncia fiscal, entre outras –, ao robustecimento e à diversificação do parque industrial sediado no país. Era o projeto do “Brasil Grande” em marcha (MOTTA, 2001, p. 24) In: MOTTA, Marly Silva da. **A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos**. Em: **Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação: 2001.

[...] De um lado, recebendo os excedentes populacionais, e servindo de base para o discurso ideológico das novas fronteiras, a serem ocupadas. De outro lado, pela estratégia adotada para a agropecuária, apontada como mercado para os produtos dos setores de base, particularmente a indústria pesada (máquinas agrícolas) e insumos básicos (fertilizantes e defensivos agrícolas) (BUSCIOLI, 2010, p. 61).

Neste momento, segundo Marisa Bittar, “a demanda separatista do sul de Mato Grosso encontrou respaldo inédito no governo federal” (BITTAR, 1997, p. 214). As concepções desenvolvimentistas adotadas pelos militares, consubstanciadas em programas de governo - com destaque para os Planos de Desenvolvimento -, nas estratégias de integração nacional através da implantação de infraestrutura, nos discursos que ressaltavam a preocupação com a manutenção e consolidação das fronteiras e ocupação de vazios, e, finalmente, na proposta de ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais, em seu conjunto, davam o necessário suporte teórico-metodológico e edificavam a plataforma política para ações governamentais em vários campos, inclusive para levar a cabo a divisão do estado de Mato Grosso. (...) “o II PND afirmava que a prioridade em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação da Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso”. Quanto aos recursos alocados, o II PND previa no programa de investimentos (1975-1979), no item Integração Nacional, rubricas lançadas como “transferências da União para Estados e Municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (BITTAR, 1997, p. 214).

Os Planos de Desenvolvimento conferiam a necessária fundamentação técnica/teórica, enquanto a viabilidade financeira era assegurada pelos montantes lançados nas rubricas do orçamento da União. Em relação ao papel do orçamento no Brasil, se faz necessário pontuar que na administração financeira pública as dotações orçamentárias são destinadas para gastos relacionados a investimentos públicos, custeio da máquina administrativa, ou ainda para outras finalidades como pagamento de encargos/juros da dívida. Mas as destinações orçamentárias, mesmo revestidas de legalidade, também são tradicionalmente empregadas, na cultura política brasileira, como instrumento utilizado para se conseguir adesão a projetos, a colaboração de parlamentares na aprovação de medidas do executivo, e em sua forma mais radical, para a discreta conquista de votos de eleitores. Em relação a divisão de Mato Grosso, a existência de recursos financeiros aprovados e que seriam executados uma vez que a divisão ocorresse, representava um estímulo para a sua efetivação.

As ações do governo militar tinham como eixo central o conceito de desenvolvimento inventado, que ditava os movimentos do governo em praticamente todos os segmentos. Neste sentido o “desenvolvimento” era a principal referência para o processo de tomada de decisões. As principais metas da política econômica do governo Geisel foram definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre de 1974. Pretendendo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o ‘milagre brasileiro’, o plano dá ênfase especial à diminuição da dependência do país das fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos (COUTINHO, 1981).

Assim, interpreta Bittar, “embora não explicitasse a destinação para uma possível divisão de Mato Grosso, a previsão orçamentária era bastante ampla, nos termos em que se formulou para atender, se fosse o caso, como de fato o foi, às necessidades que surgiriam com a criação de uma nova unidade federativa” (BITTAR, 1997, p. 2015). Estavam lançadas, assim, as bases, para o governo militar realizasse intervenções na configuração territorial do país.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) lastreada nos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) conferiam o amparo “técnico” para fundamentar eventuais decisões neste sentido, que não precisariam passar pelo crivo do parlamento. Todo o cabedal metodológico da Escola Superior de Guerra foi adaptado à realidade de controle que as Forças Armadas naquela ocasião detinham. Nas formulações militares, aliás, os conceitos “ameaça” e “dissuasão” são centrais, vale dizer, são a base de um sistema de atuação que parte do princípio de que a gestão dos interesses nacionais deve sempre se posicionar de forma defensiva e apta para obstruir “intentos contrários” ou “iniciativas opositoras”.

E aqui, a Atividade de Inteligência realizada em apoio ao regime ditatorial através do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) teve grande serventia, pois a forma mais eficaz de se “proteger do inimigo”, é antevendo os seus movimentos. Esta postura antecipatória a fatos, acontecimentos e ameaças era muito evidente durante o governo militar. Iniciativas ou movimentos que desafiassem os postulados firmemente fincados pelos militares, eram previamente identificados, mapeados e devidamente caracterizados para a adoção de medidas de neutralização, que, contudo, eram consideradas ações legítimas e aceitáveis diante das circunstâncias do regime de exceção e das ameaças à segurança nacional. Desta forma, o governo paulatinamente aparava as arestas que representassem qualquer incômodo para a sua

gestão autoritária, inibindo e desarticulando movimentos que representassem ameaças à prevalência de suas decisões.

Em relação ao estado da Guanabara, os relatórios do SNI projetavam a necessidade do governo militar de diminuir o peso político da Guanabara, reduto oposicionista e “domesticar” o MDB. Quando Chagas assumiu o governo em 1971, a Guanabara era o que se pode chamar de um estado-capital. O plano de transformar esta unidade da federação em um estado da federação, correspondia às expectativas daquele momento de recrudescimento do regime militar, interessado em subtrair definitivamente da cidade do Rio de Janeiro os atributos de capital e transferi-los para Brasília.

A Arena carioca, então, com a presença importante do Deputado Célio Borja, associada à Federação das Indústrias da Guanabara e sob os beneplácitos do regime militar, impulsionaram a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, realizada em 1974. O contexto era tão favorável à fusão que na própria Guanabara havia forças políticas absolutamente afinadas e interessadas na estadualização do estado-capital (MOTTA, 2001).

O processo foi rápido; o então Presidente Ernesto Geisel assumiu o cargo em março daquele ano, lançou a ideia da fusão em abril e enviou a Emenda constitucional em 3/6/74. A Emenda foi votada e aprovada pelo Congresso Nacional em 26/6/74, e, em menos de um mês, foi discutida, aprovada e sancionada. Esta Emenda estabeleceu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro assim como a região metropolitana do Rio.⁴³ Embora pouco abordado pela historiografia especializada na divisão do estado de Mato Grosso, a fusão dos estados litorâneos foi um importante precedente para o desmembramento do estado do Centro-Oeste. Em pouco mais de três anos uma unidade federativa foi extinta no Sudeste e outra surgia no Centro-Oeste.

⁴³ Art. 8º - Os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passarão a constituir um único Estado, sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975. Parágrafo único - A Cidade do Rio de Janeiro será a Capital do Estado. Lei complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp20.htm. (Acesso em: 05.08.2015).

1.5 A união do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro: o importante precedente que contribuiu para divisão de Mato Grosso

A geopolítica de interiorização que resultou no desmembramento de Mato Grosso, contou com um importante precedente ocorrido em meados na década de setenta na região Sudeste do Brasil.

Em 1975 o presidente Ernesto Geisel faz a fusão entre o estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. O mapeamento eleitoral exigiu reduzir a proporção avassaladora de votos que o MDB tinha na Guanabara. Geisel dá a versão de que ele queria ter grandes estados, mas o que ele desejava, na verdade, era juntar os legislativos.⁴⁴

Esta interpretação dos fatos e das razões para a fusão dos dois estados é compartilhada por Hélio de Araújo Evangelista que observa que “(...) existia uma visão política, para a qual a cidade do Rio de Janeiro era um foco de oposição do regime militar. Como o estado da Guanabara era o único estado governado pelo MDB, partido da oposição, esperava-se com a fusão debelar este foco ao juntar o ‘conservadorismo’ fluminense com a ‘vanguarda’ carioca” (FERREIRA, 2005, p. 3).

Há, todavia, análises divergentes quanto às razões político-partidárias para a fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. Primeiramente, há que se pontuar que Chagas Freitas foi eleito governador da Guanabara em 1970, no auge do endurecimento do regime, com o patrocínio militar. Embora pertencesse ao MDB, Chagas Freitas não apenas se abstinha de se envolver em enfrentamentos com a ditadura, como ostentava um excelente relacionamento com os círculos militares, ou seja, não representaria uma ameaça ao governo.

Para Marly Silva da Motta, Chagas Freitas tinha um estilo ambíguo, mostrava-se mais à vontade na estruturação do poder local do que na ocupação de espaços no panorama

⁴⁴ A documentação do Arquivo Geisel que permite desenhar um quadro mais cristalino dos desafios políticos enfrentados no encaminhamento da fusão é a proveniente do SNI, que informa sobre as posições da Arena fluminense e da Guanabara. “Uma das preocupações apresentadas pelos relatórios do SNI diz respeito à composição da Assembleia Legislativa que resultaria da fusão entre Guanabara e estado do Rio, pois se apontava que dificilmente os arenistas obteriam a maioria”. Para Marieta de Moraes é importante destacar neste episódio que tanto os relatórios do SNI como os despachos do ministro Armando Falcão mostram que o governo tinha clareza dos problemas que a fusão traria para as eleições de 1974 (FERREIRA, 2005, p. 3). In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política.** (IFCS/UFRJ – CPDOC/FGV). ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

nacional, o qual, aliás, naquele momento se encontrava em grande medida vedado aos políticos.

O ponto crítico da integração político-partidária dos dois estados residia, justamente, na disputa entre o ex-governador carioca Chagas Freitas e o senador fluminense Amaral Peixoto pelo controle do MDB do novo estado. Apesar do MDB ser o partido majoritário na representação parlamentar eleita em 1974 em ambos os estados, esse predomínio era acentuado na Guanabara e suave no estado do Rio, onde a Arena controlava a maioria das câmaras municipais e das prefeituras eleitas em 1972 (MOTTA, 1997).

Os militares miraram na representatividade das Assembleias Legislativas dos estados envolvidos na fusão, isto é, objetivavam alterá-las e colher os benefícios políticos desta ousada manobra. A perspectiva era de que com a fusão seria possível alterar a representatividade da população numa Assembleia Legislativa Estadual unificada, através de uma nova correlação de forças entre os partidos MDB e a Arena (EVANGELISTA, 1998). O intento dos militares, todavia, não foi alcançado, e o resultado foi justamente o oposto do pretendido. “Contrariamente ao que se costuma afirmar, ou seja, que a fusão foi feita para derrotar o MDB, a fusão acabou por derrotar a Arena e fortalecer o MDB, que a partir de então passaria a controlar não só a cidade do Rio, mas também o novo estado do Rio de Janeiro” (FERREIRA, 2005, p. 3).

Motta (1997), neste sentido, reforça a análise conjuntural em que se efetivou a fusão do estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro. Narra que para os empresários havia um desequilíbrio entre o estado da Guanabara e o do Rio de Janeiro, em que o primeiro apresentava uma receita orçamentária três vezes superior ao segundo, logo, a fusão facilitaria a melhor alocação dos recursos públicos, exatamente o mesmo argumento utilizado pelos divisionistas da região Sul de Mato Grosso. Na política, argumenta a autora, o foco oposicionista existente na Guanabara de certo modo a afastava da rota de novos investimentos promovidos pelo governo federal. A conjuntura político-econômica, naquele momento, era de fato francamente favorável à fusão e foi um elemento decisivo para a sua efetivação (MOTTA, 1997, p. 23).

Havia uma visão técnica (econômica) para se defender a fusão como uma forma de otimizar o desenvolvimento regional. A ideia era que havia um polo rico (a cidade do Rio de Janeiro), com grande arrecadação, e uma periferia pobre (a Baixada Fluminense) com muita carência de infraestrutura. Assim, como um estado não poderia investir no outro, a fusão faria desaparecer o impedimento político-administrativo da transferência de recursos

entre as duas áreas. Os empresários cariocas se empenharam na defesa técnica da fusão, através de argumentos econômicos. No entanto, essa fase aconteceu em 1969, logo após a edição do Ato Institucional nº 5 e não próximo ao período que ocorreu a fusão (1973/1974) (EVANGELISTA, 1998, p. 03).

Carlos Amarilha (2006) enfatiza o contexto de ditadura militar como elemento categórico para a efetivação da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, sem a qual não teria ocorrido. “(...) Em 1967 e 1969 este regime de governo realizou profundas mudanças na ordem constitucional de modo que viabilizou mudanças na federação, como a fusão, sem a necessidade de um plebiscito (AMARILHA, 2006, p. 142). Por certo, os mecanismos autoritários à disposição do regime militar facilitavam a composição política necessária à aprovação de matéria tão “delicada”, e aqui se tem mais uma forte semelhança com a conjuntura da divisão de Mato Grosso, que ocorreu sem qualquer consulta ou participação popular.

Finalmente, observa Motta, o projeto de transformar a Guanabara em uma unidade madura respondia às expectativas de gregos e troianos: do regime militar, interessado em retirar da “Belacap” (Bela Capital) os atributos de capital e em transferi-los para a “Novacap” (Nova Capital); e do governador Chagas Freitas, voltado para a tarefa de estadualizar a Guanabara.⁴⁵ Convertida em uma cidade-estado sem municípios, a Guanabara manteve grande parte das funções de principal centro político do país, transformando-se no que se pode chamar de estado-capital. Assim, se do ponto de vista legal a transferência da capital se deu em 1960, o processo de esvaziamento de alguns símbolos de “capitalidade” da cidade do Rio de Janeiro só ocorreriam após dez anos, o que foi acompanhado de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, dos atributos e dos valores de uma capital de fato. Não foi ocasional que durante o governo do general Médici (1969-1974), ocorreu a transferência dos principais órgãos decisórios do estado para o novo Distrito Federal. Foi a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do Poder Central.

⁴⁵ Existem variadas interpretações sobre a relevância estratégica da fusão para o projeto do governo Geisel. Marly Silva da Motta discorre sobre o tema afirmando que [...] há razões de caráter geopolítico e econômico, valendo-nos, mais uma vez, do depoimento do ex-presidente, em que revelou sua preocupação em atuar sobre a ‘divisão administrativa do país’, registrando, por um lado, a necessidade de ‘fracionamentos’ no caso de estados grandes, como Mato Grosso, Amazonas, Pará, Bahia e Minas Gerais. Em direção oposta, se situava o estado da Guanabara, avaliado por ele como uma ‘aberração’, já que, embora sendo ‘apenas uma grande cidade’, desfrutava da ‘mesma posição política dos outros estados (MOTTA, 2001, p. 6). MOTTA, Marly Silva da. **A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos**. In: **Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

Chagas, personagem chave da fusão dos estados litorâneos, é de forma recorrente identificado com os aspectos negativos da prática política, sobre o seu legado incidem todo um conjunto de avaliações negativas; Carlos Eduardo Sarmiento pontua que Chagas “(...) no final de seu governo (...) personificava tudo aquilo que os discursos políticos desejavam expurgar da política fluminense: as práticas clientelistas, a dócil submissão aos ditames do regime militar, a relação patrimonial com a coisa pública e a promiscuidade estabelecida entre o estado e organizações políticas informais:

As ambigüidades da trajetória de Chagas Freitas serviriam por explicitar este aparente paradoxo da cultura política do Rio de Janeiro. Identificada ao longo de quase dois séculos como o eixo central do exercício político e administrativo de perspectiva nacional, a antiga sede da Corte Luso-brasileira balizou os referenciais de sua cultura política na direção de um espaço ideal, representativo da nacionalidade e cujo destino histórico não poderia ser outro que não a ambição ordenadora de todo o conjunto do país, constituindo, portanto, a verdadeira expressão política do Brasil. “Cabeça da nação”, “coração do Brasil”, o Rio de Janeiro formulou as bases de sua cultura política na negação de todo o projeto que se restringisse ao local, ao singular, norteando-se por uma postura que prezava o cosmopolitismo como verdadeira expressão do caráter nacional da cidade. O próprio exercício político-administrativo de sua condição de capital evidenciaria que, diferentemente de como era representada idealmente, a atividade política no Rio de Janeiro não poderia prescindir de alguns elementos pensados como antagônicos à condição de capitalidade: localismo, clientelismo e patrimonialismo. Potencializada pela presença dos principais órgãos do poder público na cidade, as relações de interdependência pessoais, de intercâmbio político através da manipulação de recursos públicos e de constituição de redes clientelísticas de bases locais, constituiriam os alicerces renegados sobre os quais se sustentava a prática política na capital brasileira (SARMENTO, 1999, p. 5).

A exposição de motivos que precedeu o encaminhamento da Lei Complementar nº 20, determinando a fusão da Guanabara com o estado do Rio, indicava que esta seria a primeira ação governamental destinada a interferir no equilíbrio federativo. Entre as consequências, reforça a proposta das regiões metropolitanas - criadas um ano antes da fusão pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 - como principal elemento dinâmico da federação, uma vez que buscava a integração intermunicipal por meio da eliminação dos obstáculos político-institucionais que distanciavam o núcleo da cidade do Rio de Janeiro dos 13 municípios, denominados de Grande Rio, situados no estado do Rio. De outra parte, consolidou uma poderosa região de desenvolvimento no Rio de Janeiro ao instituir um estado que poderia se tornar rival e disputar com São Paulo a liderança federativa nacional.

A integração política entre as duas unidades era, assim, vista como a fórmula institucional para se realizar, também, a integração econômica, que teria como consequência a consolidação do polo econômico do Rio de Janeiro, com efeitos positivos para a economia

nacional. Para viabilizar o desenvolvimento industrial regional, principal eixo do “Brasil Grande”, o II PND defendia a tese dos complexos industriais.

Esta era a base da argumentação técnica dos empresários cariocas que compunham a Fiega (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara), em favor da fusão, sendo que a construção do complexo industrial fluminense era considerada essencial para que a região pudesse se desenvolver e competir com São Paulo.^{46 47}

Na gestão do presidente Ernesto Geisel (1974-1977), portanto, foi realizada a união do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro e o desmembrado do estado de Mato Grosso: um estado fora suprimido na região Sudeste e outro estado fora criado na região Centro Oeste. Fortalecer a Arena estava entre as motivações que impulsionaram os dois processos de alteração da configuração federativa nacional. Para Carlos Amarilha, no caso de Mato Grosso “os militares usam como estratégia a Segurança Nacional para a ocupação dos vazios das áreas desintegradas como projetos de ‘vias de penetração’”. Pondera ainda Amarilha que “o fato do país estar submetido a uma ditadura facilitou os intentos estratégicos de Geisel já que poderia prescindir de consultas populares sobre aceitação ou não da medida, o que teria sido impossível na época anterior, isto é, no populismo (1946-1964)”. Ademais, “(...) o presidente Ernesto Geisel determinou criar um novo estado na federação (Mato Grosso do Sul), não precisando dar satisfação, já que as elites mandantes de Mato Grosso apoiavam o governo militar” (AMARILHA, 2006, p. 144). Marisa Bittar reforça a forte percepção de que o viés autoritário foi decisivo no processo de desmembramento do estado de Mato Grosso, ao concluir que “(...) a resolução de dividir Mato Grosso e a geopolítica (militar), de modo geral, concretizou-se sem consulta às populações interessadas” (BITTAR, 1999, p. 130).

⁴⁶ Na percepção das elites empresariais cariocas a fusão era um caminho desejável. “A ideia de um Rio de Janeiro unificado, capaz de abrigar um desenvolvimento industrial que, a partir da Guanabara, se derramaria para todo o estado, sempre teve o apoio do empresariado que várias vezes se pronunciou favoravelmente à fusão” (FERREIRA, 2005, p. 2) Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política**. (IFCS/UFRJ – CPDOC/FGV). ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

⁴⁷ Sobre o desempenho da economia carioca e sua influência no processo de decisão da fusão, Marly Motta esclarece que “há duas grandes linhas interpretativas: de um lado, existe a tese, de certa maneira exposta acima, de que o desenvolvimento da Guanabara teria batido no teto em função dos limites impostos pela divisão territorial. Sua ‘mancha industrial’ seria ‘fraca’ em função das barreiras territoriais que impediam o avanço pelo espaço fluminense. Com a fusão, a ‘mancha’ poderia se espalhar sem empecilhos. Há, ainda, a ideia, muito difundida, de que a economia da Guanabara encontrava-se ‘esvaziada’, e que essa seria uma das razões pelas quais o pequeno estado passara a ser ‘inviável’, tornando, pois, ‘inevitável’ o processo da fusão. A questão do esvaziamento econômico e, portanto, da ‘inviabilidade’ da Guanabara se transformou no principal mote da discussão entre defensores e detratores da fusão. Uma simples consulta aos dados estatísticos não é suficiente, no entanto, para dirimir a dúvida se a Guanabara estava ou não ‘esvaziada’. É certo que os dados de longo prazo (...), registravam um declínio relativo da economia carioca no quadro nacional, em especial frente a São Paulo”. (MOTTA, 2001, p. 24).

É interessante notar a correlação e similitudes entre o papel representado pela classe empresarial carioca que compunha a Fiega (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara) em relação à fusão, e o papel da classe ruralista campo-grandense na efetivação do desmembramento de Mato Grosso em 1977 (AMARILHA, 2006, p. 154).⁴⁸ Ambos são “atores de primeira ordem” nos processos de transformação dos estados da Guanabara e Mato Grosso durante a década de setenta.

Com relação à fusão dos estados litorâneos, as justificações enfatizavam o caráter estritamente técnico da medida, que iria beneficiar o desenvolvimento de toda a região. A proposta partiu do Poder Executivo, chefiado por um presidente militar, que certamente não recusou apoios, mas tampouco se preocupou em ouvir outras opiniões. Na versão oficial do governo, a medida foi fundamentada com argumentos geoeconômicos, como um meio de criar um estado forte, tanto do ponto de vista político quanto econômico, para dar maior equilíbrio à Federação, no que era apoiado pela classe empresarial.

Murilo Alves da Cunha, citado por Stanley Plácido da Rosa Silva, corrobora a premissa do caráter técnico da fusão. Cunha, em texto contemporâneo à fusão, insere esse processo no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), enxergando a medida como um ato necessário, tendo em vista a necessidade de integração nacional e, em especial, da região Sudeste. Isto é, o autor faz questionamentos sobre a viabilidade técnico-econômica dos estados autônomos do Rio de Janeiro e da Guanabara e conclui que “as soluções ocorreriam apenas com a fusão dos dois estados” (ROSA SILVA, 2010, p. 18).

A afirmação de que a fusão ocasionou resultados econômicos importantes para o novo estado encontra eco em diversas pesquisas sobre o tema. São numerosos os indicadores que demonstram que o Rio de Janeiro se tornou, de fato, um estado forte economicamente, assumindo lugar de destaque na indústria nacional. Segundo esta versão, a fusão não tinha qualquer vínculo com a política partidária, e a reconstituição da antiga província fluminense transcendia os interesses das populações locais para atender aos interesses nacionais de desenvolvimento e equilíbrio federativo.

Não se pode afirmar, contudo, que tenha inexistido um fator político no projeto de fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, e reduzir a fusão apenas a um ato do

⁴⁸ Para Carlos Amarilha “(...) a criação de Mato Grosso do Sul, concretizou-se em parte devido aos pecuaristas campo-grandenses, uma classe que dominou politicamente o estado de Mato Grosso (a partir dos anos quarenta do século vinte). A classe reivindicou a separação do estado de MT bem como a cidade de Campo Grande a sua capital. É importante ressaltar que a fundação do estado do MS deu-se no contexto de uma ditadura militar, a quem interessava aumentar seus votos no colégio eleitoral entre deputados e senadores da ARENA” (AMARILHA, op. cit. p. 154).

governo federal, desprezando a atuação dos atores locais seria um engano. A literatura especializada aborda o assunto, em sua maioria, enfatizando o caráter autoritário da medida (GRYNSZPAN, 2000).⁴⁹

A nomeação do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima acabou por desagradar os políticos locais que viram nessa atitude uma imposição do governo federal em assuntos locais. Tal ato decepcionou tanto *arenistas* como *emedebistas*, visto que o almirante tinha um histórico apolítico. Segundo o próprio Faria Lima, sua nomeação se deu justamente pelo fato do presidente não querer nenhum político, no sentido restrito da palavra, no governo do novo Estado do Rio de Janeiro (ROSA SILVA, 2010, p. 20).

Semelhantemente, os argumentos dos divisionistas sul-mato-grossenses, representados pela classe ruralista campo-grandense, por sua vez, também destacavam aspectos econômico-financeiros para sustentar as aspirações de separação do estado de Mato Grosso. Anteriormente à divisão, havia uma grande diferença na condição econômica das regiões Norte e Sul do estado de Mato Grosso. Na primeira metade do século XX a região Sul, em relação ao Norte do estado, possuía uma população mais numerosa e alcançava um desempenho fiscal superior, isto é, arrecadava mais recursos tributários em razão de ter uma economia mais dinâmica, caracterizada por um volume maior de trocas comerciais. Supostamente, grande parte dos recursos arrecadados, no entanto, era destinado à região Norte do estado. “Na visão da classe dirigente sul-mato-grossense, a parte meridional de Mato Grosso é que sustentava economicamente todo o enorme estado. Por isso, a reivindicação de um estado autônomo, por parte de uma elite sulista mandante” (AMARILHA, 2006, p.146). Os divisionistas, concentrados na região Sul, propunham o desmembramento da unidade federativa, dentre outros aspectos, para corrigir esta distorção, além do que sustentavam que um estado menor iria se desenvolver mais; este era um dos seus principais argumentos.

No processo de desmembramento de Mato Grosso, tal qual na fusão dos estados litorâneos na região Sudeste do país, ainda que sejam aduzidas justificações técnicas, também seria forçoso afirmar que não existiram aspectos políticos envolvidos no processo. Segundo

⁴⁹ A visão de uma fusão desproblematizada, fruto da exclusiva ação federal, ao invés de clarear, obscurece e limita a compreensão de aspectos centrais do próprio regime militar, dos processos de tomada de decisão, dos espaços efetivos de manobra então existentes, das relações e das lutas entre os agentes políticos, das visões mesmo da política, e assim por diante. Ela incorpora, além disso, a representação tradicional das áreas em questão como exclusiva da política nacional, desconsiderando a atuação de suas forças numa perspectiva mais especificamente local (GRYNSZPAN, 2000). GRYNSZPAN, Mário. **A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). In: **Rio de Janeiro: uma cidade na história.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Marisa Bittar “(...) o presidente Ernesto Geisel também levou em conta fatores políticos. Sabia ele que, ao criar uma unidade federativa ali (Mato Grosso do Sul), contaria com um governo e com toda a estrutura política regional, a favor do regime, que já se encontrava em seus momentos de exaustão procurando uma auto reforma para manter-se” (BITTAR, 1999, p. 126).

Há que se destacar, também, a forte tradição e cultura militarista do estado de Mato Grosso antes da divisão, e que dura até hoje, especialmente da região Sul do estado. Em razão de ser uma unidade federativa com ampla fronteira internacional (que reforça o papel das Forças Armadas) e também por abrigar a sede do Comando Militar do Oeste (CMO), a região que iria se emancipar do estado de Mato Grosso, era, por assim dizer, “simpática” aos valores e aos ideais que identificavam as forças armadas, o que tornava o processo de divisão menos dificultoso.

No caso da fusão dos estados litorâneos, a situação era semelhante. Os ativos estratégicos e militares que existiam no Rio de Janeiro também foram importantes para impulsionar a união dos estados. Para o governo Geisel, a concentração, no Rio de Janeiro, de grandes projetos, de importantes centros de pesquisa e de comandos militares estratégicos tornou o projeto de fusão uma manobra tática do governo, um movimento no sentido de se constituir um complexo industrial-militar no novo estado. Iniciado com a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha em 1975, o projeto nuclear brasileiro tinha nesse estado o principal centro de sua implantação, uma vez que, além do já existente Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), abrigaria ainda a Nuclebrás e as três primeiras usinas nucleares a serem instaladas no país (em Angra dos Reis). Também aqui se combinava a existência de comandos militares de grande importância - como o Comando Militar do Leste e áreas estratégicas da Marinha - com grandes centros de pesquisa e ensino, civis e militares: além do CNEN, o Cenpes (Petrobras), o Cepel (Eletrobrás), a COPPE, a Aman, a Escola Naval, entre outros (EVANGELISTA, 1998).

Para Golbery, as regiões de fronteira do Centro-Oeste representavam “zonas de vulnerabilidade máxima”, desta forma, a integração desses “desertos” ao “núcleo central ecumênico” era vital para reforçar a estrutura econômica nacional, mitigando as ameaças de “ataques solertes”, das “táticas sutis de infiltração do terrorismo”. Outro objetivo seria “buscar enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas” e ocupar o território, interiorizando o país na tentativa de evitar as “fronteiras ocas”, isto é, seria um “avançar sem

consolidação, de modo que atrás ressurgue, mais ou menos vitorioso, o deserto” (SILVA, 1967, p. 126).

Outro aspecto interessante de se notar é o longo percurso histórico percorrido nos processos de fusão e desmembramento. O anseio de unir a cidade e o Estado do Rio de Janeiro não era novo. “Associada à da transferência da capital federal, e contraposta à da transformação da cidade em Estado, (a fusão) povoava havia muito os debates políticos no país. No final da década de 1950, quando a transferência da capital federal se tornou iminente, a proposta de incorporação ganhou novo fôlego” (FERREIRA, 2005, p. 4).

Conforme discurso da Professora e Historiadora, Marieta de Moraes Ferreira, Diretora do CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, no Seminário “A fusão em debate” realizado em 2001 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro,⁵⁰ a recuperação histórica permite ver que, de fato, a fusão não era um projeto original do regime militar; ao contrário, era um projeto extremamente antigo.

Desde o começo da República, da Constituinte de 1891, a fusão já era uma questão colocada em pauta como decorrência dos debates em torno da perspectiva de transferência da capital para outra região. Em 1934 e em 1946, geralmente em conjunturas políticas onde estava em discussão o formato constitucional do país, quando havia debates sobre a transferência da capital, o tema da fusão era retomado, com a possibilidade de reintegração da cidade do Rio de Janeiro na antiga província fluminense. Mesmo na década de 30 começa-se a discutir a ideia de se criar o Estado da Guanabara, enquanto outras correntes defendiam que não seria eficaz a criação de uma cidade-estado, sendo a fusão a alternativa mais viável (FERREIRA, 2001).

Embora o regime militar tenha veiculado essa proposta inserindo-a na agenda das discussões políticas daquele período, cumpre notar que a ideia surgiu originariamente muito antes, e contou com o engajamento de vários setores, em diferentes momentos, na defesa do projeto de fusão. O debate ganhou mais densidade no início dos anos 60, quando a transferência da capital começa a se tornar uma realidade, exigindo uma resolução. Já em 1959 foi feita a opção pela criação do Estado da Guanabara, atendendo à antiga demanda dos cariocas que visava à constituição de uma unidade da federação com representação e com autonomia política. Ao fim do governo Lacerda, com o governo Negrão de Lima, novamente

⁵⁰ Comissão de Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Projeto de decreto Legislativo nº 295 de 2003 - 0A83E60624. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a divisão do estado do Rio de Janeiro. Autores: Deputado José Divino e André Luiz Relator: Deputado Natan Donadon.

a questão da fusão volta à baila em razão de dificuldades de ordem política e econômica, como alternativa ao esvaziamento da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1966, com um projeto do Deputado Paulo Duque, a proposta de fusão é reapresentada, ressurgindo com grande intensidade no governo Geisel em 1974. Mário Grynszpan recua ainda mais no tempo histórico e registra vestígios remotos desta conturbada vinculação. Grynszpan observa que as arestas na relação entre a cidade e o Estado do Rio de Janeiro datam do período imperial brasileiro, e acrescenta que:

O primeiro ato que viria a iniciar a conturbada relação político administrativa entre as duas localidades ocorreu em 1834, quando a cidade do Rio de Janeiro foi declarada município neutro. A cidade permaneceria com essa condição jurídica por mais de 50 anos. No entanto, em 1889, ano da proclamação da República, o Rio de Janeiro foi alçado à condição de distrito federal. No governo de Juscelino Kubitschek, a cidade mudaria novamente seu estatuto jurídico, perdendo a condição de capital do país. Em meio a debates sobre o seu destino, ou seja, se voltaria a ser incorporada ao Estado do Rio de Janeiro ou se viria a ser um estado autônomo, venceu a última opção e, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro se torna um estado federativo com o nome de Guanabara. Após quinze anos desfrutando do *status* privilegiado de ser a única cidade-estado do país, é decretada, pelo governo federal, a fusão dos dois estados dando origem ao novo Estado do Rio de Janeiro. Niterói, então capital do Rio de Janeiro, perdeu seu status jurídico-administrativo e a nova capital passa a ser a cidade do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 2000, p. 117-118).

Analisando comparativamente o caso do desmembramento do Estado de Mato Grosso, que originou o Estado de Mato Grosso do Sul, e a fusão da cidade-estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, formando o novo Estado do Rio de Janeiro, observa-se que foi a partir do início da década dos anos 30, especialmente entre 1934 e 1946 - um momento de conjunturas políticas em que se discutia o formato constitucional do país e havia debates sobre a transferência da capital -, é que os dois temas foram retomados com semelhante intensidade.

Marisa Bittar observa que “a classe latifundiária vinha tentando, particularmente após 1930, despojar do aparelho de Estado os grupos que monopolizavam ‘o governo de Cuiabá’”. O que passou a ocorrer foi uma inadequação entre a condição de superioridade econômica dessa classe situada geograficamente no Sul, e o fato de ela não dispor de um aparelho de Estado próprio, isto é, naquela porção de Mato Grosso (BITTAR, 1997, p. 232-233).

Nos dois casos é possível observar a preocupação das lideranças militares e empresariais locais com a construção de uma nova identidade política para os “novos

estados”. Conforme enfatiza Paulo Roberto Cimó Queiroz, tendo a divisão ocorrida “de cima para baixo”, num momento em que parte efetivamente significativa das elites sulistas (de Mato Grosso) não mais estava mobilizada em torno dessa ideia, abriu-se um espaço para a construção, às pressas, de um discurso histórico simplesmente capaz de dar conta do fato, já consumado, da criação do novo estado (QUEIROZ, 2005, p. 22). No Rio de Janeiro, este processo envolveu vários aspectos de ordem simbólica.

Nas preocupações do governo militar e, especialmente, nos rascunhos de preparação da lei da fusão guardados no Arquivo Geisel, podem-se detectar os investimentos políticos que foram feitos para reconstruir a genealogia da cidade e do Estado do Rio de maneira a forjar uma nova identidade para o estado que resultaria da fusão (FERREIRA, 2005, p. 5).

Setores empresariais cariocas também tomaram parte nesse projeto de reconstrução da identidade regional, que não era uma tarefa simples. Um dos maiores desafios para o êxito da fusão seriam as diferenças entre a cultura política do município do Rio de Janeiro e a do resto do estado. Capital do Império e capital da República, o Rio de Janeiro tinha edificado sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade. Mesmo com a transferência da capital federal, a Guanabara manteve a maior parte das funções de principal centro político do país: “A perda desses atributos só iria ocorrer no início da década de 1970, acompanhada, como não podia deixar de ser, de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, das atribuições de uma capital de fato” (FERREIRA, 2005, p. 4). Em relação ao Mato Grosso, Marisa Bittar observa que o interesse de se possuir um estado independente de Cuiabá, inicialmente implícito, começou a ser aliado à representação que a elite sulista (classe ruralista) criou e difundiu sobre o Centro-Norte, chamado simplesmente Norte. Nesta representação, o cuiabano:

É (...) a imagem-chave, se assim se pode dizer, da animosidade que as elites elaboram (...) Assim, às condições objetivas (superioridade econômica, maior “progresso” do Sul, etc.), aliam-se as subjetivas, ou seja, o sentimento difundido pelas elites sulistas de que “o povo do Sul” não pertencia ao mesmo universo cultural do “cuiabano”. Disso resultou, historicamente, uma espécie de sentimento de “não pertença” em relação ao norte. Especialmente após 1932 essa noção de não pertencer a Cuiabá, de já constituir o Sul, de fato, um estado distinto, aparece em todos os manifestos, discursos e obras que se redigiu sobre o separatismo (BITTAR, 1997, p. 233).

Transcorridos trinta e sete anos após a divisão do estado de Mato Grosso ainda são formuladas perguntas sobre o contexto político em que se efetivou esta alteração na

configuração territorial da unidade federativa. Diversos autores, no entanto, concordam em situar o episódio como resultado de um ato da ditadura militar “combinado” com as aspirações de uma causa separatista secular. Assim, sintetiza a historiadora Marisa Bittar, a “divisão obedeceu a dois fatores conjugados: a geopolítica do regime militar e os interesses da classe latifundiária do Sul do Estado que rivalizava com os grupos dirigentes do Norte”. “(...) Norte e Sul com o tempo, passaram a ser sinônimos de Cuiabá e Campo Grande”.

Quando o general Ernesto Geisel assinou a lei que dividiu Mato Grosso e criou o Mato Grosso do Sul, finalizou com este ato, uma trajetória secular de regionalismos e de um pleito vinculado aos grandes proprietários de terra. Esta demanda com o tempo se tornou uma ideologia divisionista, um traço cultural que se incorporou ao senso comum.

Mesmo que esse desejo fosse um imperativo que precisasse ser satisfeito, a decisão pela divisão foi autoritária porque não se baseou em consulta às populações interessadas. Para efetivar a divisão o ato foi então ancorado na geopolítica militar, amplamente lastreada nos manuais da Escola Superior de Guerra e na Doutrina de Segurança Nacional, e cumpriu o propósito de aumentar as bases de sustentação do regime. Desta forma, a causa divisionista que se arrastava secularmente e que não era propriamente considerada pelos governos anteriores, foi, enfim, concluída. O governo ditatorial de Vargas, por exemplo, que emergiu após a conturbada “fase do divisionismo” foi indiferente à petição encaminhada pelos sulistas à Constituinte de 1934, e, contrário a regionalismos, criou o Território Federal de Ponta Porã, mas neste não inseriu a cidade de Campo Grande, grande interessada na divisão de Mato Grosso. O governo militar abordou a questão de forma diferente: aos interesses da elite dirigente sul-mato-grossense aliou o seu projeto de “Brasil Potência”. Este projeto previa a “ocupação de vazios” que representavam ameaças na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Desta forma, a conjugação do interesse geopolítico e o interesse em aumentar as bases políticas transformou o Sul de Mato Grosso em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul é hoje uma realidade definida, no entanto, fruto de uma decisão que ocorreu mediante expedientes autoritários. No presente, as disputas entre as duas capitais parecem ter sido congeladas. O gelo derreteu-se com a recente decisão do governo federal de escolher Cuiabá como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. A disputa entre Campo Grande e Cuiabá pela sede da Copa do Mundo ressuscitou 100 anos de rivalidades entre as duas capitais. O jornalista Onofre Ribeiro registra de forma muito “ilustrativa” o contexto da disputa entre as capitais Campo Grande e Cuiabá pela sede da Copa do Mundo. O artigo foi publicado na revista de circulação regional denominada “Revista de Mato Grosso (RDM

News)”, sob o título: “Copa do Mundo de 2014: Atrás do ‘morro tem morro’”. Segue extrato do artigo:

Entre 2007 e 2009, quando se disputou a sede da Copa do Mundo de 2014 entre Cuiabá e Campo Grande, na verdade se disputava um pouco da própria história do Estado. Em Cuiabá sempre se disse “atrás de morro tem morro”, uma alusão às possibilidades que podem surgir em qualquer situação. Na disputa por uma das sedes da Copa, Cuiabá e Campo Grande exorcizaram fantasmas da História. Vale lembrá-los porque, parece que, pela primeira vez, depois de 1979, as duas cidades começaram a chutar publicamente as canelas por debaixo da mesa e, quem sabe, encerrarão o seu passado de rusgas. (...). Em 2006, quando se começou a falar em escolha de 12 sedes, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, esteve na Suíça, onde a FIFA escolheria o Brasil. Lá, o governador defendeu uma sede no Pantanal. A tese foi aprovada e nascia ali a birra para a escolha, envolvendo Campo Grande e Cuiabá e, trazendo junto, a carga de história e de rivalidades entre as duas capitais. Mato Grosso agiu mais politicamente e procurou aplicar mais planejamento, mais organização e a manter um constante trabalho na defesa de Cuiabá como sede. Contratou-se a empresa internacional Deloitte de planejamento de eventos, e se preparou 26 projetos capazes de criar as condições para Cuiabá ser a sede. Criou-se um fundo com R\$ 100 milhões iniciais, gerido pelo Comitê Gestor da Copa, presidido pelo secretário de Turismo. Desde projetos rodoviários, viários, de hotelaria, de turismo, entre outros, capazes de transformar urbanisticamente a capital com melhoramentos e ampliação da sua infraestrutura. Mato Grosso do Sul cometeu alguns erros táticos. Contratou o marqueteiro João Santana e optou por atacar as fragilidades de Cuiabá, mas de maneira agressiva e pouco cavalheira, resgatando atitudes pejorativas que foram usadas antes e na época da divisão de Mato Grosso. Cuiabá foi duramente atacada na mídia nacional por informes publicitários e entrevistas patrocinadas em Campo Grande. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, confidenciaria depois que na CBF os ataques criaram um clima de constrangimento que pesou contra Campo Grande. De novo, como no passado, os jornais, os sites, as emissoras de rádio e de televisão atacaram ou ironizaram Cuiabá, sua gente morena e “uma cidade infestada de mosquitos”, sem infraestrutura e “mais feia” do que Campo Grande. (...) Cuiabá, que lá atrás, na divisão, entrou na festa como se fosse a um velório e Campo Grande para uma festa de aniversário, segundo o jornalista Archimedes Pereira Lima, desta vez Cuiabá foi para o aniversário e Campo Grande para o velório. A capital comemorou como se fosse um “final de copa”, segundo pedido do governador Blairo Maggi, no sábado, véspera do anúncio. Foguetório, desfile de carros e um palanque na tradicional “Praça do Chopão”. Finalmente, depois de exatos 30 anos da divisão de Mato Grosso, Cuiabá foi às ruas para comemorar a vitória sobre Campo Grande. Ao mesmo tempo que, finalmente, encerra as rusgas e birras separatistas de mais de um século, os desdobramentos econômicos, urbanos e de desenvolvimento farão enorme diferença entre as duas cidades no futuro. (...), mas, doloroso para Campo Grande, é que a Copa do Pantanal, realizada em Cuiabá, seguramente vai ligar para sempre o Pantanal a Mato Grosso. E não é pouco, porque o Pantanal é a terceira marca turística mais lembrada no mundo. Mato Grosso do Sul, se perder o Pantanal como seu maior atrativo turístico, perderá também a sua identidade. Bom lembrar que há nove anos o ex-governador Zeca do PT quis mudar o nome do Estado de Mato Grosso do Sul para Estado do Pantanal. Sem o Pantanal, certamente ficarão para o Estado enormes vazios turísticos, sociológicos, além da identidade comprometida. Com o fim das birras da História, no futuro as birras serão as que nascerem de agora por diante. Mas essas ainda começarão a ser construídas depois da decisão da FIFA de escolher Cuiabá como uma das 12 sedes brasileiras da Copa do Mundo de 2014 (Revista Portal RDM (RDM, 2014, p. 01)).⁵¹

⁵¹ Disponível em: <http://www.rdmonline.com.br/TNX/imprime.php?cid=577&sid=70> (Acesso em: 17.10.2014).

Com o passar do tempo passamos a ter uma visão menos distorcida dos acontecimentos históricos e compreendemos melhor a dimensão dos fatos à medida que tempo age sobre eles. A perspectiva vai sendo transformada com o decorrer dos anos. Em entrevista ao jornal Diário de Cuiabá em 2006 o ex-governador de Mato Grosso José Fragelli, que assumiu o governo em 31 de janeiro de 1975, afirmou, aos 95 anos que “teria feito a divisão, pois considerava que o Estado era grande demais”. No entanto, seu posicionamento sobre a divisão foi outro em 1995, quando então afirmou estar “parcialmente arrependido da divisão”.

Diário - O senhor foi uma das primeiras pessoas que ficaram sabendo da decisão de dividir o Estado; se o senhor fosse governador à época, como o senhor agiria?

Fragelli - Eu fazia a divisão.

Diário - Por que?

Fragelli - Eu achava que o Estado era grande demais e vi que isso era difícil demais. Eu uma vez... fizemos umas 40 obras no Sul do Estado, eu fui inaugurar essas obras, peguei uns dois ou três aviões que o Estado tinha, passei 10 dias no Sul do Estado para poder inaugurar as obras no Sul.

Diário - O senhor falou que se fosse governador na época admitiria a divisão de Mato Grosso. E os prejuízos que estes estados tiveram?

Fragelli - Tiveram porque a máquina política do Brasil é uma máquina cara, nos temos presidente da República, governador, Senado, Câmara, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, entre outros, e vamos dizer: quando se cria um Estado, cria-se tudo isso, quer dizer, cria o governador, uma nova Assembléia, com o mesmo número de deputados do estado dividido, cria-se um novo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, e tudo isso cria uma despesa muito grande, sacrifica a administração do estado. A criação de um estado é custosa, é cara, como foi a divisão de Mato Grosso, mas eu acho que o Norte se recuperou melhor um pouco do que o Sul. (Por Norte, ele se refere a Mato Grosso e por Sul, ao Mato Grosso do Sul). (Diário de Cuiabá, Edição nº 11488 em 08/04/2006).⁵²

Para Marisa Bittar, um dos fatos históricos mais intrigantes em todo o processo da divisão do estado de Mato Grosso refere-se ao arranjo político institucional instaurado tão logo ocorreu a separação. A elite sulista que defendia o desmembramento com base na ineficiência do “Governo de Cuiabá”, cuja máquina de governança o cuiabano geria mal, tão logo se apartou dos seus congêneres do Sul reeditou aquilo que era objeto de suas críticas: a reincidência dos mesmos grupos no poder. Em acurada análise comparativa sobre o processo político das duas unidades federativas que surgem com a divisão, Bittar observa que, em Mato Grosso, a renovação política tem ocorrido “mais rapidamente” em relação a Mato Grosso do Sul, uma vez que lá os mesmos grupos rivais seguem se alternado no poder, e a origem desta dinâmica remontava Mato Grosso uno (BITTAR, 2009a).

⁵²Diário de Cuiabá, Edição nº 11488 08 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=250385> Acesso em: 17 out. 2014.

Há sempre o ímpeto de se avaliar (com toda a carga de subjetividade) a pertinência da passagem da fase do estado de Mato Grosso uno para o momento histórico de Mato Grosso desmembrado, isto é, de uma época para outra. Mas esta abordagem contém algumas armadilhas conceituais, uma vez que a História de Mato Grosso não é meramente uma sucessão encadeada de eventos pré-ordenados.

Ao aceitar que a história humana é estruturada em épocas, e que uma época está separada de outra justamente por uma descontinuidade, concentrada em um fato desencadeador que separa definitivamente um “antes” e um “depois”, subentende-se que uma época é um período finito e delimitado da história humana. Segundo este raciocínio, a divisão do estado de Mato Grosso - signo de um novo tempo - representaria uma fronteira de época, um evento histórico que nos ajuda a pensar que no estado antes acontecia dessa ou daquela maneira e passa a não mais sê-lo, uma vez que foi superada ou ultrapassada essa fronteira.

No entanto, ao se “historicizar a divisão de Mato Grosso” é possível afirmar que, tal como a própria época, a “divisão adveio”, eclodiu no tempo por meio de uma transição, de uma ruptura. H. Arendt (2003), emprega o termo “nascimento” para falar desse surgimento, que em Mato Grosso foi seguido de uma renovação, também, dos desafios e das disputas que sempre caracterizaram a relação Norte e Sul pré-divisão.

É como na belíssima canção “Por enquanto”, composição de autoria do artista brasileiro Renato Russo; música que foi regravada na voz inconfundível de Cássia Eller, e que nos apresenta a percepção da passagem do tempo que, muitas vezes, não é acompanhado das mudanças e das renovações desejadas.

Mudaram as estações, nada mudou
 Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
 Está tudo assim tão diferente
 Se lembra quando a gente chegou um dia a acreditar
 Que tudo era pra sempre
 Sem saber
 Que o pra sempre
 Sempre acaba!
 Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
 Quando penso em alguém
 Só penso em você
 E aí então estamos bem
 Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
 Nem desistir, nem tentar
 Agora tanto faz
 Estamos indo de volta pra casa (CASTILHO, 2002).⁵³

⁵³Renato Russo. Legião Urbana é o primeiro álbum da banda brasileira de rock homônima lançado em 2 de janeiro de 1985, pela EMI Music. O disco foi gravado entre outubro a dezembro de 1984, e gravado por Mayrton Bahia como disco de vinil.

Koselleck (2006), discorre minuciosamente sobre a ultrapassagem dos tempos modernos e suas implicações sociais, culturais e políticas. Simplificando muito sua construção teórica, o autor alemão propõe uma dupla conceitual que opõe, de um lado, o “espaço de experiência” e, de outro, o “horizonte de expectativa”. Como um conceito de época cujo sentido se projeta para um futuro ascendente, ou seja, sempre esperado como melhor do que o passado e o presente, a modernidade define uma forte tensão entre a experiência atual e a expectativa de algo novo e melhor mais à frente. Estar na modernidade, significa, portanto, vivenciar continuamente esse distanciamento: um horizonte de expectativa que é sempre fugidio, sempre deslocado do presente.

A sociedade de mato-grossense encontra-se em franco processo de construção. A recente realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol - 2014 em Cuiabá teve grande impacto sobre a modernização da infraestrutura da cidade, valorização do povo cuiabano e aperfeiçoamento das instituições públicas e privadas. Mato Grosso do Sul, por sua vez, seguirá sendo o referencial mais imediato para se medir o desenvolvimento e progresso de Mato Grosso; e assim ambos estados continuarão enfrentando severos desafios sociais ao passo que buscam explorar novos caminhos rumo ao desenvolvimento. Há toda uma história comum que aproxima estes dois povos, e assim como “o ferro afia o ferro” (Provérbios, 27:17), o relacionamento entre estas duas unidades federativas seguirá sendo decisivo para o aprimoramento mútuo, com resultados que certamente irão proporcionar bem-estar para o conjunto do povo brasileiro.

CAPÍTULO II

CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DE MATO GROSSO: MIGRAÇÕES E AGRONEGÓCIO

A construção identitária de Mato Grosso, um processo que retrocede aos primórdios da República no Brasil, sempre influenciou fortemente as discussões sobre a divisão do estado. As disputas e conflitos de variadas intensidades entre os mato-grossenses que viviam nas regiões Norte e Sul do estado tinham como pedra angular não apenas questões políticas ou econômicas: no cerne dos embates estava a questão identitária.

Ainda hoje, uma das discussões mais disseminadas nas conversas entabuladas em vários ambientes sociais de Mato Grosso, refere-se aos contrastes entre as identidades dos que se consideram “daqui” e os que são considerados “de fora”, os novos migrantes ou novos mato-grossenses. Fala-se muito nas rodas de prosa que fulano é “cuiabano” enquanto beltrano “é de fora”, como se este critério fosse o bastante para se definir as principais características das pessoas sobre as quais se conversa.

A vinda de sucessivas ondas migratórias de colonizadores sulistas alterou muito a realidade social e proporcionou novas experiências em todo Mato Grosso, mas especialmente entre os tradicionais habitantes da capital Cuiabá. O fenômeno da construção e manutenção das identidades se recria constantemente, com base em experiências étnicas, de classes sociais, de gênero e outras. Esta é justamente a experiência que Mato Grosso proporciona ao seu povo, a experiência de se construir identidades a partir de novas territorializações, da transformação nas redes sociais e pelo acesso a novos valores mais universais, diferentes daqueles da sua origem, abrindo chance para o novo. Esta é a riqueza da diversidade sociocultural mato-grossense, cuja complexidade pode ser reconhecida nos diferentes povos que constituem a sua matriz cultural.

A longa trajetória histórica de fatos e acontecimentos que marcaram os debates sobre a divisão, caracterizada por alteridades em incessante conflito, moldou, por assim dizer, a personalidade e o inconsciente coletivo dos habitantes das respectivas regiões. Isto equivale afirmar que os mato-grossenses e os sul-mato-grossenses de hoje trazem em sua identidade cultural alguns reflexos deste longo processo histórico; daí a importância que a divisão tem para se compreender o perfil psicossocial dos moradores das regiões, suas aspirações, ansiedades, receios e valores.

Agora é importante notar que a construção da identidade mato-grossense não se forma, exclusivamente, a partir dos legados históricos e reflexos políticos da divisão, dos intermináveis debates e embates, idas e vindas, avanços e retrocessos na discussão sobre a divisão do território. Este processo deixou marcas na memória das pessoas, marcas ainda hoje visíveis, mas que foram sendo cicatrizadas pelas “novidades” que surgiram ao final da década de setenta e que contribuíram muito para que a “página da divisão pudesse ser virada”.

De maneira mais precisa, três fatores - ou três novidades - podem ser destacados como decisivos para a formação da identidade do mato-grossense contemporâneo, os quais, de forma paralela aos reflexos do debate sobre a divisão do Estado, tiveram e ainda tem grande influência sobre a percepção que o habitante local tem sobre si próprio e sobre o papel que representa na sociedade. Estes fatores são o processo migratório, a colonização do Centro-Oeste brasileiro e o desenvolvimento da principal atividade econômica do estado de Mato Grosso: o agronegócio.

A migração, o estabelecimento destes migrantes em solo mato-grossense e a exploração da atividade agropecuária representam, em seu conjunto, o fato histórico mais relevante para o estado de Mato Grosso no século XX. Trata-se de um conjunto de elementos histórico-sociais tão importantes que chega ao ponto de “diluir” os profundos efeitos que o extenuante processo de divisão do estado causou sobre o inconsciente coletivo do mato-grossense. Estes novos fatos históricos teriam sobreposto os eventos passados e, com isso, aberto espaço para a reconstrução de uma identidade cultural que havia sido cristalizada pelos traumas da divisão.

Há vários indícios sobre como este processo de redefinição cultural ocorreu e segue acontecendo ainda hoje. Um destes vestígios históricos é a fixação do migrante em solo mato-grossense ao longo das décadas dos anos setenta, oitenta e noventa. O estabelecimento do migrante no decurso destas décadas e as transformações socioeconômicas resultantes deste fenômeno migratório contribuíram para se pensar o estado de Mato Grosso e sua sociedade sendo impulsionados, projetados para um futuro diferente, aspirado, sonhado; um futuro de prosperidade, de avanço e modernidade e que sepultaria definitivamente a pecha de “atrasados” e “incivilizados” que era imposta pelos divisionistas da região Sul do estado e que foi internalizada, em grande parte, pela sociedade local.

Esta imagem de um futuro melhor, em alguns casos, realmente se concretizou e o desenvolvimento de fato se efetivou. Em outras situações, no entanto, permaneceu no campo das ilusões e não passou de uma miragem. “Os colonos migram em busca de um lugar melhor. Ninguém muda buscando o pior. A questão nesse caso é que mudança significou desenraizamento, não foi uma mudança de atitude, algo pessoal, mas significou deslocar-se geograficamente” (JOANONI NETO, 2007, p. 220).

Mas em todos os casos, o grande movimento migratório representou uma variável histórica poderosa que levou a todos, inclusive os governos, a repensar as estratégias para se “aproveitar” as oportunidades atreladas aos eventos das migrações e da colonização para a exploração do agronegócio. Isto significa dizer que o processo de colonização e o desenvolvimento do agronegócio no estado de Mato Grosso foram elementos que, inicialmente, atuaram como um decisivo fator catalizador de desenvolvimento econômico e social. Posteriormente, o movimento migratório possibilitou, ainda, a exposição a novas culturas e a própria formação de uma nova cultura, inspirada e influenciada por novas identidades. Era o “novo” que se estabelecia, e o “novo” trazia a esperança de uma mudança, tão desejada após anos de discussões e conflitos.

Em 1970 Mato Grosso passava a ser reconhecido pelo seu agronegócio pujante, um modelo econômico que mesmo sendo concentrador de riqueza, era algo positivo a identificar o estado como uma unidade federativa produtora de grandes volumes de comódites, e, portanto, um “lugar” relevante para o país. Sendo importante para o país, seria importante também para os demais estados da federação, inclusive para Mato Grosso do Sul, que teria que reconhecer em seu eterno rival do Norte, este positivo atributo.

Esta imagem de estado produtor parece “encher de orgulho” o mato-grossense, mas também é elemento que perpetua e reinventa a tradicional disputa entre as regiões e entre grupos sociais. Como na dinâmica social (assim como na vida, de forma geral) mesmo os fatos históricos mais alvissareiros não são isentos de tensão e conflitos, os migrantes ou os “novos mato-grossenses” que se estabeleceram em Mato Grosso trazendo consigo a força de trabalho e a prosperidade, também suscitaram novas fricções culturais a partir da colisão entre as diferentes tradições, culturas e identidades. O choque entre as culturas local e externa, em um primeiro momento, ocasiona um inevitável distanciamento, um rebote causado pela força dos movimentos que são contrários, pois são distintos, mas após este encontrão, perdem um pouco de sua força e se ajustam em um delicado equilíbrio. Estas fricções ocorrem porque nossa identidade é formada pela visão que temos de nós mesmos e como os outros nos veem,

uma situação eivada de medos e receios, e sujeita a diversas distorções. Como é assimilada em processos de interação, torna-se real a partir da confirmação desse outro.

O que conta para se caracterizar uma identidade como pertencente a uma determinada aglutinação humana são aspectos, tais como um território delimitado, uma língua própria ou correr o mesmo sangue ancestral nas veias de seus componentes. Esses critérios podem marcar uma identidade, mas não esgotam o assunto, pois não há limites precisos para se circunscrever as identidades. Cada grupo de migrantes que se estabelece em Mato Grosso seleciona aspectos de sua cultura para afirmar-se, com a definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída). O desafio que se apresenta nesta parte da tese de doutorado é compreender estes aspectos culturais “trazidos de fora” e indagar sobre os impactos psicossociais que exercem sobre a identidade do povo que aqui vive, uma tarefa bastante complexa, mas também fascinante.

A dinâmica que altera constantemente as referências de análise está na natureza deste fenômeno social, o que torna as argumentações elaboradas apenas exercícios interpretativos, ou, no máximo, pontos de partida para ulteriores indagações. Para além desta constatação, é necessário reconhecer que pensar a identidade mato-grossense torna-se cada vez mais difícil, uma vez que parcelas crescentes da população urbana busca referências culturais fora dos ambientes de sua própria origem. O leque de opções disponíveis é muito variado. Desta forma, por exemplo, o apelo cultural que o tradicional ritmo folclórico “rasqueado cuiabano” exerce sobre um jovem que vive na região metropolitana da capital do estado de Mato Grosso perde força diante de inúmeras outras formas e possibilidades atraentes de expressão artística oriundas de outras regiões do Brasil e do mundo, todas estas acessíveis pela internet, como a dança funk, o passinho ou o samba carioca, o pagode mineiro, o lambadão goiano, o rock and rol norte americano, etc.

Seria, portanto, absolutamente incorreto afirmar que existe uma identidade única do povo mato-grossense (ou mesmo do povo brasileiro) a “permear e perpassar” todas as classes sociais, abarcando os variados habitantes espalhados pelos 141 municípios distribuídos em uma área de 903.357 km², pouco menor que a Venezuela. A estratégia de se tentar construir uma identidade mato-grossense homogênea atenderia apenas aos propósitos de grupos interessados em capturar e enquadrar a cultura e a história local em uma moldura que lhes possibilite uma interlocução mais facilitada, através de um discurso calculado e adaptado.

A identidade é uma concepção em constante transformação, constituída e (re)transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre os tais grupos, definindo os que integram ou não. Os traços que levam em conta não são a soma das diferenças objetivas, mas aquelas que os próprios indivíduos consideram como significativos. Assim, as mesmas características diferenciais podem mudar ou perder a significação no decorrer da história do grupo, podendo suceder outras características que passam a adquirir significação e importância.

O que se está a propor, assim, é que o agronegócio e as grandes levas migratórias são fenômenos correlacionados. Pelas suas dimensões, importância e resultados passaram a desenhar a história recente da sociedade de Mato Grosso, especialmente na ocasião em que o centenário processo de divisão do estado se efetivava, ou seja, no momento em que os mato-grossenses se abriam a novas referências identitárias, emerge a força cultural dos migrantes, os novos mato-grossenses. Neste sentido, é possível afirmar que a divisão do Estado, associada aos fenômenos das grandes levas migratórias e a exploração da agricultura em larga escala, são elementos definidores da história do Mato Grosso no século XX.

2.1 Migrações e colonização do Centro-Oeste: a nova fronteira agrícola do Brasil

O conceito de “vazio demográfico” está diretamente relacionado à noção de “fronteira”, enquanto *terras livres*.⁵⁴ Este conceito foi bastante utilizado pelo governo militar para justificar uma série de ações, que, em um regime democrático, teriam que passar antes pelo crivo do Poder Legislativo (AUBERTIN, 1988).

A Amazônia e o Centro-Oeste, especialmente a partir da década de 1970, foram representados como a “nova fronteira agrícola”, cuja ocupação talvez evitasse o recrudescimento de conflitos sociais na região Sudeste e, sobretudo, na região Sul do país. Em 1938, no entanto, Getúlio Vargas, ao anunciar a Marcha para o Oeste, já apresentava o sintoma das preocupações do governo em ocupar “grandes vazios”. A intenção à época era não apenas manter a unidade política do Brasil, mas também preencher os espaços vazios entre as ilhas econômicas que formavam o país.

⁵⁴ Segundo Catherine Aubertin, este termo foi utilizado para designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial (AUBERTIN, 1988). In: AUBERTIN, Catherine. (Org.) **Fronteiras**. Brasília: EdUNB, 1988.

A migração para as cidades ocorreu de forma semelhante em todo Mato Grosso. Em quatro décadas houve a inversão da predominância rural para a urbana na maior parte dos municípios. Em 1960, Cuiabá mostrava uma população urbana maior por ser capital, oferecer postos de trabalho e ocupações diferenciadas do restante do estado, enquanto outras cidades possuíam dominância numérica da população rural.

As tabelas a seguir proporcionam uma visão sobre a intensa transformação social pela qual passou Mato Grosso a partir dos anos sessenta, e que vem sendo potencializada a partir da segunda década dos anos 2000. A alteração no perfil social da população foi caracterizada pela forte urbanização e pelo crescimento demográfico, duas variáveis que foram muito influenciadas pelos fluxos migratórios oriundos de diversas regiões do país.

Tabela 1. Processo de urbanização em Mato Grosso - 2010 a 2015.

Município	2010 (Real)	2015 (Estimada)
Cuiabá	551.098	580.489
Rondonópolis	195.476	215.320
Vila Bela da Santíssima Trindade	14.493	15.274
Cáceres	87.942	90.518

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Tabela 2. Crescimento da população em Mato Grosso.

Ano	População	Fonte
1900	118.025	Corrêa Filho (1969)
1920	246.612	Corrêa Filho (1969)
1950	522.044	Brasil (1952)
1960	889.539	Mato Grosso (2002)
1980	1.135.012	Brasil (1982)
2000	2.505.244	Brasil (s.d.a.)
2010	3.035.122	Censo Demográfico - IBGE (2010)
2014	3.224.357	Estimativa da população - IBGE (2014)

Fonte: Brasil (1961) e IBGE.

A origem dos migrantes brasileiros em Mato Grosso fornece importantes elementos para a compreensão da cultura híbrida ainda em formação no Estado, fator que terá grande repercussão sobre a identidade do mato-grossense. No início da década de 1970, Mato Grosso apresentava 32,65% de sua população nascidos em outros estados da Federação. Os migrantes da região Sudeste (54,59%) eram maioria, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados com os maiores contingentes (SEPLAN, 2014). A segunda região em número de migrantes era o Nordeste (29,80%) com fluxo significativo, havendo predomínio de indivíduos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. As regiões Sul e Centro-Oeste (excluindo Mato Grosso) perfaziam mais de 7% cada uma, sendo que o fluxo sulista já caracterizava um “deslocamento” de excedentes populacionais.⁵⁵

Um dos grandes atrativos para o influxo migratório ao Mato Grosso foram os projetos de colonização no estado, executados tanto pela iniciativa privada como pelo governo de Mato Grosso (colonização oficial). Mato Grosso especialmente, é o estado que mais contou com a presença de projetos de colonização privada no Brasil, na segunda metade do século XX, pontua Berta Becker (BECKER, 1995).

Os projetos de colonização no estado executados pela iniciativa privada ou pelo governo eram categorias distintas de projetos, mas que convergem para a mesma política governamental de ocupação. Um dos principais instrumentos para a ocupação e integração nacional foi o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo decreto lei nº 1.106 de junho de 1970 durante o governo do presidente Gal. Emílio Garrastazu Médici (1969-74) (BECKER, op. cit.). O presidente Médici, ao propor a construção da Rodovia Transamazônica, afirmara que esta serviria para levar os “homens sem-terra para a terra sem homens” da Amazônia (RAVACHE, 2013).

O PIN compreendia a construção de rodovias na Amazônia, com destaque para a Transamazônica e a BR 163, ligando Cuiabá, em Mato Grosso à cidade de Santarém, no Pará. Através do Plano de Integração Nacional, foram financiados projetos de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, com o objetivo de se promover a mais rápida integração das regiões Norte e Nordeste do Brasil à economia nacional.

⁵⁵ SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Anuário Estatístico de MT 1970 a 2004**. Disponível em: www.seplan.mt.gov.br. Acesso em: 31.06. 2014.

Desta forma, enquanto no Paraná, e principalmente em São Paulo, algumas cidades surgiram no eixo ferroviário, em Mato Grosso diversas cidades da segunda metade do século vinte surgiram na esteira do processo de expansão das rodovias federais e estaduais. A construção de rodovias indicava, assim, uma nova etapa na formação e desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e políticas para a Amazônia e para o Centro-Oeste. A construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) representa um marco importante na história da colonização de Mato Grosso, uma vez que viabilizou o acesso ao Norte do estado.

A BR 163 é rota por onde escoava toda a produção da região. (...) atravessa o Norte/Nordeste mato-grossense, servindo diretamente aos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Colíder e Guarantã do Norte em Mato Grosso. Ultrapassada a divisa com o Estado do Pará, passa por Novo Progresso e Rurópolis, onde se encontra com a Transamazônica (BR 230), e segue até chegar ao Porto de Santarém, por onde escoava boa parte da produção de grãos produzida na região (RAVACHE, 2013, p. 17).

A BR 163 começou a ser construída em 1971, no Governo Médici, e em 1976 foi entregue oficialmente ao tráfego, pelo presidente Ernesto Geisel. Sua construção foi executada pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC), sob o comando do Coronel Meireles, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN). Antes da construção desta rodovia, a forma de acesso era através dos rios Arinos e Teles Pires ou de estradas (picadas) utilizadas por seringalistas e seringueiros. Dentro desta perspectiva, qual teria sido a razão preponderante para o regime militar trazer milhares de migrantes do Sul do país para Mato Grosso, implementando grandes projetos de colonização?

No Brasil, no período entre as décadas 1870 e 1930, a chegada de imigrantes europeus às lavouras de café em São Paulo, ou como pequenos proprietários rurais para os núcleos coloniais no Sul do Brasil, recebeu o apoio do governo Imperial e de grandes produtores rurais. Na região Sul do Brasil, a partir do início das décadas de 1960 e 1970, prevaleceu, inclusive, o modelo de agricultura familiar. Ao passo que a geração de filhos tornava-se adulta formando suas próprias famílias, no entanto, passavam a necessitar áreas adicionais de terra. Nas áreas de minifúndios de seus pais, a subsistência era dificultosa, já que com a divisão por herança a área do minifúndio se fracionava, e tornava-se insuficiente para a reprodução das práticas da agricultura familiar (WEGNER, 2000).

Alfredo da Mota Meneses aponta que no início dos anos setenta crescia o descontentamento agrário e social no Sul do Brasil, pois alguém que possuísse um pequeno lote de terra teria que dividi-lo com muitos filhos. Paralelamente a este fenômeno que causava

tensão social, a adoção de tecnologia aplicada às atividades rurais também impulsionou o aumento das taxas de desemprego naquela região do Brasil. Começaram, assim, os movimentos de sedição e pedidos de terras. Na região Sul até haveria meios de resolver a situação, se o regime militar decidisse realizar desapropriações em grandes propriedades. No entanto, não era esse o caminho que os militares tomariam no Brasil, ou em toda a América Latina. Primeiro, considera Meneses (2014), os militares resolveram levar camponeses do Nordeste para a Transamazônica, um empreendimento que não deu certo. Enfim voltaram os olhos para o Mato Grosso:

Tentavam matar dois coelhos com uma pancada só. Uma seria tirar o problema agrário do Sul ao levar gentes para o enorme vazio demográfico no norte do estado. O outro seria a conquista da Amazônia pelo Sul. Os militares tinham obsessão pela integração. Para cá, diferente do que ocorreu na Transamazônica, trouxeram pessoas do Sul do país. Do Rio Grande e também os chamados ‘gaúchos cansados’, aqueles que migraram antes do Rio Grande para o Paraná. No Rio Grande já havia colonização com estrangeiros, lá se acreditava que eles tinham mais aptidão e conhecimento para trabalhar a terra. Serão os escolhidos para vir para cá. Presidentes da República, como os generais Médici (1969- 74) e Geisel (1974-79) são do Rio Grande do Sul e descendentes de imigrantes estrangeiros. Até o general Figueiredo (1979-65) também andou pelo Rio Grande, foi do estado maior do III Exército naquele estado. Vários ministros do governo, incluindo da agricultura e transporte, vieram também daquele estado. É possível arguir que os EUA ajudaram na empreitada de trazer os migrantes. A Bolívia ir para a esquerda na região era uma coisa, o Brasil outra bem diferente. O país é fronteira com quase toda a América do Sul e não esquecer que o mundo vivia a Guerra Fria. Momento que a região estava indócil, buscando novos rumos políticos e econômicos, como já ocorrera em Cuba. Os EUA não dão nada de graça, mas facilitaram que o Banco Mundial e o BID emprestassem grandes quantias para o governo brasileiro para estradas e telecomunicação. Como é que o regime militar sozinho ia ter tanto dinheiro para trazer telecomunicação para MT e fazer os asfaltos para Rondônia, Sinop, Campo Grande e Brasília num prazo de uns dez anos? Os sulistas também tiveram créditos fáceis e subsidiados. Podiam derrubar até 50% de suas terras. Aliás, quem não derrubasse não recebia financiamento. Os incentivos fiscais criados para a Amazônia, através da Sudam, fizeram com que grandes grupos comprassem terras aqui. Outro detalhe interessante é que em Mato Grosso, diferente do que ocorreu na Transamazônica, a colonização foi feita pela iniciativa privada, com nomes como Ênio Pepino e Ariosto da Riva, e não pelo governo. Deu certo (MENEZES, 2014, p. 02).

Ao direcionar o fluxo migratório para a Amazônia e para o Centro-Oeste, o Governo Federal “solucionava” a questão da falta de terras para os agricultores, aliviando as tensões sociais na região Sul (MENEZES, 2014). Por outro lado, permitia que perdurasse nestas mesmas áreas, altos níveis de concentração fundiária, preservando assim a estrutura vigente. Segundo Octávio Ianni (1979), a modernização agrícola no campo, na região Sul e Sudeste do país, foi, com efeito, a principal responsável pela liberação de um grande contingente de migrantes para a nova fronteira agrícola que se tornou a Amazônia a partir do final da década de 1960. Ianni converge para a ideia de que ao direcionar os fluxos

migratórios para a Amazônia e Centro-Oeste, o Governo Federal solucionava a questão da falta de terras para os agricultores, aliviando as tensões sociais na região Sul, no entanto, permitia que fossem reproduzidas nestas mesmas áreas, uma acentuada concentração fundiária (IANNI, 1979). Várias cidades mato-grossenses surgiram neste contexto de forte acumulação fundiária, Sorriso foi uma delas:

Sorriso e outras cidades que despontaram no norte de Mato Grosso a partir do início da década de 1970, surgiram num contexto bem específico de expansão do capitalismo no Brasil. Grupos sociais diversos de trabalhadores pobres, homens e mulheres que, em busca de terra, de um lugar ou de um teto, buscaram um local onde pudessem criar novos espaços, sobretudo, a partir da segunda metade do século vinte (RAVACHE, 2013, p. 30 e 31).

As populações da região Norte de Mato Grosso, mesmo tendo aderido aos programas de ocupação espacial propostos pela administração federal para a região amazônica entre as décadas de 1970 e 1990, não tiveram por parte do governo o adequado amparo, uma vez que as unidades firmadas a partir da ocupação não estavam integradas ao modo capitalista de produção. A partir do momento em que as políticas de assentamento passaram a fomentar a venda de propriedades aos agricultores do Sul do Brasil com propostas de terra a baixo custo, incluindo moradia, financiamentos atraentes (juros baixos e longos prazos de pagamento), saneamento básico, infraestrutura, serviço de saúde, escolas e estradas, etc., em pouco tempo as áreas até então consideradas anecúmenas pelos projetos estaduais e federais, se transformaram em uma espécie de “Novo Eldorado”.

De 1970 em diante, difundiu-se através de peças publicitárias do Governo Federal, a ideia de que a Amazônia era a nova “terra de riquezas” e chegou, inclusive, a ser considerada por periódicos da época como a “Canaã brasileira” (BIBLIA, 2001).⁵⁶

A cidade de Nova Canaã do Norte é um exemplo interessante desta representação. Começou a ser colonizada em meados de 1970, e o nome foi sugerido pelo bispo de Sinop, D. Henrique Froehlich. A proposta era disseminar para aqueles que desejassem desbravar Mato Grosso, que esta seria uma terra que, além de conter grandes oportunidades, era também uma região abençoada: a “terra prometida”. O conjunto de notícias sobre a região Centro-Oeste,

⁵⁶ A palavra Canaã em hebraico significa lugar plano. Segundo o livro de Êxodo 3: 8-17: “[...] uma terra boa e larga, uma terra que mana leite e mel”. De forma representativa, a palavra leite significa fartura e o mel, o que há de mais doce, ou o que há de melhor na terra. Conforme Levítico 20:24 “[...] em herança, terra que mana leite e mel”. A terra que foi prometida por Deus ao povo hebreu, povo que Moisés deveria resgatar do Egito. **BIBLIA SAGRADA: Nova versão Internacional** [traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional]. – São Paulo: Editora Vida, 2001.

especificamente Mato Grosso, contribuía para que se formasse o conceito de esta era uma região de “espetacular progresso” (SANTOS, 1994).⁵⁷

A integração da Amazônia às regiões Sudeste e Centro-Oeste, portanto, trazia consigo a intenção de ampliar as fronteiras: “integrar para não entregar”, era o famoso bordão para a ocupação das regiões remotas do país. O governo militar ao povoar a Amazônia manteria a sua imanência ao território nacional, e assim, a ampliação das fronteiras como estratégia de estruturação/ocupação da Amazônia estaria sendo executada.

O “propósito de reorientar as tensões sociais para as porções fronteiriças do país”, segundo Catherine Aubertin (1988), fazia parte do próprio conceito que os militares tinham sobre a “fronteira”: “(...) a fronteira é reputada como devendo oferecer ao país inteiro novas perspectivas de crescimento econômico, soluções de problemas sociais, domínio do território”.

O Estado brasileiro, ao prometer oportunidades iguais na fronteira longínqua, dava à população uma resposta quanto aos problemas sociais que vivenciava, ainda que esta solução fosse incompleta e demagógica, perpetuando outros problemas que apenas mudavam de lugar. Aubertin considera que esta doutrina de ocupação, em realidade “(...) prega um autoritarismo teórico (...) é uma concretização da utopia pioneira, podendo assim, desengajar-se dos conflitos centrais” (AUBERTIN, 1998). Rosana Lia Ravache explica que quando a ditadura militar se valeu do slogan “terra sem homens para homens sem terra”, cometeu duas veleidades. Uma foi ignorar a população de autóctones e caboclos que, apesar da baixa densidade demográfica, vivia nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A outra foi imaginar que resolveria a questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, simplesmente deslocando aquelas pessoas para o meio da selva, em condições precárias de sobrevivência, esperando que elas transformassem e urbanizassem, sem qualquer apoio, as áreas para as quais foram destinadas (RAVACHE, 2013, p. 40).

⁵⁷ Tavares dos Santos (1994) descreveu de forma esmerada a elaboração de um sistema simbólico acionado pelas mensagens oficiais de colonização que valorizavam: (1) a situação social de origem dos sulistas; (2) a sua valiosa experiência migrante por se tratarem de descendentes de imigrantes italianos, alemães e portugueses; (3) a ideia de “novos tempos” atrelada ao propósito de evitar o êxodo rural mediante a ocupação da “fronteira despovoada” onde havia “abundância de terras” e a definição de uma metodologia produtiva amparada pela “modernização agrícola” liderada “pioneiros”. Significava, assim, a construção de um sistema simbólico que acionava a ideia de “terra prometida” onde a “colonização é divulgada sob o signo da modernidade para lembrar em seguida que, em bem pouco tempo, se dará a valorização da terra nua” (SANTOS, 1994) In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos. Do Sul para a Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Nos Estados Unidos o maior nome das teorias das fronteiras foi Frederick Jackson Turner (1861-1932), cuja teoria foi amplamente aceita pelos intelectuais brasileiros, entre os quais o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Efetivamente, a comparação entre as experiências dos Estados Unidos e do Brasil quanto ao tema “fronteiras” é recorrente na historiografia nacional. Wegner afirma que nos Estados Unidos, o termo inglês “frontier”, foi popularizado por Turner no século XIX, que o utilizou em sua análise da expansão territorial norte-americana e a partir de então, o mesmo termo foi estendido para a América Latina.

Assim como no pensamento social brasileiro, Wegner coloca, a partir do pensamento do intelectual George H. Williams em *Wilderness and Paradise in Christian Thought*, que a noção sertão/deserto dos Estados Unidos, expressa na concepção de wilderness, também possui uma ambivalência de valorações positivas e negativas no âmbito do pensamento judaico cristão: adotando como pressuposto exemplar o êxodo dos israelitas do Egito e sua peregrinação pelo deserto, o sertão/deserto incorpora tanto a ideia de abrigo e lugar de meditação ou terra inóspita, devastada (LEITÃO JÚNIOR, 2012, p. 115).

A ideia central do conceito de fronteira desenvolvida por Turner está na existência das “free lands” (áreas livres/desabitadas), prontas a serem ocupadas pelos “pioneiros”, essencialmente “brancos e de origem ocidental europeia” que nelas vivenciariam seus ideais de liberdade e individualidade, num espaço de oportunidades ilimitadas (WEGNER, 2000).

A fronteira permitiria, assim, que os colonos buscassem novas condições de vida nas “terras livres”, o que seria um incentivo para o espírito empreendedor, dando vazão a iniciativas para as quais haveria igualdade de oportunidades. Robert Wegner menciona o conceito de safety valve ou “válvula de segurança”, desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda com base em análises feitas na dinâmica de populações na vila de São Paulo, no planalto paulista do Seiscentos. Sérgio Buarque de Holanda demonstrou a relação entre a saturação populacional do núcleo primitivo e a fuga para novos núcleos. Para Wegner, em relação às “válvulas de segurança” (safety valves), estas teriam “o papel de desafogar os centros mais industrializados, evitando assim, o acirramento de conflitos sociais e econômicos” (WEGNER, 2000, p. 99).

Desta forma, no curso deste grande influxo migratório para a região Norte do país, o espaço fronteiriço da região amazônica alterou-se definitivamente com a atuação de empresas colonizadoras, ancoradas em programas governamentais que “vendiam” sonhos. Numerosos grupos de migrantes sulistas, ávidos por novas possibilidades de crescimento e

desenvolvimento, empreenderam esta trajetória de lutas e conquistas, um caminho que já havia sido percorrido pelos seus antepassados europeus que aportaram o Brasil ao longo de todo o século XIX e XX em uma situação bastante semelhante.

No caso de Mato Grosso o que se observa é que uma significativa parcela das cidades emergentes no norte mato-grossense são fruto de projetos de colonização viabilizados pelo Estado através da apropriação de terras devolutas (ou não) por segmentos que detêm capital e, principalmente, capacidade de organização em torno de cooperativas que viabilizaram a rápida ocupação territorial (ROCHA, 2010, p. 9).

Na literatura especializada, um conjunto de pesquisas acadêmicas recentes aponta para a existência de uma forte relação entre o fenômeno migratório e o desenvolvimento em Mato Grosso, mas é importante notar que a relação migração/desenvolvimento também acarretou consequências sociais adversas.

Entre estas pesquisas merecem destaque os trabalhos de Max Nunes Murtinho (2009), Regiane Cristina Custódio (2005), Betty Nogueira Rocha (2010), Silvana Abreu (2001) e Rosana Lia Ravache (2013). Os estudos demonstram que o fenômeno migratório alcançou grande vigor e atingiu o seu ápice ao mesmo tempo em que o Mato Grosso, impulsionado pela região Norte, assumia lugar de destaque no cenário econômico nacional. Através do emprego de alta tecnologia, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e parcerias público-privada, Mato Grosso se consolidou como o polo nacional do agronegócio.

Ao final dos anos 1970, os projetos direcionados de colonização adquiriram características próprias em razão da ação direta do Estado e do padrão de ocupação proposto/imposto. Regiane Cristina Custódio, com base em pesquisa feita no município de Sorriso/MT, considera que em Mato Grosso, os projetos de colonização geraram ocupação desordenada, que acarretou graves consequências sociais, que ainda hoje, quatro décadas após a implantação dos primeiros projetos de colonização ainda podem ser identificadas. Para Regiane Custódio, “[...] é possível constatar a diversidade e a complexidade das relações sociais constituídas nos espaços que deram origem a vários municípios, destacando-se especialmente aqueles cuja base da economia é a produção agrícola com alto grau de modernização e mecanização”. A expansão da fronteira é explicada por Regiane Custódio como um reflexo da colonização, que, no entanto, ocorreu de forma desorganizada.

A colonização planejada oficial ou particular, contribuiu para a expansão da fronteira, em seu significado mais amplo. A política desenvolvida para executá-la (como os organismos e programas criados a partir do início da década de 70 do século XX), deveria servir de estratégia de controle para se evitar uma colonização maciçamente espontânea. Apesar disso, em Mato Grosso, os projetos de colonização geraram ocupação desordenada, intensa degradação ambiental, expulsão e extermínio de grupos indígenas, expropriação de comunidades de seringueiros, posseiros e imposição da grande propriedade. Em Sorriso como na maior parte das áreas com agricultura mecanizada (modernizada) em Mato Grosso, mais de 50% da área está apropriada por estabelecimentos com mais de 1000 hectares (CUSTÓDIO, 2005, p. 129).

Na segunda metade da década de 1970 o governo federal instituiu e implementou um conjunto de ações para acelerar o desenvolvimento nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e no Distrito Federal. Programas de financiamento à produção foram criados para a construção de estradas, escolas, silos e armazéns, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, financiamentos para incorporação de novas áreas ao processo de produção e utilização de calcário e fosfato. Além de crédito para investimentos, custeio e comercialização foram estabelecidos preços mínimos e seguro agrícola.

A Embrapa Cerrados foi criada no bojo da política governamental para o desenvolvimento do Centro-Oeste com o objetivo de desenvolver sistemas agrícolas viáveis para o Cerrado, bem como, difundir os para os produtores rurais. A pesquisa agropecuária estabeleceu como missão o desenvolvimento de tecnologias para viabilizar a ocupação do Cerrado. Depois de realizar um amplo diagnóstico das principais limitações ao seu uso agrícola, pesquisadores constataram a existência (...) grandes problemas na região. a) as informações existentes sobre os recursos naturais eram bastante generalizadas e insuficientes para dar suporte a um programa de desenvolvimento regional; b) (...) as chuvas, embora, quantitativamente satisfatórias, eram mal distribuídas e com ocorrência de veranicos durante a fase reprodutiva dos cultivos; c) a baixa fertilidade dos solos era outro fator limitante, (...) estes apresentavam fração argila com baixa atividade química e troca de cátions, elevada saturação de alumínio e carência generalizada de cálcio, magnésio, potássio e fósforo; d) o quarto problema era o manejo deficiente, pois o cultivo por métodos inadequados conduziria à rápida degradação do solo (EMBRAPA, 2012, p. 01).

A expansão das fronteiras agrícolas ocorreu com a fundação de cidades e o fluxo migratório tornou-se mais “planejado” ao passo que empreendimentos agropecuários que representassem investimentos de longo prazo em tecnologia e produção passaram a ser estimulados (ROCHA, 2010). Maria do Socorro Bezerra de Lima explica que o “boom” da expansão e produção da sojicultura em Mato Grosso está diretamente relacionado a este processo de forte investimento em tecnologia de produção (LIMA, 2008). A tabela abaixo ilustra a evolução surpreendente da produção da soja entre 1980 e 2015.

Tabela 3. Produção da cultura de soja em Mato Grosso de 1980 a 2015.

Ano	Produção (t)	Crescimento (%)
1980	116.900	-
1985	1.653.600	1315
1990	2.900.800	75
1995	5.440.100	88
2000	8.801.200	62
2005	17.937.100	104
2010	18.766.900	5
2015	28.133.800	50

Fonte: Conab.

Projetos particulares de colonização resultaram em vários polos produtivos na região Norte mato-grossense, área onde houve concentração deste tipo de colonização, especialmente ao longo da rodovia BR 163 para onde o governo brasileiro direcionou programas como PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (1974) e o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975).

A quebra da safra de grãos ocorrida em âmbito mundial, em 1973, despertou no Japão a necessidade da diversificação de fornecedores, principalmente de soja. O Brasil desejava aumentar a produção de grãos pelo desenvolvimento da agricultura na Região dos Cerrados, considerada, até então, imprópria para agricultura; desta forma as atenções se voltaram para a extensa área do Cerrado Brasileiro. Com o objetivo de tornar a área mais produtiva aproveitando todo seu potencial e fomentar a migração racional, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. O programa teve início em um comunicado conjunto firmado em setembro de 1974 pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel definindo a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola.

Estes programas integravam o Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND) e impulsionaram a “modernização da agricultura” unindo a expansão da fronteira agrícola e a ocupação dos denominados “espaços vazios” com o direcionamento e intensificação dos fluxos migratórios para a região. Há que se notar, portanto, uma estreita relação de causa-efeito entre migração e desenvolvimento no estado de Mato Grosso nos anos setenta,

especialmente após a sua divisão em 1977 na porção meridional da Amazônia Legal. O intenso crescimento populacional em Mato Grosso, por sua vez, coincide com o intenso fluxo migratório especialmente entre 1960-1980, período em que se observa índices superiores aos registrados no mesmo período no Centro-Oeste e Brasil. A partir da década de 1990 ocorre um decréscimo expressivo dos índices, muito embora continuem a registrar taxas superiores às do país.

A análise da evolução da população de Mato Grosso demonstra que, no período 1950/2000, ela mais que quintuplicou. Evoluiu de 522.044 para 2.504.353 habitantes, em decorrência das elevadas taxas anuais de crescimento, sempre superiores à média brasileira. Porém, ao longo deste período, estas, apesar de positivas, mostram-se declinantes: 6,62% no período 1970/1980, 5,38% no período de 1980/1991, 2,31% no período 1991/2000 (MURTINHO, 2009, p. 32).

Uma das razões para a evolução decrescente na taxa de crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, segundo avaliação de Max Murtinho, seria resultado de transformações estruturais na sociedade que resultou em declínio da taxa de natalidade ocorrida nesse período. Essa tendência não era apenas um fenômeno registrado no estado de Mato Grosso, pois, na época, não só no Brasil, mas também na América Latina já havia uma busca pela conscientização da sociedade quanto à necessidade da redução da taxa de natalidade como meio para elevação do desenvolvimento da sociedade como um todo. Essa política há algum tempo, vem sendo adotada de forma radical em países super habitados como China, Índia e Japão (MURTINHO, op. cit.).

Tabela 4. Evolução da população total por gênero, em Mato Grosso (1872 – 2014).

Ano	Pop. Total	Homens	Mulheres	Fonte
1872	61.687	32.623	29.064	Brasil(s.d.)
1900	118.025	59.797	58.228	Corrêa Filho (1969)
1920	246.612	133.146	113.466	Corrêa Filho (1969)
1950	522.044	271.078	250.966	Brasil (1952)
1960	889.539	464.175	425.364	Mato Grosso (2002)
1980	1.135.012	592.305	542.707	Brasil (1982)
2000	2.505.244	1.287.550	1.217.694	Brasil (s.d.a.)
2010	3.035.122	1.549.536	1.485.586	Censo Demográfico - IBGE (2010)
2014	3.224.357	1.651.295	1.573.062	Estimativa da população - IBGE (2014)

Fonte: Brasil (1961) e IBGE - Censo Demográfico 2010

Gráfico 1. Percentual da população Urbana e Rural no Censo Demográfico por situação do domicílio em Mato Grosso (1960 e 2010).

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

O elevado crescimento populacional nas décadas de 1960/70/80 pode ser explicado pelo avanço das fronteiras de desenvolvimento. A partir da década de 1960, estratégias governamentais motivaram aplicações de elevados montantes de capital, com financiamentos de projetos agropecuários e implantações de infraestrutura. Essas ações tiveram como resultados imediatos a elevação de fluxos migratórios para ocupar espaços no Centro-Oeste, e, em particular, em Mato Grosso. Assim, a partir de 1970, intensificou-se a expansão demográfica na porção Norte de Mato Grosso, por força dos incentivos a ocupações de terras e estímulos ao desenvolvimento regional. No entanto, na década de 1990, a fronteira agrícola começou a consolidar-se e, conseqüentemente, essa região, no que se refere à migração, deixou de ser um atrativo (SEPLAN, 2013, p. 27).

Não há registros sobre programa governamental implementado em Mato Grosso objetivando uma “política de efetivo controle de natalidade”. A efetiva redução da taxa de crescimento populacional no estado ocorreu, portanto, por outras razões. O fenômeno, que pode ser observado em todo o Brasil, demonstra que de alguma forma parte da população tomou conhecimento sobre as formas de “planejamento familiar através de métodos contraceptivos”, principalmente com o propósito de reduzir o custo familiar, proporcionando um melhor padrão de vida para os familiares como um todo.

Quanto ao crescimento demográfico, portanto, o componente “migração”, sobretudo nas décadas de 1960/70/80, teve desempenho relevante na conformação do atual perfil demográfico do estado de Mato Grosso: nestas décadas o movimento migratório para o Estado de Mato Grosso era eminentemente interestadual. A partir de 1990 este quadro se altera:

A partir da década de 1990, além da drástica redução do fluxo migratório dirigido ao estado de Mato Grosso, pode-se dizer que a migração passou a ser predominantemente de natureza inter-regional. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 42,75% das pessoas domiciliadas no município são nascidas no próprio município, contra 57,25% não nascidas no município. Quanto a pessoas provenientes de outros estados brasileiros, o censo aponta que 62,31% são naturais de Mato Grosso e 37,69% vieram de outros estados (SEPLAN, 2013, p. 31).

Para o economista Antônio Abutakka, “o desenvolvimento econômico brasileiro (tal qual o mato-grossense), em termos espaciais, pode ser visto como um processo de articulação e integração nacional que se desenvolveu, de forma desigual e combinada, segundo três fases distintas: a do isolamento das regiões; a da articulação comercial e a de integração produtiva” (ABUTAKKA, 2010).

Com efeito, a formação histórica moderna de Mato Grosso tem início com um período marcado pela ocupação do território e constituição da região, rompendo, assim, com uma longa fase de isolamento que perdurou até às primeiras décadas do século XX. Em seguida verifica-se a diversificação da incipiente base produtiva e sua articulação comercial com centros produtores-consumidores nacionais e internacionais. Já na década de 1970 são criadas as condições (técnicas/tecnológicas, infra estruturais e financeiras) para a efetiva integração produtiva da região, isto é, foram implementados os primeiros programas de desenvolvimento do Centro-Oeste, consubstanciados, em grande medida, no I e II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento). Estes programas tiveram o condão de intensificar e viabilizar o fluxo migratório dirigido a essa região.

Finalmente, na década de 1980 é definido o movimento de produção/reprodução do capital hegemônico nacional quando este, concretamente, apropria-se do espaço subordinando à sua lógica de desenvolvimento. A ocupação pós década de 1970 compreendeu os programas de desenvolvimento como o POLOCENTRO, o POLONOROESTE e o PRODEAGRO. A partir dessa década e através de uma intervenção planejada e direcionada

do Estado Nacional à ocupação do Centro-Oeste e Amazônia, é que se formam em Mato Grosso as condições efetivas para a “apropriação do espaço pelo capital e sua transformação em espaço econômico”.

O agronegócio, as grandes leva migratórias e o crescimento demográfico de Mato Grosso, registrados a partir da segunda metade dos anos sessenta, são fenômenos correlacionados. Representam as variáveis de uma equação que resulta na sociedade mato-grossense do século XXI. No imaginário dos migrantes, a fronteira reservava novas e promissoras oportunidades de vida nas “terras livres”, o que serviu como um enorme atrativo para o espírito dos sulistas, naturalmente inclinado à conquista e ao empreendedorismo.

Ao chegarem aos milhares em Mato Grosso, os migrantes não somente impulsionaram a principal atividade econômica do estado, o agronegócio, como também contribuíram para o crescimento populacional, sobretudo nas décadas de 1960/70/80, conformando o atual perfil demográfico do estado de Mato Grosso. A análise da evolução da população de Mato Grosso demonstra que, no período 1950/2000, ela mais que quintuplicou, em razão das elevadas taxas anuais de crescimento, sempre superiores à média brasileira.

Um dos grandes chamarizes para a vinda dos migrantes ao Mato Grosso foram os projetos de colonização no estado, executados tanto pela iniciativa privada como pelo governo de Mato Grosso (colonização oficial). Um dos principais instrumentos para a ocupação e integração nacional foi o Plano de Integração Nacional (PIN). Em que pese ter ocorrido de forma desigual em muitas localidades, onde os projetos de colonização geraram ocupação desordenada, acarretando graves consequências sociais que ainda hoje podem ser identificadas, a colonização de Mato Grosso foi um processo que resultou em desenvolvimento social.

Os mato-grossenses, recém atingidos pela efetivação da divisão em 1977, foram desafiados pelas novas referências identitárias dos migrantes que aportam o estado, não apenas trazendo consigo a força de sua cultura, mas, sobretudo, eles próprios se tornando mato-grossenses. Com razão, a origem dos migrantes brasileiros em Mato Grosso fornece importantes elementos para a compreensão da cultura híbrida ainda em formação no Estado, um fator que seguirá exercendo grande repercussão sobre a identidade do mato-grossense.

Em relação à divisão de Mato Grosso, as ondas de migrantes que chegaram e se fixaram no estado foram decisivas para que esta página da história fosse virada. Primeiramente em razão do novo período histórico que este fenômeno inaugurou, uma fase de

desafios renovados, muito relacionados ao agronegócio, uma grandiosa atividade econômica que se tornava, paulatinamente, o referencial imediato para Mato Grosso. Ademais, os migrantes incorporaram novas identidades à matriz cultural mato-grossense, causando perplexidade e um certo esvaziamento das concepções etnocêntricas que sempre permearam os debates pela divisão do estado. O mato-grossense já não poderia mais ser enquadrado em uma única moldura cultural e receber um determinado rótulo segundo este estereótipo construído; com os influxos migratórios a sociedade mato-grossense tornara-se ainda mais plural e multifacetada. Os estigmas que eram comumente atribuídos à região Norte do estado já não se sustentavam perante a diversidade social que se formou com a chegada dos novos mato-grossenses, enfim, Mato Grosso transformou-se a partir da transformação de sua sociedade.

2.2 Identidades divididas em território mato-grossense

A identidade, para Flávio R. Gomes Benites, é o “resultado de representações imaginárias que se faz de si e do outro, a partir da qual se tem uma ficção ou ilusão de unidade e totalidade sobre si mesmo” (BENITES, 2013, p. 79).

Para conceber, definir e representar uma região como distinta, peculiar, característica e “dessemelhante de outra”, faz-se necessário atribuir-lhe uma feição, uma “cara”, para que os seus habitantes possam identificar-se com o lugar em que vivem de forma homogênea, mas também de maneira particular e única. Portanto, tal qual a construção cultural, a identidade representa um trabalho coletivo de vários atores: “comunidades letradas e iletradas; grupos dominantes e dominados; comunidades integradas ou excluídas; todos contribuem com distinta intensidade, de modo diferente e em ocasiões diversas, para a produção desse dinâmico e mutável ‘caldo cultural’ ao qual o regionalismo costuma vir identificado” (AMARILHA, 2006, p. 11).

A ideia de identidade é comumente associada ao conceito de nação. Com base em Marilena Chaui, é possível afirmar que a ideia de nação organiza-se por elementos que visam a criar a unidade de um povo, tais como mesma língua, mesma pátria, mesma cor, mesmo território. São elementos destinados a estabelecer, no sentido de tornar estável, um *idem*, uma identidade em relação aos indivíduos de um país. Esta identidade sustenta o que se chama de identidade nacional, produzindo um efeito de unidade a partir de consensos e lealdades que

justificam um “nós” em oposição a um “eles”. Diante disso, explica a autora, “outros epítetos facilmente se somam à identidade, deslizando para identidade de grupo, identidade étnica, identidade de gênero, identidade linguística etc., mas que, acreditamos, são possíveis de serem resumidos no hiperônimo amplamente conhecido como identidade cultural” (CHAUI, 2006, p. 14).

Para Benedict Anderson, nação é uma “comunidade política imaginada”. As nações subsistem segundo as diversas formulações organizacionais e simbólicas que elaboram. Esta formulação organizacional mental deve conduzir à ideia de uma “comunidade imaginada”, já que os seus membros jamais chegam a se conhecer como em uma comunidade real. Os discursos da nação são, então, construídos com o intuito de criar sentidos que aproximem os integrantes da comunidade, estabelecendo referências comuns que possam ser compartilhadas entre os habitantes de uma nação (ANDERSON, 1989, p. 13).

A aproximação é fundamental para se manter a coesão, um fator imprescindível à nação. Para se manter a coesão é essencial que as identidades se misturem com outros sentimentos pertinentes, como os relacionamentos a gênero, grupo étnico ou racial, ideológico, político, afinidades culturais, para se formar uma grande aglutinação humana que encontra na nacionalidade o seu ponto de convergência. A nacionalidade representa, portanto, um valioso elemento de coesão e unidade nas sociedades modernas, um fator que legitima a atuação governamental.

Anderson afirma que a nação é imaginada como comunidade porque nas mentes dos seus habitantes está a imagem “de uma comunhão ou de uma fraternidade”.⁵⁸ Explica o autor que “[...] o iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico ordenado pelo poder divino”. Sem o poder divino, em nome de quem se “tutelava e administrava” as sociedades, ou seja, sem existir a ideia de um “ponto em comum” ou uma “pedra angular” convergente e supra individual por meio da qual todos se orientavam, surge uma lacuna no imaginário social, uma fissura no tecido da sociedade. Anderson conclui (provavelmente pensando nas guerras) que: “[...] É essa fraternidade (...) que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas também morram voluntariamente por imaginações tão limitadas” (ANDERSON, 1989, p. 15).

⁵⁸ Carlos Amarilha, por sua vez, afirma que “a nação tem o papel de representar todos os brasileiros como pertencentes a uma grande família nacional. Desse modo, a nação é compartilhada por todos sem discriminação, o que dá significado, importância e orgulho pertencer à mesma comunidade imaginada” (AMARILHA, 1989, p. 19). In: AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os Intelectuais e o Poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados/MS: UFGD, 2006.

Trazendo este cabedal de conceitos para a discussão sobre o tema da divisão de Mato Grosso, se observa que toda esta trajetória foi um processo pontuado por episódios que levaram ao surgimento de diversas fissuras no tecido da sociedade, causando um distanciamento entre os habitantes do Norte e do Sul do estado. Estes grupos distantes e desunidos politicamente traçaram fronteiras que impossibilitaram a (re)combinação de suas semelhanças em uma individualidade coletiva, o que selou, definitivamente, este afastamento. Foram edificadas fronteiras identitárias entre os dois grupos, mas que também são fronteiras em si mesmos. Como em uma frente de batalha que só se abre para o outro, para a alteridade e para o confronto, mato-grossenses, sulistas e nortistas construíram representações de si e do outro derivadas de um discurso ambivalente, em que se vislumbra o incitamento por parte daqueles interessados nos resultados na divisão.

As representações construídas através de discursos enviesados, elaborados por aqueles que defendiam ou tinham interesses na divisão, extrapolaram o âmbito político e alcançaram vários outros segmentos da sociedade, inclusive a imprensa. Entre os anos de 1959 e 1963 a Revista Brasil-Oeste participou deste debate, especialmente como voz consoante às ideias do movimento divisionista sulista. A revista, que se afirmava isenta de posicionamentos políticos ou de vínculos com grupos econômicos, tinha por objetivo declarado tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro. “[...] a (revista) Brasil-Oeste se preocupava em difundir reportagens sobre as inovações técnicas da produção agropastoril e, especialmente, a preocupação em elevar o nome do Estado de Mato Grosso diante do cenário nacional e também internacional” (SALGUEIRO, 2010, p. 205). Todavia, a pesquisa de Eduardo Salgueiro sobre as edições publicadas entre os anos de 1959 e 1963, pontua que a lógica jornalística do periódico (Revista Brasil-Oeste) não obedecia ao modelo de neutralidade e objetividade que tanto sugeria, e que seu posicionamento perante a questão do divisionismo serviria de exemplo para esta constatação. De forma regular, o teor das matérias jornalísticas reitera os argumentos dos defensores da divisão, debate a suposta assimetria entre os níveis de desenvolvimento econômico das regiões e veicula a velha e preconceituosa tese segundo a qual se atribuía toda a culpa pelo atraso mato-grossense à cidade de Cuiabá.

Na edição número 37, de Junho de 1959, o periódico publica artigo de autoria do Ex-Prefeito de Campo Grande, Demóstenes Martins. No texto, o posicionamento do Sr. Martins revela com clareza o seu posicionamento divisionista, já que “ele fez questão de frisar as boas possibilidades de progresso que desaguaria em ambas as regiões, do Norte e do Sul,

após uma possível divisão e, além disso, acredita que o poderio político do momento era (sic!) dos sulistas” (SALGUEIRO, 2010, p. 209-210). Martins é assertivo ao dizer que “se a proposta de divisão chegasse a ir para o pleito de uma votação, a vitória do movimento pró era provável, mas (...) os nortistas não deviam temê-la (pois), depois que cada uma seguisse seu rumo, certamente a separação privilegiaria ambas” (MARTINS apud SALGUEIRO, op. cit. p. 201).

Nathália da Costa Amedi explora com propriedade os impactos que este discurso ofensivo e agressivo sobre a capital de Mato Grosso passou a ter sobre sua população. Para Nathália, esta representação imaginária em relação a Cuiabá foi aos poucos deprimindo os ímpetos contrários a divisão, ampliando o distanciamento das regiões, ao passo que, pouco a pouco, conduziu os políticos nortistas a aceitar a divisão do estado (AMEDI, 2012).

A Edição nº 85 da Revista Brasil-Oeste, Ano VIII, 1963, foi emblemática. A revista publica um manifesto pró-divisão lançado na cidade de Cuiabá, com assinatura de várias figuras conhecidas do Norte do Estado. Parte da elite dirigente cuiabana, conta Salgueiro, estava “cansada de tantas agressões e reclamações advindas do Sul”. Com certo tom de ironia, os cuiabanos substituiriam o slogan divisionista, “Dividir para Multiplicar”, por “Dividir para Sobreviver”! A divisão, constatam os cuiabanos, os libertariam do “abandono e das inúmeras zombarias que lhes eram atribuídas” (SALGUEIRO, 2010, p. 215).

As representações imaginárias destinadas a desconstruir a identidade norte-mato-grossense tiveram como objetivo principal esgarçar a tessitura social que sustentava o estado, e com isso alcançar o intento maior que era o desmembramento das regiões Norte e Sul de Mato Grosso. Não obstante, ao contrário do que era difundido, havia inúmeras afinidades culturais, étnicas ou raciais, e até mesmo políticas entre os grupos do Norte e Sul do estado que permitiam a consolidação de uma unidade federativa lastreada nesta confluência. No entanto, ao ser fragmentada - de forma deliberada ou não - a “convergência cultural” entre as regiões foi transformada em “divergência cultural”, e ocasionou uma indisposição que não seria mais restaurada. Após anos de conflito e discussão, a imagem concebida pelos habitantes de Mato Grosso, em especial aqueles da região Sul, passou a fixar não mais o estado de Mato Grosso unificado, mas dois estados federativos separados e autônomos, cada qual com suas respectivas comunidades políticas e sociais. Uma vez que a nação é imaginada como uma comunhão ou uma fraternidade, então é possível afirmar que muito antes da divisão oficial, Mato Grosso já estava dividido nas mentes e corações de seus habitantes.

O jurista Paulo Bonavides em sua inspirada definição “poético-científica” de nação traz à baila os seus componentes, reiterando os elos metafísicos que compõem o conceito, que incluem a intuição de fraternidade, a comunhão do destino, das tradições históricas, a memória e a identidade cultural:

Nação é alma, consciência, sentimento, humanismo, cidadania e apotegma de valores. Nação é o povo na intuição da fraternidade, da justiça e da liberdade; nação é direito, integridade e dignidade cívica na comunhão do destino, na solidez compacta dos valores, no patrimônio dos tempos onde jaz a grandeza das tradições; na memória (...) coletiva da identidade, na correnteza das ideias que perenizam a energia do povo em se manter uno na adversidade e estoico na amargura dos reveses. Nação é a história e o idioma forjando o elo de união das gerações passadas, coevas e porvindouras, projetando assim a imortalidade da pátria e a eternidade do direito natural na consciência dos homens (BONAVIDES, 2008, p. 195).

Com efeito, a identidade nacional - ou a identidade regional - é uma construção carregada de elementos altamente emocionais. As narrativas sobre a nação são produzidas na história e na literatura nacional, e a partir destas plataformas de difusão do conhecimento são “criados” uma série de fatos, eventos, acontecimentos, cenários, símbolos, imagens, heróis, alegorias e mitos, que representam ou simbolizam as grandes conquistas, os triunfos, mas também os revezes e as perdas. Atacar estes elementos significa atacar identidade nacional.

Estes elementos dão sentido à nação e integram o sujeito-nacional no bojo desta “comunidade imaginada”. Paulo Bonavides, nesta extensa sequência de reflexões sobre o sentido e o conceito axiomático de nação, feita com base na história, nas tradições e raízes morais, culturais e religiosas de um povo, vislumbra que “estabelecer a identidade e a vocação da nação perpetua elementos de cultura, de vida, de solidariedade, de consenso e valor” (BONAVIDES, 2008, p. 196). Assim, além de conferir sentido à nação, os elementos emocionais que compõem a identidade nacional mantêm viva a dinâmica cultural e social de um povo.

Neste sentido, é assertiva a constatação de José Murilo de Carvalho sobre a importância da identidade coletiva consubstanciada no conceito de nacionalidade “[...] as nações requerem para a sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva para contrabalançar os muitos elementos divergentes que (...) tem de enfrentar. (...) Fatos e personagens históricos são reinterpretados, frequentemente pelos próprios historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a junção de elementos díspares” (CARVALHO, 2002, p. 398).

A cultura, um elemento fundamental da identidade, não é homogênea, uma vez que é composta por uma rede de significados socialmente estabelecidos. Conforme afirmado anteriormente, seria um equívoco dizer que existe uma identidade única do povo mato-grossense, permeando os variados habitantes espalhados pelos 141 municípios do Estado, em uma área pouco menor que a Venezuela. Todavia, a cultura precisa ser identificada como tal e, conseqüentemente, deve ser caracterizada por possuir uma certa harmonia e coerência, isto é, não pode ser intrinsecamente contraditória a ponto de comprometer a sutil construção da identidade. As culturas, pontua Carlos Amarilha, “com todo o seu arsenal simbólico e imaginário, confrontam-se, difundem-se e perpetuam-se”, e conclui:

Cultura é tudo aquilo criado pelo esforço e pela inteligência humana, quer mostrado sob a forma tangível, material ou intangível e imaterial (expresso em usos, costumes, ideias e ideais). É um sistema de atitudes, de juízos de valores, de modos de pensar, sentir e agir. É o modo de vida de uma sociedade, como resultado das transformações humanas e da soma do conhecimento humano (AMARILHA, 2006, p. 10).

Dos conceitos de nação, cultura e identidade nacional, deriva o conceito de nacionalismo. O conceito de nacionalismo para Flávio Benites teria sofrido grande influência “do pensamento europeu e de sua autoimagem frente às conquistas e colonização de novos territórios”, portanto, o conceito de nacionalismo teria “adquirido sentidos de superioridade racial e cultural”. Segundo o autor, ambos são conceitos “extraídos do quadro teórico de uma sociologia de vocação positivista combinada com certo darwinismo social que, atribuídos às relações sociais, tenderiam a considerá-las naturalizadas, dadas de antemão” (BENITES, 2013, p. 28). Dentro desta concepção o desenvolvimento e a evolução seriam expressões da nacionalidade, manifestações imanentes e próprias de determinadas nações, ou de determinadas regiões. Este pensamento, que associa desenvolvimento e evolução a um determinado *locus*, tem grande pertinência para a análise dos argumentos divisionistas, já que esta retórica regularmente vinculava Cuiabá e o norte-mato-grossense a um lugar atrasado.

No discurso dos sulistas divisionários transparece o desejo de se manter uma posição para si a partir de territorialidades, costumes e pertencimento. A estratégia é relembrar um passado ressignificado, em que o habitante do Sul de Mato Grosso se considera mais próximo da história e das tradições de São Paulo, a partir do que se diferencia do cuiabano. A produção historiográfica de Virgílio Corrêa Filho e a poesia produzida pelo bispo D. Aquino Corrêa revelam como é grande a influência da figura do bandeirante paulista na

tentativa de formação da identidade mato-grossense.⁵⁹ A história de Mato Grosso evidencia, ressalta a figura do desbravador paulista, procurando afirmar que neste personagem histórico está a ascendência dos mato-grossenses. O braço armado que aparece no brasão de Mato Grosso, criado por Dom Aquino, é o braço do próprio bandeirante, exatamente igual ao que está ao centro do escudo da capital paulista. O próprio bispo, em carta enviada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, admite ter copiado tal figura heráldica (PACHECO, 2008, p.11). Em relação ao brasão de Mato Grosso, com propriedade escreveu Zorzato:

Quanto ao resgate da origem bandeirante, pode ser percebida [...] ainda na criação do hino e do brasão de Mato Grosso, em 1918. De autoria do bispo e Presidente do Estado, Dom Francisco de Aquino Corrêa, a bandeira aparece desfraldada no brasão onde estampa-se um braço armado... (ZORZATO, 1998, p. 34).

O sentimento de pertença aos costumes paulistas faz com que o sul-mato-grossense, que se apropriou de forma mais plena da figura heroica do bandeirante, se represente como diferente e, de certa forma, superior. Esta prevalência seria, assim, a expressão do desenvolvimento e da evolução que caracterizariam a identidade sul-mato-grossense, fortemente associada à autoimagem do paulista-europeu.

Por este prisma, a divisão de Mato Grosso seria o resultado de uma aspiração atávica de se interditar o outro e representar a si próprio como superior. A superioridade se expressaria, também, pelo lugar que cada personagem desta narrativa ocupava. O Sul era representado com local de desenvolvimento, isto é, era uma região avançada e moderna, porque seus habitantes eram os vetores deste progresso. Por outro lado, a representação forjada para o Norte relaciona a região com questões indígenas, ou seja, um lugar isolado, um local com tradições e costumes ancestrais, distante, atrasado e selvagem

A estratégia de desconstrução da identidade mato-grossense acarretaria na derribada do projeto de um estado unificado, uma edificação que sempre sofreu abalos em sua estrutura, desde os momentos iniciais da República. Para marcar a diferença e insuflar o distanciamento entre as regiões, alteridades foram inventadas e realçadas, desarmonizando um numeroso e variado conjunto de traços culturais que eventualmente indicassem semelhanças entre o Sul e o Norte. Para manter-se de pé ao longo de sua existência como estado federado,

⁵⁹ O bandeirante está associado, inextricavelmente, ao início do desbravamento sistemático do Oeste brasileiro. A evocação da figura do bandeirante é central na formação da sociedade mato-grossense, ou seja, na formação da própria identidade de Mato Grosso. PACHECO, Ana Cláudia Marques. **As representações sobre o bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

Mato Grosso teve que realizar várias reformas para revigorar a sua integridade, tão constantemente afetada pelas investidas que propugnavam a separação.

Contra os ataques divisionistas, a “História de Mato Grosso” se apresentava como um anteparo, um contra-argumento que evocava a ideia de comunidade, que, por sua vez, se refere à imagem de fraternidade, e finalmente faz nascer o anseio por proteção e o consequente desejo de unidade. Esta tática tinha como objetivo trazer à tona a identidade regional produzindo um efeito de coesão a partir de consensos e lealdades que justificam um “nós” em oposição a um “eles” (ANDERSON, 1989).

A narrativa oficial sobre a “História de Mato Grosso”, ao longo dos anos que antecederam a divisão, foi utilizada como instrumento para alinhar os elementos constituintes do Estado: povo, território, governo; especialmente após os episódios que tencionavam e comprometiam a integridade de seu tecido social. Este método mostrou-se eficaz em diversas ocasiões; em realidade, trata-se da reprodução de uma estratégia que já havia sido estruturada nacionalmente.

No Brasil, coube oficialmente ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) o encargo de construir a imagem cultural da nação para consolidar e fortalecer o conceito de nacionalidade. Construir uma historiografia para o Brasil significava “fundar a própria nacionalidade”, a “identidade do povo brasileiro”.⁶⁰ Na construção de uma “História Oficial Nacional”, segundo Carlos Amarilha, “havia um sentido político de sustentação da Monarquia Brasileira e da formação da nacionalidade, (...) era responsabilidade do IHGB demonstrar que a vasta extensão territorial e suas diferenças regionais exigiam como regime político a monarquia constitucional” (AMARILHA, 2006, p. 11). Foi, portanto, no processo de construção e consolidação do Estado Nacional que as elites, lideradas pelo próprio Imperador, se engajaram no projeto de conceber uma história brasileira que desse os contornos para a nação brasileira e, especialmente, assegurasse uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações.

O processo historiográfico era influenciado pelo imperativo de se engrandecer a nação, por meio não apenas dos textos escritos e publicados na revista do IHGB, mas também

⁶⁰ O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, durante o período monárquico. Foi inspirado no *Institut Historique de Paris*, fundado dois anos antes em 1834. O IHGB desde a sua fundação contou com os beneplácitos de D. Pedro II, que se traduzia no direto apoio financeiro às ações do Instituto. A partir de 1840, o projeto de desenvolver uma política cultural para o país através dos estudos e pesquisas realizados no IHGB ganha mais expressão, o que atraiu membros da sociedade, elite econômica e literária do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 3).

Ver: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/governo_pedro.html. (Acesso em: 14.10.2014).

pela produção de “elementos simbólicos” como hinos, obras artísticas e literárias, datas comemorativas, pinturas, que o filósofo francês Pierre Nora denomina “lugares da memória” (NORA, 1993, p. 175). Lilia Moritz Schwarcz observa que a função do IHGB foi “[...] construir uma história nacional para demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional, além de garantir certa hegemonia cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). “Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa o instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos [...]” (SCHWARCZ, op. cit., p. 104).

O IHGB desejava criar a História do Brasil destacando seus grandes personagens e heróis, trazendo “à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira”. A necessidade de se estruturar a História da Pátria pode ser observada nas palavras de um de seus sócios, Carlos Frederico de Martins, em 1844: “A História é mestra, não somente no futuro como também no presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos... sobre o patriotismo” (RIO DE JANEIRO, 2014). Criar uma historiografia para o Brasil, o que significava “fundar a própria nacionalidade” era uma missão que não poderia ser executada sem, contudo, forçar o curso metodológico da produção historiográfica. Nesse sentido, quanto aos objetivos e métodos praticados pelo IHGB, é importante analisar os “discursos e seus autores”, pois conforme destaca Michael de Certeau, para se compreender o que se fala é necessário saber de “onde e quando” se fala:

(...) a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposição ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos (...) (CERTEAU, 1982, p. 66).

A produção historiográfica se move selecionando ou ocultando o indesejado, ao tempo que resgata do passado determinadas datas comemorativas, imagens, eventos, nomes e personalidades. Desta forma tece sua identidade cultural e produz suas próprias representações em uma dinâmica de lembranças e esquecimentos. Contar a “história” cumpre inúmeras finalidades, sobretudo o intento de engrandecer a vida dos mais influentes, daqueles que precisam criar em torno de si uma aura de importância que lhes assegure o poder de mando. A “história”, muitas vezes, é confeccionada exclusivamente para este propósito. A manutenção das elites dirigentes no poder exige o funcionamento de um conjunto de ações políticas destinadas a assegurar sua sustentação: condecorações, discursos ilustrados,

comemorações em datas importantes, homenagens a famílias pioneiras, a artistas, aliados políticos e também integrantes de minorias sub representadas na sociedade, fazem parte da rotina dos titulares do poder. Esta rotina de reconhecimentos públicos “conta a história” daqueles que são mencionados nestes atos, uma história meritória e auspiciosa. Estes personagens são mencionados porque são importantes, e por serem importantes são merecedores do poder. Assim, a história pode ser contada de forma a legitimar e perpetuar o poder de mando em uma sociedade.

Foi justamente esta a dinâmica adotada em Mato Grosso. As elites políticas da região perceberam a necessidade de construir sua própria memória, inserindo reminiscências e recordações altaneiras e excluindo lembrança e associações, por assim dizer, menos venturosas. A constituição e a propagação da “História de Mato Grosso”, seguindo essa ideologia, teve por principal objetivo a construção de uma nova identidade mato-grossense, que poderia ser evocada sempre que a legitimidade do poder constituído estivesse sob ameaça. Seria, portanto, um recurso imprescindível para a superação de crises de governabilidade, como aquelas que fizeram soçobrar os donos do poder no passado.

A fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) em 1919 e o Centro Mato-Grossense de Letras (CML) em 1921 cumpriram uma função decisiva no momento de redefinição da identidade regional. “Era necessário reordenar o passado – tempo, sujeitos e fatos históricos – em nome da identidade de um povo: o enterro do estigma da barbárie e a emergência dos destemidos e patriotas mato-grossenses, sentinelas das fronteiras, descendentes dos bandeirantes” (AMEDI, 2014, p. 39). Essa operação de “filtragens e silenciamentos” ocorre no plano individual e no âmbito coletivo: aqui o desafio é “determinar o que deve e o que não deve ser preservado” (SILVA, 2006, p. 19).

Oswaldo Zorzato observa que com a instituição do Instituto Histórico de Mato Grosso tem início a tarefa fundamental de se constituir uma “história oficial” em Mato Grosso, e esta história era livre dos estereótipos negativos e preocupava-se em enaltecer a terra mato-grossense. Assim, “[...] os memorialistas dão início à construção de um imaginário buscando estabelecer laços identitários e afastar estereótipos elaborados externamente, que, em geral, enfatizam aspectos negativos sobre a gente e o meio mato-grossense” (ZORZATO, 1998, p. 5).

Nas sociedades modernas caracterizadas por extensa desigualdade social, em que ocorrem disputas entre os diversos estratos sociais, a memória, mesmo sendo utilizada de forma velada, representa um instrumento de luta. Jacques Le Goff explica que o domínio

sobre este campo é objeto da ambição de grupos sociais, pois através destes mecanismos a memória coletiva pode ser manipulada: “(...) (conquistar a condição de) senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (...)” (LE GOFF, 1992, p. 53).

Uma identidade mato-grossense foi construída por integrantes de grupos sociais dominantes no Estado nas primeiras décadas do século XX, especialmente por volta do ano de 1919, ocasião em que se celebrou o bicentenário da fundação de Cuiabá⁶¹ por iniciativa do Governo de Dom Aquino Correia, que governou Mato Grosso entre 1918 a 1922. Para que isso fosse possível, entre outras medidas, as atividades culturais de exaltação a terra e ao homem mato-grossense foram enfatizadas. A intenção era cunhar uma unidade identitária e cultural significativa; dar nexos ao que era fracionado, por meio da representação das diferenças como unidade (MARIN, 2005, p. 60). Assim, “todo o período do governo D. Aquino” foi caracterizado por “inúmeras manifestações culturais marcadas pela exaltação à terra e ao homem mato-grossense” (GALETTI, 2000, p. 285).

À luz da divisão de Mato Grosso, é interessante notar que mesmo nos discursos proferidos na solenidade de instalação oficial do Instituto Histórico de Mato Grosso, segundo Galetti, foi veiculada a ideia de “[...] defesa de Cuiabá, de sua importância histórica e de sua manutenção como capital de Mato Grosso” (Ibid). Com efeito, as elites dirigentes do Norte de Mato Grosso viram nas comemorações uma interessante oportunidade de afirmação:

As circunstâncias do bicentenário mostraram-se uma interessante oportunidade para os dirigentes “cuiabanos” realçarem, no âmbito da “identidade mato-grossense”, o “valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso, e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense”. Esta estratégia se sustentava na premissa de que “as dificuldades de lidar com uma identidade estigmatizada pela ideia de barbárie não atingiam do mesmo modo a todos os mato-grossenses”, havendo fortes indícios de que “as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes-chave da identidade estigmatizada” (GALETTI, 2000, p. 266).

A necessidade de se escrever a “História de Mato Grosso” tornara-se evidente diante dos acontecimentos que tiveram início no Estado no ano de 1915. Previamente ao governo de Dom Francisco Aquino Corrêa, foi presidente de Mato Grosso o General Caetano Manoel de Faria Albuquerque, que assumiu o governo em 15 de agosto de 1915. Lenine de

⁶¹ No início do século XX, a comemoração do bicentenário da cidade foi um evento especial no processo de modernização de Cuiabá. A esperança da chegada “da civilização e do desenvolvimento econômico” com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil definiu aquele novo momento histórico da capital de Mato Grosso.

Campos Povoas explica que, durante o ano subsequente, em 1916, inúmeros conflitos armados eclodiram em localidades do Estado de Mato Grosso tornando-se insustentável administrar o Estado. Os líderes do Partido Conservador, liderados pelo senador Azeredo e a maioria absoluta dos deputados estaduais “abriram luta contra o chefe do Executivo” em razão de divergências na condução da política local e pela luta pelo poder.

A Intervenção Federal é decretada pelo Presidente Wenceslau Braz no Estado em janeiro de 1917, e durante um ano e doze dias o estado permaneceu sob o comando de interventores. “(...)Dois interventores governaram o Estado durante esse lapso de tempo: Camilo Soares e Crispiano da Costa Ferreira” (POVOAS, 1985, p. 92). A crise instalada era tão grave que as sessões da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) foram transferidas para Corumbá, episódio que ficou conhecido como *Caetanada*.⁶²

A ameaça de perder o título de capital foi percebida pela elite dirigente cuiabana e deu ensejo ao surgimento de um sentimento de unidade. O historiador Paulo Roberto Queiroz, considera, inclusive, que para manter o controle do estado foi necessário alinhar com os diferentes grupos que formavam a elite dirigente nortista um entendimento político para “[...] recuperar e manter o controle político do estado, encerrando a intervenção federal e antecipando-se aos possíveis desdobramentos políticos de um desenvolvimento do Sul desproporcional ao restante do estado”. Assim, “foi costurado um acordo para a constituição de um governo de união e pacificação, que seria presidido pelo bispo D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922)” (QUEIROZ, 2005, p. 06).

Enquanto os integrantes da elite declaravam-se, assim, “sentinelas avançadas da civilização no sertão” e resgatam suas origens europeias e de “bandeirantes desbravadores”, (...) “silenciando-se (no entanto) sobre o seu lado indígena” (GALETTI, 2000, p. 58). O norte-mato-grossense era referenciado como incapaz, preguiçoso, ingênuo e ignorante; estereótipos geralmente relacionados ao indígena. Para Zorzato, a memória criada, portanto, teve como objetivo principal fazer surgir um “sentimento de pertença ao grupo”, (...) “escamotear as desigualdades sociais” e, (...) “unir facções políticas rivais” (ZORZATO, 2000).

O tema da “luta contra a ameaça estrangeira” é explorado e a elite dominante local se coloca na posição do “defensor fronteiriço”. Outro elemento trazido ao imaginário é o de

⁶² A realização das sessões da ALMT em Corumbá espalhou preocupação entre os cuiabanos, receosos em perder o poder no estado. A elite cuiabana, em especial, mostrou-se muito preocupada que a cidade tivesse o mesmo destino que Vila Bela, a sua antecessora na condição de capital do estado “[...] Vila Bela, então cidade de Mato Grosso, que perdido seu status de capital, tornara-se moradia de alguns poucos escravos que por lá ficaram. Abandonada pelos brancos caíra em drástica decadência, definhando desde então em um estado de abandono e desolação” (GALETTI, 2000, p. 270).

um meio físico exuberante e saudável no qual se fixa o conceito do “pioneirismo” como um dos expedientes para a manutenção da denominada “primazia do mando” (ZORZATO, 1998, p. 15, 16). O conceito de “pioneirismo” surge, neste contexto, associado às qualidades de bravura e intrepidez que arrogavam a si próprios, superlativos que se faziam necessários no enfrentamento da brutalidade inóspita que caracterizavam regiões remotas de Mato Grosso. O pioneirismo seria o condão para o desenvolvimento, uma vez que as regiões remotas deveriam ser “conquistadas, domadas e trabalhadas” para, então, produzir os frutos (agropecuários) que representavam a expressão do progresso. Galetti destaca que a construção da identidade mato-grossense foi fruto do empenho das elites “nortistas”, especialmente elites cuiabanas, que se mostravam preocupadas com a distorção no processo de desenvolvimento entre a região Sul, que indicava forte ímpeto produtor, e os centros (considerados velhos) da “civilização mato-grossense” (GALETTI, 2000, p. 267-274).

A reação dos poderosos intelectuais cuiabanos às imagens depreciativas construídas sobre o Norte de Mato Grosso veio na forma de uma “contrapropaganda”, que consistia na elaboração de “identidades mato-grossenses”, e que ganharam o beneplácito da administração de D. Aquino Corrêa. Nas primeiras décadas do século XX “foi elaborada por membros dos grupos sociais então dominantes no Estado, intimamente vinculados às esferas do poder, uma identidade mato-grossense; (...) os conceitos e imagens então construídos (...) deveriam ser inculcados no restante da população” (QUEIROZ, 2005, p. 2).

Lyllia Galetti ressalta que esta “contrapropaganda” não teve início concomitante ao mandato de D. Aquino, todavia: “É (nesta conjuntura, 1918-1922) que essa febre e esta angústia características dos processos de constituição da identidade de indivíduos ou grupos sociais alcança seu ponto máximo, impulsionando a imaginação de inventar tradições e símbolos que falam de uma origem e de um passado comum” (GALETTI, 2000, p. 296).

(...) (É substituída) a imagem da violência e selvageria atribuída ao mato-grossense pela de “revolucionário” (...) de um lado, contrapõe-se a imagens externas que lhes são adversas e, de outro, buscam reconstruir uma memória que os aproxime, independentemente de sua vinculação política, tendo em vista a perpetuação do grupo no controle (ZORZATO, 1998, p.2).

Carlos Magno Mieres Amarilha comenta que o encargo de se criar uma identidade mato-grossense, portanto, “caberia aos filhos abastados de Cuiabá”. Nesse sentido, as construções narradas estariam comprometidas com uma história épica da conquista da terra mãe, e consecutivamente publicadas e republicadas pelos sócios do Instituto Histórico de

Mato Grosso. É certo que os membros do IHMT sempre permaneceram aliados com os poderes constituídos, e apresentavam-se como defensores da administração do gestor em exercício. Portanto, conclui Carlos Amarilha, “o IHMT sempre apoiou e legitimou os grupos políticos e famílias ligadas ao poder do Estado de Mato Grosso” (AMARILHA, 2006, p. 36).

No documento “A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon”, Maracajú, março – 1934, em que é contestado o teor da sua entrevista concedida ao Diário de São Paulo às pretensões sulistas, é destacada a fundação da “civilização sulista” em meio ao “deserto”. Este argumento reforça a imagem dos “sulistas pioneiros”, aptos ao “exercício do mando”. Aos sulistas é tributado o mérito de proteger as fronteiras, já os índios, por sua vez, não são mencionados (ZORZATO, 1998, p. 15-16).

O vigor da moderna atividade pecuária desenvolvida pelos sulistas seria, ainda, a expressão emblemática de uma, entre várias qualidades presentes na personalidade dos estrangeiros da região Sul. Ao lado da pecuária, são enaltecidas as demais atividades praticadas naquela região, tais como a agricultura e a indústria, os meios de transporte e a comunicação, os automóveis e a ferrovia. Um fator que parece ter sido apropriado e moldado na narrativa da elite dirigente sulista são as condições naturais da região. Uma espécie de determinismo geográfico fundamenta a diferenciação do espaço estadual de Mato Grosso em 3 porções. Neste esquema concebido, se afirma que a melhor parte geográfica coube ao Sul! “Entre o Sul e o Norte há a diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste” (A DIVISÃO, 1934).

Isto é, a região Sul era identificada por apresentar uma diferenciação em relação ao Norte. Esta diferenciação significava que o Sul teria se desvinculando do barbarismo tropical que define as regiões Norte do país; aliás, os termos Norte ou nortistas costumavam ser utilizados, no linguajar dos habitantes do Sul, para designar Cuiabá e sua gente. Dentro desta lógica, a região Sul estaria incluída no âmbito dos Estados considerados “civilizados” da zona temperada.

Um dos traços mais marcantes do documento A divisão... refere-se aos esforços dos sulistas para se afirmarem como “modernos”, “desenvolvidos” e, sobretudo, “civilizados”, em oposição às características consideradas “cuiabanas”, invariavelmente relacionadas ao “atraso” e à “decadência”. Em seu conjunto, no documento “A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon”, resta claro, ainda, o empenho em se definir o sentimento divisionista como um traço comum que caracterizaria a identidade sulista.

Em relação à cidade de Cuiabá, os impactos desta ofensiva sobre a condição de capital de Mato Grosso, deixaram marcas profundas no imaginário de seus habitantes. Nathália da Costa Amedi pontua que após efetivada a divisão do Estado Cuiabá se viu diante de um grande desafio: encontrar a sua vocação. O objetivo, naquele momento, era encontrar os caminhos para sair da “estagnação”, do “atraso” e do “isolamento” que parecia viver Mato Grosso e sua capital (AMEDI, 2012, p. 1). A autora conclui que, ao final da década de 1980, um “discurso preservacionista de valorização e resgate da cultura e da identidade cuiabana foi empreendido por artistas, intelectuais com aval do Estado de Mato Grosso e do município (AMEDI, 2012).

O desejo divisionista da porção Sul do antigo Estado de Mato Grosso foi marcado por momentos de disputa mais acirrada, seguidos de períodos de “calmaria”, portanto os anseios por separação não descreveram uma trajetória linear, constante e ininterrupta. Quando a divisão enfim ocorreu, em 1977, com “certa indiferença” em relação às populações tanto do Sul como do Norte, a questão da identidade sul-mato-grossense volta à baila. Aqueles que de fato detinham o poder, a “classe dirigente”, não mais estava imbuída em torno do ideal separatista, e aqui surge a necessidade de construção de um discurso histórico capaz “explicar” o fato consumado da criação do novo Estado.

Em Mato Grosso do Sul é oficializado um discurso identitário caracterizado pela objetividade, e, portanto, mais “palatável” e “atualizado” do que aquele formulado pelos divisionistas dos anos 30; livre dos estereótipos e determinismos que já não contavam com tanta aceitação na sociedade.

Para Mato Grosso o desafio não era propriamente “reformular a sua identidade”, mas promover um discurso preservacionista de valorização e “retomada” de sua cultura e da identidade cuiabana (tão criticadas durante anos de discussões), por meio da ação de artistas, intelectuais, e sob os auspícios do Estado de Mato Grosso e do município de Cuiabá.

É realizado um grande esforço no sentido de se afirmar a cultura popular mato-grossense, ao mesmo tempo em que se procura fazer uma releitura desta cultura à luz da modernidade, sem, contudo, dissociá-la das tradições que a caracteriza e a identificam como “especial”. E esse processo é incessante. Nos dias atuais, quando novos apelos culturais são lançados em escala planetária, é oportuno apurar o olhar sobre nós mesmos, mato-grossenses de todos os matizes, com o objetivo de conhecermos melhor quem somos, como já fomos e projetar como seremos, em busca de uma integração mais igualitária, mais democrática e com oportunidades de inclusão para todos.

Há muitas maneiras de se observar os fenômenos relacionados à cultura e à sociedade mato-grossense a partir do evento “Divisão do Estado”. Os olhares lançados por pesquisadores interessados em retratar alguns aspectos da sociedade mato-grossense atual, múltipla, complexa e, por vezes, contraditória, proporcionam a percepção de que a diversidade cultural mato-grossense é fruto de muitas variáveis, entre elas a extensão territorial, peculiaridades ambientais, o tempo de permanência dos agrupamentos nas áreas que os acolhem, a origem dos indivíduos e as formas de relações históricas com outras culturas.

Um cuiabano, um mato-grossense, tradicional ou não, um migrante ou mesmo um turista que passeia por Cuiabá e convive com os habitantes locais, é capaz de testemunhar as transformações sociais decorrentes do intenso movimento de afirmação da identidade mato-grossense que vem sendo construída ao longo de um século de história.

Igualmente interessante é notar as mudanças sociais ocasionadas pelo intenso movimento migratório oriundo do Sul do país, em busca de melhores oportunidades de vida e de ascensão social, em grande parte estimulado pelos incentivos governamentais e pelos empreendimentos particulares de colonização que se consolidaram a partir da segunda metade do século XX, estabelecendo núcleos urbanos em plena floresta amazônica e nos cerrados do Centro-Oeste.

2.3 Subjetividades e etnocentrismo: novas representações da identidade mato-grossense

Na segunda metade da década de 1960 se observa que após um ciclo bastante prolongado de ataques verbais e escritos, discussões e disputas diversas, o ânimo dos cuiabanos da região Norte em defesa da união do estado já não apresentava a combatividade aguerrida de outrora. Talvez em razão do feitio das investidas e das argumentações, que, neste ponto, readquiriram um viés explícito de subjetividade, como se “o mundo interno” dos divisionistas do Sul, composto por pensamentos, emoções, sentimentos e ressentimento, tivesse vindo à tona (FREUD, 1919, p. 60).⁶³

⁶³ A consciência, segundo Sigmund Freud é somente uma parte do aparelho psíquico; e a subjetividade, em grande medida, é resultado de processos psíquicos inconscientes. Assim, Freud explica que a consciência é uma qualidade transitória, que se liga a um processo psíquico apenas de passagem. (FREUD, 1919). In:

É através da subjetividade que são construídos os espaços relacionais, ou seja, por meio deste traço psicossocial nos comunicamos com o outro. Neste momento histórico a comunicação entre os dois grupos congêneres do Norte e do Sul do estado de Mato Grosso adquiriu novos e áspersos contornos. As contundentes críticas originadas da região Sul eram percebidas pelos habitantes da região Norte como insultos que ofendiam a honra subjetiva do cuiabano. A comunidade de sentimentos na qual repousava a identidade mato-grossense sofria abalos e tornara-se espaço de confronto.

As representações sobre as desigualdades no vasto território brasileiro e a dicotomia entre litoral-sertão integram os horizontes mentais das elites brasileiras desde o Império, e ganharam amplitude e profundidade com o regime republicano. A ideia de “barbárie dos sertões” (GALETTI, 2000) era especialmente associada às províncias mais desabitadas e isoladas pelas dificuldades de comunicação, como era o caso de Mato Grosso. Esta forte imagem depreciativa de Mato Grosso foi trazida à baila a partir da segunda metade da década de sessenta como recurso derradeiro para a concretização da divisão, uma espécie de “empurrão final”.

A rememoração das representações e apreciações negativas sobre o Norte de Mato Grosso como sendo um lugar atrasado e selvagem voltaram a repercutir na percepção dos mato-grossenses. O tom de denúncia do atraso econômico, político e cultural reapareceu compondo a argumentação divisionista e a região do estado é outra vez associada a um espaço social incivilizado (GALETTI, op. cit.). Os sulistas atribuíam aos nortistas uma determinada representação, e, com isso, definiam o papel que estes teriam dentro da sociedade e da política. Esta função social que caberia aos nortistas desempenhar, no entanto, estaria limitada pela sua própria condição étnica e cultural que lhes impunha barreiras inatas. Este pensamento soou extremamente insolente aos moradores do Norte.

Félix Guattari considera que a subjetividade é uma produção incessante em que participam múltiplos componentes e que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro, de uma história comum (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Esses componentes são resultantes da apreensão parcial que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Nesse sentido, Sonia Regina Vargas Mansano esclarece que valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos (ou desafetos) vividos nesses encontros.

Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa (MANSANO, 2009, p. 111). Os componentes presentes nas representações dos sulistas foram se atualizando, modificaram e foram reinventados ao longo das décadas, estabelecendo novas conexões e dando movimento à causa divisionista. De alguma forma a causa divisionista fomentava o distanciamento entre as regiões, que, por sua vez, retroalimentava a causa divisionista levando a novos afastamentos; como uma espiral de dissensões e desacordos da qual não se conseguia sair.

As “formações relacionais” que foram sendo construídas no âmbito da disputa entre o grupo dos sulistas e nortistas de Mato Grosso na década que antecedeu a divisão podem ser analisadas à luz do diálogo entre as proposições de Sigmund Freud e J. Lacan sobre a “vida psíquica” ou o “mundo interno”.

Segundo o psicanalista austríaco Sigmund Freud, a “vida psíquica” seria um lugar em que se inscrevem as instâncias às quais chamou de *id*, *ego* e *superego*. Segundo ele, o *id* é a instância mais antiga, na qual estão os instintos primários e a partir do qual se desenvolve o *ego* como sendo influenciado pelo mundo externo. Freud define uma relação do pré-consciente com o *ego* e do inconsciente com o *id*, já que: “é no *id* que todos os nossos instintos primários estão em ação; todos os processos no *id* se realizam inconscientemente. O *ego*, como já dissemos, coincide com a região do pré-consciente e inclui partes que normalmente permanecem inconscientes” (FREUD, 1923).

O psicanalista ao discorrer sobre a “renúncia ao instinto”, diz que o mundo exterior possui “forças inibidoras” que, ao serem internalizadas pelo sujeito, forma-se no *ego*, uma instância que confronta e censura o restante do *ego* num sentido crítico e admoestador. Essa nova instância é denominada de *superego*. A partir daí o *ego*, antes de colocar em funcionamento as “satisfações instintuais” exigidas pelo *id*, tem que considerar não apenas os perigos do mundo externo, mas também as objeções do *superego*, e então terá ainda mais elementos para abster-se de “satisfazer o instinto” (FREUD, op. cit.).

O *superego*, portanto, “defende” ou “exorta” os valores sociais, representados pelas leis, pela autoridade parental e pelo código moral adotado. A pessoa passa a se auto supervisionar, e, assim, controla suas ações mediante a observância das exigências morais da sociedade. Agora, este mecanismo não é linear, tampouco “funciona” como um sistema mecânico/cartesiano. Em certas circunstâncias, este esquema mental falha, e as ações não são controladas pelo *superego*, o que leva a irrupções emocionais que se expressam, principalmente, pela linguagem. É neste momento que o “mundo interno” composto por

elementos subjetivos como emoções, sentimentos e pensamentos vem à tona de forma atrapalhada.

O psiquiatra estruturalista Jacques-Marie Émile Lacan, por outro lado, critica e frisa não existir o conceito de “inteireza do sujeito” anunciado por Freud. Essa perspectiva freudiana, que apresenta o sujeito como “unificado e integrado” por estas instâncias da psique (id, ego e superego) é compartilhada e ampliada pela teoria lacaniana como um questionamento do sujeito “que se pretende origem de si mesmo, o sujeito centrado, capaz de discernir as ideias claras e distintas como propunha Descartes”. O indivíduo para Lacan seria “fragmentado em sua identidade”, e esta fragmentação da identidade é captada pela linguagem e pelos lapsos de memória que surgem do inconsciente. A fala (oralidade) manifestaria o inconsciente através de atos falhos, esquecimentos, chistes e de relatos de sonhos, enfim, aqueles fenômenos que Lacan nomeia como “formações do inconsciente” (LACAN, 1998, p. 496).

As duas perspectivas, de Freud e Lacan sobre a “vida psíquica” ou sobre o “mundo interno” no entanto, convergem no sentido de demonstrar que o processo “pensar-sentir-dizer” pode assumir direções divergentes ou erráticas na pessoa. Seja em razão da fragmentação da identidade ou pelas próprias limitações do sistema interno de “auto supervisão”, que está sempre sujeito às influências indecifráveis do inconsciente.

As formulações construídas pela psicanálise fornecem subsídios para auxiliar o exame dos discursos sobre a divisão de Mato Grosso. Mesmo possuindo características distintas, a linguagem empregada em algumas das peças discursais elaboradas, proferidas e documentadas pelos sul-mato-grossense acerca dos seus congêneres norte-mato-grossense, tais como “A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon”, os artigos jornalísticos do periódico Revista Brasil-Oeste ou os manifestos da Liga Sul-mato-grossense, parecem expressar uma “certa dose de ilusão” a partir de uma narrativa supostamente consciente de si mesma. Aqui, na relação sujeito-linguagem, se opera o processo de olhar a si próprio como se fosse uma “unidade coerente”. Conforme Lacan, “[...] A dimensão ego do sujeito se perde na própria linguagem”, isto é, (...) “eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto” (LACAN, 1998, p. 301). Se o sujeito, como aponta Lacan, não é uma unidade e perde-se na linguagem, então, o sujeito se inscreve na linguagem para poder se constituir enquanto tal (PÊCHEUX, 1988, p. 177).⁶⁴ Em outras palavras, o sujeito se perde

⁶⁴ Para Michel Pêcheux o sujeito do discurso é determinado sócio-historicamente, ou seja, “afetado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente (...) é na língua que o sujeito materializa os efeitos de evidência

na linguagem por não ter domínio completo sobre ela, visto que é constituído por um inconsciente e, por isso, pode falar mais do que pretende ou falar o que não gostaria que fosse verbalizado. A linguagem o submete tornando-o sujeito da linguagem ou cativo de suas palavras pois já não controla mais os efeitos ou os sentidos do que comunicou (FOUCAULT, 1985, p. 07).⁶⁵

As teorias da psicanálise são valiosos instrumentos para a interpretação dos debates sobre a divisão do Estado de Mato Grosso na medida em que revelam que, subjacente ao discurso pela separação, calcado em razões supostamente técnicas como as disparidades econômicas e os desacordos políticos, havia também motivações subjetivas inconfessáveis que, em alguns momentos, escapavam ao controle e afluíam, lastreadas na cultura, na história, na raça e na etnia, nos sentimentos e pensamentos do “universo interno” dos grupos envolvidos no debate, especialmente os sulistas.

Falar mais do que se pretende ou ver a si mesmo como uma unidade centrada, capaz de discernir as ideias claramente e, ainda, perder-se na própria linguagem, representam, conjuntamente, traços ancestrais definidores da personalidade humana. A influência imprevisível do inconsciente associada à fragmentação da identidade da pessoa seriam as razões, segundo a psicologia, para tais manifestações. Já as Sagradas Escrituras, por sua vez, também se ocupam deste tema no Antigo e no Novo Testamentos.

Há ao todo 32 passagens na Bíblia que se referem, de forma exortatória, acerca dos vários aspectos relacionados à língua/linguagem. Na Bíblia, no entanto, a razão que explica a incapacidade do homem de ter domínio sobre a língua (ou sobre a linguagem) não é o inconsciente, mas sim o “pecado”, que tal qual o inconsciente na visão psicanalítica, também integra a constituição do homem.

No livro de Provérbios no Antigo Testamento da Bíblia (Nova Versão Internacional), a questão do “falar” e das “palavras” é recorrente. Como exemplo, trazemos à colação os versículos 19, 20 e 21 do Capítulo 10 do Livro de Provérbios de Salomão:

resultando no que se conhece como os dois esquecimentos (ilusões), os quais podem ser resumidos assim: o sujeito imagina-se origem de seu dizer e capaz de controlar o que diz ou os sentidos do que diz”.

⁶⁵ Sob a ótica discursiva, segundo narra M. Foucault, o sujeito possui um caráter histórico; não tem existência em si, a priori, mas se constrói no decorrer da história e no bojo das relações sociais. Portanto, “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1985). In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Quando são muitas as palavras, o pecado está presente, mas quem controla a língua é sensato. A língua dos justos é prata escolhida, mas o coração do ímpio quase não tem valor. As palavras dos justos dão sustento a muitos, mas os insensatos morrem por falta de juízo (BÍBLIA SAGRADA, 2001, p. 846).

No Livro de Provérbios a posição central de Deus é referida em todas as páginas. A sabedoria expressa no livro de Provérbios é a base, no Antigo Testamento, para as muitas exortações práticas das epístolas do Novo Testamento, fato esse verdadeiro, tanto no que respeita aos catorze discursos, como no que tange à vasta série de instruções e observações vigorosas que compõem a maior parte do livro, que abordam muitos aspectos da vida cotidiana, incluindo o “falar”.

Pela prisma evangélico-cristão, a fala pode ser veículo de benção ou edificação, como também pode ser um instrumento de maldição ou destruição. O controle da fala se dá através de um coração contrito e observante aos preceitos do Senhor, mas, em todo caso, a “língua”, usada aqui como sinônimo de linguagem, deve ser sempre aplacada, silenciada, contida, tornada muda, pois o homem, um pecador em sua essência, está sempre suscetível de incorrer no erro de dizer aquilo que não deveria jamais ser dito.

A epístola de Tiago, claramente cristã, remete ao ensino da chamada “literatura da sabedoria” do Antigo Testamento, conforme encontramos nos livros de Jó, Provérbios e Eclesiastes. Isso põe o bem e o mal em confronto, e se refere, basicamente, ao tema da “religião pura”. Epístola de Tiago, capítulo 3, versículo 1 a 14:

Meus irmãos, não sejam muitos de vocês mestres, pois vocês sabem que nós, os que ensinamos, seremos julgados com maior rigor. Todos tropeçamos de muitas maneiras. Se alguém não tropeça no falar, tal homem é perfeito, sendo também capaz de dominar todo o seu corpo. (...) Com a língua bendizemos o Senhor e Pai e com ela amaldiçoamos os homens, feitos à semelhança de Deus. Da mesma boca procedem bênção e maldição. Meus irmãos, não pode ser assim! (BÍBLIA SAGRADA, 2001, p. 1596).

Uma improvável conexão simbólica pode ser vislumbrada nos diálogos que Sigmund Freud e J. Lacan tecem sobre a “vida psíquica” e as exortações da Bíblia Sagrada sobre o “falar”, tendo como ponto de convergência a relação sujeito-linguagem.

Freud explica que o ego, antes de dar vazão às “satisfações instintuais” (mundo interno) exigidas pelo id, considera os perigos do mundo externo e as objeções do superego, após o que, abstêm-se de satisfazê-las (FREUD, 1923).

Lacan, de sua parte, questiona a figura do sujeito centrado, que na perspectiva freudiana é apresentado como inteiro, apto a discernir as ideias claramente, tal qual propunha Descartes. Argumenta Lacan ser o indivíduo “fragmentado em sua identidade”, e esta fragmentação é captada pela “linguagem”, à qual não domina (LACAN, 1998, p. 496).

Já as Sagradas Escrituras atribuem não ao “inconsciente” ou à “fragmentação da identidade do indivíduo”, mas à “natureza pecaminosa do ser humano” a incapacidade de refrear-se, em especial quanto ao que “fala”. O livro de Provérbios e epístola de Tiago, por serem textos referidos como “literatura da sabedoria”, são emblemáticos ao demonstrar a exortação divina quanto as prescrições de conduta. A exortação pelo cuidado com a “fala” ou com a “língua” é incessante, e os fiéis devem estar prontos para serem testados pelas provas e tentações: “Vejam como um grande bosque é incendiado por uma simples fagulha. Assim também, a língua é um fogo; é um mundo de iniquidade (BÍBLIA, Epístola de Tiago, cap. 3, versículo 6).

Os conflitos identitários estabelecidos entre os mato-grossenses da região Norte e aqueles da região Sul irromperam, no estado, na forma de discursos que se confrontavam: o discurso do sulista e o discurso do cuiabano. Não seria demasiado afirmar que a origem do processo de divisão de Mato Grosso teve origem na “fala”, emoldurada por uma linguagem que foi, ao longo dos anos, definindo os contornos da disputa ao passo que provocava, impulsionava e tensionava o movimento divisionista.

É principalmente pelo encontro da língua com a história, ou seja, através da relação desses dois elementos que os sujeitos mato-grossenses e sul-matogrossenses produzem enunciados cujos sentidos definem sua identificação e sentimento de pertença a este ou àquele grupo. O norte-mato-grossense, para legitimar sua posição de ser da terra, formula e define sua identidade a partir da relação com as “tradições” e com a “história”, assim, constrói e fixa sua identidade a partir da relação com questões indígenas, com a escravidão negra e, embora raramente, com a colonização ibérica. O sul-mato-grossense, por sua vez, produz um discurso no qual se coloca como “autor do desenvolvimento econômico”, que se expressa no êxito das atividades agropastoris, e a partir desta plataforma busca fixar sua identidade.

Em ambos os casos, permeiam as narrativas com forte apelo etnocêntrico que buscam dar vazão a sentimentos de autoafirmação. À luz da perspectiva freudiana, a comunicação travada entre os habitantes do Sul e do Norte, ao carregar um sentido preconceituoso e autocentrado, revela a intenção não declarada de satisfazer desejos

narcisísticos. As Sagradas Escrituras, de sua parte, “explicam” esta distorção na relação sujeito-linguagem pela natureza corrompida do homem e sua incapacidade de refrear-se em relação ao que fala: “[...] a língua, porém, ninguém consegue domar. É um mal incontrolável, cheio de veneno mortífero” (BÍBLIA, Epístola de Tiago, cap. 3, versículo 8).

Da mesma forma, o exame das peças discursais sobre a divisão de Mato Grosso, tais como “A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon”, manifestos da Liga Sul-mato-grossense, e também os artigos jornalísticos do periódico Revista Brasil-Oeste, desvela a “fragmentação” da qual se Lacan refere. Ao se “perderem na linguagem” (LACAN, 1998), os autores dos documentos deslocam as argumentações do campo objetivo para a seara subjetiva, a partir do que passam a expressar convicções eivadas de intolerância e discriminação.

Após a divisão, que ocorreu em 1977 à revelia das populações do Norte e do Sul, o tema da identidade sul-mato-grossense emergiu com grande ímpeto. As elites sulistas dirigentes já não mais estavam mobilizadas em torno da ideia de divisão, o que parece ter inaugurado um período de construção do discurso histórico apto a assimilar a divisão, que já era um fato consumado. Este movimento implicou no desafio de se empreender a construção de uma História que inserisse a ideia da divisão como algo inevitável, uma decorrência natural da evolução social. No bojo deste processo é construído um discurso identitário caracterizado por Paulo Cimó como “flagrantemente mais simplificado que aquele dos divisionistas dos anos 30 (desaguando, muitas vezes, num reles determinismo geográfico-histórico), esquecem-se os descaminhos da história do divisionismo e criam-se mitos como o do ‘Estado de Maracaju’” (QUEIROZ, 2005, p. 7).

Não seria possível pensar na vida humana sem este trabalho mental de construção de sentidos e de diferenças significantes. A questão que se impõe é conhecer a maneira como valores e normas são utilizadas para contar as “narrativas-mestras” que todos precisamos para nossas próprias identidades. A aceitação das narrativas-mestras depende da inscrição de normas e valores em características históricas de si e do outro. A maneira usual de se fazer isto é através do etnocentrismo, ou seja, inscrevendo valores positivos na imagem histórica de si mesmo e valores negativos e opostos na imagem dos outros. Nessas atribuições assimétricas, a alteridade continua profundamente ligada ao eu próprio das pessoas e é

amparada por dois princípios de geração de sentido histórico: o centralismo e a teleologia (LÉVI STRAUSS, 1996).⁶⁶

O centralismo significa uma acumulação de vantagens no curso da história de uma pessoa. Jörn Rüsen, explica de forma pedagógica este termo, utilizando como exemplo “a tentativa engraçada dos historiadores em dar crédito da invenção de novidades importantes o máximo possível ao seu próprio povo” (RÜSEN, 2008, p. 285).

Muito frequentemente, essa reivindicação é relacionada à própria origem da pessoa. Desde os primórdios, seu próprio povo fica à frente de algo de alta importância para a humanidade em geral. Já a perspectiva teleológica confirma uma promessa de futuro através das origens do passado. Assim, o outro é definido por uma derivação negativa dos conjuntos de valores próprios de alguém, ao ser colocado nas margens de seu próprio território e pela continuação de sua diferença desde o início até o futuro.

Tradicionalmente, este etnocentrismo é triunfante; hoje, pelo menos no mundo ocidental (mas parece ter se tornado universalizado), ele mudou para a tendência de autovitimização. Mas a lógica em si não mudou: as vítimas são inocentes, os outros são acusados. Mesmo a negação pós-moderna das narrativas-mestras pode ser entendida pela mesma linha: aqueles que a seguem pensam que eles são o único povo ou cultura no mundo que se livrou desse meio cultural de formação de identidade não civilizado e supressivo, a narrativa-mestra (RÜSEN, 2008, p. 286).

O etnocentrismo é a fonte cultural para o que Samuel Huntington (1996), chamou de “o choque das civilizações”. Huntington estima que nos tempos atuais, este choque não ocorreria apenas com símbolos e palavras, mas também com armas de destruição em massa, e assim o tema tornou-se uma questão de sobrevivência comum na inter-relação de diferentes culturas. “Deve ser conferida a maior importância à questão sobre como este etnocentrismo pode ser superado, sobre como lidamos com a cultura como objeto de pesquisa e interpretação” (RÜSEN, 2008, p. 287).

Uma abordagem metodológica para este impasse surge através dos chamados valores universais⁶⁷ que podem ser aceitos por todas as culturas. Mas esta solução carrega consigo certas dificuldades. Segundo esclarece Jörn Rüsen:

⁶⁶ Para o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, o etnocentrismo consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais: morais, religiosas, sociais, estéticas, que são as mais afastadas daquelas com as quais nos identificamos. “Hábitos de selvagens”, “na minha terra é diferente”, “não se deveria permitir isso”, etc., tantas reações grosseiras que traduzem esse mesmo calafrio, essa mesma repulsa diante de maneiras de viver, crer, ou pensar que nos são estranhas. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Em uma (...) visão ideologicamente crítica pode-se dizer que o universalismo ocidental é uma ideologia de peculiaridade cultural que esconde sua reivindicação cultural de dominação sobre o resto do mundo. E alguns intelectuais muito radicais falarão de genocídio cultural pelo universalismo (...) este é sempre contextualizado por uma cultura específica e este contexto não pode ser ignorado quando o conjunto de valores é aplicado a relações interculturais (RÜSEN, 2008, p. 287).

Cada identidade é logicamente única, argumenta o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen. “A unicidade inclui a universalidade com respeito ao seu caráter normativo enquanto sua posição é a maior em comparação com o sistema de valores que define a diferença. Este é o caso sempre que os outros reivindicam a mesma posição para sua comparação e definição” (RÜSEN, 2008, p. 286).

Rüsen utiliza como exemplo um excerto bíblico constante no livro de Deuteronômio, que faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída a Moisés.

[...] se Deus é a máxima referência de identidade, o problema que eu tenho em mente é expresso pelo Primeiro (sic!) Mandamento da Bíblia: ‘Eu sou o Senhor teu Deus, que te libertou da terra do Egito, da casa da escravidão. Não deverá ter outros deuses perante mim.’ (Deuteronômio, 5:6-7.) A essência normativa da unicidade tem uma implicação universalista e é esta implicação que faz o etnocentrismo tão amargo e carregado de violência.

As culturas arrogam a si a primazia religiosa e conclamam os demais a incorporá-los nesta unicidade. Isto promove um choque direto entre povos que estão dispostos - e legitimados do ponto de vista espiritual - a combater estes cultos, mormente considerados heréticos. A universalidade enquanto proposta seria, assim, uma formulação paradoxal: antitética em suas premissas e conceitualmente contraditória; sua execução no dia-a-dia da convivência social revela-se inconciliável, turbulenta.

Os discursos contidos no livro de Deuteronômio, em seu conjunto, reforçam o conceito de que servir a Deus não é apenas praticar a sua lei. Moisés professa enfatiza a obediência como consequência do amor a Deus, ou seja, a obediência é uma manifestação do

⁶⁷ Em sua última entrevista a uma rede de televisão brasileira, Eric Hobsbawm comenta que: “O universalismo dos ideais do Iluminismo e sua crença na razão e na possibilidade de um mundo melhor fizeram dele a base fundamental para a sociedade civilizada. Seu objetivo era melhorar a vida de todos homens. O ideal de Sarastro em ‘A Flauta Mágica’, de Mozart, era ‘ser um ser humano’, não um nobre ou camponês, muçulmano ou judeu, branco, preto ou moreno. Seja qual for a crítica histórica que se faça aos pensadores do século XVIII, esse deve continuar a ser nosso ideal, especialmente quando as alternativas reais às sociedades baseadas no Iluminismo hoje são o fundamentalismo religioso, o nacionalismo racista e xenófobo, e guerras que legitimaram oficialmente o que o Iluminismo acreditava ter abolido, a prática de tortura pelos estados. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/10/01/em-sua-ultima-entrevista-ao-prosa-hobsbawm-avaliou-sua-obra-467988.asp> (Acesso em: 15.10.2014).

amor a Deus: "Amarás a Javé teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e com todo o teu entendimento" (Deuteronômio, 6:5). Também é destacado o "caminho das bênçãos e das maldições" (Deuteronômio, 30:1), no qual Deus exorta o povo a seguir seus mandamentos, pelos quais o povo ou seria abençoado, ou receberia maldições.

O arrependimento e a conversão a Deus, que é infinitamente misericordioso, resulta no perdão, caso contrário exigiria um sacrifício de sangue, em geral a morte de quem "pecou" contra Ele. "Pois o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, o nosso salvador" (Romanos, 6:23). Assim, o objetivo central é a promoção da fidelidade à aliança com Deus, o que afasta a possibilidade de se efetuar outras alianças com outros deuses, através de um processo paralelo de compreensão/devoção. Isto porque a fidelidade é estremecida pela aceitação de outros deuses, o que revela o contrassenso da proposta universalista.

A divisão do Estado de Mato Grosso representa um dos acontecimentos mais significativos de sua História. Ao longo de todo o século XX a identidade do povo mato-grossense foi sendo construída e reconstruída no âmbito do relacionamento que estabelece com os habitantes da região Sul do Mato Grosso, e também com cidadãos de todo Brasil. É aqui que a identidade surge, do encontro de culturas, exatamente na fronteira da diferença, do contato com o "estranho", onde cada um segue suas próprias crenças religiosas, convicções políticas, tradições e costumes, eivados sempre de um ancestral sentido histórico. Este processo de formação da identidade do mato-grossense segue em formação, em meio às influências de natureza política, psicossocial, econômica e ideológica do nosso tempo. Por suas variadas e peculiares características, o processo histórico de evolução da identidade mato-grossense proporciona uma rica e instigante análise da subjetividade humana, que por sua vez, também representa uma "construção" ou uma "invenção".

2.4 Crescimento econômico, desenvolvimento humano e os indicadores sociais na terra do agronegócio

A divisão de 1977 representa um marco para a economia de Mato Grosso. A análise de indicadores socioeconômicos do período anterior à divisão (1970 a 1977) revela que a zona Norte era economicamente menos dinâmica que a região Sul. A arrecadação tributária da região onde hoje é o estado de Mato Grosso do Sul, também apresentava melhor desempenho. Este resultado fiscal mais robusto na região Sul era diretamente influenciado pela produção agrícola e pecuária, que naquela região movimentavam volumes bem maiores do que o Norte.

O Sul obteve, em 1977, aproximadamente 71% de toda a arrecadação total do Estado, confirmando o seu dinamismo econômico em comparação ao Norte. “De fato, a tão alardeada superioridade econômica que o Sul esbanjava como justificativa para defender a divisão se verificou também nesse período” (MURTINHO, 2009, p. 38).

Até mesmo a densidade demográfica do Norte mato-grossense no período pré-divisão era inferior que a do Sul (IBGE, 2014). A análise demográfica indica que a partir da década de 1970, no entanto, o crescimento populacional na região Norte de Mato Grosso passa a ser expressivo. Mato Grosso entre 1970 e 1980 obteve um crescimento anual de 6,62%, enquanto que no Centro-Oeste e Brasil o mesmo foi de 2,98% e 2,49%, respectivamente. Na década seguinte o estado se manteve, basicamente, no mesmo ritmo. Entre 1980 e 1991 o estado de Mato Grosso apresentou um crescimento populacional anual de 5,4%, bem superior à média nacional de 1,9%. Este crescimento esteve fundamentado no intenso processo de migração, já que o território estadual se constituía uma área de fronteira agrícola.

Gráfico 2. Participação do Norte e Sul na arrecadação de Mato Grosso de 1970 a 1977 (%)

Fonte: SEPLAN/ MT anuário estatístico 1968 a 1990. Elaboração própria.

Gráfico 3. Evolução da população de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 1940 a 2010 (mil habitantes).

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria.

No começo de 1991, uma retração é observada, e dura até a primeira década do século XXI, que apresenta uma taxa de 2% ao ano. Esta diminuição no seu crescimento populacional pode ser explicada pela enérgica queda dos fluxos migratórios. O estado possuía, em 1940, 239 mil habitantes. Em 1980 registrou uma população acima de 1,3 milhão de habitantes e em 2010 o total de habitantes ultrapassou, no último censo, 3 milhões de pessoas com uma densidade demográfica de 3,38 habitantes por quilômetro quadrado (SEPLAN, 2012, p. 51).

Nas fases iniciais de sua história econômica Mato Grosso foi caracterizado pela atividade extrativista mineral, após o que passou a explorar o comércio extrativista vegetal e no início do século XXI se consolida, enfim, como “dínamo” agropecuário nacional. No início do século XX, a produção agrícola mato-grossense ainda não apresentava características de exportação. Fernando Tadeu de Miranda Borges considera que a proposta dos produtores agrícolas à época era apenas “explorar certas vantagens absolutas de Mato Grosso por meio da extração de produtos nativos ou da utilização de vastíssimas pastagens naturais” (BORGES, 2001, p. 50).

No período pré-divisão a agropecuária mato-grossense não ficou incólume aos fatores internacionais que se abateram sobre o país. Entre os principais acontecimentos, destacam-se as crises do petróleo ocorridas na década de 70, que elevaram de forma abrupta o preço do barril de petróleo desequilibrando toda a economia. Neste contexto de descontrole, a produção agropecuária passou a ser utilizada pelo governo como instrumento extra monetário para controlar os preços de produtos. “Com a recessão do crédito internacional e a pressão inflacionária no país, a produção agrícola torna-se um mecanismo de controle de preços” (HECK, 2006, p. 73).

Porém, já no início dos anos 70 o ritmo de crescimento apresenta vertiginoso declínio no “núcleo do capitalismo mundial”; inversamente proporcional a esse declínio, as taxas de desemprego e inflação sobem drasticamente. Essa combinação deu origem ao termo “estagflação”, ou seja, a junção entre estagnação do crescimento econômico e alta das taxas de inflação.

Na perspectiva teórico dominante à época - o keynesianismo -, esclarecem Flavio e Alexandre Saes (2013, p. 535), “[...] a inflação resultaria de pressão da demanda sobre uma economia em que não havia desemprego nem capacidade ociosa dos bens de produção. Ao contrário, quando o desemprego fosse elevado ou crescente, não deveria ocorrer aumento da taxa de inflação”. Não era isso que se observava na grande parte dos países capitalistas

desenvolvidos, “[...] entre 1950 e 1993, houve aumento do desemprego e flutuação das taxas de inflação” (SAES, Fávio; SAES, Alexandre, 2013).

Com o propósito de contribuir para a solução dos desafios sociais advindos da modernização do segmento agropecuário, e ainda para sustentar o desenvolvimento da “nova fronteira agrícola”, caracterizada por grande potencial econômico que surgia na região sul de Mato Grosso, foi criada em 13 de junho de 1975, a Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Dourados (UEPAE de Dourados) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Gráfico 4. Evolução da taxa de crescimento anual de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Centro Oeste e Brasil de 1940 a 2010 (% ao ano).

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria.

Uma vez que o Governo Federal decidiu incentivar a ocupação da Amazônia Legal, o Mato Grosso torna-se a “nova fronteira agrícola” do país. Isto porque a produção agropecuária passa, paulatinamente, a ser desenvolvida em bases empresariais e em larga escala. O influxo de migrantes sulistas representou um marco nesta mudança do padrão produtivo, com grandes repercussões sobre a sociedade local. De modo inverso, também se observa um grande movimento de pessoas que deixam o campo em direção à cidade. “Houve, neste período, uma grande migração da população da zona rural para o espaço urbano, em busca dos novos empregos que surgiam” (HECK, 2006, p. 70). Ao se desenvolverem, as cidades passam a incorporar as forças de reprodução da economia capitalista, produzindo

amplo progresso técnico e concentração de capitais, na esteira do processo de global de produção e circulação de produtos.

A atividade econômica do Estado, então, desloca-se para a produção de commodities agrícolas destinadas para a exportação. Na área urbana, o Estado buscou formas de aumentar a produção enquanto objetivava fortalecer a indústria através da internalização de fábricas especializadas na produção de máquinas e insumos agrícolas. A agricultura tradicional é substituída por uma agricultura moderna e tem início a abertura de importantes negociações comerciais internacionais, ou seja, a “Revolução Verde” se instala no Brasil.

Os incentivos do Governo Federal foram o principal fator impulsionador das mudanças nas características da produção agropecuária brasileira, que passou então a ser destinada à exportação. As políticas agrícolas implementadas significaram para Cláudia Regina Heck um “[...] conjunto de ações econômicas voltadas para o setor primário que visam a ampliação da produção de alimentos através da concessão de créditos, subsídios, seguros entre outros” (HECK, 2006, p. 74 e 75).

Outro aspecto central no desenvolvimento do agronegócio mato-grossense para alcançar o mercado externo diz respeito à mencionada política migratória aplicada pelo Governo Federal.

A colonização que se efetivou nos anos 70 em Mato Grosso proporcionou uma migração de pessoas com o sonho de terem lucro com a posse de terras baratas (houve muita decepção pelo caminho), na maioria das vezes financiadas pelo Estado ou por empresas particulares de crédito e subsídios (as dificuldades para saldar as dívidas também não foram fáceis). A outra iniciativa decisiva foi a implantação de políticas federais como o POLAMAZONIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, PODREGRAN e outros que investiram no melhoramento da infraestrutura das regiões em que foram implantadas (o governo federal levou a frente um projeto de internacionalização da economia brasileira) (MURTINHO, 2009, p. 93).

O setor agropecuário de Mato Grosso foi contemplado com recursos de todos os programas governamentais tornando-se um dos maiores beneficiados com a vinda dos imigrantes. A migração para Mato Grosso estava diretamente relacionada à implantação dos programas do Governo Federal, que permitiram o desenvolvimento da produção em dimensões industriais através da mecanização/automatização dos processos no campo e sofisticação da gestão da operação. As condições precárias da infraestrutura, especialmente a

malha viária e o suprimento insuficiente de energia para o campo foram superados em determinado momento, mas a escala de produção cada vez maior e a competitividade ínsita do agronegócio, continuaram impondo ao Poder Público uma incessante agenda de melhorias para o setor, especialmente quanto a logística para o transporte de grãos. Este processo de modernização da agricultura responsável pela mudança no paradigma produtivo do estado foi uma conquista árdua e marcada por resultados por vezes contraditórios.

Tabela 5. Representatividade das exportações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nas exportações do Centro-Oeste e do Brasil de 1998 a 2014.

Ano	Participação Mato Grosso/Centro- Oeste (%)	Participação Mato Grosso do Sul/Centro-Oeste (%)	Participação Mato Grosso/Brasil (%)	Participação Mato Grosso do Sul/Brasil (%)
1998	53,7%	14,4%	1,3%	0,3%
1999	57,3%	16,9%	1,5%	0,5%
2000	56,4%	13,8%	1,9%	0,5%
2001	56,5%	19,2%	2,4%	0,8%
2002	62,9%	13,5%	3,0%	0,6%
2003	57,5%	13,1%	3,0%	0,7%
2004	59,8%	12,4%	3,2%	0,7%
2005	57,8%	16,0%	3,5%	1,0%
2006	57,8%	13,4%	3,1%	0,7%
2007	52,9%	13,4%	3,2%	0,8%
2008	55,2%	14,8%	3,9%	1,1%
2009	59,7%	13,7%	5,5%	1,3%
2010	54,1%	19,0%	4,2%	1,5%
2011	53,3%	18,8%	4,3%	1,5%
2012	54,1%	16,4%	5,7%	1,7%
2013	55,7%	18,5%	6,5%	2,2%
2014	54,1%	19,2%	6,6%	2,3%

Fonte: MDIC – Secex – Aliceweb (2015). Elaboração própria.

Gráfico 5. Evolução da balança comercial de Mato Grosso de 1998 a 2014.

Fonte: MDIC – Secex – Aliceweb (2015). Elaboração própria.

A década de 90 reservou grandes desafios para a agricultura brasileira, pois neste decênio tem início o processo de abertura comercial do país. A agricultura nacional, patrocinada em grande parte pela iniciativa privada se vê obrigada a competir com outros países que subsidiam indiretamente grande parte do setor primário. Enquanto o Estado brasileiro se volta para estimular a industrialização e a modernização agrícola, no continente europeu e nos demais países desenvolvidos, após a crise de superprodução, começam a se acelerar os movimentos de proteção estatal de seus produtos agrícolas. “Assim, enquanto os ganhos das exportações agrícolas dos países subdesenvolvidos são financiados pelo aumento da produtividade, com certo apoio estatal, porém largamente insuficiente, nos países desenvolvidos, tais ganhos, calcados na tecnologia, somente são possíveis com os subsídios e protecionismos estatais” (HECK, 2006, p. 72).

O Brasil se depara com a desfavorável situação de disputar no mercado internacional com países que aplicam fortes subsídios à produção agrícola, distorcendo os preços das comódites negociadas. O agronegócio brasileiro, em particular o do algodão, segunda principal cultura em Mato Grosso, entrou para a história da Organização Mundial do

Comércio (OMC) com a decisão do painel que questionava os altos subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos a seus produtores.

Para Flavio e Alexandre Saes (2013, p. 554), a década de 1990 aprofundou tendências já observadas em 1970: integração mais ampla das economias nacionais e o papel crescente das finanças na esfera internacional. “O termo globalização tornou-se de uso corrente para designar essa crescente integração no plano internacional”.

A formação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991 representou um avanço para a agricultura nacional, na medida em que foram estreitados laços comerciais com países vizinhos. Por outro lado, impôs dificuldades adicionais, uma vez que algumas culturas nacionais como a do trigo, se viram diante de fortes rivais.

O Brasil conquistou muitos mercados nos países vizinhos, porém, para alguns produtos em particular, como foi o caso da triticultura, a intensificação das trocas comerciais entre nações impôs aos produtores sérios desafios de competitividade, uma vez que os países do MERCOSUL, em especial a Argentina, possuem forte vocação agrícola em certos segmentos.

Por fim, um evento que teve grande repercussão sobre o setor agropecuário foi a implantação do Plano Real em 1994, que acarretou em uma nova política cambial de paridade da moeda brasileira com a moeda estadunidense. A adoção desta política significou para a agricultura brasileira a incorporação de novas tecnologias advindas do exterior e que passaram a ser empregadas pelos produtores rurais nacionais. Por outro lado, a paridade da moeda estrangeira com o dólar americano tornou os produtos agrícolas brasileiros menos competitivos no mercado global (HECK, 2006).

Há que se notar, paralelamente a toda esta conjuntura nacional e regional favorável ao desenvolvimento do agronegócio, que o cenário mundial também sofre alterações que causaram grande impacto no desempenho deste segmento produtivo. É como exportadora de produtos primários (como soja, minério de ferro etc.) que a América Latina se insere nessa nova fase de expansão do comércio internacional. Por outro lado, as recorrentes crises financeiras internacionais (de 2002 e especialmente a de 2008) tiveram forte, embora efêmero, impacto sobre a América Latina levando a um crescimento negativo do PIB no ano de 2009 (SAES, Flávio de; SAES, Alexandre, 2013, p. 583).

Tabela 6. Produto Interno Bruto a preços correntes (Bilhões de Reais).

Ano	Brasil	Variação (%)	Mato Grosso	Variação (%)	Mato Grosso do Sul	Variação (%)
1999	1.065,0	-	12,4	-	10,2	-
2000	1.179,5	10,7%	14,9	20,3%	11,3	11,3%
2001	1.302,1	10,4%	16,3	9,7%	13,2	16,2%
2002	1.477,8	13,5%	20,9	28,4%	15,2	15,2%
2003	1.699,9	15,0%	27,9	33,2%	19,3	27,2%
2004	1.941,5	14,2%	37,0	32,5%	21,1	9,5%
2005	2.147,2	10,6%	37,5	1,4%	21,7	2,6%
2006	2.369,5	10,4%	35,3	-5,9%	24,3	12,4%
2007	2.661,3	12,3%	42,7	21,1%	28,1	15,5%
2008	3.032,2	13,9%	53,4	25,1%	33,1	17,9%
2009	3.239,4	6,8%	57,3	7,3%	36,4	9,7%
2010	3.770,1	16,4%	59,6	4,0%	43,5	19,6%
2011	4.143,0	9,9%	71,4	19,8%	49,2	13,2%
2012	4.392,1	6,0%	80,8	13,2%	54,5	10,6%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA (2015). Elaboração própria.

Por meio da geração de riqueza, emprego e renda, o agronegócio cria um efeito sistêmico e multiplicador nos demais segmentos econômicos, beneficiando interior e cidades. A expansão da soja é um exemplo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades que produzem o grão está entre os mais elevados. Cidades como Rondonópolis, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Primavera do Leste, Campo Verde, Campo Novo, Sapezal e Tangará da Serra, entre outras, surgiram e se desenvolveram a partir da cultura da soja. Atualmente, das dez cidades com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, nove têm na sojicultura sua base econômica (IMEA, 2008).

É inegável que o agronegócio ganhou espaço no cenário político (...). A evolução do setor como um dos principais agentes de transformação socioeconômica do País o catapultou ao centro das atenções. O segmento incorporou tecnologia, qualificou processos, capacitou recursos humanos e melhorou a gestão. Ancorado em ganhos contínuos de eficiência (fazendo mais com menos recursos naturais), o agronegócio vem contribuindo de modo decisivo para o combate ao desmatamento ilegal, mostrando que é simultaneamente

viável produzir e proteger o patrimônio ambiental. (...) A relevância do moderno agronegócio para a segurança alimentar da população é notória, já que seu avanço aumentou o poder aquisitivo do consumidor na compra de alimentos. Isso sem contar as várias oportunidades que o segmento apresenta em termos de energias renováveis, química verde, plantio de florestas e assim por diante, alçando o agronegócio a um patamar de diferencial geopolítico que o País não pode desperdiçar (DINIZ, 2014).

A soja segue sua expansão em direção ao Norte do Estado em função das grandes possibilidades de ampliação rápida de seu cultivo, isto em razão da fronteira agrícola ainda estar sendo expandida. Em 2006 o setor atravessou uma de suas piores crises, resultado do aumento dos custos de insumos e equipamentos agrícolas. Atualmente o agricultor experimenta dificuldades, como realizar a adequada gestão do maquinário agrícola, por meio da atualização tecnológica (desfazer ou alterar o uso do equipamento). A “alavancagem financeira” (endividamento), por sua vez, está baseada em custos anteriores, distorcendo de forma histórica o cálculo do passivo devido. Efetivamente, as dificuldades não foram suficientes para conter Mato Grosso em sua trajetória como maior produtor nacional, mesmo encarando a ferrugem asiática e as esporádicas chuvas excessivas ou períodos de estiagem (MENDES, 2006).

A indústria - que em Mato Grosso está estruturada em grande parte para dar sustentação ao agronegócio e contribuir no processo de modernização do setor - após a divisão, apresentou um crescimento modesto se comparado com os números apresentados pela produção agropecuária de Mato Grosso.

Para Fernando Tadeu de Miranda Borges “[...] embora não se tenha desenvolvido, no período 1870 a 1930, um processo de industrialização em Mato Grosso, pode-se notar que várias fábricas foram instaladas tendo em vista atender ao mercado interno” (BORGES, 2001, p. 95). Max Murtinho confirma a análise de Fernando Tadeu, porém observa que os números apresentados pela indústria mato-grossense estão entre os poucos que no período pós-divisão apresentam superioridade de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso. Murtinho considera que essa tendência demonstra o quão incipiente é a atividade industrial mato-grossense. “Tendo em vista a força que o agronegócio exerce sobre a economia mato-grossense, é natural e razoável considerar que essa tendência ainda permaneça por um bom período de tempo” (MURTINHO, 2009, p. 52).

A indústria, em Mato Grosso, é a atividade com menor participação no Valor Agregado Bruto (VAB) e registrou, no período 2004 a 2009, 17,6% em média. Esse percentual reflete a limitada capacidade industrial do Estado. A indústria têxtil, que é relativamente dinâmica em Mato Grosso, ilustra a relação entre a produção rural e os esforços de se promover a sua “verticalização”, ou seja, o seu beneficiamento. As indústrias de tecelagem integram a cadeia têxtil que tem início nos campos de cultivo de algodão, passa pela fiação, tecelagem, tinturaria até à confecção final. Resultam, assim, no beneficiamento da fibra para produção de fios e tecidos (como o índigo blue), calças e jaquetas em grande escala.

Plantas industriais localizadas em cidades como Campo Novo dos Parecis, Primavera do Leste e Rondonópolis, tem capacidade anual de processamento de 5 a 15 mil/toneladas de fios por ano, além de produzirem milhões de metros de tecido tipo malha. Não obstante sua força e importância, representantes da indústria têxtil em Mato Grosso, a exemplo do que ocorre em todo o país, tem se pronunciado no sentido de chamar a atenção das autoridades governamentais para o que os empresários classificam como “competição injusta entre a indústria brasileira e a chinesa”.

A indústria de fabricação de vestuário e o setor têxtil do Brasil estão entre os maiores do mundo, porém, nos últimos anos, o segmento amarga a perda de competitividade para países que estriam concorrendo de forma desigual. Os desequilíbrios comerciais seriam resultados das regras trabalhistas, tributárias, previdenciárias e ambientais praticadas pelos países concorrentes que são distintas das que estão em vigor no Brasil, e assim causam distorção no custo da produção e no preço final do produto, afetando, finalmente, a competitividade internacional do setor. Representantes da indústria argumentam em favor da criação de um “Regime Tributário Competitivo para a Confecção”, que tornaria mais simples o marco legal deste segmento produtivo e reduziria a carga tributária para qualquer tamanho de empresa que produza vestuário no país, gerando competitividade e empregos.

Gráfico 6. Evolução da área e produção de soja em Mato Grosso da safra 1976/1977 a 2014/2015.

Fonte: Conab - safra (2015), *previsão de safra. Elaboração própria.

Gráfico 7. Evolução da participação dos setores de Mato Grosso no VAB de 1999 a 2012.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração própria.

A cotonicultura em Mato Grosso tem grande importância para a economia, gerando impostos, empregos e divisas para o país. É uma cultura agrícola que se destaca no setor produtivo de Mato Grosso, e conta com um programa especial de Incentivos, o PROALMAT, instituído pela Lei Estadual nº 6.883, de 02 de junho de 1977, que cria, ainda, o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – FACUAL.⁶⁸

Um dos objetivos do PROALMAT é promover a “agroindustrialização” da produção do algodão, isto é, a consequente “transformação” do algodão em tecido, e, posteriormente, em vestuário:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, vinculado à Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários do Estado de Mato Grosso - SAAF/MT, que tem como objetivo a recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais aos produtores rurais interessados

Art. 10 Fica criado o Fundo de Apoio à Cultura de Algodão - FACUAL, de acordo com a finalidade preconizada no Artigo 12.

Art. 12 Os recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – FACUAL serão aplicados na pesquisa, na defesa fitossanitária e em outras ações que visem ao desenvolvimento da cultura do algodão do Estado de Mato Grosso, podendo também ser aplicados para pagamento de pessoal, encargos sociais e demais despesas de custeio de atividade finalística (MATO GROSSO, 1997).

O PROALMAT define as condições para a concessão de incentivo fiscal de 75% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente sobre o valor de comercialização do algodão:

Art. 3º Aos produtores de algodão que atenderem aos pré-requisitos definidos no art. 2º será concedido um incentivo fiscal de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do algodão, abrangendo, ainda, a respectiva prestação de serviço de transportes nos casos de vendas com cláusula CIF (MATO GROSSO, 1997).

Até o final dos anos 1990, Mato Grosso não era um proeminente produtor nacional de algodão, ainda que a região de Rondonópolis, distante 210 km ao Sul de Cuiabá,

⁶⁸ MATO GROSSO. Lei nº 6.883, de 02 de junho de 1997. Institui o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FACUAL e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso**, Poder Executivo, Mato Grosso, MT, 02 jun. 1997.

já fosse reconhecida como a "Rainha do Algodão" nos anos 1960, com a força produtiva de pequenos produtores locais. A história da cotonicultura empresarial em Mato Grosso, no entanto tem início com a atuação dos paulistas Olacyr de Moraes e Ignácio Mammana Netto. A eles se juntaram Benjamim Zandonadi, os primos Mario Patriota Fiori e Daniel Montoro e, num segundo momento, Adílton Sachetti. Nos anos derradeiros da década de 90, um grupo de agricultores optou pelo plantio do algodoeiro no Chapadão do Parecis e na região de Itiquira, no Sul de Mato Grosso, como alternativa à monocultura da soja.

A fase inicial do cultivo do algodão em Mato Grosso foi repleta de desafios, segundo relatos dos primeiros cotonicultores:

Tínhamos que fazer o ajuste da cultura às condições climáticas da região e ainda enfrentar o descontrole da economia do País, com uma inflação galopante", recorda Zandonadi. O maior desafio veio com a crise após a safra 1994/95, quando os agricultores ampliaram suas áreas de lavoura animados com os resultados das safras anteriores. Na safra 1994/95, foram cerca de 6.500 ha plantados com a ITA 90, porém os prejuízos causados por uma virose (a Doença Azul, que também afetou as lavouras de Olacyr de Moraes), motivada pelo excesso de chuvas e o descontrole de pragas vetores da doença, frustraram os planos dos pioneiros (AMPA, 2012).

A crise provocada pela safra 1994/95 acarretou, não obstante, diversas oportunidades. A necessidade de se empreender projetos de pesquisa e tecnologia tornou-se patente, e então propiciou a criação do Programa de Apoio ao Algodão de Mato Grosso (PROALMAT) e do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (FACUAL) - aprovados em 1996, no Governo Dante de Oliveira. Os desafios enfrentados também levaram os agricultores que à época tinham aderido a essa cultura, a fundar a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), em 1997. O mesmo grupo criou o Instituto Algodão Social (IAS), em 2005, e o Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt), em 2007. A qualidade da pluma mato-grossense é reconhecida nacionalmente, fruto de modelo de agricultura empresarial caracterizado pelo emprego de alta tecnologia, e efetivamente contribuiu para posicionar o Brasil entre os grandes países exportadores no mundo.

Gráfico 8. Evolução da área e produção de algodão em caroço em Mato Grosso da safra 1976/1977 a 2014/2015.

Fonte: Conab – safras (2015), *previsão de safra. Elaboração própria.

Tal qual a produção de soja, Max Murtinho pontua que, entre outros fatores, a produção de algodão em Mato Grosso se desenvolveu em razão da topografia plana do relevo, que favorece a mecanização e a aplicação de técnicas inovadoras que permitiram aumentar a qualidade e a produtividade. Mas há um aspecto diferenciado sobre a produção de algodão em Mato Grosso. A cotonicultura estabeleceu-se no estado após a sojicultura estar plenamente implantada, o que favoreceu o seu desenvolvimento, uma vez que se beneficiou das experiências pretéritas adquiridas, ou seja, os arranjos produtivos desenhados, a forma de organização do setor, a relação construída como o governo, etc., caminhos que a sojicultura já havia inaugurado e trilhado. Muitas “portas já estavam abertas” na ocasião em que a cotonicultura se estabelece em Mato Grosso, aliás, vários pioneiros desta cultura eram experientes e abastados sojicultores como Olacyr de Moraes. Murtinho menciona os fatores que impulsionaram a produção de algodão no estado:

[...] a topografia plana que facilita a mecanização das atividades, clima com duas estações bem definidas de seca e de chuvas, dando uma qualidade maior para suas fibras, e (...) a ocupação anterior pela sojicultora que redundou em uma produção agrícola intensa tecnologicamente, em capital e em formação de capacidade de gestão empresarial (MURTINHO, 2009, p. 52). Grifos nossos.

Para colher de fato os frutos do desenvolvimento, Gustavo Diniz Junqueira considera, enfim, que “o Mato Grosso vai precisar integrar o agronegócio a uma indústria forte e inovadora, nos mercados em que isso for possível; a um comércio dinâmico; e a um setor de serviços criativo e competitivo. Convergência é o caminho” (DINIZ, 2014).

Flavio e Alexandre Saes pontuam que a partir da crise da dívida externa da década de 80 os países da América Latina integraram-se crescentemente à economia mundial por meio da liberalização comercial e financeira: “Essa mudança na política econômica favoreceu o aumento das importações e, ao mesmo tempo, os setores exportadores, o que foi, de certo modo, reafirmado pela expansão do comércio internacional no começo do século XXI”. Na esteira deste processo, questionam os autores: “Trata-se de uma nova fase de expansão da economia capitalista mundial ou apenas de um surto passageiro? Em outras palavras, essa forma de inserção das economias latino-americanas na economia mundial fornece as bases para seu efetivo desenvolvimento ou o crescimento observado no início do século XXI se esgotará num prazo não muito longo?” (SAES, Flávio; SAES, Alexandre, 2013, p. 536).

O aumento da renda na região Centro-Oeste e, em especial no estado de Mato Grosso ocorreu a partir da convergência das seguintes condições: grandes extensões de terra negociadas a baixo custo, adoção de novas tecnologias genéticas e insumos mecânicos, e emprego em bases industriais de um sistema de produção agrário exportador por parte do Estado. “A associação destes fatores permitiu o crescimento econômico acelerado da agricultura local” (HECK, 2006, p. 111).

Todavia, apesar do crescimento econômico registrado em Mato Grosso no período pós-divisão, não há forte correlação entre este crescimento e os indicadores de desenvolvimento regional. Nesse período de robusto crescimento do estado, verifica-se que os indicadores sociais não evoluíram na mesma proporção, mesmo havendo correlação entre os dados, os indicadores sociais são reputados como inexpressivos em diversos aspectos analisados. “Indicadores como IDH, renda, educação, saneamento e emprego tem uma evolução semelhante com o estado de Mato Grosso do Sul, Estado que não teve o mesmo crescimento que Mato Grosso, evidenciando a fraca influência do forte crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão” (MURTINHO, 2009, p. 94).

No que se refere aos aspectos sociais o estado apresentou alguns avanços nas décadas entre os anos 90 e 2010, porém, ainda muito acanhado, em especial nas regiões mais afastadas da Capital. Os avanços na saúde pública foram inconsistentes, uma vez que transformações significativas não foram registradas. Ainda hoje persistem sérios problemas como: a falta de profissionais, equipamentos e novas tecnologias na área hospitalar, leitos e unidades de tratamento intensivo. Desde o início da década de 2000 o estado de Mato Grosso atravessa uma grave crise na saúde pública que, em grande parte, pode ser sintetizada na pela insuficiência da oferta de serviços e estrutura de saúde diante das dimensões da demanda popular. A análise do período entre 1999 a 2009 revela um decréscimo no total de hospitais do Estado, em razão do expressivo número de hospitais privados que “fecharam suas portas”: de 126 para 88. Em relação aos hospitais públicos percebe-se um aumento de 51 para 59. “Transformando esses hospitais em capacidade instalada tem-se um total de 7.142 leitos existentes para o ano de 2009, sendo 58,2% pertencente Sistema Único de Saúde - SUS, tendo ao final o índice de 2,3 leitos por mil habitantes” (SEPLAN, 2010).

Tabela 7. Leitos existentes privados e públicos p/1.000 habitante em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 2005 a 2012.

Ano	Privado		Público	
	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
2005	1,66	2,22	0,8	0,6
2006	1,6	2,19	0,82	0,63
2007	1,57	2,13	0,82	0,58
2008	1,51	2,04	0,82	0,54
2009	1,45	2,05	0,84	0,51
2010	1,36	1,95	0,81	0,48
2011	1,34	1,79	0,81	0,5
2012	1,37	1,71	0,8	0,54

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS (2015).

Tabela 8. Evolução do número de estabelecimentos de saúde por esfera administrativa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 2005 a 2014.

Ano	Mato Grosso					Mato Grosso do Sul				
	F	E	M	P	T	F	E	M	P	T
2005	1	30	1.193	869	2.093	1	12	648	991	1.652
2006	1	38	1.240	1.488	2.767	1	12	676	1.475	2.164
2007	1	43	1.289	1.847	3.180	2	12	752	1.645	2.411
2008	1	54	1.322	2.077	3.454	3	13	798	1.811	2.625
2009	1	53	1.400	2.399	3.853	5	13	862	2.033	2.913
2010	1	53	1.443	2.580	4.077	6	24	880	2.333	3.243
2011	2	51	1.469	2.725	4.247	15	23	885	2.563	3.486
2012	6	64	1.522	2.839	4.431	34	23	956	2.702	3.715
2013	12	66	1.624	3.002	4.704	46	35	1.017	2.861	3.959
2014	38	69	1.717	3.195	5.019	46	36	1.085	3.010	4.177

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS. Nota: **F** – Federal, **E** – Estadual, **M** - Municipal, **P** – Privado, **T** – Total.

Entre 2008 e 2009 houve um aumento no desemprego em Mato Grosso; a taxa elevou-se de 5,8% para 6,2%, devido à crise internacional. A população desocupada aumentou em 9,5%, isto é, de 94 mil para 103 mil habitantes. Mesmo assim, verifica-se que essa taxa de desemprego ficou abaixo da média apurada no período de 2001 a 2008, com 6,9%. Observa-se também que o rendimento médio do trabalho alcançou em 2009, o valor próximo de R\$ 1.006,00. Em relação ao trabalho formal, nota-se que entre 2004 e 2009, ocorreu um aumento de aproximadamente 31,7%, passando de 472.6 mil para 622.4 mil postos de trabalho. Sobre a população economicamente ativa (PEA), para o mesmo período, foi apurado um crescimento de 10,5% da e 9,3% de população residente, resultando num crescimento três vezes acima do crescimento populacional (FIGUEIREDO, 2014, p. 179).

A análise da taxa de mortalidade infantil (que revela as circunstâncias de vida e desenvolvimento de uma população, em especial as condições socioeconômicas e ambientais do meio em que a criança nasce), revela que no estado de Mato Grosso houve diminuição. Em 1997, a taxa era de 26,7 mortes para cada mil crianças nascidas vivas, e em 1999, a taxa passou a 16,2. Portanto, neste quesito, observa-se uma melhora das condições médico-sanitário e socioeconômica do Estado (SEPLAN, 2008).

Gráfico 9. Evolução no número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil de 1990 a 2011.

Fonte: MS/SVS – SINASC e MS/SVS – SIM. Elaboração própria.

Mato Grosso atualmente vem se destacando no cenário nacional em razão do êxito da atividade agropecuária. O estado é hoje um dos principais produtores e exportadores do país. A soja é a “locomotiva” deste trem, cuja composição conta ainda com o milho, o algodão, a carne bovina, suína e de aves, a extração mineral, como o calcário, extração e beneficiamento de madeira, entre muitos outros setores vibrantes do agronegócio de estado. O agronegócio em Mato Grosso perfaz, aproximadamente, 70% do PIB do Estado. Nas regiões Norte, Centro-Sul e Sudeste do Estado há alguns núcleos de indústria de transformação de alimentos e confecção de vestuário. A extração do calcário surge na região Sudoeste com expressiva força, uma vez que representa aproximadamente 9,8% da produção nacional, ou seja, cerca de 3,5 bilhões de toneladas para o ano de 2005 (CNT, 2011).

Em relação a renda no campo, em Mato Grosso esta cresceu 59,6% nos últimos 5 anos, segundo o que aponta o fechamento de dezembro de 2014 do Valor Bruto da Produção (VBP), divulgado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa).⁶⁹ Juntas, a lavoura e a pecuária geraram no Estado R\$ 56,470 bilhões no encerramento do ano passado, contra R\$ 35,373 bilhões em 2010. No

⁶⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2013/2014 a 2023/2024** projeções de longo prazo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: 2014.

intervalo de 12 meses, a alta foi de 2,97%, considerando que em 2013 o VBP alcançou R\$ 54,840 bilhões. A participação da lavoura foi essencial para a expansão. O VBP total das culturas do Estado oscilaram desde 2005, com anos de aumentos e outros de quedas. Dois mil e catorze fechou com alta de 7,17% no VBP, subindo de R\$ 42,616 bilhões (2013) para R\$ 45,673 bilhões (2014). Principal cultura mato-grossense, a soja voltou a registrar em 2014 (R\$ 24,693 bilhões) uma renda próxima a alcançada em 2012 (R\$ 24,703 bilhões), após queda em 2013 (R\$ 22,437 bilhões).

Diante de toda esta pujança econômica o debate sobre um modelo de crescimento econômico associado ao desenvolvimento social é central na atualidade. A perspectiva reducionista das categorias crescimento e desenvolvimento econômico na agricultura ganharam grande impulso durante a década inicial do período do governo de exceção no Brasil (1964-1984) quando o simples incremento da produção física foi fortemente fomentado através de políticas públicas. No entanto, ao longo da história do pensamento econômico no Brasil no século XX, e em meio a períodos de grande turbulência política e social, esta perspectiva reducionista das categorias crescimento e desenvolvimento econômico foi paulatinamente cedendo espaço para concepções que passaram a considerar fenômenos e indicadores sociais. Mas este não é um processo linear: apresenta avanços e retrocessos ao longo do tempo que acabam por aprofundar aspectos divergentes do capitalismo brasileiro, e produzindo ao mesmo tempo modernização e atraso, prosperidade e pobreza.

Em Mato Grosso, as reformas empreendidas pelo Estado após o início da democratização induziram a inúmeras mudanças no quadro social, com amplas repercussões nos arranjos produtivos.

As características deste “novo modelo” de desenvolvimento, contudo, apresentam elementos de concentração e exclusão que se assemelham ao paradigma de desenvolvimento do Governo Autoritário, que ampliou o número de grandes propriedades e implementou políticas agrícolas que discriminam contra pequenas propriedades. Pela perspectiva das relações de trabalho, durante o período do governo militar, houve crescimento do trabalho assalariado, sendo o “bóia fria” a representação emblemática do trabalhador rural deste momento.

A conjunção destes dois elementos: concentração de terras e empobrecimento do trabalhador, resultou na inexorável ampliação da desigualdade da renda no campo, contribuindo para a elevação das desigualdades regionais, especialmente em Mato Grosso, estado com forte vocação agropecuária. Assim, para Kageyama, “a modernização agrícola

brasileira ocorrida durante o regime militar foi parte do processo capitalista de desenvolvimento do Brasil, porém com resultados perversos do ponto de vista social” (KAGEYAMA, 1983). Com efeito, este processo aprofundou aspectos divergentes do capitalismo brasileiro, produzindo ao mesmo tempo modernização e atraso, prosperidade e pobreza, variações da desigualdade que insiste acompanhar a trajetória nacional.

A agricultura corporativa praticada atualmente no Estado, isto é, aquela desenvolvida em bases empresariais, beneficia apenas um grupo de “Senhores”, os quais, em muitos casos, fazem parte da mesma família e reproduzem o modelo oligárquico de outrora. Este modelo agrário-exportador adotado acaba por concentrar o desenvolvimento da agricultura no país.

Durante o período Colonial e o Império toda a renda gerada e o valor do trabalho incorporado na produção agrícola nacional eram exportados para os países europeus para manter o luxo e as regalias dos barões-proprietários rurais.⁷⁰ A partir da República a renda passa a ser transferida do campo para os centros urbanos do país onde se concentrava a aristocracia nacional, assim, historicamente, alguns centros no país e no exterior se desenvolveram em função da renda gerada alhures. A necessidade de incorporação de novas áreas de terra ao setor agrícola levou produtores a se afastarem do litoral e ocupar terras mais distantes, mas não menos produtivas, como o Centro-Oeste.

⁷⁰O Grupo André Maggi é um dos maiores produtores individuais de soja do mundo. São mais de 400 mil toneladas colhidas por ano e cultivadas em 130 mil hectares na primeira safra. Juntando as culturas da segunda safra – milho, algodão e sementes – plantadas na mesma área da soja, a média de produção dos últimos anos tem sido de cerca de 700 mil toneladas. Somente em Mato Grosso, o grupo administra 252,3 mil hectares de terras para agricultura, pecuária e reflorestamento. São 200,4 mil hectares em 19 fazendas próprias e 51,9 mil hectares arrendados do Grupo Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes, em Campo Novo do Parecis/MT. Os números são tão superlativos que duas de suas atividades, a pecuária e a extração de borracha natural – cujo porte é grande para os padrões nacionais –, são consideradas menores pelo grupo. Na pecuária são quatro mil bovinos criados. Na extração de borracha, eles já são os maiores do Brasil. São 11 mil hectares de seringueiras cultivadas em fazendas de Mato Grosso, compradas no ano passado do grupo francês Michelin e hoje arrendadas. O megaprodutor Eraí Maggi Scheffer, primo de Blairo Maggi, proprietário do Grupo André Maggi, é dono de 36 fazendas espalhadas pelo Estado de Mato Grosso, sua área plantada com soja atingiu a incrível marca de 230 mil hectares na safra 2009/2010. Sua produção chegou a 720 mil toneladas, que lhe renderam um faturamento de R\$ 300 milhões apenas com essa cultura. Trata-se do maior volume colhido desde que sua família chegou àquelas bandas, há mais de 30 anos e que o consolida como o maior produtor do grão do País, à frente, por exemplo, do seu primo mais famoso, o ex-governador do Estado, Blairo Maggi e de grandes players como a SLC Agrícola, que planta cerca de 225 mil hectares. Disponível em: <http://amaggi.com.br/sobre/historia/> (Acesso em: 23.10.2015).

Esta é uma das conclusões de Cláudia Regina Heck em pesquisa realizada sobre a agricultura no município de Sorriso no Estado de Mato Grosso:

[...] Sorriso passa a receber (a partir da década de 70) um grande volume de investimento em tecnologia e um grande contingente migratório, que levam o município a experimentar um crescimento sem precedentes. Neste município a agricultura voltada para exportação, através da cultura da soja, conseguiu atingir alto grau de desenvolvimento, porém atualmente não consegue mais garantir que a maior massa de recursos nele gerados seja mantida no local. Assim, na ótica apenas do crescimento econômico, entendida como geração de renda, Sorriso ainda corresponde às expectativas, porém, na ótica do desenvolvimento, entendido como melhoria do nível de vida do conjunto da população, via melhor utilização local da renda gerada, a constatação é de um esgotamento do modelo. Isto expõe igualmente a necessidade de se criar projetos de desenvolvimento e de agricultura sustentável para esta região, que atendam a necessidade de distribuição de renda, de preservação do meio ambiente, dentre outras, sem que a agricultura praticada neste local deixe de ser competitiva no mercado internacional (HECK, 2006, p. 74 e 75).

São corriqueiras as representações feitas pela mídia do estado de Mato Grosso e alguns municípios, sobretudo aqueles cuja base econômica é a agricultura em larga escala, como local promissor, terra de prosperidade. A prática discursiva, em torno da produção agrícola frequentemente generaliza os espaços como se fora todo ele pleno de riquezas, isto porque a história oficial oferece, em muitos casos, uma visão do ponto de vista das elites dirigentes, grupos econômicos e classe política. “Alguns municípios de Mato Grosso são representados pela mídia como locais onde é possível fazer fortuna muito facilmente. Há também uma maneira usual de se caracterizar os trabalhadores e trabalhadoras que convergem para esses municípios como “sonhadores”” (CUSTÓDIO, 2005, p. 129).

O analfabetismo, na população de jovens e adultos, constitui a face mais grave do déficit educacional e representa um referencial emblemático da disparidade social em Mato Grosso. Os atuais índices de analfabetismo são elevados e refletem as condições educacionais e socioeconômicas em nível estadual. Refletem também o baixo desempenho empreendido para a alfabetização desse contingente da população ao longo do tempo.

Gráfico 10. Taxa de analfabetismo por faixa etária no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 2010.

Fonte: IBGE- Censo Demográfico. Elaboração própria.

Gráfico 11. Taxa de analfabetos da população com 10 anos ou mais de acordo com a situação do domicílio no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil em 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria.

Em 2010, a taxa estadual de analfabetismo atingia 1,5% da população na faixa etária de 15 a 19 anos. O percentual de analfabetos cresce, à medida que aumenta a faixa etária e apresenta dois aspectos destacados: é mais concentrado na população a partir de 40 anos e também mais acentuado na zona rural. Na população de 15 anos ou mais do meio rural em Mato Grosso é registrada a taxa de 14,9%, superior ao observado na zona urbana.

Na história que se pretende homogeneizar, a população pobre e sem voz desaparece em meio aos números superlativos da produção agrícola. Não obstante, para além das representações sob o ângulo da “abastança” gerada pela agricultura, são identificados, pelo prisma da complexa realidade social, também, muitas contradições e ambiguidades.

Nessas novas cidades os tempos históricos se fundem. O tempo da tecnologia, das modernas máquinas e equipamentos agrícolas não é o mesmo do trabalhador que ainda não aprendeu a operar com essa tecnologia moderna. A presença desse trabalhador nas áreas de colonização recente em Mato Grosso é, muitas vezes, estimulada pela mídia. Em busca de melhores condições de vida e (re) colocação no mercado de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras são atraídos por diversas localidades em busca de trabalho e terra. Desconhecem a especificidade dos trabalhos oferecidos nessas cidades, se decepcionam com a situação encontrada, mas não desistem. Levam consigo o sonho de proporcionar à família uma vida com mais conforto e dignidade (CUSTÓDIO, 2005, p. 129).

Em que consiste desenvolvimento? Para Flávio Saes o elemento essencial do desenvolvimento é a “inovação técnica que permite o aumento de produtividade por meio de processos produtivos mais eficientes; adicionalmente, condição necessária para o desenvolvimento é a acumulação de capital” (SAES, 2010, p. 91). Todavia, pondera o autor, esses fatores que “garantiriam o crescimento do produto e da renda per capita, não são suficientes para garantir o desenvolvimento”.

O economista Edmar Vieira ao analisar desigualdade e pobreza em Mato Grosso⁷¹, tomando por base microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad, IBGE), vislumbra que ambas estão em declínio em Mato Grosso, como no Brasil, e é possível que essa tendência se sustente (não livre de oscilações), em função de alguns fatores econômicos, sociais e demográficos (VIEIRA, 2009, p. 164).

⁷¹ VIEIRA, Edmar Augusto. **Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Faculdade de Economia: 2009.

Para o economista resta claro a importância do crescimento econômico para a redução da pobreza, mas pondera “esse efeito é variável no tempo e no espaço (...) os efeitos sociais e a difusão territorial do crescimento parecem depender de aspectos qualitativos referentes à estrutura econômica e social em que ele transcorre, destacando-se, possivelmente, a diversificação da estrutura produtiva e o grau de desigualdade prevalecente” (VIEIRA, 2009, p. 164).

Após realizar simulações simples em cenários de crescimento com e sem redução da desigualdade, Edmar Vieira demonstrou a importância de se “perseguir o crescimento sustentável e (de forma) simultânea para a redução da desigualdade de renda, (e) para se alcançar maiores níveis de bem-estar num horizonte mais curto de tempo” (VIEIRA, 2009, p. 166). Há um aparente consenso na literatura especializada quanto a necessidade de Mato Grosso produzir taxas de crescimentos menos voláteis e socialmente mais difusas, e migrar para uma estrutura produtiva mais diversificada, integrada e verticalizada “menos concentrada na propriedade de fatores e menos dependente do mercado externo de poucas commodities” (Ibid).

Edmar destaca que está em curso em Mato Grosso um conjunto de transformações que amparam certo otimismo vigilante a respeito da evolução da desigualdade e da pobreza. A progressiva (ainda que lenta) democratização dos recursos de poder e de capital humano provavelmente se constitui numa força tendente a induzir maiores progressos em direção a uma sociedade menos desigual e com menor incidência de pobreza. O autor observa que a efetivação das transferências governamentais, da previdência e do programa Bolsa Família, associadas ao vigor das contratações formais no mercado de trabalho “vem dando significativa contribuição a esse processo” (VIEIRA, 2009). Para sustentar seu posicionamento revela que em Mato Grosso, a participação da renda do trabalho na formação do rendimento domiciliar se manteve relativamente estável em torno de 82% entre 2002 e 2006, mas a desigualdade de Gini declinou em 8,8% nesse mercado: “uma queda substancial para os padrões históricos desse indicador”.

A evidente superioridade econômica que a região Sul de Mato Grosso possuía em relação à região Norte nas décadas que antecederam a divisão se altera após os anos oitenta. O crescimento econômico no pós-divisão implicou maiores trocas comerciais, criou empregos e

acelerou a movimentação financeira no estado, enfim, o PIB mato-grossense aumentou, ampliando também a arrecadação de tributos. A população da região Sul, que até a década de oitenta era maior que a população da região Norte, no período pós-divisão torna-se inferior. A colonização que tem início a partir de 1940, e que toma corpo na década de 70, foi decisiva para este acelerado crescimento demográfico. Esse crescimento, por sua vez, impulsionou a produção agropecuária, mas também ocasionou algumas distorções sociais que ainda hoje são observadas, como a elevada concentração de terras que suscita tensões e conflitos fundiários na região Norte do Estado.

No que tange à produção agropecuária, Mato Grosso ampliou sua produção, ultrapassando o crescimento registrado em Mato Grosso do Sul, e a produção de soja e algodão passaram a liderar o ranking nacional. Este desempenho foi lastreado em gigantesco investimento na modernização da agricultura, especialmente na área de tecnologia e melhoramento genético.

A análise de dados e informações socioeconômicas sugere baixa correlação entre o crescimento econômico verificado e o desenvolvimento social da região Norte, isto é, o forte crescimento do estado não foi acompanhado pela proporcional evolução dos indicadores sociais, que em muitos casos foram inexpressivos. Mato Grosso cresceu economicamente após a divisão, mas não há como atribuir este crescimento à divisão, ou seja, resta a dúvida sobre como se daria este crescimento se o estado tivesse permanecido unido. Não obstante, ao colocar fim na contenda política que gerava instabilidade e inibia investimentos, a divisão pareceu inaugurar um novo momento para ambos os estados, e isso certamente teve reflexos positivos sobre a economia.

É essencial que se avance para a formulação e implementação de políticas objetivando redirecionar a participação relativa que a agricultura mato-grossense tem no produto agregado da economia; esta atividade econômica exerce papel estratégico no nível de bem-estar social, em especial, dos trabalhadores, uma vez que os alimentos produzidos no campo respondem por parcela expressiva da cesta de consumo. A convergência da agenda social e econômica do Estado poderá não apenas contribuir para o incremento da produção de bens e ampliar o desenvolvimento econômico, mas principalmente fomentar a redução da pobreza e da desigualdade, ampliando a equidade no tecido social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes daqueles que foram “vencidos” na centenária contenda entre Norte e Sul e que resultou na divisão do estado ainda ecoam na intensidade do momento presente. Após décadas anos seguem ressoando nas ruas, padarias, casas de comércio, escolas e principalmente nas tradicionais “rodas de prosa” em Cuiabá e também em Campo Grande. Em 2014 estas vozes irromperam com força por ocasião da escolha da sede da Copa do Mundo, e certamente, ainda serão escutadas muitas vezes no futuro.

É o tempo presente que nos inspirou a debruçar sobre documentos, registros e vestígios históricos para aproximar passado e presente, numa interlocução que se revelou prazerosa e interessante. Com efeito, revisitar a história é agradável e emocionante, especialmente em razão do contato direto com as fontes escritas e orais.

A presente tese que em sua primeira parte se detém sobre os primórdios da República no Brasil e se estende até a década dos anos setenta, buscou identificar as reminiscências do processo divisório, isto é, os fatos e acontecimentos políticos que denotavam a rivalidade entre as regiões Norte e Sul. Este conjunto de “desencontros” na história das relações políticas entre o Norte e o Sul de Mato Grosso sugere que a divisão do estado significou a culminância de um processo caracterizado por uma sequência desconexa e irregular de ocorrências no tempo e no espaço. Ao longo de décadas, o movimento pela divisão de Mato Grosso manteve um ritmo errático e trilhou caminhos inesperados. Neste sentido, a tese refuta a narrativa que propõe uma linearidade na história da divisão de Mato Grosso. A dicotomia Norte-Sul que resultou na divisão de Mato Grosso é compreendida e reconstruída como um evento recorrente, que se reinicia e se reinventa constantemente sem chegar a apenas um resultado objetivo, mas sim a variados desfechos. A divisão em razão da abrangência e profundidade de seus efeitos políticos, econômicos e sociais talvez seja a mais emblemática decorrência desta disputa entre os estados do Centro-Oeste.

Através desta perspectiva crítica, a causa da divisão poderia ser considerada um “pseudo-objetivo”, isto é, por exercer um forte apelo popular, foi apropriada por interesses políticos e convertida em uma justificativa por meio da qual outros objetivos não declarados foram conquistados. Esta premissa pode ser confirmada pela verificação dos argumentos pretensamente técnicos que defendiam a divisão, especialmente aqueles que afirmava que as distorções econômicas e sociais de Mato Grosso eram originadas pela administração a cargo das elites políticas de Cuiabá. A divisão, por esta perspectiva, passou a ser justificada sob o

argumento falacioso de que o Sul do estado sustentava economicamente toda a unidade federativa, além do que era desprezado politicamente pelos administradores de Cuiabá.

A história da política mato-grossense percebida como uma trajetória curvilínea encontra ancoragem teórica nas concepções de Walter Benjamin. Ao buscar um materialismo histórico que considera o passado matéria viva e inacabada, Benjamin possibilita a construção de novas leituras, tanto do passado quanto do presente. Não houve pretensão de se contar a história da divisão como esta de fato aconteceu, a leitura histórica realizada nesta tese de doutorado fixou um conjunto de reminiscências da atividade política, da economia e da sociedade para efetuar uma descrição a partir de alguns sinais, de algumas interrogações e lacunas históricas, que são indícios de alteridade e de resistência. A presente tese buscou reconhecer estes sinais e efetuar uma narrativa que pudesse apaziguar a principal inquietação que motivou a realização deste trabalho de pesquisa e pode ser sintetizada em uma pergunta: o que divide as pessoas?

O fato desencadeador da divisão é o signo, por excelência, de uma nova época. Em razão da descontinuidade que assinala, após décadas, entendemos que a divisão foi de fato um evento demarcador de época que alterou a percepção sobre os elementos constitutivos do Estado. Povo, território e governo se transformaram para albergar uma nova realidade administrativa; mas esta reorganização deu-se, sobretudo, na maneira como passaram a ser considerados tais fatores diante da subtração de uma porção de sua unidade.

As épocas da história possuem períodos finitos e circunscritos no tempo, normalmente estruturados a partir de um fato desencadeador. Esta concepção envolve o pensamento de que a “História” é uma sucessão de episódios, porém suscetível à descontinuidade. À luz deste conceito o desmembramento de Mato Grosso seria uma ruptura não apenas política e administrativa, mas também uma “desunião” que impõe um vazio emocional desconcertante à esta defluência de fatos históricos. Até a divisão a história era única, mas então se bifurca e segue caminhos distintos. Qual caminho seguir após esta quebra de continuidade? Como fazer esta trajetória histórica sem uma parte tão importante de si?

Esta angústia em relação às consequências da divisão do estado teve forte impacto sobre o mundo interior dos habitantes das regiões das cidades de Cuiabá e Campo Grande. A passagem de uma época para outra implicou a reflexão sobre a percepção que tinham sobre si próprios, afetando sua identidade. Essa especulação remete à discussão do declínio de um longo período histórico, caracterizado pela forte polarização política e social entre duas regiões que pertenciam a um mesmo estado. A divisão surge como uma “sentença de

divórcio” a selar este declínio, e põe fim ao processo pela perda de seu objeto. A própria nomenclatura empregada para definir este conturbado momento sucedâneo à divisão revela esta ambiguidade. O termo cunhado para denominar o período posterior à divisão, a chamada “pós-divisão”, representa uma conjuntura que, na falta de um sentido mais positivo, simplesmente se define pelo acréscimo de um “pós” à palavra “divisão. Esse prefixo “pós” expressa, outrossim, perplexidade e indeterminação.

Com a divisão, as sociedades aglutinadas nas cidades de Cuiabá e Campo Grande tiveram que percorrer o nebuloso caminho da reconstrução de suas identidades. Ambas populações tiveram de reformular suas respectivas identidades culturais, caracterizando-as por uma certa diferença e distanciamento uma em relação a outra, para marcar a diversidade que assinala a separação. A divisão precisou ser criada, composta, instituída, e o fator cultural foi decisivo neste processo. Se as sociedades e os governos não pontuassem a diferença através de uma distinção em suas identidades correspondentes, como poderiam proporcionar às pessoas a ideia de partição, a imagem e a noção de um outro?

Com a divisão o futuro tornara-se incerto. Assim, para superar a ansiedade que causava, a estratégia foi reforçar o conceito segundo o qual o desmembramento representava uma fronteira de época que, uma vez ultrapassada, anunciaria um futuro que embora fosse desconhecido, também poderia ser promissor. Para compensar a perda de horizonte ocasionada pela separação, o mato-grossense faz uso de reminiscências do passado, daquilo que já viveu para criar o presente, e o passado torna-se contemporâneo.

A história dos habitantes de Mato Grosso, que apesar dos conflitos avançava continuamente, teve que parar diante do obstáculo representado pela divisão. Ao ser contida, a história remontou sobre si própria e passado e presente se embaralham, causando a sensação social de “urgência” para a resolução dos problemas acumulados e diante de um futuro imaginariamente bloqueado. A divisão de Mato Grosso suscitou o entrelaçamento entre passado e presente, um fenômeno que Koselleck traduz na expectativa que se tem de um futuro esperado como melhor que o passado ou o presente. O mato-grossense ainda experimenta essa sensação de expectativas decrescentes, que se revela por meio de um horizonte de expectativa que sempre lhe escapa, sempre deslocado do presente. Sua superação viria através do colapso dessa distância, que se traduz na ideia da fusão do horizonte de expectativa com o próprio espaço de experiência.

O universo de sentimentos do cuiabano relacionados à região Sul de Mato Grosso, e aos migrantes de forma ampla, emergiu de forma destacada durante a pesquisa, revelando esta ansiedade que parece ter origem no processo de divisão. Neste sentido, foi identificado durante a pesquisa um extenso conjunto de vestígios de ressentimentos e rancores permeando a relação entre as sociedades da região Norte e Sul de Mato Grosso. Este parece ter sido um dos legados do súbito e impositivo ato que resultou na divisão do estado.

A marcha divisionista que atravessou décadas e somente se consumou quase um século após o primeiro clamor pela separação é uma incrível e emocionante trajetória histórica. Alguns interpretam a separação como uma decorrência lógica da configuração geográfica do estado do Mato Grosso e que ambas regiões foram beneficiadas com a decisão. É certo que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se desenvolveram significativamente após a divisão, mas jamais saberemos qual teria sido o resultado caso permanecessem unidos.

A divisão, no entanto, marca um longo processo de consolidação cultural do povo mato-grossense que lutou muito para manter-se unido perante a ameaça de separação. Ao longo das décadas que antecederam a divisão, a população da região Norte do estado se encarregou de buscar a integração da unidade federativa através da afirmação de seus valores, crenças e tradições, e este árduo processo forjou a sociedade que temos hoje. A identidade cultural do mato-grossense foi sendo remodelada a partir deste conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados não apenas com os sul-mato-grossenses, mas com pessoas de todo Brasil que desde o início da República chegam a esta terra.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAIS

A DIVISÃO DE MATO GROSSO. **Resposta ao General Rondon**. 1934.

AGÊNCIA SENADO. **A Lei Falcão faz 30 anos**.

Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2006/07/03/lei-falcao-faz-30-anos>> Acesso em: 20.09.2014.

AMPA Associação Mato-grossense do Algodão. **A História do algodão**.

Disponível em: <<http://www.ampa.com.br/>> Acesso em: 30.10. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa do analfabetismo no Brasil**.

Disponível em: <www.publicacoes.inep.gov.br> Acesso em: 08.01.2009.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Ações Federais 1995-2002**. Mato Grosso do Sul. Disponível em <www.abrasil.gov.br/estados> Acesso em: 20.10.2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2013/2014 a 2023/2024 projeções de longo prazo**. Brasília: MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica, 2014.

_____. Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109474/lei-785-49>>

Acesso em: 02.10. 2014.

BRASIL. Governo do. **I Plano Nacional de desenvolvimento** (I PND-1972/1974). Brasília: 1971.

BRASIL. CNT - Confederação Nacional do Transporte. **Plano CNT de Transporte e Logística**. Brasília: 2011.

DOCUMENTOS AVULSOS ACERCA DA DIVISÃO DE MATO GROSSO. **Relatório sobre a divisão de Mato Grosso**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1978.

ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. **A Escola Superior de Guerra: origem – evolução – tendências**. C1 – 123 – 72. Mimeógrafo, 1972.

_____. **Currículos dos Cursos** – D1 – 74. Mimeógrafo, 1974.

_____. **Manual básico** – MB - 75. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (MAPA). **Memória Embrapa**. <<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/inicial>> Acesso em: 28.10.2015.

IMEA. Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária. **Publicações do Núcleo de Análise Conjuntural**. Cuiabá: 2008.

Disponível em: <<http://www.imea.com.br/projetos.php>> Acesso em: 20.10. 2014.

IPEADATA. **Base de dados de 1980 a 2004**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso: em 20.10. 2013.

Jornal Correio do Estado - 1909

<http://www.correiodoestado.com.br/>

Jornal Autonomista - 1908

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

Almanack Corumbaense - 1898

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

Gazeta Oficial - 1941

<http://www.tce.mt.gov.br/diario>

Diário Oficial da União - 1958

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>

Diário de Cuiabá - 2006

<http://www.diariodecuiaba.com.br/>

LIGA SUL-MATOGROSSENSE. **A divisão de Mato Grosso**. 1933.

_____. **A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon, Maracajú**, 1934.

MATO GROSSO. Lei nº 6.883, de 02 de junho de 1997. Institui o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FACUAL e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**. Mato Grosso: Poder Executivo, 02 jun. 1997.

MATO-GROSSO. **Album Graphico do Estado de Matto-Grosso**. 1914. NDHIR.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso, MT+20**. Mato Grosso, 2012.

_____. **Mato Grosso em números**. Mato Grosso: SEPLAN, 2010.

_____. **Mato Grosso em números**. Mato Grosso: SEPLAN, 2008.

_____. **Anuário Estatístico de MT 1970 a 2004**. Disponível em: <www.seplan.mt.gov.br> Acesso em: 31.06. 2014.

BIBLIOGRÁFICAS

ABUTAKKA, Antônio. **A formação e ocupação do território mato-grossense**. Cuiabá: Seplan, 2010.

ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço-Mato Grossense – Contexto, propósitos e contradições**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____. Mato Grosso do Sul. Aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas... IN_____ LAMOSO, L. P. (Org.). **Transportes e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

ALVES, Claudia Maria Costa. **Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império**. Bragança Paulista: EdUSF, 2002.

ALVES, Maria H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ALVES, Lourembergue. **Caetnada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder**. São Paulo: Scortecci, 2002.

ALVES, Laci Maria Araújo. **Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719-1946)**. Rondonópolis: Coletâneas do Nosso Tempo, v. 1, n. 01, 2011.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os Intelectuais e o Poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFGD, 2006.

AMEDI, Nathália da Costa. **A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2014.

_____. **A Cidade Ressignificada: a ideologia de modernização de Cuiabá no Período Pós-Divisão do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Revista Angelus Novus da Universidade Federal de Mato Grosso, n° 04, dezembro de 2012.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. XI BRASA Congress. Panel: The Dictatorship and its Legacy. University of Illinois at Urbana-Champaign. September, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado (1945-2002)**. Cuiabá: UFMT/ICHS, 2007.

_____. **Estado da Reforma: Reflexões Sobre a Experiência de Reforma do Estado em Mato Grosso**. Cuiabá: Editora Tanta Tinta/Seplan, 2005.

ARAUJO, Cicero. **Política, história e a questão da atualidade do golpe de 1964**. In: O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva. Carlo José Napolitano, et. al. São Paulo: Cultura, 2014.

ARENDT, H. **Que é Liberdade?** In: Entre o Passado e o Futuro. Tradução M. W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2003.

AUBERTIN, Catherine. (org.) **Fronteiras**. Brasília: EdUNB; Paris: ORSTOM, 1988.

BARROSO, Luís Roberto. **Vinte anos da Constituição Brasileira de 1988**: O Estado a que chegamos. Rio de Janeiro: Revista de Direito de Estado, 2008. v. 10.

BATISTELLA, Alessandro. 2007. **O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964)**: história e política. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007.

BENITES, Flávio Roberto Gomes. **Territórios de si e do outro**: língua, discurso e identidade em contexto migratório. Tese (Doutorado em linguística). Campinas: UNICAMP/Instituto de Estudos da Linguagem, 2013.

BENJAMIN, Walter. **As Teses sobre o Conceito de História**. In: Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **História e Colecionismo**: Edward Fuchs. In: Discursos interrompidos. Madrid: Taurus, 1973.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia/LAGET, 1995.

BETTO, Frei. **Alfabetto**: autobiografia escolar. São Paulo: Ática, 2002.

BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO. **O boi como personagem da obra de arte sul-mato-grossense contemporânea “desde” a estética da modernidade**. In. Revista Quadrant. Centre de Recherche LLACS - Recherche en études lusophones Université Paul-Valéry, Montpellier III. n. 27, 2010, p. 227-255.

BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO. **Uma obra, uma vida, uma marca, vários traumas: o artista plástico Humberto Espíndola**. Dourados: Raído, v. 5, n. 10, p. 171-190, jul./dez. 2011.

BIBLIA SAGRADA: Nova versão Internacional/Bíblia; [traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional]. São Paulo: Editora Vida, 2001.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

_____. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892 - 1997)**. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/USP, São Paulo: 1997.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, vol. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009a.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, vol. 2: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: Marc Bloch. **Apologia da história**. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966 – 2006)**. Cuiabá: Carlini e Caniatto. 2007.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1991.

BONAVIDES, Paulo. **Reflexões sobre nação, Estado social e soberania**. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, 2008.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930**. São Paulo: Scortecci, 2001.

_____. **Esperando o Trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá**. São Paulo: Scortecci, 2005.

_____. **Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966 – 2006**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2007a.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura -regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. **O Processo de crescimento econômico e (re)produção do espaço sul-matogrossense: A atuação do Estado no ajuste espaço-temporal**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD, 2010.

CAMARGO, Aspásia. **História oral e política**. In: MORAES, Marieta de. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários**. Campo Grande: [s.e.], 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 5.^a ed. Campo Grande: IHG-MS, 2002.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Arte da Política: a História que Vivi**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2006.

_____. Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Miguel Esteves. **As Minhas Aventuras na República Portuguesa**. Peninsulares/Especial. Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Governadores - Meio Século de Vida Pública**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

CERTEAU, Michael de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLARO, Adenil da Costa. **Poesia mato-grossense de exaltação da terra**. Dissertação (Mestrado em Linguagem). Cuiabá: UFMT, 2005.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978.

CORREIA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. **Poética Terra Natal**. Vol. 01. Tomo 1. Obra Comemorativa do Centenário do Autor. Brasília: 1995.

CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COUTINHO, Luciano. **Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980**. Revista de Economia Política. 1(1), janeiro/março 1981, p. 77-100.

CRUZ, Valter do Carmo. **Crítica, autocrítica e perspectiva para o futuro**. (Palestra proferida ao Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2011.

CUNHA, Murilo Alves da. **O novo Rio de Janeiro: geografia e realidade sócioeconômica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re)inventada. Mato Grosso – Pós 1970**. Dissertação (Mestrado em História) Cuiabá: UFMT, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DELFIN NETTO, Antônio. **O excelente Plano de Safra 2014/2015** Fonte: Valor Online: Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/artigo/o-excelente-plano-de-safra-20142015>> Acesso em: 30. 10. 2014.

DIAS, G. L. da S. e B. M. B. AGUIRRE. **Crise Político-Econômica: As Raízes do Impasse**. São Paulo: Estudos Avançados, 1992.

DINIZ, Gustavo. **Agronegócio é trunfo geopolítico**.

Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/artigo/agronegocio-e-trunfo-geopolitico>> Acesso em: 30.10.2014.

DUARTE, Luiz Cláudio. **Os conceitos de segurança e desenvolvimento:** desvelando o discurso esguiano. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: julho 2011.

EDUARDO PÓVOAS. **Hotel Águas Quentes...** Jornal Midia News, 04.08.2015. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=262&cid=238939>> Acesso em: 27.10.2015.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. **A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <www.feth.ggf.br> Acesso em: 30.07. 2014.

ESPÍNDOLA, Humberto. **Um panorama da história das artes plásticas em Mato Grosso do Sul através do acervo do Marco.** Campo Grande: MARCO – Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul, 2004.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Rio de Janeiro: Editora Ática, 1994.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios.** Cuiabá: Secretaria de Educação, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política.** (IFCS/UFRJ – CPDOC/FGV). ANPUH – XXIII. Simpósio Nacional de História, Londrina: 2005.

FIGUEIREDO, Gabriel Rey Leitão de. **Notas da História Econômica sobre os Modelos de Desenvolvimento na Economia Brasileira e Mato Grossense.** Revista Eletrônica Monumento Documento. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Vol. 11 - N. 1 - Jul/2014. Disponível em: <www.ufmt.br/ndihr/revista> Acesso em 10.02.2013.

FIORI, J. L. **Transição terminada:** crise superada? In: Novos Estudos CEBRAP, nº 28 de out. 1990.

_____. **Sonhos prussianos, crises brasileiras:** leitura política de uma industrialização tardia, Texto para Discussão n° 201; IE/UFRJ, 1990.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A Construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940).** Dissertação (Mestrado em Linguagem). Dourados: UFGD, 2007.

FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas.** Rio de Janeiro: Edição Standard Brasileira, 3ª edição: 1990.

_____. (1919) **O Estranho.** Vol. XVII.

_____. (1923) **O ego e o id.** Vol. XIX.

_____. (1910) **O sentido antitético das palavras primitivas.** Vol. XI.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Brasil, a construção interrompida.** São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUÁ, Wilson. **Rusga: o grande movimento cuiabano.** Disponível em:
<<http://www.mt.gov.br/opiniaio/artigo-rusga-o-grande-movimento-cuiabano/61208>>
Acesso em: 26.10.2015.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

GAY, P. **Freud:** uma vida para nosso tempo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995

GONÇALVES, Nadia G. **Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOULART, Jefferson O. **Poder local e novas experiências democráticas.** Tese de Doutorado São Paulo: DCP-FFLCH/USP, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick e orgs. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** Cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica.** Campo Grande: Editora UCDB, 1999.

HECK, C. R. **A Relação agricultura e desenvolvimento sob a ótica da geração de renda: o caso do município de Sorriso/MT.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania). Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A idéia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. **Estimativas projeções população 1980 a 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01.08.2014.

_____. **Estimativas projeções população 1980 a 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 20.10. 2014.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial; EdUFMT, 2007.

KAGEYAMA, A., SILVA, J. G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. In: **Estudos Econômicos**. N° 13, (1), jan. 1983.

KINDKEBERGER, C. P. **Desenvolvimento Econômico**. Tradução de Sonia Schwartz; revisão técnica: Luiz Roberto Azevedo Cunha. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)**. IDESP / Vértice: São Paulo, 1988.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução W. Patrícia Maas & C. Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contratempo/Editora PUC-Rio, 2006.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACERDA, Carlos. Verbete biográfico. **Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb>> Acesso em: 15.01. 2013.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Retomada do Crescimento e a distorções do “Milagre” – A Ordem do Progresso – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Editora Campus, 1990.

LEONÍDIO, Adalmir. **O sertão e “outros lugares”**: a idéia de nação em Paulo Prado e Manoel Bonfim. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Napoleão de (orgs.). *De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001.

LENHARO, Alcir. **A terra para quem nela não trabalha**: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. “Terra e Poder”. São Paulo: Ed. Marco Zero/ANPUH, V.6, nº 12, 1986.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente Oeste de colonização**. Ensaios 1. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão ...[et al.]. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. **As imagens do sertão na literatura nacional**: o projeto de modernização na formação territorial brasileira a partir dos romances regionalistas da geração de 1930. Dissertação (Mestrado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. **Políticas Públicas e Território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, L. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá - MT, Secretaria de Educação, Saúde e Cultura, 1963.

MADUREIRA, E. **História de Mato Grosso, da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. Santa Catarina: Revista GEOSUL, vol. 1, no. 1, 1986.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), 2009.

MARIETA, de Moraes Ferreira. **A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política**. (IFCS/UFRJ – CPDOC/FGV). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: 2005.

MARIN, Jerri Roberto (Org.). Religião, religiosidades e diferenças culturais. In: MARIN, Jerri Roberto. **Religiões, Religiosidades e Diferenças Culturais**. Campo Grande, MS: UCDB, 2005.

MAIA, Cesar. **A fusão do estado da Guanabara**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/fusao/167273095.asp>> Acesso em: 30.06. 2015.

MARTA, J. M. C. **Energia e Liberdade: Aspectos de economia política e energia na região da Amazônia Meridional de Mato Grosso**. Revista de Estudos Sociais/Universidade Federal de Mato Grosso - Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis - Ano 08 N. 01 e 02. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

MARTINS, Demóstenes. **A História de Mato Grosso**. Campo Grande [s.ed.]: 1975.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, O. B. **Pela defesa nacional: estudos sobre redivisão territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Graf. Barbero, 1944.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo brasileiro**. 2 ed. São Paulo: RT, 1966.

_____. Poder de polícia e segurança nacional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 61, n. 445, 1972.

MENDES, M. A. **História e Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: ABDR, 2006.

MENDONÇA, Rubens. **História das revoluções em Mato Grosso**. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

_____. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Coisas do Cotidiano**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

_____. **História e Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: ABDR, 2006.

_____. **A Morte de Totó Paes**. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2007.

_____. **Momento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2006.

_____. **Migração para MT**. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br>>

Acesso em: 23.10.2014.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.) **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais n° 59. São Paulo: Ed. Ática S/A, 1990.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: **Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. (Orgs): Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.

MOTTA, Marly Silva da Motta. **O Rio de Janeiro Continua sendo**: de cidade-capital a estado da Guanabara. Tese de doutorado. Niterói: ICHF-UFF, 1997.

MURTINHO, Max Nunes. **Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 – 2000)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Cuiabá: UFMT, 2009.

NETO, Garcia. **Mato Grosso**: Estado Solução. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

_____. **Leões e Raposas na Política de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001a.

_____. **Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT)**. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001b.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História**. São Paulo: PUC/SP, 1993. (nº 10, p. 1-178).

OLIVEIRA, L. Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PACHECO, Ana Cláudia Marques. **As representações sobre o bandeirante**: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922-1946). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

PEDRAÇA, Célio Marcos. **O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas**: entre a Igreja e o Estado (1930-1945). Dissertação (mestrado). Cuiabá: UFMT, 2007.

PEDROSSIAN, Pedro. **O Pescador de Sonhos**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.

PEREIRA, Benedito Dias et al. **Crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social...** Revista Eletrônica Monumento Documento. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Disponível em: <www.ufmt.br/ndihr/revista> Acesso em: 20.10. 2013.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. **Viagens das ideias**. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

PÓVOAS, Lenine. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Resenha Tributária, 1985.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. **Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio**. In: Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

_____. **Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul**. Dourados: Raído - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, 2007.

RAVACHE, Rosana Lia. **Migração e Modernização em cidades média da Amazônia Legal: Área de abrangência da BR 163**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

RIBEIRO, A. P. G. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. (Estudos Históricos - v. 31, p. 147-160). Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2003.

RIVERA, Márcia. **Cuiabá: um Nó na Rede**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Cuiabá: UFMT, 2006.

ROSA SILVA, Stanley Plácido da. **O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970: a fusão, o chaguismo, o amaralismo**. Em: MNEME – Revista de Humanidades, 11(28), 2010 – Ago / Dez. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>>
Acesso em: 02.02. 2014.

ROCHA, Betty Nogueira. **A trama do drama: A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT. 2010**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2010.

ROSA, Maria da Glória Sá. **O olhar do artista reinventa o meio ambiente de Mato Grosso do Sul**. In: RIGOTTI, Paulo Roberto (Org.). UNIARTE: textos escolhidos. Dourados: UNIGRAN, 2009.

RÜSEN, Jörn. Culture: Universalism, Relativism or What Else? In: **Does culture makes a difference? Progress and development in India and its implications for international cooperation**. Conference Papers. Calcutta: Seagull Books, 2008.

SAES, Alexandre Macchione. **O moderno mundo urbano e a formação do capitalismo no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, julho, 2011.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado**. IN: CORSI, Francisco Luiz, CAMARGO, José Marangoni (orgs.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura, 2010.

_____; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SADDI, Fabiana da Cunha. Política e Economia no Federalismo do Governo Geisel. **Revista de Economia Política**, 2003. vol. 23, nº 2 (90), abril-junho.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. **Movimento divisionista mato-grossense e o debate nas páginas da Revista Brasil-Oeste**. Dourados: Revista Territórios e Fronteiras, V.3 N.1 – Jan/Jun, 2010.

SANTOS, Marcos André Couto. **A efetividade das normas constitucionais: as normas programáticas e a crise constitucional**. Teresina: Jus Navigandi, ano 8, n. 204, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos. Do sul para a Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, José Antônio Lemos dos. **Cuiabá e a Copa: a preparação**. Cuiabá: Entrelinhas, 2013.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública: trajetória individual e reelaboração memorialística**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo**. São Paulo, Editora Ática. 1994

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2002.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Bases do Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Editora Campus, 1988.

SEABRA FAGUNDES, M. **Direitos do homem, ordem pública e segurança nacional**. Revista de Direito Público. São Paulo: 1974.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes** – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso – (1834-1870). Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, G. C. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso**: (uma visão histórica – 1892-1977). Cuiabá: Ed UFMT, 1996.

SILVA, Ricardo Sousa da. **Mato Grosso do Sul: Labirintos da Memória**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFGD, 2006.

SILVA, W. Guedes da. **Controle e domínio territorial no Sul do Estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da CIA Matte Laranjeira no período de 1883 a 1937**. São Paulo: AGRÁRIA, n°. 15: 2011.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SINGER, Paul. **A Crise do Milagre**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. **O Milagre Brasileiro – Causas e Consequências**. Caderno CEBRAP, n° 06. São Paulo: 1972.

SINVEST. Sindicato da Indústria do Vestuário do Estado de Mato Grosso. **Indústrias têxtil e de vestuário protestam contra concorrência desleal**. Disponível em: <<http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2014>> Acesso em: 31.09. 2014.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SKIDMORE, T. **Campo conjugou desenvolvimentismo e neoliberalismo**. Folha de São Paulo, de 10 de outubro de 2001.

Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/RobertoCampos/skidmore.pdf>>
Acesso 20.06. 2014.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão Cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872 – 1918)**. Tese (Doutorado em História Social) São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____. **Corumbá, MS: o desejo de integração à civilização em fins do século XIX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STADNIKY, Hilda Pívaro. A multiplicidade de lugares: o mítico, o fabuloso, o paraíso agrícola. O mito do jardim, Turner e a tese da fronteira. In: LIMA, Enezila et. al. (Orgs.). **Violência e direitos: 500 anos de lutas**. Anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: 2001, p.170-188.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **A cidade do Ouro e das Ruínas – Matto-Grosso Antiga Villa-Bella o Rio Guaporé e a sua mais Illustre Vigtima**. São Paulo: Melhoramentos, 1901.

VALLE, Pedro. **A Divisão de Mato Grosso**. Brasília: Editora Royal Court, 1996.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Fundamentos de Economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIANA, C. da R. **A dinâmica do desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIEIRA, Edmar Augusto. **Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional. Cuiabá: UFMT, 2009.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste. A fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

WEINGARTNER, A. A. dos S. **Movimento Divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)**. Dissertação (Mestrado em História). Campo Grande: UFMS, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 2000.

_____. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História Social) São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

* * *